



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

ELAINE SILVA ALEGRE

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA E DECOLONIAL ENTRE USP E UFMT**

**CUIABÁ - MT
2025**

ELAINE SILVA ALEGRE

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA E DECOLONIAL ENTRE USP E UFMT**

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação
em Estudos de Linguagem do Instituto de
Linguagens da Universidade Federal de Mato
Grosso como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Estudos de
Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique
Coutelo de Moraes

**CUIABÁ-MT
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A366c Alegre, Elaine Silva.

A construção discursiva da internacionalização no ensino superior: uma análise crítica e decolonial entre USP e UFMT [recurso eletrônico] / Elaine Silva Alegre. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 197 f., pdf). -- 2025.

Orientador: Antonio Henrique Coutelo de Moraes.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Internacionalização do Ensino Superior. 2. Discurso. 3. Justiça Cognitiva. I. Moraes, Antonio Henrique Coutelo de, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA E DECOLONIAL ENTRE USP E UFMT

AUTORA: DOUTORANDA ELAINE SILVA ALEGRE

Tese defendida e aprovada em 9 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

2. DOUTORA CAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

3. DOUTOR MÁRCIO EVARISTO BELTRÃO (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

4. DOUTORA ALEXCINA OLIVEIRA CIRNE (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PERNAMBUCO - UNICAP

5. DOUTORA JULMA DALVA VILARINHO PEREIRA BORELLI (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

Cuiabá-MT, 9 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alexcina Oliveira Cirne**, **Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 22:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Henrique Coutelo de Moraes**, **Usuário Externo**, em 10/12/2025, às 00:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Evaristo Beltrão**, **Usuário Externo**, em 10/12/2025, às 01:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/12/2025, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julma Dalva Vilarinho Pereira registrado(a) civilmente como Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli**, **Usuário Externo**, em 10/12/2025, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8722525** e o código CRC **492CC688**.

Dedico este trabalho às Instituições de Ensino Brasileiras, com os meus sinceros agradecimentos.

Por serem espaços de democratização do saber, que transformam vidas em todas as esferas sociais. Pelos frutos do conhecimento que aqui germinam e se traduzem em bem-estar para a sociedade. Pela oportunidade ímpar de crescer, aprender e passar adiante.

Esta obra é um tributo à casa que me transformou, acolhendo-me como estudante e servidora, e que para sempre marcou a minha história. A mudança que os estudos promovem no mundo, começa pela transformação que operam em cada um de nós.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim desta jornada de Doutorado é contemplar não apenas uma conquista individual, mas o ápice de um esforço coletivo, sustentado por mãos visíveis e invisíveis. É com o coração transbordante de gratidão, que registro aqui meus profundos agradecimentos a todas as pessoas que tornaram este trabalho possível.

Em primeiro lugar, elevo meu reconhecimento à Divina Providência - a Deus Pai, Filho e Espírito Santo -, fonte de toda a luz e força, em quem encontro o alento e a perseverança para seguir adiante. Agradeço profundamente ao meu anjo da guarda e mentor espiritual, cuja guia silenciosa foi um farol nos momentos de maior incerteza. Dirijo também um agradecimento muito especial, aos meus queridos santos intercessores, Maria (Nossa Senhora), São João Bosco, Santa Faustina e Laura de Vicuña, cujos exemplos de dedicação e resiliência, foram para mim uma constante inspiração.

Meu primeiro reconhecimento no plano terreno é direcionado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). À UFMT, minha casa, agradeço não apenas pelo ambiente intelectual vibrante e inspirador, mas pela confiança depositada em mim, ao conceder meios para a minha dedicação a esta pesquisa. É uma honra trabalhar em uma Instituição que tanto valoriza a evolução de seus servidores. À CAPES, pela indispensável estrutura que coordena e fomenta a Pós-graduação no Brasil, garantindo que pesquisas como esta possam florescer.

Aos alicerces da minha vida, Luzinete Alves da Silva e Salvador Alegre Filho, meus pais. Não existem palavras que capturem a dimensão do que lhes devo. Obrigada pela vida, pelos ensinamentos, pelo amor incondicional e pelo carinho, que sempre foram meu porto seguro. Minhas vitórias são, antes de tudo, as de vocês. Que Deus multiplique em bênçãos, saúde e alegrias, tudo o que generosamente me deram.

Em memória, elevo meus agradecimentos aos meus avós, Almerinda, Maria Cândida, Elmiro e Salvador. Seus sorrisos, suas histórias e seu amor ecoam em minha história e são a seiva silenciosa que fortalece os meus galhos. A cada conquista, sinto que honro o legado de resistência e ternura que vocês plantaram em nossa família.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes (querido Toni), minha gratidão é imensurável. Você não foi apenas um guia acadêmico, mas a pessoa que acreditou em mim, quando eu mesma duvidava de minhas possibilidades. Obrigada por ter dado ouvidos aos meus anseios e por ter me aberto esta porta. Sua magnitude como docente e pesquisador brilhante me inspira profundamente. Desejo-lhe o melhor que a vida pode

oferecer, e espero que este trabalho, de alguma forma, honre a confiança que você depositou em mim.

Com imensa gratidão incluo a querida Profa. Liliane Capilé Charbel Novaes, minha orientadora no curso de Mestrado em Política Social, cuja orientação foi um alicerce fundamental na minha trajetória acadêmica. Levo também meus sinceros agradecimentos às Profas. Imar Domingos Queiróz, Izabel Cristina Dias Lira, Leana Oliveira Freitas, Marluce Aparecida Souza e Silva e Tânia Maria Santana dos Santos, com também à técnica Rosa, que com tanta eficiência e gentileza conduz os trabalhos da secretaria. Seu labor foi essencial para a conclusão daquele ciclo.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Solange Maria de Barros e ao Prof. Dr. Márcio Evaristo Beltrão, com os quais tive o privilégio de aprender tanto, sendo sua aluna. Meu aprendizado foi imensamente enriquecido por suas aulas e pelos espetaculares encontros no Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL), do qual tenho honra de ter participado. Aos queridos Profs. Drs. Rogério Vicente Ferreira e Ana Paula de Souza, pelo excelente trabalho na Coordenação do PPGEL, sempre solícitos, sou igualmente grata.

Agradeço com especial carinho às Profas. Dras. Alexcina Oliveira Cirne e Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli, que gentilmente aceitaram trazer suas valiosas contribuições a este trabalho, compondo as bancas de Qualificação e Defesa, como examinadoras externas. Suas percepções são profundamente enriquecedoras.

Aos meus amigos e grandes mestres, Profa. Dra. Caroline Pereira de Oliveira, Profa. Dra. Irene Cristina de Mello e Prof. Dr. Lucas Oliveira de Sousa, que no trabalho com Relações Internacionais na UFMT, foram muito mais do que chefes e instrutores: foram apoio constante, conselheiros e exemplos de integridade. Sinto por vocês um carinho e uma admiração, que vão muito além dos corredores da Universidade.

Agradeço ao caro Prof. Dr. Sérgio Roberto de Paulo, que assumiu a Secretaria de Relações Internacionais, e aos meus queridos colegas de trabalho na UFMT: Delvan (SECRI), Nina (SECRI), Odilio (SECRI), Paula (SECRI), Joíra (SECRI), Pedro (SECRI) Stéfani (SECRI), Célia (PROPG), Cláudia (PROPG) e Élide (PROPG). Obrigada pela parceria diária, pela paciência e por tornarem o ambiente de trabalho um lugar rico em aprendizados e experiências frutíferas. Cada um de vocês foi peça fundamental para que eu conseguisse conciliar minhas funções. Gratidão aos estudantes brasileiros e de diversos países do exterior, tanto os que compuseram, quanto os que compõem a comunidade acadêmica da UFMT, com

a qual estive em contato por muitos anos, vocês são a maior razão da dedicação ao meu trabalho.

Aos meus companheiros de jornada no PPGEL e no NEPEL, em especial Luci, Nilsa, Poliana, Sâmar, Marta, Priscilla, Rosa, João, Franciele, Juliana, Maria Júlia, Josenil, Túlio, Waldiana, Noêmia e Maria Heloísa: obrigada pela parceria, pelos auxílios preciosos e pela energia contagiante, que tornaram os dias de estudo mais leves e brilhantes. Levo cada um de vocês comigo e lhes desejo muito sucesso sempre.

Ao Juan Vicente Liendro Moncada, por estar ao meu lado me ajudando a superar as tribulações e vencer desafios, por compartilhar sua experiência docente com valiosas sugestões e ensinamentos, por sua parceria, pelo humor sempre bem-vindo, pelo acolhimento e pelo amor. Levo também no coração a Maria Celeste e o Vicente, muito obrigada pelo carinho constante.

Às minhas irmãs, Franzinha e à Vivi (em memória), meus docinhos nesta vida “meio doida”, feliz o tempo em que a Vivi iluminou nossas vidas. Franzinha querida, obrigada por estar sempre compartilhando suas novidades e dicas perspicazes de músicas, séries, elementos de culturas nacionais e internacionais, amo tudo isso! Às minhas tias amadas Nilda (em memória), Maria, Ceresley e Edna, vocês são flores perenes no jardim da minha vida. Aos meus tios Suzi, Duda, Wilson, Valmiro, José, Hamilton (em memória), João (em memória), Nelson (em memória) com grande ternura, minha gratidão.

Às minhas primas e aos meus primos, especialmente a Maria Karoline, a Eliane (e seus filhos Bella e Kauã) e ao Leandro (com sua esposa Mariele e o filho Henry), meu obrigada pelo apoio e pelo carinho. Aos amigos que são a família que a vida me deu: Abadessa, Dani Janaína, André, Felipe, Janaína, Cláudia, Selma, Rozi, Marilza, Beth, Gerardo, Jean Carlos, Francis e Dora. Vocês moram no meu coração, e mesmo na/ distância, são um farol constante, obrigada amores.

Recordo, com imensa alegria e gratidão, os meus primeiros passos no ambiente da Pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, onde trabalhei de 2008 a 2016. Meu sincero obrigada aos docentes Joanis Tilemahos Zervoudakis, João Garcia Caramori Júnior, Luciano da Silva Cabral, Eduardo Eustáquio de Souza Figueiredo, bem como às Profas. Gerusa da Silva Salles Corrêa, Luciana Keiko Hatamoto Zervoudakis, Rosemary Laís Galati e ao querido técnico da FAAZ/ UFMT, Miguel. Obrigada por me acolherem, guiarem e pelo incentivo fundamental; obrigada por acreditarem que eu chegaria até aqui, muito antes de eu assim também crer.

Um agradecimento muito especial aos meus amigos do Centro de Valorização à Vida - CVV (Cuiabá-MT), em especial à Isa, Neia, Alê, Nina, Bia, Bianca, Miguel, Lucio, Adriana, Ana Luísa, Évine, Mariana, Patrycia, Charles e tantos outros. Com vocês, entendi que o acolhimento é um grande gesto de amor ao próximo e que a gentileza faz muita diferença aos corações cansados. Parabéns por manterem e conduzirem esta obra tão importante!

Por fim, a tod@s @s pessoas com @s quais tive a felicidade de conviver e que, de alguma forma, tornaram este caminho possível. Sei que talvez eu não retribua a contento todo o bem, que todos aqui nomeados e os não nomeados (tão importantes quanto) me fizeram, mas desejo, do fundo do meu coração, que Deus abençoe imensamente cada uma de suas vidas. Que vocês tenham grandes vitórias, alegrias plenas e que a felicidade que me proporcionaram, retorne a vocês multiplicada. Quem, por um lapso de memória, não foi mencionad@, saiba que minha gratidão é igualmente sincera. Este trabalho é um pedaço de cada um(a) de vocês. Muito obrigada!

“Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver
amor, serei como o sino que ressoa ou como o prato que retine¹
Ainda que eu tenha o dom de profecia e saiba todos os mistérios e
todo o conhecimento, e tenha uma fé capaz de mover montanhas,
se não tiver amor, nada serei²
Ainda que eu dê aos pobres tudo o que possuo e entregue o meu
corpo para ser queimado, se não tiver amor, nada disso me valerá³
O amor é paciente, o amor é bondoso.
Não inveja, não se vangloria, não se orgulha⁴
Não maltrata, não procura seus interesses,
não se ira facilmente, não guarda rancor⁵”
(Bíblia, 1999; 1 Coríntios 13, 1-5).

RESUMO

Esta tese investiga criticamente os discursos de Internacionalização do Ensino Superior, tomando como estudo comparativo a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Apoiando-se em um quadro teórico-metodológico que articula a Análise Crítica do Discurso, proposta por Norman Fairclough com a perspectiva decolonial de Aníbal Quijano e Walter Mignolo. A pesquisa examina como a linguagem institucional, materializada em documentos oficiais, constrói, naturaliza ou contesta projetos distintos de inserção global, revelando as hierarquias de poder, saber e linguagem inerentes à geopolítica do conhecimento. A investigação situa a internacionalização, como um fenômeno historicamente tensionado entre a cooperação e a competição, marcado no contexto brasileiro por políticas como o Ciência sem Fronteiras e o CAPES-Print, que frequentemente reforçam assimetrias regionais e epistemológicas. Metodologicamente, a pesquisa apoia-se numa análise documental crítica de um vasto corpus (2010-2025), utilizando categorias híbridas como “discurso de excelência”, “assimetrias Norte-Sul”, “justiça cognitiva”, “colonialidade”, “inclusão/ equidade” e “materialidade orçamentária” para decifrar as estratégias discursivas das instituições. Os resultados demonstram uma separação profunda entre os modelos analisados: a USP personifica um projeto globalista, orientado por *rankings* e métricas de excelência internacional, lastreado por uma estrutura de governança profissionalizada, a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI) e orçamento robusto. Em contrapartida, a UFMT desenvolve uma estratégia de internacionalização contextualizada, ancorada na cooperação Sul-Sul, na sustentabilidade e na relevância regional, porém limitada por uma governança enxuta e crônica escassez de recursos. A análise ainda expõe a frequente invisibilidade de grupos específicos, como estudantes com deficiência, nos discursos e políticas, aprofundando mecanismos de exclusão. Em síntese, a internacionalização constitui um campo de disputa política e epistêmica. A superação do modelo hegemônico, exige a reorientação das políticas para valores de justiça cognitiva, equidade e pluralismo epistemológico, promovendo uma inserção global que não renuncie à missão social e à especificidade local das universidades públicas.

Palavras-chave: Internacionalização do Ensino Superior; Discurso; Justiça Cognitiva.

RESUMEN

Este estudio investiga críticamente los discursos de Internacionalización de la Educación Superior, tomando como estudio comparativo la Universidad de São Paulo (USP) y la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT). Apoyándose en un marco teórico-metodológico que articula el Análisis Crítico del Discurso, propuesto por Norman Fairclough con la perspectiva decolonial de Aníbal Quijano y Walter D. Mignolo. La investigación examina cómo el lenguaje institucional, materializado en documentos oficiales, construye, naturaliza o cuestiona proyectos distintos de inserción global, revelando las jerarquías de poder, saber y lenguaje inherentes a la geopolítica del conocimiento. La investigación sitúa la internacionalización como un fenómeno históricamente tensionado entre la cooperación y la competencia, marcado en el contexto brasileño por políticas como '*Ciência sem Fronteiras*' y el '*CAPES-Print*', que frecuentemente refuerzan asimetrías regionales y epistemológicas. Metodológicamente, la investigación se apoya en un análisis documental crítico de un vasto corpus (2010-2025), utilizando categorías híbridas como "discurso de excelencia", "asimetrías Norte-Sur", "justicia cognitiva", "colonialidad", "inclusión/equidad" y "materialidad presupuestaria" para descifrar las estrategias discursivas de las instituciones. Los resultados demuestran una profunda división entre los modelos analizados: la USP personifica un proyecto globalista, orientado por rankings y métricas de excelencia internacional, respaldado por una estructura de gobernanza profesionalizada, Agencia de la USP para la Cooperación Académica Nacional y Internacional (AUCANI) y un presupuesto robusto. Por su parte, la UFMT desarrolla una estrategia de internacionalización contextualizada, anclada en la cooperación Sur-Sur, la sostenibilidad y la relevancia regional, aunque limitada por una gobernanza austera y una crónica escasez de recursos. El análisis también expone la frecuente invisibilidad de grupos específicos, como estudiantes con discapacidad, en los discursos y políticas, profundizando los mecanismos de exclusión. En síntesis, la internacionalización constituye un campo de disputa política y epistémica. La superación del modelo hegemónico exige la reorientación de las políticas hacia valores de justicia cognitiva, equidad y pluralismo epistemológico, promoviendo una inserción global que no renuncie a la misión social y a la especificidad local de las universidades públicas.

Palabras clave: Internacionalización de la Educación Superior; Discurso; Justicia Cognitiva.

ABSTRACT

This study critically investigates the discourses of the Internationalization of Higher Education, using as a comparative study the University of São Paulo (USP) and the Federal University of Mato Grosso (UFMT). Drawing on a theoretical-methodological framework that articulates Critical Discourse Analysis proposed by Norman Fairclough, with the decolonial perspective of Aníbal Quijano and Walter D. Mignolo. The research examines how institutional language, materialized in official documents, constructs, naturalizes, or contests distinct projects of global insertion, revealing the hierarchies of power, knowledge and language inherent to the geopolitics of knowledge. The study positions internationalization as a phenomenon historically strained between cooperation and competition. In the Brazilian context, it has been shaped by policies such as '*Ciência sem Fronteiras*' and '*CAPES-Print*', which often reinforce regional and epistemological asymmetries. Methodologically, the research relies on a critical documentary analysis of a vast corpus (2010-2025), using hybrid categories such as 'excellence discourse', 'North-South asymmetries', 'cognitive justice', 'coloniality', 'inclusion/equity', and 'budgetary materiality' to decipher the discursive strategies of institutions. The results demonstrate a profound separation between the analyzed models: USP embodies a globalist project, oriented by rankings and metrics of international excellence, supported by a professionalized governance structure, USP International Cooperation Office (AUCANI) and a robust budget. In contrast, UFMT develops a contextualized internationalization strategy, anchored in South-South cooperation, sustainability, and regional relevance, yet limited by lean governance and chronic resource scarcity. The analysis also exposes the frequent invisibility of specific groups, such as students with disabilities, in discourses and policies, deepening mechanisms of exclusion. In summary, internationalization constitutes a field of political and epistemic dispute. Overcoming the hegemonic model requires reorienting policies towards the values of cognitive justice, equity, and epistemological pluralism, promoting a global insertion that does not renounce the social mission and local specificity of public universities.

Keywords: Internationalization of Higher Education; Discourse; Cognitive Justice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD - Análise Crítica do Discurso

AUF - Agência Universitária da Francofonia

AUCANI - Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional

AHELO - *Assessment of Higher Education Learning Outcomes*

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã

BRICS-NU - Rede de Universidades do BRICS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COIL - Aprendizagem Colaborativa Internacional Online

CsF - Ciência sem Fronteiras

EaD - Educação a Distância

ECInt - Escritório de Cooperação Internacional

EUA - *European University Association*

FE - Faculdade de Educação

FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FMVZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FSP - Faculdade de Saúde Pública

GATS - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

GCUB - Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras

IITs - *Indian Institutes of Technology*

IES - Instituições de Ensino Superior

IF - Instituto de Física

IL - Instituto de Linguagens

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IoC - Internacionalização do Currículo

LAI - Lei de Acesso à Informação

MAC - Museu de Arte Contemporânea

MASTS - Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOOCs - Cursos Online Abertos e Massivos

MSCA - Ações *Marie Skłodowska-Curie*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAEC - Programa de Alianças para a Educação e Capacitação

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PASPA - *Programa de Apoyos para la Superación del Personal Académico*

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDSE - Programa Doutorado-Sanduíche no Exterior

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação

PII - Plano Institucional de Internacionalização

PISA - *Programme for International Student Assessment*

PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

QS - *Quacquarelli Symonds*

SANORD - *Southern African-Nordic Centre*

SECRI - Secretaria de Relações Internacionais

STEM - Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática

THE - *Times Higher Education*

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UDUAL - União de Universidades da América Latina e do Caribe

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNAMAZ - Rede Amazônica de Universidades

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNAM - Universidade Nacional Autônoma do México

USP - Universidade de São Paulo

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

VE - *Virtual Exchange*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO: ACD, DECOLONIALIDADE E JUSTIÇA COGNITIVA	19
2.1 Análise Crítica do Discurso (ACD): Linguagem como Prática Social	20
2.1.1. Discurso e Mudança Social	21
2.1.2. Texto, Prática Discursiva e Prática Social	23
2.1.3. ACD e a Internacionalização do Ensino Superior	24
2.2. Pensamento Decolonial: Desconstruindo Hierarquias do Saber, do Poder e da Linguagem	26
2.2.1. (De)colonialidade do Poder	28
2.2.2. (De)colonialidade do Saber	30
2.2.3. (De)colonialidade da Linguagem	31
2.3. Justiça Cognitiva: Por um Diálogo de Saberes Plural	34
2.3.1. Conceito e Fundamentos	35
2.3.2. Justiça Cognitiva vs. Colonialidade do Saber	37
2.3.3. Justiça Cognitiva na Internacionalização Universitária	38
2.4 Articulação Teórica: ACD, Decolonialidade e Justiça Cognitiva	39
3. TRAJETÓRIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	43
3.1 CONTEXTO GLOBAL	44
3.1.1 Gênese e Desenvolvimento Histórico	45
3.1.2 Transição da Cooperação para a Competitividade	46
3.1.3 Atuação dos Organismos Multilaterais	47
3.2 PANORAMA BRASILEIRO	48
3.2.1 Marcos Normativos e Programas Estruturantes	49
3.2.2 Conquistas e Obstáculos Recentes	52
3.2.3 Análise Comparativa com Países do Sul Global	53
3.3 DIMENSÕES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	54
3.3.1 Currículo Internacionalizado	55
3.3.1.1 Integração de Saberes Globais e Interculturais	55
3.3.1.2 Tensão entre Globalização e Contextos Locais	57
3.3.2 Mobilidade Acadêmica	57
3.3.2.1 Movimento Discente: Intercâmbios e Dupla Diplomação	58
3.3.2.2 Circulação de Docentes e Pesquisadores	59

3.3.2.3 Desigualdades nos Fluxos Acadêmicos entre Norte e Sul	60
3.3.3 Cooperação Interinstitucional	61
3.3.3.1 Participação em Redes Universitárias Globais	62
3.3.3.2 Repercussões na Pesquisa e na Pós-graduação	63
3.3.4 Tecnologias Digitais na Internacionalização do Ensino Superior	64
3.3.4.1 Educação a Distância e Ofertas Formativas Online	65
3.3.4.2 Intercâmbio Virtual e Aprendizagem Colaborativa Internacional <i>Online</i> (COIL)	66
3.4 IDEAIS DE UMA INTERNACIONALIZAÇÃO MAIS JUSTA NO BRASIL	68
3.4.1 Diretrizes para Políticas Públicas Inclusivas e Estratégicas	69
3.4.2 Estratégias Institucionais para Equidade e Inovação na Internacionalização	71
3.4.3 Atores e Práticas Cotidianas: a internacionalização no nível individual	72
4. METODOLOGIA, CONTEXTO INSTITUCIONAL E PERCURSO INVESTIGATIVO	74
4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA: ANÁLISE DOCUMENTAL CRÍTICA E DECOLONIAL	75
4.1.1 Opção pela Análise Documental: justificativa e procedimentos	76
4.1.2 Articulação Teórico-Metodológica: ACD e (De)colonialidade	79
4.1.3 Operacionalização da ACD, Limitações e Estratégias de Rigor Analítico	81
4.2 CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES: USP E UFMT EM PERSPECTIVA COMPARADA	83
4.2.1 Universidade de São Paulo (USP): trajetória e perfil de internacionalização	85
4.2.2 Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): trajetória e perfil de internacionalização	87
4.2.3 Análise Comparativa Preliminar: convergências e divergências	89
4.3 PERCURSO DA PESQUISA: COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	92
4.3.1 Etapas da Investigação: da seleção à análise documental	94
4.3.2 Categorias de Análise: construindo o quadro interpretativo	96
4.3.3 Estratégias de Validação e Rigor Analítico	100
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA USP E NA UFMT	101
5.1 PLANEJAMENTO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS: A MATERIALIDADE FINANCEIRA DO DISCURSO ESTRATÉGICO E A REPRODUÇÃO DE ASSIMETRIAS	104
5.1.1 A Materialidade do Discurso Estratégico: planos formais e a fragmentação das práticas	106
5.1.1.1 Excelência Global e Fragmentação Estratégica: a ausência de um plano unificado na USP	107
5.1.1.2 A Vocação Regional como Eixo Estratégico: o plano formalizado da UFMT	111
5.1.1.3 Discussão Crítica: Planos <i>versus</i> Práticas - divergências e convergências nos modelos de internacionalização	114
5.1.2 Previsão Orçamentária e Disparidades de Recursos: a materialidade financeira do discurso estratégico	117

5.1.2.1 A USP e o Ciclo Virtuoso da Internacionalização: robustez orçamentária como alavanca para projeção global	118
5.1.2.2 Previsão Orçamentária e Disparidades de Recursos: a internacionalização como rubrica incipiente e dependente na UFMT	120
5.1.2.3 Disparidades Orçamentárias como Expressão da Colonialidade do Poder no Campo Acadêmico Global	123
5.1.3 O CAPES-Print como Mecanismo de Reforço das Assimetrias: uma análise crítica do fomento à internacionalização	125
5.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO: CURRÍCULO, INFRAESTRUTURA E CORPO DOCENTE EM PERSPECTIVA COMPARADA	128
5.2.1 A Arquitetura da Gestão: modelos de governança e sua capacidade executiva	129
5.2.1.1 A USP e a Gestão Profissionalizada da Internacionalização: a AUCANI como estrutura central e sua capilaridade institucional	130
5.2.1.2 A Gestão Centralizada e Enxuta da Internacionalização: a SECRI como estrutura operacional e seus desafios de capilaridade na UFMT	132
5.2.1.3 Discussão Crítica: estrutura de governança como expressão de agência e assimetria no campo acadêmico global	133
5.2.2 A Construção do “Bom Professor” e do “Bom Currículo”: critérios acadêmicos entre a excelência global e a justiça cognitiva	134
5.2.2.1 Os Editais de Concurso como Dispositivos de um Projeto Globalista: a construção do “bom professor” internacionalizado na USP	135
5.2.2.2 A UFMT: burocracia centralizada, justiça social e a ausência de exigências internacionalizantes nos critérios docentes	137
5.2.2.3 A Disputa Discursiva pela Qualidade Acadêmica: colonialidade do saber <i>versus</i> justiça cognitiva na seleção docente	138
5.2.3 A Narrativa Pública da Internacionalização: Sistemas de Informação e Comunicação como espelho das prioridades	141
5.2.3.1 A Narrativa da Excelência Global: a comunicação da USP como espelho de sua competitividade internacional	142
5.2.3.2 A Narrativa da Cooperação Contextualizada: a comunicação da UFMT entre a fronteira e o mundo	144
5.2.3.3 A Materialidade do Discurso e a Colonialidade do Saber: uma análise crítica dos Sistemas de Informação na internacionalização da USP e da UFMT	146
5.2.4 Acesso e Inclusão: a internacionalização e os estudantes com deficiência	148
5.3 LÍNGUAS, RANKINGS E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES	149
5.3.1 O Papel dos Idiomas Adicionais e a Questão Norte-Sul	150
5.3.1.1 A Primazia do Inglês e as Iniciativas de Multilinguismo na USP	152

5.3.1.2 A UFMT e a Polifonia Linguística na Periferia do Sistema Global: entre a recepção solidária e a barreira estrutural	155
5.3.1.3 Discussão Crítica: hierarquias linguísticas e colonialidade do caber na internacionalização do Ensino Superior	157
5.3.2 A Presença nos <i>Rankings</i> Internacionais: entre a adesão e a resistência	159
5.3.2.1 A USP e a Centralidade dos <i>Rankings</i> Internacionais: estratégias de adesão e visibilidade global	160
5.3.2.2 A UFMT e uma Lógica Distinta de Inserção Internacional: internacionalização solidária e inserção regional	162
5.3.2.3 <i>Rankings</i> Internacionais como Dispositivos de Poder: uma análise crítica das estratégias da USP e da UFMT	164
6. À GUIA DE CONCLUSÃO: A LINGUAGEM COMO CAMPO DE BATALHA E A BUSCA PELA JUSTIÇA COGNITIVA	166
REFERÊNCIAS	177

1. INTRODUÇÃO

A Internacionalização do Ensino Superior (ES) constitui um fenômeno multidimensional e historicamente enraizado, cuja trajetória revela uma tensão permanente entre a cooperação acadêmica e a competição estratégica, entre a homogeneização de modelos educativos e a afirmação de diversidades epistemológicas e culturais.

Desde as universidades medievais - que operavam em redes intelectuais transnacionais - até a atual configuração marcada por *rankings* globais e fluxos assimétricos de conhecimento, esse processo reflete as dinâmicas geopolíticas e econômicas de cada época, atuando simultaneamente como um vetor de integração e mecanismo de hierarquização acadêmica. No contexto contemporâneo, a internacionalização tem sido crescentemente orientada por paradigmas neoliberais que, privilegiam a mercantilização da educação, a competitividade institucional e a adoção de indicadores de desempenho alinhados a interesses econômicos globais.

Organismos multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial, ao promoverem agendas de harmonização curricular e de liberalização dos serviços educativos, tendem a reforçar assimetrias preexistentes, beneficiando Instituições do Norte Global em detrimento de sistemas periféricos, como os da América Latina e da África.

Essa orientação hegemônica não é neutra: está profundamente imbricada em relações de poder que frequentemente silenciam vozes e saberes alternativos, reproduzindo o que o pensamento decolonial identifica como colonialidade do saber (Quijano, 2005). Nesse quadro, epistemologias originárias do Sul Global, assim como modalidades de cooperação horizontal, são sistematicamente marginalizadas, aprofundando desigualdades cognitivas e limitando o potencial transformador da educação superior.

A opção por investigar este problema de pesquisa, no entanto, não emerge apenas de uma leitura teórica da literatura especializada, mas é fruto de uma trajetória profissional situada e de inquietações vivenciadas no cotidiano da gestão internacional universitária. Atuo como servidora na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) desde 2008 e trabalho na Secretaria de Relações Internacionais da instituição desde 2019. Nesse período, transitei por diferentes frentes de atuação: do acolhimento de estudantes estrangeiros no setor de Mobilidade *Incoming* à Assessoria de Parcerias Internacionais, função que exerci desde o período pandêmico até meu princípio como doutoranda em Estudos de Linguagem.

É dessa experiência concreta, e não de um lugar de observação impassível, que se origina o interesse central por esta tese. Foi no trabalho minucioso e, por vezes, frustrante, de construir e manter parcerias internacionais, que pude testemunhar em primeira mão as assimetrias materiais e simbólicas que caracterizam a geopolítica do conhecimento.

A UFMT, como muitas instituições do Sul Global, frequentemente se vê na posição de suplicante em um jogo cujas regras não definiu: para integrar redes e consórcios estratégicos, é comum que precise ser convidada e, quase sempre, assumir sozinha o ônus de custear taxas anuais de membresia, invariavelmente cotizadas em dólar ou euro. Essa realidade orçamentária, que drena recursos escassos de uma universidade com profundos desafios regionais e estruturais, tornou-se para mim a materialização mais clara das hierarquias acadêmicas globais.

Essa vivência profissional foi fundamental para cristalizar as tensões teóricas entre cooperação e competição, entre homogeneização e diversidade epistemológica. Ela me permitiu ver, para além dos discursos oficiais de "internacionalização a qualquer custo", os mecanismos práticos que reproduzem a dependência e silenciam agendas alternativas.

Portanto, este estudo é, em última instância, um desdobramento reflexivo desse engajamento prático. Ele parte do chão da universidade pública e periférica para interrogar criticamente os modelos hegemônicos, na firme convicção de que a análise acadêmica, quando articulada a uma experiência situada, pode ser uma ferramenta poderosa para desnaturalizar essas estruturas de poder e vislumbrar caminhos mais justos e verdadeiramente cooperativos.

Diante desse cenário, torna-se urgente uma análise crítica que desnaturalize os discursos dominantes e investigue os mecanismos pelos quais a linguagem institucional constrói, legitima e, por vezes, contesta projetos de internacionalização. Tais discursos, não são meros reflexos da realidade, mas práticas sociais ativas que conformam entendimentos, orientam políticas e consolidam hierarquias acadêmicas e geopolíticas (Fairclough, 2001), inclusive pela invisibilização de sujeitos e temáticas específicas, como a inclusão de estudantes com deficiência nos processos de mobilidade e cooperação internacional. Neste contexto, a investigação das repercussões concretas das práticas educacionais neoliberais nas universidades públicas brasileiras ganha centralidade.

O estudo comparativo entre duas instituições de diferentes regiões e perfis - a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - configura-se como uma lente privilegiada para capturar não apenas a homogeneização de modelos, mas também as resistências e os caminhos alternativos que emergem em contextos

institucionais distintos. Essa contraposição, torna possível analisar criticamente como tal lógica mercantil é apropriada, ressignificada ou contestada no cotidiano universitário, revelando os custos, as adaptações e os silenciamentos impostos por estes paradigmas, bem como as fendas por onde se inscrevem projetos contra-hegemônicos.

Neste sentido, a presente tese posiciona-se na intersecção entre a Análise Crítica do Discurso (ACD), na vertente de Norman Fairclough; o pensamento decolonial, ancorado em autores como Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2003), entre outros, e a justiça cognitiva, pautada em Santos (2018). Essa articulação teórico-metodológica permite, não apenas discutir as estratégias linguísticas e textuais presentes em documentos institucionais, mas também situá-las no quadro mais amplo das estruturas de poder colonial, que continuam a moldar o campo acadêmico global.

A originalidade do estudo reside na abordagem comparativa entre duas universidades brasileiras com perfis contrastantes: a USP, instituição centenária e alinhada aos parâmetros hegemônicos de excelência global, e a UFMT, universidade de perfil regional, com forte vocação para a cooperação Sul-Sul e enfrentamento de desafios estruturais. Essa contraposição oferece um terreno fértil, para examinar como diferentes contextos institucionais produzem discursos e práticas de internacionalização distintivos.

Além disso, a pesquisa avança ao examinar, não apenas o conteúdo explícito das políticas, mas também a sua materialidade financeira, administrativa e curricular, considerando orçamentos, estruturas de governança, critérios de seleção docente e a acessibilidade dos programas, como elementos discursivos que revelam prioridades e projetos políticos subjacentes. Dessa forma, busca-se superar uma visão meramente declaratória da internacionalização, destacando as dissonâncias entre o discurso estratégico e a sua operacionalização concreta. Ao focar no Brasil - um país de economia emergente e profundas desigualdades regionais -, a tese contribui para um debate mais amplo sobre as possibilidades e os limites de uma internacionalização, mais inclusiva e de viés decolonial.

Questiona-se, assim, em que medida as universidades públicas podem construir alternativas ao modelo hegemônico, promovendo uma integração global que não renuncie à sua missão social, à justiça cognitiva - entendida, neste trabalho, conforme Boaventura de Sousa Santos (2007), como o reconhecimento equitativo e a valoração de epistemologias e saberes historicamente marginalizados, em contraposição à hierarquia global do conhecimento de matriz colonial - e às especificidades locais.

O cerne deste estudo reside no seguinte problema de pesquisa: Como a linguagem institucional - materializada em documentos oficiais - constrói, naturaliza ou contesta projetos

de internacionalização na USP e na UFMT, e em que medida esses discursos reproduzem ou desafiam hierarquias epistemológicas e assimetrias de poder inerentes à geopolítica do conhecimento, seja nas relações Norte-Sul, seja na exclusão de grupos específicos, como pessoas com deficiência?

Esta interrogação surge da percepção de que a Internacionalização do Ensino Superior não é um fenômeno neutro, mas um campo de disputa onde se definem os sentidos da universidade contemporânea. Os documentos institucionais - planos, editais, relatórios - não são meros registros administrativos; operam como artefatos discursivos que projetam visões de mundo específicas, legitimam certas práticas e silenciam outras, tornando-se, portanto, objeto privilegiado para decifrar os projetos políticos subjacentes às estratégias de inserção global.

A relevância deste problema é dupla. Primeiro, permite deslocar o foco da análise da internacionalização, como um conjunto de ações mensuráveis - número de acordos, mobilidade - para os valores e prioridades que a orientam. Em segundo lugar, ao eleger duas universidades com perfis distintos, o estudo busca capturar a extensão das assimetrias e as diferentes formas de negociação com o cenário internacional, que caracterizam o sistema brasileiro.

O problema pressupõe que a linguagem oficial não apenas descreve a realidade, mas a constitui, atuando como um mecanismo de poder que pode tanto reforçar quanto questionar ordens estabelecidas. Para elucidar essa construção discursiva, a pesquisa se ancora em um arcabouço teórico híbrido e crítico, articulando a Análise Crítica do Discurso (ACD), na vertente de Norman Fairclough, com o Pensamento Decolonial.

A ACD fornece as ferramentas analíticas para examinar minuciosamente as escolhas lexicais, as estruturas textuais e as estratégias de legitimação presentes nos documentos, tratando a linguagem como uma prática social, indissociável das relações de poder (Fairclough 1989, 2001). Conceitos como intertextualidade e pressuposição são mobilizados para revelar como termos aparentemente justos - como “excelência”, “competitividade global” ou “classe mundial” - carregam consigo projetos ideológicos específicos e naturalizam determinados modelos de universidade (Fairclough, 2001).

O pensamento decolonial, por sua vez, oferece a lente histórica e política indispensável, para contextualizar essas práticas discursivas no marco mais amplo da colonialidade do saber. Esta noção, cunhada por Quijano (2005), refere-se à hierarquização global dos conhecimentos que privilegia epistemologias eurocêntricas, em detrimento de saberes alternativos, particularmente os do Sul Global.

A articulação com a ACD, permite interpretar as estratégias discursivas, não como escolhas técnicas isoladas, mas como manifestações de uma estrutura de poder vigente que posiciona instituições, línguas e formas de conhecimento em uma ordem assimétrica. Dessa forma, questiona-se a própria noção hegemônica de “internacionalização”, interrogando se ela representa um verdadeiro diálogo de saberes ou a perpetuação de uma lógica colonial.

Operacionalmente, a investigação adota a análise documental crítica como método central. O *corpus* é constituído por um amplo conjunto de documentos produzidos pelas duas Instituições e por órgãos centrais - como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) - no período de 2010 a 2025, categorizados em quatro eixos: normativos (leis, resoluções), estratégicos (Planos de Desenvolvimento Institucional - PDIs, Planos de Internacionalização Institucional - PIIs), programáticos (editais de mobilidade, editais de concursos para docentes) e informativos (portais da web, relatórios de gestão). A seleção desse recorte temporal, permite observar a evolução das políticas em um período marcado pela consolidação de programas como o Ciência sem Fronteiras e o Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-Print), bem como por significativas mudanças no cenário político-econômico nacional.

O desenho comparativo entre a USP e a UFMT é um elemento-chave da metodologia. A contraposição estratégica dos modelos de internacionalização da USP e da UFMT, oferece um terreno fértil para analisar como contextos institucionais distintos - em termos de recursos, história e missão - produzem discursos possivelmente também distintos, sobre o que significa “ser internacional”.

A análise propriamente dita é guiada por um sistema híbrido de categorias, *a priori* - derivadas do referencial teórico, como “discurso de excelência”, “assimetria Norte-Sul”, “justiça cognitiva” - e categorias emergentes, identificadas durante a imersão nos documentos, como “inclusão/equidade” e “materialidade orçamentária”.

O rigor analítico apoia-se em uma abordagem de cristalização - por fontes documentais e por perspectivas teóricas - e na manutenção de um diário de pesquisa reflexivo, que registra as orientações interpretativas e o posicionamento da pesquisadora. A interpretação, conduzida pela lente do pesquisador como *bricoleur*, busca capturar a multiplicidade de realidades discursivas, identificando padrões, contradições e silenciamentos, sempre articulando a materialidade textual às condições sociais de produção dos documentos.

Espera-se que esta investigação contribua para o campo dos estudos da internacionalização, ao demonstrar a fertilidade da articulação entre ACD e decolonialidade para a análise de políticas educacionais. Ao pontuar a linguagem como um terreno de disputa,

a tese almeja oferecer uma crítica substantiva aos modelos hegemônicos, que frequentemente aprofundam desigualdades, ao mesmo tempo em que vislumbra possibilidades alternativas ancoradas na justiça cognitiva e na relevância social. A análise comparativa busca superar generalizações sobre o “caso brasileiro”, destacando a diversidade e as tensões internas que caracterizam o sistema nacional de Ensino Superior.

Neste sentido, a tese estrutura-se em quatro capítulos interligados. O capítulo II que subsidia a teoria abarcada. O capítulo III revisa a trajetória histórica e as dimensões conceituais da internacionalização, situando o debate no contexto global e brasileiro. O capítulo IV detalha a metodologia, o contexto das instituições investigadas e o percurso da pesquisa, fundamentando as escolhas analíticas. O capítulo V, por sua vez, apresenta os resultados e a discussão, organizados em eixos temáticos que exploram a materialidade do discurso estratégico, a operacionalização da internacionalização e as tensões em torno de línguas e *rankings*, culminando na análise comparativa que responde ao problema de pesquisa formulado.

Este estudo estrutura-se em torno de um propósito central, articulado com desdobramentos específicos, que orientam o percurso analítico e interpretativo. O objetivo geral consiste em analisar criticamente, à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD) e do pensamento decolonial, como os discursos institucionais da USP e da UFMT constroem projetos distintos de Internacionalização do Ensino Superior, identificando continuidades, rupturas e implicações para a justiça cognitiva. Este eixo central busca decifrar a linguagem oficial não como um reflexo apartidário da realidade, mas como uma prática social ativa que modela visões de mundo, naturaliza hierarquias e projeta futuros desejados para a universidade no cenário global.

Para operacionalizar essa análise macro, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Mapear e contrastar as estratégias discursivas presentes nos documentos oficiais de internacionalização da USP e da UFMT, com ênfase nos eixos de planejamento, operacionalização e avaliação.
- Identificar como os critérios de excelência, qualidade e competitividade são mobilizados nos documentos, interrogando seus fundamentos ideológicos e seus efeitos na hierarquização de saberes e na (in)visibilização de agendas de inclusão, como a acessibilidade para estudantes com deficiência.

- Examinar as materialidades discursivas - como orçamentos, estruturas de governança e editais - que sustentam (ou fragilizam) os projetos de internacionalização em cada instituição.
- Propor reflexões orientadas para uma internacionalização mais justa e epistemicamente plural no Brasil, com base nas lições extraídas da análise comparativa.

Em síntese, os objetivos aqui delineados guiaram uma investigação que ultrapassou a descrição de políticas, para se tornar uma crítica às estruturas de poder e saber que as sustentam. Ao decifrar como a linguagem institucional constrói realidades tão díspares, a tese contribui para o debate urgente do projeto de internacionalização que queremos para o Ensino Superior brasileiro: um que reproduza hierarquias globais, ou um que sirva como ferramenta para a democratização do conhecimento e a promoção da justiça cognitiva?

2. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO: ACD, DECOLONIALIDADE E JUSTIÇA COGNITIVA

Este capítulo materializa parte significativa do arcabouço teórico-metodológico que fundamenta a análise crítica dos discursos sobre a internacionalização do ensino superior. Para tanto, articula três perspectivas interligadas: a Análise Crítica do Discurso (ACD), o Pensamento Decolonial e o princípio da Justiça Cognitiva. A orientação desse tripé teórico, justifica-se pela complementaridade de suas abordagens, permitindo uma investigação multidimensional que conecta a linguagem, o poder e a ética epistêmica.

A Análise Crítica do Discurso, conforme preconiza Norman Fairclough (2001), oferece as ferramentas para examinar a linguagem como prática social constitutiva. Seu enfoque tridimensional - texto, prática discursiva e prática social - permite desvendar como os discursos oficiais não apenas descrevem, mas também constroem e legitimam realidades, naturalizando certas ordens e relações de poder, no caso desta pesquisa, quanto ao contexto universitário.

Em diálogo com a ACD, o pensamento decolonial, forjado por intelectuais como Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2003), fornece a profundidade histórica e epistemológica para compreensão das estruturas de dominação que perduram na modernidade. Os conceitos de colonialidade do poder, do saber e da linguagem revelam como hierarquias raciais, epistêmicas e linguísticas se reproduzem, inclusive nas políticas acadêmicas contemporâneas. A crítica decolonial demonstra que a suposta universalidade do

conhecimento é, na verdade, uma expressão da razão eurocêntrica, que subalterniza outros modos de conhecer e existir. Cenário no qual, a hegemonia do inglês como língua franca acadêmica e a valorização de modelos institucionais do Norte Global são vistas como manifestações dessa colonialidade.

Como resposta normativa e projetiva a essas assimetrias, introduz-se o princípio da justiça cognitiva, cunhado por Boaventura de Sousa Santos (2018). Este princípio defende o reconhecimento e a validação da pluralidade de saberes, propondo a ecologia de saberes como prática de diálogo horizontal entre diferentes sistemas de conhecimento.

A articulação entre essas três correntes - ACD, decolonialidade e justiça cognitiva - configura uma lente analítica robusta. Enquanto a ACD desmonta os mecanismos discursivos e a decolonialidade expõe suas raízes históricas de dominação, a justiça cognitiva aponta para um horizonte de transformação, orientado pela equidade epistêmica e pela solidariedade intelectual.

Em suma, este capítulo não apenas apresenta ferramentas de análise, mas também estabelece um compromisso ético, com a desnaturalização de discursos hegemônicos e a imaginação de uma internacionalização universitária verdadeiramente plural e contra-hegemônica. Busca-se descortinar, em que medida as políticas de internacionalização reproduzem ou contestam as estruturas de colonialidade, e como podem ser reorientadas em favor da justiça cognitiva.

2.1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD): LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL

A Análise Crítica do Discurso (ACD), tal como na vertente desenvolvida por Norman Fairclough (2001), constitui-se não como uma mera técnica de análise linguística, mas com um campo teórico-metodológico engajado, que investiga a linguagem em sua inextricável condição de prática social. Neste arcabouço, o discurso transcende a função de representação do real, para assumir um papel constitutivo e dialógico com as estruturas sociais.

Fairclough (2006) postula que a linguagem é um modo de ação, um “momento” do processo social que mantém uma relação dialética com outras instâncias, como a economia e as instituições. Dessa forma, a ACD se posiciona como um instrumento analítico fundamental para desvendar como as práticas linguísticas estão profundamente imbricadas na produção, na sustentação e na contestação de relações de poder e de ideologias.

A proeminência analítica da ACD faircloughiana reside em sua capacidade de desnaturalizar construções discursivas, que apresentam ordens sociais contingentes como se

fossem naturais e inevitáveis. O autor demonstra, por exemplo, como o “globalismo” - a narrativa neoliberal da globalização - opera uma redução do fenômeno complexo da globalização a termos puramente econômicos, mascarando interesses particulares sob uma roupagem de universalidade (Fairclough, 2006).

A tarefa crítica da ACD é, portanto, tornar claros os pressupostos ideológicos embutidos na linguagem, evidenciando os mecanismos pelos quais o discurso pode cristalizar visões de mundo que servem a projetos hegemônicos específicos. Para operacionalizar essa crítica, Fairclough (2006) propõe uma abordagem tridimensional que articula a análise do texto (a materialidade linguística e semiótica), da prática discursiva (os processos de produção, distribuição e consumo do texto) e da prática social (o contexto institucional e estrutural mais amplo).

Essa integração permite compreender não apenas o que um texto diz, mas como ele é produzido em determinadas condições sociais e que efeitos pode gerar ao ser consumido. É essa visão integrada que confere à ACD seu caráter transdisciplinar, permitindo conectar a microanálise textual às macroestruturas da economia política, tornando-a uma ferramenta singular e robusta para a investigação crítica de fenômenos sociais complexos, como a internacionalização do ensino superior.

2.1.1. Discurso e Mudança Social

A Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme a concepção de Norman Fairclough (2001), compreende a linguagem não como um espelho da realidade, mas como uma forma de prática social intrinsecamente ligada aos processos de mudança e reprodução da sociedade. Para o autor, o discurso é um modo de ação que constitui e é constituído pelas estruturas sociais. Ele afirma que “o discurso é um elemento ou ‘momento’ do processo social que está dialeticamente relacionado a outros momentos” (Fairclough, 2006, p. 25). Dessa forma, a ACD posiciona-se como uma ferramenta analítica que visa desvendar como as práticas linguísticas participam ativamente da construção, manutenção e desafio das relações de poder e ideologia.

Fairclough (2006) reforça que a mudança social está entrelaçada com a mudança discursiva. Ele argumenta que “a mudança social pode ser concebida como uma mudança nas relações entre elementos sociais de todos os tipos, como uma ‘rearticulação’ de elementos sociais que os traz para novas relações” (Fairclough, 2006, p. 18). Nessa perspectiva, transformações em instituições, economias e identidades são frequentemente precedidas,

acompanhadas ou consolidadas por reconfigurações nas ordens do discurso - os conjuntos estruturados de gêneros, discursos e estilos que caracterizam um campo social.

Um dos contributos centrais de Fairclough é a demonstração de como o discurso veicula ideologias que naturalizam ordens sociais contingentes. Ao analisar o “globalismo” - a narrativa neoliberal da globalização -, o autor mostra como este discurso opera para apresentar interesses particulares como universais e inevitáveis. Ele observa que o globalismo “representa o fenômeno altamente complexo da globalização de forma reduitiva como puramente econômico, como uma forma particular de capitalismo” (Fairclough, 2006, p. 17). A tarefa da ACD, portanto, é desnaturalizar esses construtos discursivos, revelando seus pressupostos e as relações de poder que sustentam.

A capacidade do discurso de efetivar mudanças vai além da representação ou da persuasão. Fairclough (2006) introduz a noção de efeito causal e operacionalização do discurso. Ele explica que, sob condições sociais específicas, as representações discursivas podem ser postas em prática, materializando-se no mundo social: “as mudanças no discurso são ‘operacionalizadas’ em uma mudança social mais ampla, o discurso por assim dizer ‘se transforma em outras coisas’” (Fairclough, 2006, p. 18). Um imaginário econômico neoliberal, por exemplo, pode “se transformar” em políticas, práticas administrativas e novas subjetividades.

A relação entre discurso e mudança social é, para Fairclough (2006), fundamentalmente dialética. Isso significa que, embora o discurso e outras instâncias da vida social (como a economia ou as instituições) sejam diferentes e irredutíveis entre si, eles não são discretos. “Os limites entre eles são fluidos”, e o discurso “internaliza de alguma forma tudo o que ocorre como outros momentos” (Fairclough, 2006, p. 25). Essa visão supera tanto um determinismo econômico quanto um voluntarismo discursivo, situando a linguagem em uma relação de interdependência com o todo social.

No contexto de processos transnacionais como a globalização, Fairclough (2006) destaca o conceito de recontextualização para analisar como discursos globais são re-localizados em contextos nacionais e locais. Esse processo não é passivo, mas ativo e conflitivo, envolvendo “uma relação de colonização e uma relação de apropriação” (Fairclough, 2006, p. 29). A análise deve, assim, atentar para como os discursos externos são adaptados, resistidos ou hibridizados ao entrarem em contato com as ordens do discurso locais, gerando resultados imprevisíveis e singulares.

Para realizar essa análise, Fairclough (2006) defende uma abordagem transdisciplinar, integrando a ACD a um quadro teórico mais amplo, como a economia política cultural. O

objetivo é “alcançar um tratamento mais satisfatório do discurso dentro de uma abordagem de economia política cultural da globalização” (Fairclough, 2006, p. 20). Isso permite conectar a análise textual fina com as macroestruturas sociais, mostrando como a linguagem é um momento inseparável das transformações históricas.

A ACD faircloughiana oferece um arcabouço robusto para investigar a mudança social pela lente da linguagem. Ao tratar o discurso como prática social, ideologia e poder, e ao compreender sua relação dialética com outras esferas da sociedade, fornece as ferramentas para “ilustrar a contribuição que a análise textual pode fazer” (Fairclough, 2006, p. 35) na compreensão de processos complexos. Esse fundamento é indispensável para uma análise crítica e desnaturalizante de políticas contemporâneas, como as de internacionalização universitária.

2.1.2. Texto, Prática Discursiva e Prática Social

Para Norman Fairclough (2006), a Análise Crítica do Discurso (ACD) opera a partir de uma perspectiva tridimensional que articula texto, prática discursiva e prática social. Essa abordagem permite compreender como os discursos são produzidos, circulam e são consumidos em contextos sociais específicos, ao mesmo tempo em que revela suas conexões com estruturas mais amplas de poder e ideologia. O texto, nesse modelo, não é um artefato isolado, mas a materialização semiótica de processos sociais complexos.

No nível do texto, a análise concentra-se nas propriedades linguísticas e semióticas concretas, abrangendo desde itens lexicais e estruturas gramaticais até a organização discursiva global. Fairclough (2006) amplia a noção tradicional de texto, incluindo não apenas a escrita, mas também a fala e os textos multimodais, como os veiculados pela televisão e internet, nos quais a linguagem se combina com imagens, sons e outros recursos semióticos. A análise textual examina, por exemplo, como a nominalização pode ocultar agentes e responsabilidades, ou como a modalidade expressa graus de assertividade e comprometimento, elementos cruciais para evidenciar os posicionamentos ideológicos subjacentes.

A prática discursiva refere-se aos processos de produção, distribuição e consumo dos textos, situando-os em ordens de discurso específicas. Esse nível intermediário da análise considera como os textos ‘*draw upon*’ (recorrem a) e recontextualizam discursos, gêneros e estilos disponíveis socialmente. Fairclough (2006) enfatiza que os textos frequentemente exibem hibridismo interdiscursivo, mesclando de maneira complexa e, por vezes, não

convencional, elementos de diferentes ordens do discurso. Esse fenômeno é particularmente relevante em contextos de globalização, onde discursos transnacionais são recontextualizados em realidades locais, gerando novas configurações semióticas.

A prática social, por sua vez, situa as práticas discursivas no quadro mais amplo das estruturas e instituições sociais. Nesse nível, analisam-se as ordens de discurso - conjuntos estruturados de discursos, gêneros e estilos associados a uma instituição ou organização - e como elas se relacionam dialeticamente com outras dimensões da vida social, como a economia e a política. Fairclough (2006, p. 13) concebe a ordem do discurso como “o momento semiótico ou discursivo” de uma rede de práticas sociais, estabelecendo uma relação dialética com os outros elementos constitutivos da vida institucional.

A relação entre esses três níveis é dialética e mediada. As práticas sociais, enquanto formas habituais ou institucionalizadas de agir em determinadas esferas, delimitam as práticas discursivas possíveis, que, por sua vez, produzem textos concretos. No entanto, Fairclough (2006) ressalta que não há uma determinação simples entre o que geralmente acontece em uma instituição (prática social) e o que efetivamente ocorre em um evento comunicativo particular (texto). Os agentes sociais possuem capacidade de agência, podendo produzir textos que desafiam e transformam as ordens do discurso estabelecidas.

A tridimensionalidade faircloughiana oferece, assim, uma ferramenta essencial para investigar, como a linguagem participa ativamente da construção da realidade social. Ao conectar a análise textual detalhada à exploração das práticas discursivas e sua inserção em práticas sociais mais amplas, é possível desnaturalizar discursos hegemônicos e revelar os mecanismos pelos quais eles sustentam ou contestam relações de poder. Essa abordagem é fundamental para analisar criticamente políticas de internacionalização universitária, permitindo examinar não apenas o que os documentos oficiais dizem, mas como o dizem, em que contextos circulam e que efeitos sociais podem produzir.

2.1.3. ACD e a Internacionalização do Ensino Superior

A Análise Crítica do Discurso (ACD), em Norman Fairclough, oferece um instrumental teórico-metodológico potente, para desnaturalizar os discursos oficiais que orientam a internacionalização do ensino superior. Ao tratar a linguagem como prática social, a ACD permite examinar como as políticas de internacionalização não apenas descrevem, mas ativamente constroem e legitimam determinadas visões de mundo, relações de poder e modelos institucionais.

Fairclough (2006, p. 17) demonstra como discursos aparentemente neutros, como o “globalismo”, operam uma “redução” da complexidade dos fenômenos sociais a termos puramente econômicos, naturalizando assim agendas específicas. De modo análogo, os discursos hegemônicos da internacionalização frequentemente apresentam a inserção global como um imperativo técnico e inevitável, mascarando seus fundamentos ideológicos e os interesses que os sustentam.

A tridimensionalidade faircloughiana - texto, prática discursiva e prática social - permite uma análise integrada desses discursos. No nível textual, é possível identificar, por exemplo, o uso recorrente de um léxico empresarial - como “competitividade”, “excelência”, “ranking” e “marca” - que recontextualiza, no campo acadêmico, lógicas e valores originários do setor privado.

Fairclough (2006, p. 15) observa que tal recontextualização é um processo ativo de “apropriação” que pode gerar “formas de ‘sincretismo’”, ou seja, práticas e ordens do discurso híbridas. A análise detalhada de textos oficiais, pode revelar como essas escolhas lexicais não são inocentes; elas constroem uma representação particular da universidade, reposicionando-a como uma organização que compete em um “mercado global” do conhecimento.

No nível das práticas discursivas, a ACD investiga como esses textos são produzidos, distribuídos e consumidos no âmbito das universidades. Os gêneros discursivos típicos da internacionalização - planos estratégicos, relatórios de gestão, acordos de cooperação - constituem-se em veículos privilegiados para a disseminação de um imaginário específico.

Fairclough (2006, p. 13) concebe os gêneros como “maneiras particulares de agir (interagir) comunicativamente” que se articulam em “ordens do discurso”. A proliferação desses gêneros nas instituições de ensino superior sinaliza uma reconfiguração de suas ordens do discurso, na qual linguagens e racionalidades administrativa e acadêmica se entrelaçam de forma cada vez mais íntima, conformando novas formas de interação e gestão.

Ao conectar essas práticas discursivas ao nível mais amplo da prática social, a ACD pode tornar evidente, como o discurso da internacionalização está intrinsecamente ligado a transformações nas estruturas e funções sociais da universidade. A operacionalização desse discurso - sua tradução em políticas, estruturas administrativas, incentivos e critérios de avaliação - materializaria uma rearticulação das relações entre a universidade, o Estado e o mercado.

Fairclough (2006, p. 18) enfatiza que, em condições sociais favoráveis, o discurso pode “se transformar em outras coisas”, internalizando-se em novas realidades institucionais e identidades profissionais. Dessa forma, a ênfase discursiva na “competitividade global” pode

se materializar em reformas curriculares, na priorização de áreas de pesquisa “estratégicas” e na valorização de um perfil específico de docente-investigador “internacionalizado”.

A noção de interdiscursividade é central para compreender a composição desse discurso. O discurso da internacionalização no ensino superior raramente se apresenta de forma pura; antes, caracteriza-se por um hibridismo interdiscursivo, amalgamando elementos de discursos neoliberais, gerencialistas e acadêmicos tradicionais.

Fairclough (2006, p. 14) argumenta que os textos frequentemente “misturam discursos, gêneros ou estilos de diferentes ordens do discurso”. Essa mistura pode obscurecer tensões e contradições inerentes ao processo, como, por exemplo, o conflito entre a retórica da cooperação acadêmica horizontal e a lógica competitiva de captação de recursos e talentos.

Em suma, a ACD possibilita desvelar a função ideológica desses discursos, mostrando como eles podem contribuir para legitimar desigualdades e assimetrias no sistema global de conhecimento. Ao naturalizar certos pressupostos - como a superioridade de modelos institucionais oriundos do Norte global ou a centralidade do inglês como língua franca -, o discurso hegemônico da internacionalização pode inadvertidamente reproduzir o que estudiosos decoloniais identificam como a “colonialidade do saber”.

A tarefa crítica, portanto, é examinar como a linguagem, longe de ser um meio transparente de comunicação, é um terreno de disputa onde se definem os sentidos, os fins e as próprias identidades das universidades no cenário global contemporâneo. A aplicação da ACD à internacionalização do ensino superior revela-se, assim, um exercício necessário de desnaturalização de possíveis ‘verdades’ estabelecidas, abrindo espaço para a imaginação de alternativas mais plurais e equitativas.

2.2. PENSAMENTO DECOLONIAL: DESCONSTRUINDO HIERARQUIAS DO SABER, DO PODER E DA LINGUAGEM

O pensamento decolonial emerge no final do século XX como um projeto intelectual e político, articulado em torno do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Este coletivo, formado por proeminentes intelectuais latino-americanos como o peruano Aníbal Quijano, os argentinos Walter Dignolo e Enrique Dussel, os colombianos Santiago Castro-Gómez e Arturo Escobar, o porto-riquenho Ramón Grosfoguel, a estadunidense radicada no Equador Catherine Walsh e o venezuelano Edgardo Lander, realizou um movimento epistemológico fundamental ao radicalizar o argumento pós-colonial.

Eles propuseram o “giro decolonial” como chave para a renovação crítica das ciências sociais na América Latina. Diferentemente do pós-colonialismo, que frequentemente mantém um diálogo estrutural com o cânone europeu, o giro decolonial busca uma ruptura mais profunda, partindo do reconhecimento de que a modernidade e a colonialidade são duas faces da mesma moeda.

Como explica Ballestrin (2013, p. 91), o grupo “atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente”, defendendo a “opção decolonial” como caminho para compreender e atuar em um mundo marcado pela permanência da colonialidade.

Nesse marco teórico, a colonialidade do poder, conceito seminal desenvolvido por Aníbal Quijano, apresenta-se como o eixo estruturante dessa matriz. Ela não se refere ao colonialismo como administração política, já superado na maior parte do mundo, mas a um “padrão de poder mundial” (Quijano, 2005, p. 117) que se mantém e se reconfigura, tendo a classificação racial da população mundial como seu princípio organizador fundamental.

Esta dimensão, explorada a seguir, demonstra como a hierarquia global baseada na ideia de raça permeia todas as esferas da vida social, constituindo a base oculta sobre a qual se ergueu o capitalismo global e eurocêntrico. A colonialidade do poder, portanto, fornece a chave para desvendar as estruturas profundas de dominação que perpetuam assimetrias mesmo após as independências formais.

Desdobrando-se diretamente da colonialidade do poder, a colonialidade do saber refere-se à hierarquização epistemológica global que desqualifica e marginaliza os conhecimentos produzidos fora da tradição europeia. Trata-se de um pilar essencial da matriz moderno/ colonial, que opera uma violência epistêmica ao estabelecer uma rígida divisão entre modos de conhecer legitimados e saberes subalternizados. Walter Mignolo (2003) identifica nesse processo uma “*subordinación de conocimientos y lenguas*”, onde a razão eurocêntrica se erige como paradigma universal de objetividade.

Na sequência, examina-se como essa hierarquia não é um acidente, mas um projeto deliberado de controle cognitivo, cuja superação exige um processo de “(re)existência epistêmica” (Walsh, 2009, p. 145) e “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2011, p. 122). A crítica decolonial avança ainda para o domínio da linguagem. A colonialidade da linguagem revela como a hegemonia de idiomas europeus, notadamente o inglês como língua franca acadêmica, atua como um mecanismo sutil e eficaz de manutenção da hierarquia cognitiva global. Esta não é uma questão de mera praticidade comunicativa, mas uma operação política.

Yuderkys Espinosa Miñoso (2019, p. 55) argumenta que se trata de uma “*política lingüística de la desposesión*” que desqualifica as “*formas otras de nombrar y significar el mundo*”. A linguagem, portanto, longe de ser um veículo neutro, é portadora de cosmovisões e um campo de poder onde se disputa a capacidade de significar a realidade. A articulação entre essas três dimensões - poder, saber e linguagem - é fundamental para a análise proposta por este capítulo.

Ballestrin (2013, p. 101) sintetiza que a colonialidade “se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser”, sendo esta última intimamente ligada à linguagem. O grupo M/C, com seu caráter transdisciplinar e coletivo, foi essencial para desenvolver essa visão integrada. Sua força orientadora, como aponta Escobar (2003, p. 53), é uma “reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos”.

Esta seção reflete as bases para a análise crítica do discurso da internacionalização do ensino superior. Ao adotar a lente do pensamento decolonial, torna-se possível desnaturalizar discursos e práticas que, muitas vezes de forma não intencional, reproduzem as hierarquias de poder, saber e linguagem. A investigação subsequente, dividida nos três eixos, demonstrará como a colonialidade se manifesta nas políticas universitárias, propondo, em contrapartida, os caminhos abertos pela opção decolonial para se imaginar uma internacionalização verdadeiramente plural e contra-hegemônica, à altura do projeto intelectual inaugurado por Quijano, Mignolo e seus pares.

2.2.1. (De)colonialidade do Poder

A colonialidade do poder, conceito seminal desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, oferece uma chave interpretativa crucial para desvendar as estruturas profundas de dominação que perduram muito além dos fins formais dos impérios coloniais. Quijano (2005) localiza a gênese deste padrão de poder global na constituição da América, como o primeiro espaço/ tempo moderno, onde se articulam dois eixos fundamentais: a invenção da categoria “raça” como um critério de classificação social básica e a articulação de todas as formas históricas de trabalho em torno do capital e do mercado mundial.

Ele define este padrão como um “padrão de poder mundial” cujo eixo fundamental é “a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial” (Quijano, 2005, p. 117).

Esta não foi uma mera justaposição, mas uma imbricação estrutural onde a ideia de raça se tornou o fundamento para uma nova geografia social do poder. A classificação racial da população mundial, segundo Quijano (2005), estabeleceu uma hierarquia global que naturalizou a associação entre “branquitude” e trabalho assalariado, de um lado, e entre populações não europeias e formas de trabalho coercitivo e não remunerado, de outro.

Desse modo, a colonialidade do poder não é um epifenômeno da economia capitalista, mas uma condição constitutiva de sua existência global. O capitalismo mundial, desde sua origem, é intrinsecamente colonial e eurocentrado, organizando a exploração do trabalho através do racismo.

Ramón Grosfoguel (2006) avança nessa análise ao propor que a colonialidade do poder opera como uma "matriz de poder" heterogênea. Ele a descreve como uma:

imbricación o [...] una interseccionalidad de jerarquías globales múltiples y heterogéneas ('heterarquías') de formas de dominación y explotación sexuales, políticas, económicas, espirituales, lingüísticas y raciales donde la jerarquía racial/étnica de la línea divisoria europeo/ no europeo reconfigura de manera transversal todas las demás estructuras globales de poder (Grosfoguel, 2006, p. 26).

Nesta perspectiva, raça e racismo não são superestruturais, mas o princípio organizador que estrutura transversalmente todas as demais relações de poder. Um dos mitos mais poderosos desconstruídos por essa perspectiva é a noção de que a descolonização política significou o fim das relações coloniais. Grosfoguel (2006) distingue “colonialismo global” de “colonialidade global”, argumentando que “*pasamos de un periodo de ‘colonialismo global’ al actual periodo de ‘colonialidad global’*” (Grosfoguel, 2006, p. 28). Esta distinção é vital, pois demonstra que as antigas hierarquias se mantêm e se reatualizam mesmo na ausência de governos coloniais formais. A dimensão epistêmica é central nessa matriz.

A “colonialidade do saber”, como desdobramento da colonialidade do poder, refere-se à hierarquização global dos conhecimentos. Grosfoguel (2006) critica a “*ego-política del conocimiento*” ocidental, que esconde seu *locus* de enunciação sob a pretensão de uma visão universal e neutra - o “*punto cero*” (Grosfoguel, 2006, p. 22). Esta perspectiva, ao deslegitimar os saberes dos grupos subalternizados, cria uma estrutura em que o conhecimento válido é, por definição, o produzido a partir da experiência e racionalidade europeias.

Portanto, a descolonização, nesta perspectiva, não pode se limitar a uma mudança de políticas ou a uma crítica econômica. Ela exige um enfrentamento direto da matriz heterogênea do poder moderno/ colonial. Como adverte Grosfoguel (2006), “*destruir los aspectos capitalistas del sistema mundo no sería suficiente para destruir el actual sistema*

mundo” (Grosfoguel, 2006, p. 27). É necessária uma transformação radical que desmonte simultaneamente as hierarquias raciais, patriarcais, epistêmicas e econômicas imbricadas nesse padrão.

No contexto específico da internacionalização universitária, a lente da colonialidade do poder permite desnaturalizar discursos e práticas que, muitas vezes de forma não intencional, reforçam esta matriz. A hierarquia entre universidades do “Norte” e do “Sul”, a hegemonia do inglês como língua franca e a marginalização de epistemologias outras são todas manifestações da colonialidade. Compreender este fenômeno à luz de Quijano e Grosfoguel é um passo significativo para imaginar e construir uma internacionalização contra-hegemônica, orientada pela descolonização do poder, do saber e do ser/ da linguagem.

2.2.2. (De)colonialidade do Saber

A colonialidade do saber constitui-se como um pilar fundamental da matriz de poder moderno/ colonial, atuando em estreita sintonia com a colonialidade do poder. Enquanto esta última se refere à estrutura global de dominação racializada, a colonialidade do saber diz respeito à hierarquização epistemológica que dela deriva, estabelecendo uma rígida divisão entre modos de conhecer legitimados e aqueles sistematicamente desqualificados.

Walter Mignolo (2003), explora como a expansão colonial implicou a imposição de uma “matriz de conhecimento” única, que subalternizou saberes não ocidentais. Para ele, a colonialidade opera uma “*subordinación de conocimientos y lenguas*” (Mignolo, 2003, p. 23), onde certas epistemes são consideradas universais, enquanto outras são confinadas ao estatuto de crença, folclore ou superstição. Essa hierarquia não é um acidente, mas um projeto deliberado de controle epistêmico.

Aníbal Quijano (2005), demonstra que a classificação racial da população mundial, foi acompanhada por uma classificação de suas produções intelectuais. Os conhecimentos das populações colonizadas foram reprimidos, silenciados ou apropriados seletivamente, enquanto a razão eurocêntrica se erigia como o único paradigma válido de racionalidade e objetividade. Desse modo, a colonialidade do saber não é apenas uma questão de ignorância sobre outros saberes, mas uma ativa “negação da intersubjetividade” (Quijano, 2005, p. 127) entre diferentes tradições de conhecimento, criando uma monocultura do saber.

A consequência mais perversa desse processo é a interiorização da inferioridade epistêmica pelos próprios grupos subalternizados. Catherine Walsh (2009), argumenta que a colonialidade opera uma profunda ferida no ser e no saber, levando à desvalorização dos

próprios referenciais culturais e cognitivos. Ela defende que a descolonialidade do saber exige um “processo de (re)existência epistêmica” (Walsh, 2009, p. 145), no qual os povos historicamente oprimidos reivindicam suas vozes e suas formas de conhecer como válidas e necessárias.

A universidade moderna ocupa um lugar paradoxal nesse cenário. Por um lado, ela tem sido uma das instituições-chave para a reprodução da colonialidade do saber, ao canonizar autores, teorias e metodologias exclusivamente euro-americanas. Por outro, ela se torna um lugar estratégico de disputa e de possíveis transformações.

Walter D. Mignolo (2011), analisa a universidade como um espaço de “obediência epistêmica” (Mignolo, 2011, p. 90), mas também identifica fissuras onde práticas descolonizadoras podem florescer, desafiando a hegemonia cognitiva. A língua, nesse contexto, é um vetor crucial da colonialidade do saber. A hegemonia do inglês como língua franca da ciência e da internacionalização acadêmica não é um fenômeno neutro. Ela carrega consigo uma carga política e epistemológica que marginaliza saberes expressos em outras línguas e, com eles, cosmovisões e estruturas de pensamento alternativas.

A luta pela decolonialidade do saber implica, portanto, o questionamento dessa hegemonia linguística e o fomento ao plurilinguismo como condição para o diálogo de saberes. A superação dessa ordem epistêmica, exige mais do que a simples inclusão de “conteúdos diversificados” no currículo. Trata-se de uma reestruturação profunda das bases do conhecimento, questionando a própria noção de universalidade abstrata, que encobre seu *locus* de enunciação particular. É necessário um movimento duplo: de “*epistemic disobedience*” (Mignolo, 2011, p. 122), que recusa a autoridade única da razão ocidental, e de “(re)existência”, que ativa e valoriza os saberes subjugados.

No âmbito da internacionalização do ensino superior, a colonialidade do saber se manifesta quando os critérios de excelência, qualidade e relevância científica são definidos unilateralmente a partir de centros hegemônicos do Norte global. Projetos de cooperação que reproduzem relações de dependência intelectual e a desvalorização de produções científicas publicadas em português ou que abordam temáticas locais são exemplos concretos de como essa hierarquia opera.

Uma internacionalização decolonial precisa, portanto, colocar no centro de suas preocupações o combate a essa assimetria cognitiva. Assim, a decolonialidade do saber convoca a um repensar radical da geopolítica do conhecimento. Ela não propõe a substituição de uma hegemonia por outra, mas a abertura para uma ecologia de saberes, onde diferentes tradições cognitivas possam coexistir e se fertilizar mutuamente. Esse é um pressuposto

fundamental para uma internacionalização universitária que não seja reprodutora de colonialidades, mas sim um espaço de encontro e construção de conhecimentos plurais.

2.2.3. (De)colonialidade da Linguagem

A colonialidade, enquanto matriz de poder que perdura após os fins dos impérios coloniais, não se restringe às esferas do poder e do saber, mas se estende de forma profunda e constitutiva ao domínio da linguagem. A hegemonia linguística é um dos pilares mais sutis e eficazes para a manutenção da hierarquia global do conhecimento, atuando como um filtro que determina quais vozes e cosmovisões são audíveis no cenário internacional. A (de)colonialidade da linguagem emerge, portanto, como um campo crítico indispensável para revelar as implicações políticas embutidas na aparente neutralidade da comunicação global.

Nesse contexto, a ascensão do inglês à condição de língua franca acadêmica e científica não pode ser compreendida como um fenômeno natural ou meramente pragmático. Trata-se de um processo histórico intimamente vinculado à colonialidade do poder e do saber. Walter Mignolo (2003) argumenta que a colonialidade operou uma “subordinação de conhecimentos e línguas”, na qual a imposição de idiomas europeus foi instrumental para deslegitimar e silenciar os saberes dos povos colonizados. Essa crítica é aprofundada por autores que focam na linguagem como *locus* de poder.

A filósofa e teórica decolonial Gabriela Veronelli (2015) avança nessa análise ao propor que a “colonialidade da linguagem” é uma dimensão fundamental da matriz colonial, atuando como um operador epistêmico que hierarquiza os sujeitos e seus modos de expressão. Para ela, a imposição de línguas europeias nas Américas não foi apenas um instrumento de dominação cultural, mas um mecanismo de “epistemicídio linguístico”, que “produz a negação da humanidade do outro através da desautorização de sua linguagem e, com ela, de seu pensamento e de sua cosmovisão” (Veronelli, 2015, p. 98).

Na mesma linha, o linguista Fernando Garcés argumenta que as políticas de conhecimento hegemônicas estão intrinsecamente ligadas a uma “*colonialidad lingüística y epistémica*”. Para ele, esta colonialidade opera por meio da “*imposición de matrices lingüísticas que excluyen y deslegitiman otras formas de construir y transmitir conocimiento*” (Garcés, 2007, p. 225). Garcés (2007, p. 218) sustenta que a superação deste paradigma exige um “giro decolonial” que promova ativamente a “*diversidad epistémica*” e o “*reconocimiento de las lenguas subalternizadas como vehículos de pensamiento válidos y necesarios*”.

A linguista e decolonialista Yunderkys Espinosa Miñoso (2019) corrobora essa visão, afirmando que a colonialidade se sustenta também por meio de uma “*política lingüística de la desposesión*”, que opera “*no solo en la imposición de una lengua sobre otras, sino en la descalificación de los sentidos otros, de las formas otras de nombrar y significar el mundo*” (Espinosa Miñoso, 2019, p. 55). A língua, assim, não seria um mero veículo transparente; ela é portadora de uma carga epistêmica e de uma cosmovisão específica, e sua imposição é um ato de desposseção cultural.

A hegemonia do inglês no ensino superior contemporâneo, especialmente nas políticas de internacionalização, reproduz essa lógica colonial. Ela estabelece uma barreira estrutural que privilegia autores, periódicos e estilos de raciocínio produzidos nesse idioma, em detrimento de tradições de pensamento expressas em outras línguas. Como salienta Boaventura de Sousa Santos (2010), a globalização hegemônica é, em grande medida, a globalização da língua inglesa, criando uma monocultura linguística que empobrece o ecossistema cognitivo global. Quem não domina o código linguístico hegemônico é, de fato, excluído da conversa global. Essa exclusão é um mecanismo de controle epistêmico.

Santos (2007, p. 75) é enfático ao afirmar: “Não há justiça global sem justiça cognitiva, e não há justiça cognitiva sem justiça linguística”. Esta tríade indissociável demonstra que a luta por equidade epistemológica passa inevitavelmente pelo questionamento da hierarquia linguística vigente.

As implicações políticas dessa hierarquia linguística são profundas. Em primeiro lugar, ela reforça a divisão internacional do trabalho intelectual, onde pesquisadores do Sul Global são frequentemente pressionados a produzir em inglês para obter reconhecimento, enquanto seus pares do Norte raramente se veem obrigados a engajar com produções em português, espanhol ou qualquer outra língua não hegemônica. Em segundo lugar, essa dinâmica promove uma forma de epistemicídio, pois saberes ligados a estruturas linguísticas específicas podem ser simplificados, distorcidos ou mesmo perdidos na tradução forçada para o inglês acadêmico.

Catherine Walsh (2009) defende a necessidade de decolonizar a linguagem como parte de um projeto mais amplo de (re)existência epistêmica. Ela adverte que a colonialidade opera uma “ferida aberta” não apenas no ser, mas também na capacidade de significar o mundo a partir de próprios referenciais linguísticos e culturais (Walsh, 2009, p. 148).

A crítica decolonial à hegemonia linguística, no entanto, não advoga por um isolacionismo linguístico ou pela simples rejeição do inglês. Trata-se, antes, de questionar seu status de exclusividade e naturalização, tal como propõe Garcéz (2011) ao defender políticas

linguísticas pluriversais. Isso implica reconhecer que a pluralidade de línguas é condição para a pluralidade de saberes, e que a verdadeira comunicação global deve ser construída sobre a base do plurilinguismo e da tradução intercultural, e não da submissão a um único código. Nesse sentido, Mignolo (2003, p. 271) propõe uma “desobediência epistêmica” que deve incluir uma “desobediência linguística”, recusando-se a aceitar que o complexo universo do pensamento e da criação científica possa ser confinado a um único idioma.

No cenário específico da internacionalização universitária, a colonialidade da linguagem se manifesta quando indicadores de excelência e qualidade acadêmica estão atrelados quase que exclusivamente à publicação em periódicos de alto impacto, majoritariamente anglófonos. Essa prática não apenas tende a inibir a produção científica em língua portuguesa, como também marginaliza temas e abordagens de relevância local e regional, que podem não despertar o interesse da corrente dominante acadêmica internacional. É a materialização do que Espinosa Miñoso (2019) identifica como a desqualificação sistemática das "formas outras de nomear e significar o mundo" e do "epistemicídio linguístico" denunciado por Veronelli (2015).

Portanto, a (de)colonialidade da linguagem convoca a um reposicionamento ético e político nas políticas de internacionalização. Ela exige que as instituições de ensino superior reflitam criticamente sobre o lugar das línguas em seus projetos de internacionalização. Uma prática realmente decolonial envolveria fomentar o ensino e a valorização de múltiplas línguas, apoiar revistas científicas de qualidade em português, e promover modalidades de cooperação internacional que respeitem e incentivem o diálogo entre diferentes tradições linguísticas e epistêmicas, em consonância com a defesa de Garcéz (2011) por um plurilinguismo político.

Dessa forma, a linguagem deixa de ser um instrumento de dominação para se tornar uma ferramenta de libertação e justiça cognitiva, honrando o princípio de que, como afirma Santos (2007), não há como alcançar a justiça cognitiva sem simultaneamente lutar pela justiça linguística.

2.3. JUSTIÇA COGNITIVA: POR UM DIÁLOGO DE SABERES PLURAL

O princípio da justiça cognitiva emerge como um imperativo ético e epistemológico capaz de reorientar profundamente as políticas de internacionalização do ensino superior. Em contraste com o modelo vigente, frequentemente pautado pela competição e por hierarquias

rígidas, este novo paradigma propõe uma revisão dos próprios alicerces que sustentam as relações acadêmicas internacionais, visando substituí-los por uma base de solidariedade ativa.

Para que essa transformação seja efetiva, é fundamental um questionamento crítico dos critérios hegemônicos de excelência científica que hoje orientam a academia global. A desconstrução de indicadores de qualidade, que privilegiam exclusivamente veículos de comunicação em língua inglesa constitui um passo necessário, permitindo o desenvolvimento de métricas alternativas que valorizem a relevância social, o impacto local e a diversidade linguística da produção do conhecimento.

Neste contexto, a ecologia de saberes apresenta-se como uma metodologia prática para operacionalizar a justiça cognitiva. Ela inspira a reformulação de currículos e programas de mobilidade, transformando-os em arenas propícias para um diálogo sustentável e recíproco entre o conhecimento científico-acadêmico e os saberes tradicionais, locais e indígenas, promovendo um genuíno encontro intercultural.

A língua é identificada como um eixo estratégico nesse processo, uma vez que a justiça cognitiva é indissociável da justiça linguística. Uma política de internacionalização verdadeiramente plural deve, portanto, adotar o plurilinguismo como princípio, conferindo legitimidade acadêmica a idiomas como o português e outras línguas nacionais, em oposição à monocultura do inglês acadêmico.

A governança dessas iniciativas de cooperação também precisa ser democratizada. A proposta é a criação de estruturas de tomada de decisão compartilhada, onde todas as instituições parceiras, especialmente as do Sul Global, participem em pé de igualdade na definição de agendas, prioridades e formatos de colaboração, superando assim relações históricas de assimetria.

Uma internacionalização universitária guiada por estes princípios é de caráter pedagógico e transformador. Ela aspira a formar cidadãos e intelectuais com uma consciência cosmopolita e crítica, capazes de navegar com respeito entre diferentes sistemas de conhecimento. Dessa forma, a universidade pode cumprir seu papel na construção de uma internacionalização contra-hegemônica, onde a diversidade cognitiva da humanidade seja reconhecida como a base mais fértil para a inovação e para a justiça social global.

2.3.1. Conceito e Fundamentos

A justiça cognitiva emerge no pensamento de Boaventura de Sousa Santos como um conceito fundamental para a renovação das epistemologias críticas contemporâneas, propondo

uma ruptura radical com o monopólio do conhecimento imposto pela modernidade ocidental. Para o autor, a razão indolente, característica dominante do pensamento moderno, opera através de um estreitamento da experiência cognitiva, desqualificando saberes que não se enquadram em seus cânones. A justiça cognitiva se constitui, portanto, como uma resposta ética e política a essa violência epistêmica, demandando o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos válidos que coexistem no mundo.

Em sua obra seminal “Para além do pensamento abissal”, Santos (2007) desenvolve a metáfora da “linha abissal” para explicar a divisão radical que a modernidade instaurou entre conhecimentos considerados científicos e aqueles relegados à condição de inexistentes ou inferiores. Ele define que “o pensamento abissal consiste na concessão da linha moderna que estabelece a divisão radical entre o universo do sujeito e do objeto, da sociedade e da natureza, da cultura e da natureza, do ‘nós’ e dos ‘outros’” (Santos, 2007, p. 4).

De um lado desta linha, situa-se a ciência moderna, com suas pretensões de universalidade; do outro, uma miríade de saberes tradicionais, sistematicamente invisibilizados. A justiça cognitiva implica, assim, em tornar visível e valorizar o que foi tornando invisível por este pensamento. O fundamento deste conceito reside na constatação de que não há justiça social global sem justiça cognitiva. Santos é enfático ao afirmar que “não há justiça global sem justiça cognitiva” (Santos, 2007, p. 75).

As desigualdades sociais são sustentadas por profundas assimetrias epistêmicas, nas quais certas formas de saber são consideradas superiores, enquanto outras são subjugadas. Nesse sentido, a luta pela justiça cognitiva é inseparável da luta contra a opressão social, econômica e cultural, pois questiona as próprias bases do conhecimento que legitima essas opressões.

Para operacionalizar este reconhecimento plural, Santos (2007) propõe a “ecologia de saberes”. Esta não é uma proposta de relativismo ingênuo, mas uma metodologia de diálogo e tradução entre diferentes sistemas de conhecimento. Trata-se de um “procedimento que permite criar uma relação de reciprocidade e de complementaridade entre conhecimentos” (Santos, 2010, p. 56), permitindo que cada um evidencie suas contribuições e limitações específicas.

A ecologia de saberes é, portanto, a prática concreta da justiça cognitiva. Essa abordagem pressupõe uma ampliação do próprio conceito de rigor. Para Santos (2018), o rigor científico não deve ser um atributo exclusivo da metodologia positivista, mas pode e deve ser buscado a partir dos critérios internos de validade de cada forma de conhecimento. Ele

defende que a ecologia de saberes “não põe em causa a validade do conhecimento científico, mas põe em causa a sua exclusividade” (Santos, 2010, p. 59).

Um saber tradicional, portanto, possui seu próprio rigor, que não é inferior, mas simplesmente diferente. A universidade, na visão de Santos (2018), é um espaço privilegiado, embora contraditório, para a promoção da justiça cognitiva. Ela pode atuar como uma instituição que não apenas reproduz a monocultura do saber, mas que também pode fomentar a diversidade epistêmica. Para isso, é necessário que ela se abra para um diálogo genuíno, reconhecendo que “o conhecimento é muito vasto para ser contido na ciência moderna” (Santos, 2018, p. 115).

Dessa forma, a justiça cognitiva configura-se não como um fim a ser alcançado, mas como um processo contínuo de descolonização das mentes e das instituições. Ela convoca a uma insurgência epistêmica que visa desestabilizar hierarquias naturalizadas e construir um paradigma de conhecimento mais democrático e inclusivo. Este é o alicerce sobre o qual se pode imaginar uma globalização alternativa, contra-hegemônica e verdadeiramente plural, honrando o princípio de que a justiça no mundo é indissociável da justiça entre os saberes.

2.3.2. Justiça Cognitiva vs. Colonialidade do Saber

Enquanto a colonialidade do saber opera por meio de uma hierarquia epistêmica que subalterniza conhecimentos não ocidentais, a justiça cognitiva, na visão de Boaventura de Sousa Santos, posiciona-se como um projeto de resistência e equidade. Se a colonialidade institui uma “monocultura do saber” (Santos, 2007, p. 31), a justiça cognitiva propõe sua antítese direta: o reconhecimento da diversidade cognitiva do mundo como um valor inegociável.

Este contraponto define um campo de tensão fundamental para a análise das políticas de internacionalização universitária. A colonialidade do saber sustenta-se no que Santos (2007) identifica como “epistemicídio”, um processo histórico de aniquilamento sistemático de formas de conhecimento rivais à razão eurocêntrica. Esse epistemicídio não é um evento do passado, mas uma estrutura permanente que “mata o conhecimento social e destrói as relações sociais a ele inerentes” (Santos, 2007, p. 76).

A justiça cognitiva, em oposição, exige a interrupção desse processo e a reparação das perdas cognitivas por ele causadas, reconhecendo que a humanidade é mais pobre quando saberes inteiros são silenciados. Enquanto a colonialidade opera através do “pensamento abissal”, que cria uma linha intransponível entre a ciência moderna e os outros saberes, a

justiça cognitiva busca dissolver essa linha. Santos (2007) explica que o pensamento abissal “divide a realidade em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’” (Santos, 2007, p. 4).

O projeto da justiça cognitiva é, portanto, um projeto de “pós-abissalidade”, que visa reintegrar esses universos separados em um diálogo horizontal. A ecologia de saberes, proposta central de Santos para operacionalizar a justiça cognitiva, constitui-se explicitamente como uma alternativa à lógica hierárquica da colonialidade. Ele a define como “uma prática de tradução intercultural entre conhecimentos rivais, com vista à criação de um conhecimento compartilhado” (Santos, 2010, p. 58).

Diferentemente da colonialidade, que impõe um modelo único, a ecologia de saberes valoriza a interdependência e a complementaridade entre diferentes sistemas cognitivos. A colonialidade do saber naturaliza a ideia de que existe um único critério universal de rigor e validade científica. A justiça cognitiva, contudo, desafia essa premissa ao defender que “o rigor não é monopólio de uma única forma de conhecimento” (Santos, 2018, p. 122).

Para Santos, o rigor deve ser aferido pelos critérios internos de cada tradição de conhecimento, e não por um padrão externo e homogeneizante que invariavelmente privilegia o cânone ocidental. Nesse embate, a universidade moderna é um território em disputa. Se, por um lado, ela tem sido um instrumento de reprodução da colonialidade, por outro, ela pode se transformar em um espaço privilegiado para a promoção da justiça cognitiva. Isso exigiria, segundo Santos (2018), uma reorientação radical de sua missão, para que ela se torne uma “pluriversidade”, ou seja, “uma instituição que acolhe a diversidade epistemológica do mundo” (Santos, 2018, p. 145), em lugar de funcionar como um centro de homogeneização cognitiva.

Portanto, a relação entre justiça cognitiva e colonialidade do saber é intrinsecamente antagônica. Enquanto a colonialidade perpetua a violência epistêmica e a subalternização, a justiça cognitiva inaugura a possibilidade de um “cosmopolitismo insurgente” (Santos, 2007, p. 81), fundado no diálogo e no respeito mútuo entre saberes. Esta contraposição não é apenas teórica, mas ética e política, pois redefine as condições para uma cooperação internacional verdadeiramente equitativa no campo do conhecimento.

2.3.3. Justiça Cognitiva na Internacionalização Universitária

A aplicação do princípio da justiça cognitiva às políticas de internacionalização universitária requer uma reorientação profunda de seus fundamentos e práticas. Segundo os

preceitos de Boaventura de Sousa Santos (2018), esta reorientação deve substituir a lógica da competição global por uma “solidariedade ativa” entre instituições de ensino superior, especialmente entre as do Norte e do Sul globais.

Neste novo paradigma, a cooperação intelectual deve prevalecer sobre a rivalidade acadêmica, valorizando a reciprocidade e o benefício mútuo. Para que essa solidariedade se concretize, é imperativo questionar os critérios hegemônicos de excelência que orientam a internacionalização. Santos (2018) adverte que “a universidade não pode continuar a ser um instrumento de dominação cognitiva” (Santos, 2018, p. 162).

Isto implica desconstruir indicadores de qualidade, que privilegiam publicações em periódicos anglófonos de alto impacto, frequentemente descolados de realidades e problemáticas locais, e desenvolver métricas alternativas que reconheçam a relevância social e a diversidade linguística da produção científica.

A ecologia de saberes, enquanto metodologia prática da justiça cognitiva, oferece um caminho fértil para repensar os currículos e os programas de mobilidade acadêmica. A internacionalização, sob esta ótica, deve fomentar “diálogos sustentáveis entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais ou locais” (Santos, 2010, p. 61).

Programas de intercâmbio e cooperação podem ser redesenhados para promover não apenas a circulação de estudantes e pesquisadores, mas um genuíno encontro intercultural de epistemologias. A língua, como vetor crucial de poder e saber, é um eixo central para esta transformação.

Santos (2007) é categórico ao afirmar que “não há justiça cognitiva sem justiça linguística” (Santos, 2007, p. 75). Uma política de internacionalização guiada pela justiça cognitiva deve, portanto, adotar o plurilinguismo como princípio, valorizando o português e outras línguas nacionais como veículos legítimos para a produção e divulgação científica, em contraposição à monocultura do inglês acadêmico.

Neste modelo, os acordos de cooperação internacional deixam de ser meros instrumentos formais e se tornam arenas para a construção de “comunidades interpretativas transnacionais” (Santos, 2018, p. 178). Estas comunidades teriam a função de fomentar a coprodução de conhecimento, onde pesquisadores de diferentes contextos colaboram em pé de igualdade, definindo agendas de investigação que respondam a desafios globais a partir de perspectivas locais plurais.

A própria governança da internacionalização precisa ser democratizada. Santos (2010) propõe a criação de “consórcios cognitivos democratizantes”, nos quais a tomada de decisão sobre as prioridades e os formatos da cooperação seja partilhada de forma equitativa entre

todas as instituições parceiras. Isso evitaria a reprodução de relações assimétricas, onde instituições do Norte Global ditam os termos do engajamento internacional.

Assim, uma internacionalização universitária alinhada com a justiça cognitiva tem um papel pedagógico e transformador fundamental. Ela deve aspirar a formar cidadãos e intelectuais “cosmopolitas subalternos” (Santos, 2007, p. 82), capazes de navegar entre diferentes sistemas de conhecimento com respeito e curiosidade epistemológica. Dessa forma, a universidade pode efetivamente contribuir para um internacionalismo contra-hegemônico, onde a diversidade cognitiva do mundo seja vista não como um obstáculo, mas como a condição mais preciosa para a inovação científica e a justiça social global.

2.4 ARTICULAÇÃO TEÓRICA: ACD, DECOLONIALIDADE E JUSTIÇA COGNITIVA

A articulação entre a Análise Crítica do Discurso (ACD), o Pensamento Decolonial e o princípio da Justiça Cognitiva configura um arcabouço teórico híbrido e robusto, cuja sinergia possibilita uma investigação profunda e multidimensional dos discursos e práticas da internacionalização universitária. Estas três perspectivas, embora originárias de tradições intelectuais distintas, convergem em seu compromisso com a desnaturalização de estruturas de poder e a promoção de uma transformação social emancipatória.

A ACD fornece as ferramentas metodológicas para descortinar como a linguagem constrói e sustenta realidades sociais; o pensamento decolonial oferece a chave histórica e epistemológica para entender o que essas construções discursivas ocultam - nomeadamente, as hierarquias da colonialidade do poder, do saber e da linguagem; e a justiça cognitiva avança com um projeto ético-político alternativo, propondo para onde a prática social, inclusive a discursiva, deve ser reorientada.

Nesta tríade, a ACD atua como a ferramenta de dissecação dos mecanismos linguístico-discursivos que operam na contemporaneidade. Ao focar na tridimensionalidade texto, prática discursiva e prática social, ela permite mapear como os discursos hegemônicos da internacionalização - carregados de termos como “excelência”, “competitividade” e “ranking” - não são descrições neutras, mas performativos.

Eles ativamente recontextualizam lógicas mercadológicas no campo acadêmico, instituindo novas ordens do discurso e, consequentemente, novas formas de gestão e subjetividade. A ACD ilumina, portanto, os processos de hibridismo interdiscursivo, pelos quais a linguagem administrativa e neoliberal se infiltra e remodela a esfera universitária, cristalizando sentidos que parecem inevitáveis.

O pensamento decolonial, por sua vez, fornece a profundidade histórica e a radicalidade crítica para interpretar esses achados discursivos à luz de uma estrutura de longa duração: a matriz colonial do poder. Enquanto a ACD expõe a naturalização de conceitos no presente, a perspectiva decolonial rastreia sua genealogia até a classificação racial e epistêmica inaugurada pela colonialidade. Ela demonstra que a atual hierarquia global de universidades, a desvalorização de saberes locais e a hegemonia do inglês não são acidentes, mas sim a atualização, no campo acadêmico, da “linha abissal” que separa o humano do não-humano, o conhecimento válido do subalterno.

A colonialidade do saber revela que o epistemicídio é um projeto inacabado, do qual os discursos contemporâneos da internacionalização podem ser cúmplices. É precisamente contra esse epistemicídio e essa hierarquização que se ergue o princípio da justiça cognitiva. Enquanto a ACD descreve o funcionamento do discurso hegemônico e a decolonialidade diagnostica sua raiz histórica profunda, a justiça cognitiva se apresenta como um projeto de futuro e um horizonte normativo. Ela propõe a substituição da monocultura do saber por uma ecologia de saberes, onde diferentes sistemas cognitivos possam entrar em diálogo em condições de reciprocidade.

Nesse sentido, a justiça cognitiva responde criticamente aos problemas identificados pelas outras duas vertentes, oferecendo um caminho construtivo para a superação das assimetrias. A interligação entre esses três campos é, portanto, dialética e complementar. A lente decolonial alerta a ACD para que esta não se limite a uma análise do poder “em geral”, mas o identifique como colonialidade - um padrão de poder racializado e geopoliticamente situado.

Reciprocamente, a ACD oferece ao pensamento decolonial um método sistemático para investigar empiricamente como a colonialidade se manifesta textual e discursivamente nas políticas institucionais concretas. Juntas, elas desvendam a arquitetura do problema. A essa dupla crítica, a justiça cognitiva incorpora a dimensão da proposição e da ação transformadora. Ela instrumentaliza os insights das outras duas perspectivas para fundamentar alternativas práticas: a solidariedade ativa em lugar da competição; o plurilinguismo em oposição à hegemonia do inglês; a coprodução de conhecimento em vez da mera transferência; e a governança democrática dos consórcios internacionais contra a ditadura dos critérios unilaterais de excelência.

Se a ACD e a decolonialidade desmontam o mecanismo, a justiça cognitiva fornece o projeto para uma nova engrenagem. Esta articulação teórica tripartite revela-se singularmente potente para analisar a internacionalização universitária porque consegue conectar a

microanálise de um texto específico (ACD) com as macroestruturas históricas de poder (decolonialidade) e, a partir daí, avaliar seu potencial de transformação em direção a um paradigma mais equitativo (justiça cognitiva).

A abordagem integrada permite não apenas criticar o modelo hegemônico, mas também identificar, nos interstícios dos discursos e práticas existentes, os germes de uma internacionalização contra-hegemônica, pedagogicamente orientada para a formação de um cosmopolitismo subalterno e comprometida com a valorização da diversidade cognitiva da humanidade.

A base teórica híbrida, formada pela Análise Crítica do Discurso, pelo Pensamento Decolonial e pelo princípio da Justiça Cognitiva, fornece uma lente analítica multidimensional que orientará a investigação dos discursos de internacionalização da USP e da UFMT. Esta articulação permite transcender uma mera descrição do conteúdo dos documentos, propondo-se a desvendar as cosmovisões, as relações de poder e os projetos de futuro que estão embutidos em suas formulações textuais.

A análise será conduzida de modo a apreender não apenas o que é expressado, mas como e por que o é, de determinada maneira. Além de que, quais implicações essas escolhas discursivas carregam no contexto mais amplo da geopolítica do conhecimento. A Análise Crítica do Discurso oferece a metodologia sistemática para o exame minucioso dos textos oficiais, planos estratégicos e relatórios de gestão das duas universidades.

No nível textual, a investigação se debruçará sobre o léxico, as estruturas gramaticais e as metáforas recorrentes, identificando, por exemplo, a predominância de um vocabulário mercadológico - como “competitividade internacional”, “marca global” e “produtividade científica” - em contraste ou em hibridismo com um vocabulário que denote “cooperação solidária” ou “diálogo de saberes”. A ACD permitirá mapear como essas escolhas linguísticas constroem identidades institucionais específicas e naturalizam certos objetivos, tornando a competição em rankings globais, por exemplo, um fim aparentemente incontestável.

No âmbito das práticas discursivas, a análise explorará os gêneros textuais privilegiados pela internacionalização e suas condições de produção e circulação. Será fundamental compreender como esses documentos são elaborados, quem são seus autores privilegiados e a quais audiências se destinam. A hipótese a ser testada é a de que a ordem do discurso da internacionalização hegemônica, fortemente influenciada por agências de fomento e parâmetros globais, exerce uma pressão recontextualizadora sobre os documentos locais, resultando em um hibridismo em que a retórica da cooperação pode coexistir, de forma tensa, com a lógica da competição.

A ACD auxiliará a desvendar essas tensões e contradições internas aos textos. É precisamente nesse ponto, que a perspectiva decolonial confere profundidade crítica à análise, fornecendo o quadro histórico-interpretativo para entender as assimetrias de poder que a ACD identifica no plano discursivo. A lente decolonial permitirá interpretar a eventual ênfase na “excelência” medida por padrões do Norte Global e a hegemonia do inglês não como escolhas técnicas neutras, mas como manifestações contemporâneas da colonialidade do saber e do ser. Esta perspectiva questionará se os discursos das instituições reproduzem a “linha abissal” ao invisibilizar saberes locais e regionais ou, ao contrário, se apresentam fissuras que contestam essa hierarquia epistêmica.

A colonialidade do poder oferece ainda a chave para uma análise comparativa fundamentada entre a USP e a UFMT. A investigação considerará o *locus* de enunciação de cada universidade - uma instituição localizada no centro econômico e político do país e outra numa região de fronteira e forte presença de comunidades tradicionais - para analisar como suas posições distintas na geografia interna do poder podem influenciar seus projetos de inserção global. É possível que essas diferentes localizações produzem discursos e prioridades de internacionalização igualmente distintos, que a análise deverá capturar e contrastar.

O princípio da Justiça Cognitiva, por sua vez, atua como o farol normativo que orienta a avaliação crítica dos discursos e aponta para a imaginação de alternativas. Ele fornece os critérios ético-políticos (que captam a essência de um projeto de transformação social), para se questionar em que medida as políticas discursivas analisadas promovem ou inibem um diálogo plural de saberes.

A análise buscará identificar, nos textos das duas universidades, indícios de abertura para a ecologia de saberes, para o plurilinguismo, para a valorização de temas e relevâncias locais e para a construção de uma cooperação intelectual verdadeiramente simétrica, que evite a reprodução de relações de dependência.

A integração das três perspectivas permitirá uma avaliação abrangente do potencial transformador contido nos discursos da USP e da UFMT. A investigação não se limitará a um diagnóstico crítico, mas buscará, guiada pelo horizonte da justiça cognitiva, identificar os “germes de um cosmopolitismo subalterno” e os sinais de uma “internacionalização contra-hegemônica” que possam já estar presentes, ainda que de forma embrionária ou marginal, nos documentos analisados.

Nesse sentido, a análise contribuirá não apenas para a compreensão do cenário atual, mas também para a sinalização de caminhos possíveis para que a internacionalização

universitária brasileira se torne um instrumento de descolonização e de justiça social e epistêmica.

Na sequência, o capítulo III dedicar-se-á a reconstituir a trajetória histórica e as dimensões conceituais da Internacionalização do Ensino Superior, situando-a no contexto das transformações geopolíticas e dos debates críticos que moldaram seu desenvolvimento até os dias atuais.

3. TRAJETÓRIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A Internacionalização do Ensino Superior é um fenômeno com raízes históricas, desenvolvido em variados contextos geopolíticos e culturais. Das primeiras universidades medievais aos complexos sistemas de hoje, esse processo sempre foi caracterizado por um equilíbrio tenso entre cooperação e competição, e entre homogeneização e diversidade. Em Quijano (2000) é possível vislumbrar que os modelos hegemônicos de internacionalização não são neutros, mas sim produtos de uma matriz de poder colonial e de agendas econômicas que sistematicamente silenciam vozes e propostas alternativas que visam à equidade.

A ótica decolonial permite contestar as narrativas hegemônicas da internacionalização, enfatizando como os conhecimentos e as Instituições do Sul Global foram marginalizados ao longo da história. Como estudiosos apontam, a colonialidade do saber ainda define as hierarquias acadêmicas globais, nos quais determinadas línguas, epistemologias e sistemas de ensino são privilegiados de modo sistemático (Mignolo, 2011). Compreender essa dinâmica é essencial para abordar os atuais desafios da internacionalização, em um mundo de profundas desigualdades.

Partindo dessa perspectiva crítica e histórica, torna-se imperioso mapear as macrotransformações que moldaram a internacionalização em escala mundial. O contexto global, portanto, oferece o panorama necessário para se compreender como as dinâmicas entre cooperação e competição se reconfiguraram ao longo do tempo.

3.1 CONTEXTO GLOBAL

A história da Internacionalização do Ensino Superior desvela um fenômeno complexo e em constante mutação, caracterizado por mudanças substanciais em seus objetivos, métodos e principais protagonistas. De suas origens na Idade Média, até a intrincada configuração atual, esse movimento atravessou diversas etapas que espelham a evolução dos ideários

pedagógicos, do panorama geopolítico mundial e das formas de administração das universidades.

Esta análise investiga tal desenvolvimento quanto a três eixos principais: os fundamentos históricos que lançaram as primeiras sementes da colaboração acadêmica transnacional; as mudanças de entendimento e de ação que converteram a internacionalização de uma iniciativa de cooperação em uma ferramenta de rivalidade estratégica; e a atuação dúplice de entidades multilaterais, que podem fomentar tanto políticas dominantes quanto iniciativas de resistência a essas mesmas estruturas. Dessa forma, obtém-se uma visão condensada, de como a internacionalização se consolidou como um pilar central dos modelos modernos de educação superior, ao mesmo tempo que se expõem os conflitos e paradoxos que lhe são inerentes.

3.1.1 Gênese e Desenvolvimento Histórico

Para captar a natureza dessas transformações, é fundamental recuar às suas origens. A gênese e o desenvolvimento histórico da internacionalização revelam que, desde seus primórdios, a circulação de ideias e pessoas esteve intrinsecamente ligada a estruturas de poder e influência.

Os primórdios da internacionalização acadêmica remontam às universidades medievais da Europa, como as de Bolonha (estabelecida em 1088) e Paris (c. 1150), que acolhiam discípulos e eruditos de várias localidades. Estes centros de saber operavam em um contexto multilíngue, tendo o latim como idioma franco do conhecimento. De acordo com Verger (1992), a circulação de discentes e docentes era uma característica basilar dessas instituições pioneiras, criando malhas de intelectuais que transcendiam as divisões políticas do período. Este arquétipo inicial de internacionalização, encontrava-se profundamente enraizado na esfera de influência da Igreja Católica e nas vias mercantis da Idade Média.

O século XIX testemunhou o surgimento de um novo paradigma no Ensino Superior, personificado pela Universidade de Berlim (1810), que consorciava a instrução com a investigação. Nesta era, também se estabeleceram as primeiras iniciativas estruturadas de mobilidade discente, como a Bolsa *Rhodes* (1902), que se erigiu como modelo para os programas contemporâneos de intercâmbio. No entanto, interpretações recentes sublinham que, estes projetos estavam com frequência imbricados de ambições imperialistas, atuando

como instrumentos de poder brando para potências colonizadoras (Pietsch, 2013; Zimmermann, 2010).

Sob esta ótica, tais programas funcionavam como instrumentos de *soft power*, visando cooptar as elites de regiões periféricas. A imersão acadêmica nas metrópoles procurava não apenas educar, mas também aculturar esses estudantes, moldando a sua visão de mundo de acordo com os valores e interesses da potência imperial. Ao retornarem, esperava-se que se tornassem agentes de influência, perpetuando laços políticos, econômicos e culturais que beneficiavam a nação colonizadora, mesmo após as independências formais.

O contexto posterior à Segunda Guerra Mundial solidificou uma etapa distinta na internacionalização universitária, catalisada pelo surgimento de entidades multilaterais como a UNESCO (1945) e de programas estatais como a Bolsa *Fulbright* (1946). Ainda que estas ações declarassem fomentar a concórdia mundial por meio da colaboração intelectual, exames mais aprofundados revelam que, elas comumente perpetuavam assimetrias de poder global, favorecendo correntes acadêmicas centrípetas - orientadas do Norte Global para o Sul Global - e reafirmando dinâmicas de subordinação (De Wit, 2002; Stein, 2017).

3.1.2 Transição da Cooperação para a Competitividade

Se o período pós-guerra manteve uma retórica de cooperação, ainda que assimétrica, o final do século XX assistiu a uma guinada decisiva nesse paradigma. A transição da cooperação para a competitividade marca a consolidação de uma racionalidade econômica que redefiniu os fins e os meios da internacionalização universitária.

Na segunda metade do século XX, a internacionalização universitária foi reconfigurada, transitando de ações de cunho cultural e diplomático, para se tornar um pilar estratégico dos sistemas nacionais de educação superior. Os anos 1970, frequentemente designados como a era da massificação, assistiram à expansão acelerada do acesso ao nível terciário de ensino em diversos países, o que, por sua vez, fomentou a necessidade de novas formas de colaboração além-fronteiras.

Nessa conjuntura, organismos multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) solidificaram sua influência na homogeneização de diretrizes educacionais em escala global, fomentando paradigmas consonantes com as agendas econômicas das nações mais ricas (Henry et al., 2001; Schriewer, 2004).

A transição para o século XXI, introduziu uma guinada decisiva no paradigma da internacionalização, caracterizada pelo advento do que parte da literatura especializada

denomina “internacionalização corporativa” (Knight, 2004). A Declaração de Bolonha (1999), peça angular desse movimento, formalizou o Espaço Europeu de Ensino Superior, privilegiando a harmonização de currículos, a facilitação da mobilidade discente e a adequação às exigências do setor produtivo.

Pesquisas salientam que, esse arquétipo substituiu paulatinamente a premissa cooperativa por uma racionalidade de mercado, em que o valor das universidades passou a ser mensurado, sobretudo, pela sua colocação em listas de classificação global, ou seja, os *rankings* (Hazelkorn, 2011; Kehm, 2014).

Entidades como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) exercem uma função crucial nesse cenário, ao advogarem pela desregulamentação do setor educativo sob os termos do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), como bem ilustram as análises de Robertson *et al.* (2012).

Atualmente, a Internacionalização do Ensino Superior encontra-se profundamente impregnada por doutrinas neoliberais que mercantilizam a educação, priorizando a rivalidade entre instituições e a captação de receitas. Essa trajetória, tem sido alvo de contundentes objeções por exacerbar disparidades mundiais, beneficiando estabelecimentos de elite do Norte Global, em prejuízo de sistemas educativos periféricos (Stier, 2010; Marginson, 2016).

3.1.3 Atuação dos Organismos Multilaterais

Essa reorientação estratégica rumo à competitividade não foi um processo autogerado pelas universidades, mas fortemente impulsionado e legitimado por agentes específicos. Nesse cenário, a atuação dos organismos multilaterais revela-se fundamental para compreender a disseminação e a materialização dos paradigmas neoliberais na educação superior.

Os organismos internacionais assumem funções variadas e, até mesmo, antagônicas, na conformação da Internacionalização do Ensino Superior. A UNESCO, desde a sua criação, promove a educação superior enquanto bem público e direito fundamental, fomentando a colaboração intelectual e o intercâmbio entre culturas. Dentre as suas ações, sobressaem-se o Programa de Cátedras UNESCO e a Convenção Global sobre o Reconhecimento de Qualificações relativas ao Ensino Superior (2019), com o propósito de mitigar disparidades no acesso à mobilidade acadêmica (UNESCO, 2019).

A OCDE, pelo *Programme for International Student Assessment* (PISA) e por sistemas de dados para *rankings*, instituiu um regime de avaliação comparativa que, de acordo

com Marginson e Van der Wende (2007, p. 12-14), atua por meio de uma “governança por números”, favorecendo estabelecimentos de ensino de nações centrais.

O projeto *Assessment of Higher Education Learning Outcomes* (AHELO), concebido para aferir resultados de aprendizagem das Instituições de Ensino Superior (IES), foi alvo de questionamentos pela sua dificuldade em integrar a pluralidade cultural nas definições de qualidade educacional (OECD, 2012, 2013; Stéphan, 2015).

O Banco Mundial apoia uma perspectiva mercadológica para o Ensino Superior, enquadrando-o como um serviço sujeito às regras dos tratados de comércio global. A sua documentação política recomenda de forma reiterada, a diversificação das receitas e a implementação de modelos de administração pautados pela eficiência financeira (World Bank, 2002). Conforme evidenciado por analistas críticos (Klees; Samoff; Stromquist, 2012), tais orientações frequentemente negligenciam a função redistributiva da educação pública, com o potencial de agravar iniquidades preexistentes.

Os arquétipos regionais de internacionalização evoluíram no sentido de abordagens mais contextualizadas, ilustradas por três iniciativas paradigmáticas: 1- O Programa Erasmus+ firmou-se como o principal modelo de integração regional, registrando 1,3 milhão de mobilidades em 2022 e alocando 34% do seu fundo às medidas de inclusão (Comissão Europeia, 2023), integrando recentemente dispositivos de apoio a discentes com deficiência; 2- As redes da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que criaram um mecanismo de validação recíproca de créditos acadêmicos entre 1.200 universidades da região (OEI, 2023); 3- Os Programas da Agência Universitária da Francofonia (AUF), nos quais 68% das bolsas concedidas em 2022 foram destinadas a mulheres africanas (AUF, 2022).

Estas experiências, de acordo com um estudo do *European Parliament Research Service* (2021), configuram alternativas exequíveis ao modelo anglo-saxão predominante, mesmo ao se depararem com obstáculos, como a dessemelhança de recursos entre instituições colaboradoras e a carência de uma maior convergência normativa.

O cenário global, marcado pela tensão entre cooperação e competição e pela influência de organismos multilaterais, desdobra-se de maneira singular em diferentes contextos nacionais. O panorama brasileiro, com suas particularidades históricas e estruturais, exemplifica de forma contundente os desafios e as possibilidades de se construir uma trajetória de internacionalização em um país periférico do Sul Global.

3.2 PANORAMA BRASILEIRO

A trajetória da Internacionalização do Ensino Superior no Brasil constitui um fenômeno histórico que espelha, tanto as ambições acadêmicas do país, quanto os seus condicionantes estruturais. Das primeiras ações no começo do século XX, quando missões estrangeiras colaboraram na fundação de instituições como a Universidade de São Paulo (USP), até os atuais programas de mobilidade, o Brasil tem vivido uma tensão entre a assimilação de modelos externos e a construção de uma identidade acadêmica singular.

Conforme assinala Souza (2021), a fundação da USP em 1934, sob influxo internacional, estabeleceu um paradigma de dependência intelectual que, de certa forma, perdura até o presente. Esta dualidade entre imitação e autonomia tem definido profundamente a natureza do processo de internacionalização nacional. A sua evolução pode ser clarificada por meio de quatro etapas distintas, tal como formulado por Lima e Contel (2009).

A fase inicial (1930-1950) caracterizou-se pela criação das primeiras universidades brasileiras, como a USP e a Universidade do Rio de Janeiro, com notória influência de missões acadêmicas estrangeiras; a segunda (1960-1970) centrou-se na formação de Mestres e Doutores no exterior e na adoção do padrão universitário norte-americano; a terceira (1980-1990) voltou-se para a consolidação da Pós-graduação *Stricto Sensu* e para o incremento da produção científica; e a quarta (2000 em diante) presenciou a mercantilização da educação internacional (Lima; Contel, 2009). Cada etapa refletiu distintas prioridades nacionais e contextos geopolíticos, registrando progressos notórios na produção acadêmico-científica, assim como, mantendo desequilíbrios regionais e disciplinares persistentes.

Nas últimas duas décadas, o país vivenciou uma expressiva ampliação da cooperação internacional, particularmente após a instituição do Programa Ciência sem Fronteiras em 2011. No entanto, como advertem Miranda e Stallivieri (2017), a falta de uma política de Estado, permanente, transformou a internacionalização num conjunto de ações fragmentadas, suscetíveis a alterações de governo. Esta instabilidade institucional contrasta com o crescimento quantitativo de publicações internacionais e parcerias acadêmicas, evidenciando uma dissonância entre volume e perenidade no processo.

3.2.1 Marcos Normativos e Programas Estruturantes

Para decifrar essa trajetória de avanços e contradições, é necessário analisar os instrumentos concretos que a orientaram. Os marcos normativos e programas estruturantes constituem, assim, a espinha dorsal da política brasileira de internacionalização, materializando suas prioridades e revelando suas tensões internas.

A estrutura institucional da internacionalização no Brasil está fundamentalmente assentada na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidades que historicamente incentivaram a colaboração acadêmica por meio de iniciativas direcionadas.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), instituído em 2011, com um investimento próximo de R\$ 13,2 bilhões, constituiu um marco ao possibilitar o envio de aproximadamente 104.000 discentes para instituições estrangeiras entre 2011 e 2016 (CAPES, 2023). Não obstante, conforme salientam Franklin, Zuin e Emmenendoerfer (2017), o CsF beneficiou de forma desproporcional as áreas de STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), negligenciando as humanidades e ciências sociais, o que, em grande escala, pode prejudicar as identidades institucionais, sobretudo em uma nação em desenvolvimento, como o Brasil.

Em oposição a essa orientação, programas como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) ilustram a potencialidade da cooperação Sul-Sul na política externa acadêmica brasileira. O PEC-PG já qualificou milhares de Mestres e Doutores oriundos de países emergentes, particularmente da África e da América Latina.

Formiga (2021) pondera que, esta modalidade de cooperação configurou um modelo de poder brando (*soft power*) acadêmico, dada a taxa de retorno dos egressos formados aos seus países de origem. Essa ação, exemplifica como a internacionalização pode simultaneamente atender a objetivos científicos e a estratégias diplomáticas do Brasil, fortalecendo redes de conhecimento permanentes.

O CAPES-Print, lançado em 2017 com o intuito de estimular a formação de redes internacionais de pesquisa e a mobilidade de docentes e discentes para o exterior (Neves; Barbosa, 2020), introduziu inovações ao promover a internacionalização institucional, em lugar do foco em ações individuais. Com um financiamento de cerca de trezentos milhões de reais na sua fase inicial, o programa CAPES-Print elegeu trinta e seis universidades brasileiras para elaborarem planos estratégicos de internacionalização.

A aplicação das lentes teóricas da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da decolonialidade, desvenda as contradições inerentes a estes programas. Na ótica decolonial (Quijano, 2000; Mignolo, 2011), o CsF pode ser lido como um mecanismo que fortalece a

colonialidade do saber. Ao favorecer maciçamente as áreas STEM, em prejuízo das Humanidades e Ciências Sociais, o programa efetuou uma hierarquia epistemológica, validando implicitamente os saberes técnico-científicos (predominantes no Norte Global) como mais “úteis” ou “universais” e marginalizando os saberes críticos, históricos e culturais, fundamentais para a interpretação e transformação das realidades do Sul Global.

Paralelamente, a ACD (Fairclough, 2003) revela como o discurso oficial do CsF - saturado de termos como “excelência”, “competitividade global” e “inovação” - permitiu que esta assimetria se naturalizasse, apresentando-a não como uma opção política, mas como uma exigência técnica e neutra para o “desenvolvimento nacional”. No que concerne ao CAPES-Print, a mesma análise crítica evidencia uma contradição entre a retórica da “internacionalização inclusiva” e uma prática que, inadvertidamente, pode replicar desigualdades internas.

A lógica competitiva de seleção, que beneficia instituições já consolidadas e com maior capital de internacionalização, é interpretada à luz da ACD como um mecanismo discursivo que, associa “qualidade” e “potencial de internacionalização” a indicadores de desempenho alinhados com padrões hegemônicos.

Em termos práticos, isto gera um ciclo de vantagem acumulativa para as universidades do eixo Sul-Sudeste, intensificando as assimetrias regionais e convertendo-se em um obstáculo à real democratização do processo de internacionalização no país, contradizendo os princípios de horizontalidade e justiça cognitiva advogados pelo pensamento decolonial. É exatamente nesta capacidade de apurar a ligação entre o discurso (ACD) e a estrutura colonial de poder (decolonialidade) que se encontram a originalidade e o vigor analítico do presente estudo.

A superação dessa hierarquização epistemológica e a promoção da justiça cognitiva dependem, portanto, de modelos alternativos de internacionalização. Um exemplo paradigmático é o da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Diferentemente de programas que priorizam a mobilidade para o Norte Global, a UNILAB constrói seu projeto pedagógico sobre o eixo da cooperação Sul-Sul, notadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Sua fundamentação transcende a mobilidade ou a inclusão de conteúdos isolados, pois integra transversalmente epistemologias africanas e da diáspora na própria estrutura do conhecimento.

Um estudo de caso minuciosamente analisado por Cipriani e Heinzle (2023) demonstra como a universidade implementou um programa de cotutela de teses entre orientadores brasileiros e africanos, no qual os problemas de investigação são construídos

coletivamente, a partir de realidades e saberes locais partilhados, assegurando que a produção do conhecimento não repita lógicas extrativistas. Tal ação opera uma mudança concreta do eixo da internacionalização, primando pela justiça cognitiva em detrimento de métricas de competitividade global.

A carência de uma diretriz nacional genuinamente equitativa e abrangente, que possa orientar a formulação e execução de políticas públicas para a Internacionalização do Ensino Superior, representa um significativo impedimento para o seu avanço (Miranda; Stallivieri, 2017). Essa brecha, não apenas restringe os progressos concretos, mas também influencia a própria conceituação do processo de internacionalização num contexto tão variado como o brasileiro - caracterizado por particularidades econômicas, dimensões continentais e pluralidade linguística e cultural. Ademais, a ausência de um marco unificador compromete a definição de critérios transparentes, para aferir a qualidade e a eficácia dessas iniciativas no panorama nacional.

3.2.2 Conquistas e Obstáculos Recentes

A análise dos programas revela um campo de forças em constante disputa, cujos efeitos práticos se manifestam em um cenário de paradoxos. As conquistas e obstáculos recentes do período de 2010 a 2020 ilustram com clareza essa dualidade, entre a consolidação científica do país e a persistência de fragilidades estruturais crônicas.

Os anos 2010 e 2020 configuraram um período de paradoxos para a internacionalização da educação superior no Brasil, registrando progressos notáveis em um cenário de instabilidade política e econômica. A ciência nacional alcançou níveis inéditos de internacionalização, verificando-se um aumento substancial de coautoria internacional em publicações científicas do país. Esta expansão espelha tanto a consolidação da pesquisa brasileira, quanto sua inserção mais profunda nas redes mundiais de conhecimento.

Apesar disso, a internacionalização da produção intelectual não se converteu, precisamente, em avanços correspondentes nas suas políticas de fomento. Os sucessivos contingenciamentos orçamentários nas agências financiadoras simbolizam um dos mais simbólicos desmontes desta era. Na última década, as verbas destinadas às ações de internacionalização na CAPES sofreram uma redução drástica, impactando diretamente a sustentabilidade de programas considerados estratégicos.

O relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2022) registra que, mais de metade das universidades federais

reportaram prejuízos em acordos de cooperação internacional devido à insuficiência de fundos para a sua manutenção. Esta volatilidade financeira afeta particularmente as instituições de menor porte e as localizadas em regiões menos desenvolvidas, acentuando as disparidades no seio do sistema de Ensino Superior.

A pandemia de COVID-19 precipitou transformações digitais que redefiniram as modalidades de internacionalização. Webinários, disciplinas virtuais colaborativas e laboratórios remotos emergiram como alternativas à mobilidade física, potencializando o acesso a formas de colaboração internacional.

Dados do INEP (2023), entretanto, indicam que apenas aproximadamente um terço das IES públicas, dispunham de infraestrutura compatível com a internacionalização virtual em 2022. Esta assimetria tecnológica, exacerbou a exclusão de estabelecimentos com recursos mais limitados, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, tornando patente a carência de investimentos em equipamentos, conectividade e letramento digital.

Independentemente dos obstáculos, há programas que exibiram significativa capacidade de adaptação. O PEC-PG manteve uma trajetória crescente, diplomando mais de quatro mil Mestres e Doutores oriundos de outras nações, entre 2013 e 2023, a maioria dos quais regressou aos seus países de origem (CAPES, 2023). Esta persistência preconiza que iniciativas robustas e consonantes com diretrizes estratégicas de longo prazo podem perseverar perante crises pontuais. A questão corrente é replicar esse êxito em outras frentes, construindo um ecossistema de internacionalização mais plural e menos vulnerável às flutuações político-econômicas.

3.2.3 Análise Comparativa com Países do Sul Global

Para além de uma avaliação interna, situar a experiência brasileira em um diálogo mais amplo permite aferir seu posicionamento relativo e extrair lições estratégicas. A análise comparativa com outros países do Sul Global funciona, portanto, como um espelho crítico que evidencia caminhos alternativos e potencialidades ainda não plenamente exploradas pelo Brasil.

Uma análise comparativa do desempenho brasileiro com o de outras economias emergentes oferece tanto exemplos motivadores quanto advertências relevantes. Estatísticas da UNESCO (2023) mostram que, ao passo que o Brasil acolhe apenas 0,8% de discentes internacionais, a África do Sul atrai 12,3% e o Chile 3,4%. Embora a interpretação desses números seja mais complexa do que sugere uma leitura superficial, essa disparidade

provavelmente espelha contrastes nas táticas de atração e na eficiência dos processos de documentação. O Brasil ainda se depara com entraves administrativos e carência de políticas coordenadas.

O caso da Índia fornece percepções valiosas sobre especialização estratégica. Os *Indian Institutes of Technology* (IITs) converteram-se em centros mundiais de excelência em STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), resultado de investimentos vultosos e de alianças com a iniciativa privada.

É crucial conciliar a expansão quantitativa com a qualidade, incorporando lições de experiências como esta (Formiga, 2021). Os IITs concentram 0,5% das inscrições totais na Índia, mas são responsáveis por 12% das patentes e 25% das *startups* de tecnologia do país. Essa orientação se difere do modelo brasileiro, de caráter mais disperso, imprimindo a ideia de que a internacionalização pode ser potencializada por meio de estratégias de nicho em domínios de vantagem comparativa.

A cooperação Sul-Sul surge como um trunfo distintivo na experiência brasileira. Iniciativas como o PEC-PG forjaram redes acadêmicas singulares com nações em desenvolvimento. A colaboração promovida pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) também constitui uma alternativa inovadora, na medida em que articula solidariedade internacional com desenvolvimento endógeno (Cipriani; Heinzle, 2023). Esse capital simbólico, viabiliza ao Brasil uma posição favorável para liderar projetos de integração acadêmica no Sul Global, ainda que seja fundamental a superação dos desafios de ordem operacional.

Para evoluir neste tocante, o Brasil deve assimilar os êxitos de casos internacionais de referência, sem abdicar das suas particularidades. Souza (2021) evidencia que a internacionalização universitária no Brasil, apesar de ter registado avanços significativos nas últimas décadas, continua a enfrentar barreiras estruturais. A reduzida capacidade de atração de estudantes internacionais, as disparidades regionais na alocação de programas de cooperação e a premência de políticas linguísticas mais inclusivas figuram como desafios imediatos.

A compreensão da trajetória histórica e do contexto nacional abre caminho para um exame mais aprofundado das manifestações concretas desse fenômeno. As dimensões operacionais da internacionalização do ensino superior - do currículo à mobilidade, da cooperação ao uso de tecnologias - representam o lugar onde as macroestruturas e políticas se traduzem em práticas acadêmicas cotidianas.

3.3 DIMENSÕES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A internacionalização da educação superior organiza-se em torno de quatro pilares centrais. O primeiro consiste na reconfiguração dos currículos, que transcende a mera inserção de matérias em línguas adicionais para repensar radicalmente os processos de produção e disseminação do saber, incorporando visões interculturais. O segundo pilar é o intercâmbio acadêmico, que abrange desde programas clássicos de mobilidade até modalidades mistas, que articulam vivências físicas e digitais, ainda que persista uma marcada desproporção nos movimentos globais de discentes.

As alianças entre instituições constituem o terceiro elemento, por meio dos consórcios de colaboração, que unem universidades em iniciativas comuns, mas que, com frequência, reiteram desequilíbrios de poder no panorama acadêmico mundial. Por último, as ferramentas digitais consolidam-se como instrumentos indispensáveis, viabilizando modalidades inéditas de cooperação à distância, as quais, contudo, ainda se deparam com obstáculos de justiça, no que concerne ao acesso e à valorização de conhecimentos plurais. Em conjunto, estes fatores delineiam um fenômeno multifacetado, que busca harmonizar referenciais globais com particularidades regionais, permanentemente tensionado entre as possibilidades de conexão e os perigos de padronização.

3.3.1 Currículo Internacionalizado

A internacionalização do currículo (IoC) transcende a mera mobilidade discente e a disponibilização de conteúdo de estudo em idiomas adicionais, uma vez que pressupõe uma reestruturação profunda dos modos de produção e disseminação do conhecimento. A IoC integra dimensões globais nos planos de estudo, nas pedagogias de ensino e nos sistemas de avaliação (Stallivieri, 2019).

Esta orientação exige a reavaliação das metodologias pedagógicas, dos instrumentos de aferição e até da escolha de referências bibliográficas, incluindo vozes e pesquisas provenientes de diversas partes do globo. Hudzik (2015) ressalta que o processo de internacionalização requer mudanças substantivas na cultura institucional e na arquitetura organizacional das universidades, transformações que muitas instituições de modelo tradicional relutam em adotar, essencialmente, devido a um déficit de expertise na gestão de parcerias além-fronteiras.

Da mesma forma, a internacionalização curricular necessita ser inclusiva, possibilitando que discentes de diversos extratos socioeconômicos e culturais tenham acesso equitativo a essas oportunidades. Conforme mencionado por Hudzik (2011, 2015), a real eficácia da internacionalização está condicionada à sua capacidade de ultrapassar grupos elitizados e instituir-se como uma prática democrática, incorporada em todos os âmbitos da vida acadêmica.

Programas como o Erasmus+ (*European Commission*, 2021) e ações de aprendizagem colaborativa internacional *online* (COIL) têm comprovado a sua efetividade na democratização do acesso a vivências interculturais, mesmo em instituições com recursos reduzidos (Rubin; Guth, 2022). Todavia, perduram entraves como a insuficiência de formação docente e a carência de financiamento mais robusto para projetos transnacionais (Leask, 2015).

3.3.1.1 Integração de Saberes Globais e Interculturais

A incorporação de visões interculturais no currículo excede a mera inserção de temáticas internacionais; impõe-se uma reconfiguração das dinâmicas pedagógicas para que os discentes cultivem aptidões globais. Conforme define Deardorff (2009), esta competência refere-se à habilidade de interagir com pertinência e eficiência em contextos multiculturais, alicerçada em saberes, competências e disposições culturais.

Este objetivo pode ser concretizado mediante análises comparativas, diplomacia acadêmica e alianças com organizações de outros países. Um caso emblemático é o ‘*Global Classroom*’ da *Arizona State University*, que articula atividades presenciais com colaborações virtuais internacionais (*Arizona State University*, 2023). Tais iniciativas consonam com as propostas de Plater (2016, p. 47) acerca de metodologias ativas para a educação global.

Não obstante, a integração destas perspectivas defronta objeções, particularmente pelo perigo de universalização de paradigmas ocidentais. Mignolo (2018) sustenta que os processos de globalização do conhecimento não raro reiteram estruturas coloniais ao favorecer epistemologias eurocêntricas. Urge salientar a pertinência da decolonialidade, que prioriza o reconhecimento e a valoração de saberes historicamente silenciados.

Para atenuar este risco, instituições como a *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) têm implementado práticas decoloniais nos seus planos de estudo, integrando de forma sistemática conhecimentos indígenas em Programas de Ciências Sociais por iniciativas como o *Programa Universitario de Estudios de la Diversidad Cultural* (Cortés;

Dietz, 2016). Experiências como esta comprovam a exequibilidade de harmonizar processos globais com a afirmação de identidades locais, na medida em que as instituições assumam um compromisso genuíno com o que Quijano (2000) designa por “*pluralidad epistémica*”.

A justiça cognitiva deve erigir-se como um eixo norteador da própria internacionalização curricular. Isto materializa-se em iniciativas de cooperação Sul-Sul que deslocam o princípio tradicional do intercâmbio acadêmico. Um exemplo paradigmático, é a atuação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Institucionalmente orientada para a colaboração com países africanos, a UNILAB operacionaliza, de acordo com o seu Projeto Político-Pedagógico, currículos que incorporam saberes africanos e afrodiaspóricos como pontos centrais, e não marginais.

Programas de Pós-graduação, como o Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), são concebidos em conjunto com universidades parceiras de Angola, Cabo Verde e Moçambique, abarcando o intercâmbio de discentes e docentes para a cocriação de conhecimento sobre soberania alimentar, saúde coletiva e agroecologia a partir de quadros epistemológicos do Sul Global. Esta prática subverte fluxos convencionais do saber e opera uma internacionalização alicerçada na justiça cognitiva.

Quijano (2000, p. 567-568) fundamenta que a “*pluralidad epistémica*” surge como antídoto para a “colonialidade do saber”, advogando pelo reconhecimento equitativo de sistemas de conhecimento não ocidentais historicamente marginalizados. Para o autor, a dominação colonial impôs não apenas um regime político-econômico, como também uma hierarquia epistemológica que privilegiou paradigmas eurocêntricos como universais.

Neste contexto, a decolonialidade intelectual demanda, consoante a sua análise, a valorização proativa de epistemologias indígenas, africanas e afrodiaspóricas, como alternativas legítimas de produção do conhecimento - não como folclore ou suplemento, mas como alicerces para uma ciência plural de fato. Essa visão, instiga as universidades a ultrapassarem a tolerância rasa e a pautarem as bases curriculares que integrem esses saberes em condições de paridade (Quijano, 2000).

3.3.1.2 Tensão entre Globalização e Contextos Locais

O obstáculo central na internacionalização dos currículos reside em conciliar as exigências de uniformização global com a salvaguarda das particularidades locais. Investigações científicas evidenciam que instrumentos como os *rankings* de universidades e procedimentos de credenciamento geram pressões uniformizadoras sobre os planos de estudo,

favorecendo arquétipos hegemônicos em prejuízo de tradições educativas regionais (Marginson; Rhoades, 2002).

Na tentativa de equilibrar referenciais globais e singularidades locais, inúmeras IES têm concebido enfoques ‘glocais’, que associam padrões internacionais com ajustes contextualizados, conforme registado por Morshidi (2008) na sua análise do contexto malaio. Um exemplo paradigmático é o da Universidade de Malaya, na Malásia que, de acordo com estudos recentes, alinha colaborações acadêmicas com universidades europeias com a integração sistemática de saberes asiáticos regionais na sua estrutura curricular.

Esse caso está em consonância com a noção de ecologias de saberes desenvolvida por Santos (2018), a qual defende a coexistência horizontal entre distintos meios de conhecimento. Estudos advertem que a operacionalização destes modelos depara-se com impedimentos, como obstruções regulatórias e restrições financeiras para a formação docente (Knight, 2003).

3.3.2 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade discente firmou-se como um pilar fundamental no processo de Internacionalização do Ensino Superior, incentivada por diretrizes mundiais, a exemplo do Processo de Bolonha, e por iniciativas de cooperação plurilateral. Pesquisas realizadas pela OCDE (2022) indicam que, em 2021, o contingente de alunos engajados em experiências educacionais no exterior superou a marca de seis milhões, concentrando-se majoritariamente em nações de língua inglesa e nos países que compõem a União Europeia.

Altbach (2016) adverte que essa expansão não ocorre de forma equilibrada, reforçando assim, assimetrias geopolíticas que beneficiam predominantemente as universidades sediadas no Norte Global. Ações como o Erasmus+ (Comissão Europeia, 2023) e o Programa Ciência sem Fronteiras (CAPES, 2017) ilustram que iniciativas públicas bem-estruturadas têm o potencial de democratizar as oportunidades. No entanto, obstáculos como entraves burocráticos para obtenção de vistos e a complexidade na validação de disciplinas cursadas no exterior permanecem como empecilhos significativos (Knight, 2012).

3.3.2.1 Movimento Discente: Intercâmbios e Dupla Diplomação

O panorama atual da mobilidade estudantil expandiu-se, incorporando formatos que transcendem os esquemas clássicos de intercâmbio. Nesse cenário, os Programas de Dupla

Diplomação ganham relevo, registrando um crescimento de 72% na última década (2010-2020), conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2021). Estudos da *European University Association* (EUA, 2020) evidenciam que, embora esses cursos conjuntos promovam uma melhor articulação curricular, eles ainda esbarram em obstáculos significativos, tais como: divergências entre os sistemas de notas (afetando 52% das instituições) e o ônus financeiro proibitivo para discentes oriundos de nações em desenvolvimento (presente em 38% das situações).

Experiências bem-sucedidas, a exemplo da colaboração entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Sorbonne Université (2020), ilustram que a adoção de requisitos linguísticos mais flexíveis constitui uma medida eficaz para mitigar desequilíbrios. Essa flexibilidade pode materializar-se na aceitação de uma gama mais ampla de certificados de proficiência, na criação de cursos de imersão linguística pré-partida ou na definição de níveis de exigência diferenciados por área do conhecimento, estratégias que, quando somadas ao estabelecimento de fundos de financiamento bilaterais, ampliam o acesso.

Não obstante, Trilokekar (2017) oferece uma perspectiva crítica, argumentando que a lógica de mercantilização do Ensino Superior está convertendo a mobilidade acadêmica em uma espécie de produto comercial, beneficiando sobretudo as universidades dotadas de maior prestígio e reconhecimento internacional.

Adicionalmente, o contexto da COVID-19 funcionou como um catalisador para a implantação de modelos híbridos de mobilidade, que mesclam experiências físicas e virtuais. Conforme dados do Censo da Educação Superior 2022, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP 2023), 58% das universidades brasileiras com iniciativas de internacionalização passaram a incorporar formatos híbridos - um salto considerável frente aos 32% registrados em 2019. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023) corrobora que esses arranjos promovem uma redução média de 35% nos custos para os alunos, mas faz a ressalva de que apenas 41% das instituições localizadas na periferia do sistema global dispõem da infraestrutura tecnológica necessária para implementá-los de modo eficaz.

Esta transição, todavia, não é isenta de riscos. Santos (2020), em ‘A cruel pedagogia do vírus’, adverte que a virtualização da educação internacional possui o potencial de exacerbar desigualdades preexistentes, uma vez que 78% dos estudantes africanos e 54% dos latino-americanos deparam-se com obstáculos crônicos de conectividade e acesso à internet de alta velocidade (UNESCO, 2021). Nessa mesma linha crítica, Mignolo (2018) examina como, a chamada colonialidade do saber, continua a se reproduzir nas atuais plataformas e

estruturas tecnológicas, perpetuando e até intensificando hierarquias cognitivas em escala mundial.

3.3.2.2 Circulação de Docentes e Pesquisadores

A movimentação internacional de professores e pesquisadores é um elemento crucial para a formação de redes de conhecimento em escala mundial, embora ainda opere segundo dinâmicas marcadas pela desigualdade. Conforme estatísticas da OCDE (2021), cerca de 70% dos pesquisadores em mobilidade temporária provêm de nações desenvolvidas, sendo os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha os principais polos receptores.

Iniciativas como *Marie Skłodowska-Curie Actions* (MSCA), da União Europeia, e o CAPES-Print, no Brasil, buscam incorporar dispositivos que incentivem a mobilidade de acadêmicos originários do Sul Global. No entanto, investigações como a de Leung (2019) salientam que esses programas tendem a concentrar seus recursos nas áreas de STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), negligenciando as ciências humanas e sociais.

Nesse contexto, a cooperação científica entre países do Sul surge como uma abordagem estratégica viável para contrapor às disparidades consolidadas no panorama científico internacional. Experiências como as fomentadas pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) demonstram que esse paradigma de colaboração possui o potencial de atenuar as dependências históricas que vinculam as periferias aos centros hegemônicos de saber.

Conforme detalhado em seu informe de atividades (2021), o CLACSO tem intensificado a parceria entre pesquisadores da região mediante um conjunto de ações: a implementação de programas de mobilidade regional, a exemplo de seus estágios de pesquisa (CLACSO, 2021) e o estabelecimento de 54 redes de pesquisa temáticas (CLACSO, 2021). Esses esforços, em conjunto, já alcançaram 678 instituições membras distribuídas por 31 países (CLACSO, 2021).

3.3.2.3 Desigualdades nos Fluxos Acadêmicos entre Norte e Sul

Os desequilíbrios observados nos movimentos de mobilidade acadêmica internacional, são a expressão concreta de dinâmicas geopolíticas enraizadas. Conforme detalha o *Global Education Monitoring Report 2022* da UNESCO, 82% dos 5,6 milhões de alunos em

mobilidade (dados de 2020) encontravam-se matriculados em instituições do Norte Global: Estados Unidos, Reino Unido e Austrália concentravam sozinhos 28% do total global (UNESCO, 2022).

Esta realidade é especialmente severa na África Subsaariana, onde unicamente “33% dos investigadores com titulação de Doutorado no exterior”, optam por regressar (UNESCO, 2022, p. 251, Figura 6.7). Na América Latina, “o panorama é ligeiramente mais favorável, porém ainda preocupante, registrando uma taxa de retorno de 47%” (OECD, 2021, p. 33, Tabela 1.4).

Informações do Banco Mundial (2021) mostram que somente 5,8% das colaborações científicas internacionais são lideradas por universidades africanas, ao passo que 87% dos artigos escritos conjuntamente entre autores do Norte e do Sul Global têm como primeiros autores investigadores sediados no Hemisfério Norte (SCIImago, 2023, Tabela 4.2).

Em resposta a este cenário, projetos como o *Programa de Apoyos para la Superación del Personal Académico de la Universidad Nacional Autónoma de México* (PASPA/UNAM, 2023), que oferece 150 vagas prioritárias para a América Central e Caribe, e o Convênio Andrés Bello (2022), abrangendo 13 países, procuram contrariar estas assimetrias mediante a promoção de uma cooperação horizontal. No Brasil, o Programa de Bolsas Brasil (PAEC OEA-GCUB) configura uma política relevante de colaboração Sul-Sul, oferecendo centenas de vagas em 2024 (GCUB, 2024), ainda que se depare com obstáculos de natureza logística e administrativa.

Como demonstra a análise de Knight (2008) sobre os paradoxos inerentes às parcerias internacionais, estas iniciativas deparam-se com três barreiras estruturais empiricamente validadas: 1) critérios de avaliação que valorizam sobretudo periódicos científicos do Norte Global - apenas 12% das publicações indexadas na *Web of Science* provêm de países do Sul (SCIImago, 2023); 2) a dominância do inglês como idioma da ciência - 93,1% dos artigos em bases de dados internacionais são neste idioma (Lillis; Curry, 2015); e 3) procedimentos burocráticos que impedem ou atrasam a revalidação de diplomas em uma parte considerável das universidades africanas e latino-americanas, conforme atestam relatórios internacionais (World Bank, 2023; UNESCO-IESALC, 2022).

Estes entraves, quando interpretados à luz do conceito de colonialidade do saber (Mignolo, 2021), tornam claro o modo como as estruturas globais do campo acadêmico perpetuam desigualdades de origem histórica. Esta conjuntura dialoga diretamente com a proposta de De Wit (2024, p. 8), que questiona a lógica predominante na Internacionalização

do Ensino Superior ao defender que: “a verdadeira cooperação acadêmica deve ser medida não por *rankings*, mas por sua capacidade de redistribuir poder epistêmico”.

O seu modelo de internacionalização baseada na solidariedade assenta em três pilares: 1) a priorização de agendas locais: 67% dos projetos examinados em redes Sul-Norte, como a Southern African-Nordic Centre (SANORD), originavam-se de necessidades concretas do Sul Global (De Wit, 2024); 2) paridade financeira: 40% do financiamento das colaborações deve ser administrado por instituições do Sul (De Wit, 2024); 3) avaliação com base no impacto social: um critério incluído por apenas 12% das Universidades do Norte ao estabelecerem parcerias (De Wit, 2024).

A experiência de consórcios Sul-Norte, como o SANORD, que liga a África Austral à Escandinávia, exemplifica esta mudança de paradigma: de acordo com De Wit (2024), 67% dos seus projetos priorizam demandas locais do Sul, com resultados tangíveis na formulação de políticas públicas. No cenário latino-americano, programas como o PAEC OEA-GCUB (Brasil) ou a Rede Columbus (América Latina-Europa) operam sob princípios análogos, embora continuem a enfrentar desafios significativos para alcançar uma equidade genuína (ANDIFES, 2023).

3.3.3 Cooperação Interinstitucional

A projeção internacional das universidades consolida-se, atualmente, como uma diretriz estratégica fundamental para o avanço das agendas científicas e educacionais. As Instituições de Ensino Superior estão progressivamente inseridas em redes colaborativas de escopo global, que ultrapassam os limites dos Estados nacionais. Tais alianças, não somente potencializam o acesso a insumos e saberes, como também robustecem as competências das organizações mediante a realização de intercâmbios, iniciativas de pesquisa compartilhadas e a captação de financiamento por meio de editais concorrenciais.

No cenário nacional, programas como o Erasmus+ e os consórcios estabelecidos no âmbito dos BRICS exemplificam de que modo a articulação em escala internacional pode catalisar a geração de conhecimento e a qualificação de pessoal altamente especializado. Porém, uma análise crítica impõe a reflexão sobre em que medida essas estruturas de colaboração perpetuam hierarquias de poder no panorama mundial da ciência.

De acordo com Fairclough (2001, 2003, 2010), os discursos produzidos pelas instituições tendem a normalizar relações de poder assimétricas, caracterizando a cooperação global como um empreendimento neutro, ao passo que, na prática, esta pode acentuar a

subordinação a polos hegemônicos de produção intelectual. Esse enquadramento analítico é crucial para compreender os processos pelos quais nações em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, buscam posicionar-se nestes circuitos, tendo que equilibrar os benefícios da integração global com a defesa de seus interesses e agendas próprios.

3.3.3.1 Participação em Redes Universitárias Globais

As Instituições de Ensino Superior no Brasil vêm intensificando seu engajamento em alianças universitárias de alcance global. Um exemplo paradigmático é a Rede de Universidades do BRICS (BRICS-NU), um consórcio que articula universidades dos estados-membros do bloco - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito e Irã - em torno de iniciativas de investigação colaborativa, mobilidade estudantil e desenvolvimento de programas educacionais em domínios temáticos de interesse mútuo (MEC, 2025).

No plano nacional, a colaboração com outros países configura uma linha de ação estratégica para a mobilidade de discentes e docentes. Conforme registros da CAPES (2023), centenas de universitários brasileiros foram beneficiados por programas de intercâmbio no âmbito da rede do BRICS, notadamente em campos estratégicos como energias sustentáveis e saúde coletiva. Essa plataforma de cooperação, ao congrega universidades dos países integrantes, tem propiciado a qualificação de capital intelectual em áreas de relevância multilateral (CAPES, 2023).

No cenário europeu, a iniciativa Erasmus+ mantém uma função central nos processos de internacionalização. Dados da União Europeia (2021) situam o Brasil, no período 2014-2020, entre as nações extracomunitárias com mais expressiva representatividade no programa, com o envio de milhares de estudantes e acadêmicos para instituições como as universidades de Coimbra e de Barcelona. Essa colaboração tem fomentado, de maneira substantiva, a criação de redes de conhecimento transatlânticas (ERASMUS+, 2021).

Para além desses programas, entidades como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) assumem papel vital na promoção da cooperação no continente. O GCUB, em particular, gere o Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC) que, desde a sua criação, já oportunizou milhares de bolsas de estudo em instituições latino-americanas, de acordo com seus registros institucionais (GCUB, 2022).

A Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2003) possibilita a compreensão de que tais parcerias internacionais possuem o potencial de cristalizar

disparidades, com as universidades do Norte Global frequentemente ditando a orientação das agendas de pesquisa. Esta crítica ressoa em estudos sobre o Erasmus+, cujos focos prioritários espelham, em grande medida, os interesses da União Europeia, o que pode restringir a capacidade de agência das universidades do Sul Global e levá-las a competir por recursos em moldes predefinidos, condicionando assim a autonomia na definição de suas próprias trajetórias investigativas (Santos, 2019).

3.3.3.2 Repercussões na Pesquisa e na Pós-graduação

A integração em circuitos acadêmicos internacionais pode repercutir favoravelmente na pesquisa e na projeção global da Pós-graduação no Brasil, elevando os padrões de qualidade da produção intelectual. Evidências recentes demonstram que, parcerias com universidades estrangeiras resultam em publicações com maior alcance e relevância, frequentemente fomentadas por iniciativas de apoio à mobilidade de pesquisadores. Todavia, o acesso a essas redes depende, com frequência, de convites, e, para que uma instituição se torne uma parceira cobiçada, é comum que precise cumprir critérios que não sejam, necessariamente, equitativos ou universais.

Uma iniciativa emblemática que estimula colaborações de longo prazo é o Programa Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), que expandiu consideravelmente seu escopo de atuação nos últimos anos, custeando milhares de bolsas de estudo. Este mecanismo é especialmente significativo em domínios como as ciências da saúde e as engenharias, nas quais as cooperações internacionais são responsáveis por uma porção substancial dos trabalhos de alto impacto (SCImago, 2022).

O PDSE, gerido pela CAPES, tem tido um papel indispensável na internacionalização da Pós-graduação brasileira. Conforme registros oficiais, entre 2019 e 2022, milhares de bolsas do programa foram concedidas, abrangendo todas as grandes áreas do conhecimento (CAPES, 2025). As universidades brasileiras com maior protagonismo no PDSE incluem a USP e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as quais cultivam alianças estratégicas com centros de excelência como a *Sorbonne Université* (França) e a *Max Planck Society* (Alemanha) (PRPG/USP, 2023; FAEPEX/UNICAMP, 2023).

É importante reconhecer, contudo, os desafios inerentes a um modelo hegemônico de internacionalização. A constante exigência por publicar em periódicos de circulação internacional pode levar à negligência de temáticas de relevância local. A supervalorização de

métricas globais tende a ignorar a pertinência socioeconômica de investigações aplicadas às realidades de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Não obstante, projetos como a Rede Amazônica de Universidades (UNAMAZ) ilustram que é possível aliar excelência científica e impacto regional. Esta rede fomenta a articulação de projetos entre instituições de oito países da Pan-Amazônia - Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname, concentrando-se em áreas como recursos naturais, questões emergentes e estudos sobre povos indígenas (UNAMAZ, 2024).

De modo análogo, o Programa Doutorado-Sanduiche da CAPES tem passado por adaptações para agilizar processos administrativos complexos, facilitando assim o apoio a investigações em áreas estratégicas para o país, como a agroecologia e as energias renováveis. O objetivo, é assegurar que a internacionalização não se restrinja a um fluxo unilateral de conhecimento, mas que favoreça intercâmbios científicos mais simétricos e dialogados (CAPES, 2025).

3.3.4 Tecnologias Digitais na Internacionalização do Ensino Superior

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vêm reconfigurando profundamente os processos de internacionalização no Ensino Superior, ao mesmo tempo que ampliam oportunidades e reiteram disparidades de ordem estrutural. Se, por um lado, ambientes digitais facilitam a interconexão em escala global, uma leitura à luz da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003) revela que o discurso da “educação sem fronteiras” tende a ocultar relações assimétricas de poder, nas quais universidades sediadas no Norte Global mantêm a prerrogativa de estabelecer referenciais hegemônicos.

O pensamento decolonial (Mignolo, 2009) problematiza essa ordem vigente, advogando pela construção de paradigmas alternativos que reconheçam e legitimem saberes originários de contextos locais. Este tópico dedica-se a examinar dois eixos centrais: a Educação a Distância e os cursos internacionais *online*; e as iniciativas de intercâmbio virtual e aprendizagem colaborativa internacional *online* (COIL), abordando de forma sintética seus efeitos e paradoxos no cenário da internacionalização no Ensino Superior.

3.3.4.1 Educação a Distância e Ofertas Formativas Online

A Educação a Distância (EaD) e os cursos internacionais *online* são comumente exaltados por seu potencial democratizante e sua abrangência. No entanto, a forma como são

implementados evidencia profundas assimetrias de ordem geopolítica. Estatísticas do *Class Central* (2022) mostram que apenas 15% dos MOOCs (Cursos Online Abertos e Massivos) são disponibilizados em idiomas que não o inglês (72%), espanhol (8%) e francês (5%). Essa predominância consolida uma hierarquia linguística que pode ser compreendida como colonialidade linguística, na medida em que reproduz e naturaliza a subalternidade de outros idiomas e dos saberes neles produzidos (Oliveira, 2018). Esse fenômeno é interpretado por Mignolo (2020) como uma “colonialidade digital”, que tende a invisibilizar e marginalizar conhecimentos tradicionais e indígenas, estendendo a lógica da colonialidade ao domínio tecnológico.

Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), percebe-se que a retórica da “flexibilidade” e da “acessibilidade linguística” serve para camuflar a concentração da produção do conhecimento em um reduzido grupo de instituições privilegiadas - que chegam a dominar cerca de 60% do mercado global de formação *online* (*Class Central*, 2023).

No contexto brasileiro, programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) buscam desafiar essa tendência, disponibilizando formação não apenas em centros urbanos, mas com foco especial no interior do país, mediante parceria com universidades públicas. Essa atuação, entretanto, ocorre em meio a obstáculos crônicos de ordem tecnológica, financeira e de infraestrutura (CAPES, 2022).

O pensamento decolonial sugere rotas alternativas para uma projeção internacional crítica do Ensino Superior brasileiro, capaz de articular saberes locais a diálogos globais em condições de maior simetria. Apesar disso, como alerta Mignolo (2017) em “Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico”, a própria infraestrutura que viabiliza essa internacionalização alternativa permanece desigual: a maior parte das colaborações internacionais em EaD no Brasil ancora-se em plataformas controladas por empresas dos Estados Unidos e da Europa (como *Moodle* e *Google Classroom*), enquanto um número reduzido de Instituições de Ensino Superior nacionais, adota sistemas de código aberto desenvolvidos em colaboração com países do Sul Global.

Essa subordinação tecnológica acaba por reproduzir lógicas coloniais mesmo em iniciativas comprometidas com a equidade social. Os principais entraves à cooperação internacional em Ciência e Tecnologia no Brasil são, em grande medida, de natureza interna, espelhando deficiências estruturais do sistema político e econômico nacional. Para evoluir, é imprescindível ultrapassar entraves como a descontinuidade de políticas, a carência de

coordenação estratégica e a fraca articulação com outras áreas de política pública, como educação e indústria (Costa; Domingues, 2014).

3.3.4.2 Intercâmbio Virtual e Aprendizagem Colaborativa Internacional *Online* (COIL)

O'Dowd (2021) explora a transição terminológica de “telecolaboração” para “intercâmbio virtual” (*Virtual Exchange* - VE), argumentando que a mudança visa promover uma maior integração entre diversas áreas do conhecimento e comunidades de especialistas. Entidades como a *UNICollaboration* e programas como o *Erasmus+ Virtual Exchange* incorporaram a nova denominação para melhor dialogar com agências financiadoras e partes interessadas, ainda que haja ressalvas de que o termo “virtual” possa diminuir a percepção de valor da experiência em comparação com a mobilidade tradicional.

O'Dowd (2021) ressalta que o intercâmbio virtual não deve ser visto como um substituto para a mobilidade presencial, mas sim como uma modalidade complementar, capaz de propiciar ganhos singulares no âmbito das competências interculturais, linguísticas e digitais. É crucial estabelecer uma distinção entre a Aprendizagem Internacional Colaborativa Online (*Collaborative Online International Learning* - COIL) e outras práticas comumente agrupadas sob o amplo significado de “Intercâmbio Virtual”.

Especialistas sustentam que, ainda que a COIL seja frequentemente categorizada como uma forma de mobilidade virtual, o seu foco explícito na aprendizagem colaborativa e intercultural a diferencia de outras modalidades de intercâmbio virtual, que podem não envolver uma interação profunda entre os discentes (Hackett *et al.*, 2024). A ausência de clareza conceitual pode gerar equívocos entre educadores e investigadores, obscurecendo os proveitos específicos inerentes à abordagem COIL (Hackett *et al.*, 2024).

Desenvolvida inicialmente pela *State University of New York* (SUNY) em 2006, a metodologia COIL expandiu-se notadamente pelo contexto europeu devido ao seu potencial em proporcionar vivências internacionais de caráter inclusivo e sustentável, prescindindo de deslocamentos (Hackett *et al.*, 2024). Ela pressupõe uma parceria entre docentes de instituições e países distintos, que concebem e orientam em conjunto atividades pedagógicas *online* para os estudantes, com o objetivo de fomentar tanto competências interculturais quanto a aquisição de conhecimentos curriculares (Hackett *et al.*, 2024).

Ancorada em quadros teóricos como o construtivismo social de Vygotsky e a teoria do contato intergrupal de Allport - que enfatizam o papel da interação social e da cooperação na aprendizagem, a COIL consolida-se como uma alternativa à mobilidade física, viabilizando a

colaboração internacional sem exigir deslocamento (Hackett *et al.*, 2024). Não obstante, a sua implementação prática não está imune a assimetrias estruturais.

Conforme demonstra O'Dowd (2021), as instituições do Sul Global tendem a ocupar uma posição periférica nestas colaborações *online*, funcionando mais como consumidoras de conteúdos predefinidos do que como copartícipes ativas na construção metodológica (O'Dowd, 2021). Essa dinâmica é confirmada por estatísticas do *Erasmus+ Virtual Exchange Impact Report* (2022), que aponta que 73% das iniciativas são lideradas por instituições europeias, contra apenas 12% sob coordenação de universidades latino-americanas ou africanas.

A retórica de uma “colaboração equitativa” nesses ambientes, segundo a lógica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), oculta relações de poder nas quais as agendas e os métodos são predominantemente estabelecidos pelos parceiros hegemônicos. Ilustrativamente, projetos centrados na sustentabilidade da Amazônia costumam privilegiar indicadores quantitativos (valorizados em publicações internacionais) em detrimento de conhecimentos regionais e comunitários.

A crítica detalhada da trajetória, do contexto e das dimensões da internacionalização não se esgota em si mesma; antes, ela fornece o substrato necessário para a construção de alternativas. Diante do diagnóstico de assimetrias e da mercantilização, emergem com urgência os ideais de uma internacionalização mais justa, que buscam reorientar o processo a partir de valores como a equidade, a justiça cognitiva e a relevância social.

3.4 IDEAIS DE UMA INTERNACIONALIZAÇÃO MAIS JUSTA NO BRASIL

Com base na análise crítica desenvolvida ao longo do capítulo, é possível delinear caminhos concretos para uma internacionalização mais justa e estratégica no Brasil. Este projeto exige uma ruptura com modelos hegemônicos e uma reorientação profunda das políticas e práticas vigentes, colocando a justiça social e cognitiva no centro da agenda.

Urge a consolidação de uma política de Estado - e não de governo - para a internacionalização, que supere a fragmentação e a instabilidade crônica de muitos programas

vigentes. É imperativo que iniciativas consolidadas, como o CAPES-Print e o PDSE, transcendam a lógica da mera produtividade e performance internacional.

Sua proposição deve ser reorientada para visar explicitamente a justiça social, incorporando critérios de equidade que corrijam assimetrias históricas. Isso significa implementar, de forma paulatina e consistente, políticas de ação afirmativa na seleção de candidaturas, com recortes regionais, étnico-raciais e de gênero, garantindo que as oportunidades não sejam concentradas nas elites e nas regiões já internacionalizadas do eixo Sul-Sudeste.

É fundamental priorizar a cooperação Sul-Sul e reduzir as assimetrias regionais por meio de editais específicos com financiamento estável para instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com critérios de avaliação que valorizem o impacto regional e a justiça cognitiva, e não apenas métricas de produtividade alinhadas a *rankings* internacionais (Miranda; Stallivieri, 2017; De Wit, 2024).

No Plano Institucional, as universidades devem adotar estratégias proativas para descolonizar currículos e práticas. Isso implica a integração sistemática de saberes locais, indígenas e afrodiaspóricos, transcendendo a lógica de mera inclusão de “conteúdos diversificados” (Quijano, 2000; Mignolo, 2018).

A implementação de metodologias como a Aprendizagem Colaborativa Internacional Online (COIL) deve ser incentivada, mas com atenção crítica às assimetrias tecnológicas e de poder. Parcerias devem ser construídas com base na paridade, com *co-design* de projetos e gestão compartilhada de recursos, evitando que instituições do Sul Global funcionem como meras receptoras de agendas definidas no Norte (O'Dowd, 2021; Hackett *et al.*, 2024).

É igualmente essencial redefinir os critérios de avaliação do sucesso, afastando-se da ditadura dos *rankings* e da produtividade em periódicos hegemônicos. Propõe-se a adoção de indicadores que mensurem o impacto social das colaborações, a reciprocidade nos fluxos de conhecimento e a contribuição para o desenvolvimento endógeno (De Wit, 2024). Neste ponto, uma Análise Crítica do Discurso (ACD), nos moldes propostos por Fairclough (1992), é ferramenta indispensável. Por esta via se torna possível desnaturalizar o discurso dominante na internacionalização, que frequentemente mascara relações de poder sob termos como “excelência”, “qualidade” e “ranking global”.

A ACD nos possibilita identificar como esses discursos, reproduzidos até mesmo em editais de fomento, perpetuam uma ordem neoliberal que marginaliza epistemologias não-hegemônicas. Arrematando o pensamento, a superação do modelo atual exige uma vontade política articulada, orientada por um projeto decolonial que veja a internacionalização

não como fim em si mesma, mas como ferramenta para a construção de um sistema de conhecimento verdadeiramente plural e democrático. Isso apenas será possível, quando houver uma estratégia deliberada para que regiões e grupos com menor índice de internacionalização recebam atenção e auxílio prioritários, transformando o discurso da equidade em prática material e institucional constante.

3.4.1 Diretrizes para Políticas Públicas Inclusivas e Estratégicas

A construção de uma internacionalização mais justa e estratégica no Brasil demanda, fundamentalmente, políticas de Estado - e não de governo, como já apontado. Esta distinção é crucial porque a natureza volátil e descontínua das políticas de governo, sujeitas a ciclos políticos quadrienais, perpetua a fragmentação e a instabilidade crônica dos programas. Essa inconsistência inviabiliza qualquer projeto de longo prazo, aprofunda assimetrias e impede que instituições com menor capital de internacionalização - majoritariamente localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país - construam trajetórias sólidas de colaboração internacional.

Uma política de Estado, ao contrário, transcende gestões específicas e assegura um compromisso nacional permanente com diretrizes estáveis de financiamento e avaliação. Seu eixo central deve ser a superação das profundas assimetrias regionais e epistemológicas, materializadas na criação de editais específicos com critérios que valorizem o impacto regional e a justiça cognitiva, e não apenas métricas de produtividade alinhadas a *rankings* internacionais.

Programas como o CAPES-Print e o PDSE precisam ser reorientados por esta lógica, incorporando mecanismos de ação afirmativa que priorizem instituições com menor tradição em internacionalização e fomentem agendas de pesquisa criadas em conjunto com e para os territórios. Neste marco, a cooperação Sul-Sul deve ser elevada à condição de prioridade estratégica de Estado, transcendendo a retórica e materializando-se em iniciativas concretas de financiamento e apoio institucional.

Inspirado em modelos como o PEC-PG e a UNILAB, o Estado brasileiro deve fomentar redes de pesquisa e mobilidade acadêmica que privilegiem a horizontalidade e a cocriação de conhecimento, com especial atenção às epistemologias do Sul Global. Isso requer a estabilidade orçamentária e a continuidade de programas que fortaleçam parcerias com países da América Latina, África e Ásia, evitando a descontinuidade crônica que fragiliza a construção de confiança e o aprofundamento de colaborações de longo prazo.

A atuação em fóruns multilaterais, como o BRICS e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), deve ser aproveitada para articular agendas comuns que contestem a geopolítica tradicional do conhecimento e promovam a circulação de saberes historicamente marginalizados.

Paralelamente, a valorização da diversidade epistemológica é outro pilar fundamental, exigindo a revisão crítica, no nível das agências de fomento, dos critérios de avaliação da produção acadêmica e da qualidade das colaborações internacionais. É urgente desvincular a noção de excelência acadêmica de métricas internacionalizadas que invisibilizam saberes locais, indígenas e afrodiaspóricos. Em seu lugar, devem ser adotados indicadores que meçam o impacto social das pesquisas, a promoção da justiça cognitiva e a contribuição para o desenvolvimento endógeno.

Agências como a CAPES e o CNPq têm um papel crucial nessa transformação, ao fomentar editais que incentivem a integração de perspectivas decoloniais nos currículos, a formação de redes temáticas baseadas em problemas concretos das sociedades do Sul e a valorização de publicações em línguas portuguesa e espanhola, assim como em veículos não hegemônicos.

A governança dessas políticas de Estado requer participação e diálogo com as comunidades acadêmicas das diferentes regiões do país, garantindo que as vozes das instituições periféricas - tanto em termos geográficos quanto epistemológicos - sejam ouvidas e incorporadas no desenho das ações.

A articulação com organismos multilaterais, como a UNESCO, deve ser crítica e estratégica, buscando-se aproveitar oportunidades de financiamento e cooperação técnica sem reproduzir agendas importadas que reforcem dependências intelectuais. Pela via de um projeto político consciente e intencional, ancorado na justiça social e cognitiva e blindado contra a instabilidade política, é que se torna possível a transformação da Internacionalização do Ensino Superior brasileiro num instrumento efetivo de democratização do conhecimento e de promoção de um desenvolvimento verdadeiramente plural e inclusivo.

3.4.2 Estratégias Institucionais para Equidade e Inovação na Internacionalização

No nível meso (intermediário/ institucional), a efetivação de uma internacionalização mais justa e inovadora depende da capacidade das próprias Instituições de Ensino Superior (IES) de reorientar suas práticas e culturas organizacionais. Se as políticas públicas (nível macro/ estratégico) criam o arcabouço necessário, é no âmbito institucional que os princípios

da equidade e da justiça cognitiva devem ser operacionalizados, transcendendo a retórica e materializando-se em ações concretas. Isso exige um movimento duplo: por um lado, a desconstrução de estruturas internas que perpetuam assimetrias; por outro, a adoção proativa de iniciativas que promovam a inclusão e a inovação na colaboração internacional.

Uma estratégia fundamental reside na descolonização curricular, que deve ir muito além da mera inserção de “conteúdos diversos” em disciplinas existentes. É imperativo que as IES promovam uma revisão profunda de seus projetos pedagógicos, integrando de forma transversal e crítica saberes locais, indígenas, afrodiaspóricos e do Sul Global. Isso pode ser realizado por meio da criação de núcleos de estudos decoloniais, da oferta de disciplinas obrigatórias que abordem epistemologias plurais e do incentivo a pesquisas que articulem conhecimentos científicos com saberes tradicionais, tal como exemplificado pela experiência da UNILAB.

A formação docente é um pilar crucial nesse processo, exigindo programas permanentes de capacitação que preparem os professores para atuar em contextos interculturais complexos e para facilitar diálogos de saberes em sala de aula, presencial ou virtual. Paralelamente, as instituições podem desenvolver modelos inovadores e inclusivos de mobilidade e colaboração, que mitiguem as barreiras econômicas, linguísticas e logísticas.

A expansão de modalidades híbridas e virtuais, como a Aprendizagem Colaborativa Internacional Online (COIL), apresenta um bom potencial para democratizar o acesso à experiência internacional. No entanto, para evitar que essas ferramentas reproduzam novas formas de exclusão, é essencial um investimento massivo em duas frentes interdependentes: a infraestrutura digital inclusiva - garantindo conectividade de qualidade e acesso a dispositivos para toda a comunidade acadêmica, com atenção às regiões periféricas - e a democratização do conhecimento de idiomas estrangeiros.

De nada adianta o acesso à plataforma tecnológica se os estudantes não possuírem a proficiência linguística necessária para nela interagir e coproduzir conhecimento. Sem políticas institucionais de apoio à aprendizagem de línguas, o COIL pode, paradoxalmente, cristalizar a hegemonia do inglês como único idioma de diálogo internacional, excluindo aqueles sem domínio fluente e convertendo-se em mais um mecanismo de seleção excludente.

Além disso, as parcerias para COIL devem ser construídas com base na cocriação e na paridade, assegurando que instituições do Sul Global não funcionem meramente como receptoras de projetos concebidos no Norte, mas como coprotagonistas na definição de agendas, metodologias e produtos finais. Finalmente, a redefinição dos critérios internos de avaliação e reconhecimento é um passo incontornável.

As universidades precisam desafiar o “domínio dos *rankings*” e criar seus próprios sistemas de valorização da internacionalização, que valorizem não o volume de artigos em periódicos hegemônicos, mas o impacto social das colaborações, a reciprocidade nos fluxos de conhecimento e a contribuição para o desenvolvimento regional.

Isto implica criar incentivos para que docentes e pesquisadores se envolvam em parcerias Sul-Sul, em redes temáticas como as do CLACSO ou da UNAMAZ, e em projetos de extensão internacionalizados que respondam a desafios locais globais. Ao internalizar estes novos valores, as IES brasileiras podem liderar pelo exemplo, construindo um ecossistema de internacionalização que seja, de fato, um instrumento de transformação social e de afirmação democrática de um conhecimento plural.

3.4.3 Atores e Práticas Cotidianas: a internacionalização no nível individual

Para além das estruturas macro e meso, a efetivação de uma internacionalização mais justa depende fundamentalmente da capacidade de ação, da iniciativa e das interações quotidianas dos sujeitos diretamente envolvidos: docentes em suas redes de pesquisa, estudantes em programas de mobilidade e técnicos-administrativos no suporte operacional. Este é o plano da experiência concreta, onde os grandes discursos sobre cooperação e equidade são testados, negociados e ressignificados na prática desses atores, seja nas salas de aula, nos laboratórios ou nos corredores das universidades.

A qualidade e o sentido último da internacionalização são, portanto, moldados pelas escolhas, pelos encontros interculturais e pelas microdecisões desses atores, que podem tanto reproduzir assimetrias quanto inaugurar novas formas de colaboração baseadas no diálogo horizontal e no reconhecimento mútuo. É neste espaço que a retórica da justiça cognitiva se materializa ou se esvai, dependendo do poder de influência e da autonomia de cada indivíduo em contestar hierarquias estabelecidas e engajar-se em práticas pedagógicas e de investigação verdadeiramente inclusivas.

Conforme demonstram Assis e Moraes (2022) em sua análise crítica do discurso de professores brasileiros de inglês, a internalização de uma hierarquia cultural que coloca os Estados Unidos como superiores ao Brasil resulta em um processo de autorrejeição e alienação cultural. Os docentes entrevistados frequentemente reproduzem a ideia de que a cultura e a língua norte-americanas são mais “evoluídas” ou “desejáveis”, enquanto a cultura brasileira é percebida como inferior - o que os autores identificam como uma polarização reversa do grupo “NÓS” (brasileiros) e “ELES” (norte-americanos). Esse fenômeno, que tem

raízes históricas na influência cultural e política dos EUA no Brasil, ilustra como a colonialidade do saber pode se manifestar nas práticas cotidianas de educadores, influenciando sua identidade profissional e suas interações em sala de aula.

No que concerne ao corpo discente, a participação em programas de mobilidade - física ou virtual - constitui uma experiência complexa de negociação identitária e epistemológica. Ao transitar entre diferentes contextos acadêmicos, os estudantes são desafiados a conciliar os saberes adquiridos nas suas instituições de origem com os modelos e expectativas predominantes nos sistemas hegemônicos do Norte global.

Esta negociação, porém, pode transcender a mera assimilação passiva quando os discentes agem com autonomia e discernimento, atuando como agentes de tradução cultural, introduzindo perspectivas, problemáticas e enquadramentos teóricos do seu contexto local nos debates acadêmicos internacionais. A sua capacidade de iniciativa manifesta-se ainda na escolha de temas de pesquisa que valorizam saberes marginados e na construção de redes informais de solidariedade e partilha de conhecimento que contornam os circuitos oficiais, muitas vezes burocráticos, fomentando uma colaboração mais autêntica e menos assimétrica.

Por seu turno, o protagonismo docente e dos investigadores no plano individual é um vetor crítico para a reorientação decolonial do processo. A decisão de integrar bibliografias plurais, autores do Sul global e estudos de caso não-eurocêntricos nas ementas disciplinares é um ato político que desafia a colonialidade curricular. Da mesma forma, a opção por estabelecer parcerias de investigação baseadas na cocriação de projetos - nas quais as agendas são definidas conjuntamente e não importadas de forma unilateral - e por publicar em coautoria nos veículos que valorizam impactos locais e regionais, são práticas que redistribuem poder epistêmico.

Estes gestos, aparentemente modestos, mas cumulativamente potentes, dependem da vontade política e do compromisso ético de cada acadêmico em privilegiar a reciprocidade e a relevância social sobre métricas internacionais padronizadas, tornando-se, assim, catalisadores indispensáveis para uma internacionalização desde dentro e de baixo para cima.

4. METODOLOGIA, CONTEXTO INSTITUCIONAL E PERCURSO INVESTIGATIVO

Este capítulo consolida os pilares metodológicos, contextuais e procedimentais que fundamentam a presente investigação. Nele, são explicitadas as escolhas

teórico-metodológicas que orientam a análise, o perfil das instituições estudadas e as etapas percorridas na construção e interpretação do *corpus* documental.

A estrutura do capítulo divide-se em três eixos centrais, articulados entre si de maneira coerente e progressiva. Além disso, a estrutura do capítulo é desenhada para espelhar e fundamentar a análise comparativa desenvolvida no capítulo V, organizando-se em torno de três eixos centrais que prefiguram os temas-chave da discussão: os fundamentos metodológicos da análise documental crítica e decolonial; a caracterização contrastiva do contexto institucional da USP e da UFMT; e o detalhamento do percurso investigativo, incluindo as categorias analíticas que guiam a interpretação dos dados.

Essa articulação busca uma transição coerente e progressiva para a análise dos resultados, incluindo a dimensão crítica da inclusão de estudantes com deficiência, que será examinada como um indicador da efetiva justiça cognitiva e social nos projetos de internacionalização.

No primeiro eixo, apresenta-se a opção pela análise documental de caráter crítico e decolonial, justificada pela natureza do objeto de estudo - a linguagem institucional voltada para a Internacionalização do Ensino Superior. São detalhados os procedimentos de constituição, organização e análise do *corpus*, abrangendo documentos produzidos entre 2010 e 2025 pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), além de órgãos centrais como CAPES e MEC. A abordagem metodológica articula instrumentais analíticos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da perspectiva decolonial, permitindo não apenas mapear estratégias, mas também interrogar suas bases ideológicas e implicações epistemológicas.

O segundo eixo, dedica-se à caracterização comparada do contexto institucional das duas universidades investigadas. São descritas as trajetórias, os perfis de internacionalização e os posicionamentos distintos, que a USP e a UFMT ocupam no cenário acadêmico nacional e internacional. Enquanto a primeira se destaca por seu alinhamento a parâmetros hegemônicos de excelência e competitividade global, a segunda apresenta um perfil mais regionalizado, com ênfase em cooperação Sul-Sul e enfrentamento de desafios estruturais. Essa contraposição oferece um terreno fértil para a análise discursiva que segue.

O terceiro eixo descreve o percurso investigativo propriamente dito, desde a identificação e coleta dos documentos até sua análise e interpretação final. São elencadas as fases da pesquisa, com destaque para a categorização dos dados a partir de um quadro analítico híbrido - composto por categorias derivadas do referencial teórico e por categorias emergentes, identificadas durante a imersão nos materiais. Por fim, são apresentadas as

estratégias adotadas para garantir o rigor e a credibilidade interpretativa, incluindo a cristalização por fontes e perspectivas teóricas, a consulta a especialistas e a reflexividade crítica como prática contínua de vigilância epistemológica.

Em conjunto, estes três eixos proporcionam a base necessária para a análise comparativa aprofundada desenvolvida no capítulo subsequente, onde se buscará decifrar como os discursos institucionais constroem, naturalizam e, por vezes, contestam, diferentes projetos de internacionalização no Ensino Superior brasileiro.

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA: ANÁLISE DOCUMENTAL CRÍTICA E DECOLONIAL

A definição do percurso metodológico, constitui etapa fundamental para a consecução dos objetivos desta pesquisa, que elege a análise documental de caráter crítico e decolonial como via privilegiada de investigação. Esta escolha fundamenta-se na natureza do objeto de estudo - a linguagem institucional para a internacionalização do ensino -, o qual se manifesta primordialmente, por meio de documentos que formalizam intenções, diretrizes e mecanismos de ação.

Ao invés de tratar tais registros como meros repositórios de informações neutras, a abordagem aqui adotada compreende-os como artefatos discursivos nos quais se projetam visões de mundo, hierarquias de valor e projetos políticos institucionais. Dessa forma, o método permite não apenas mapear as estratégias de internacionalização da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mas também interrogar os fundamentos e as implicações dessas mesmas estratégias.

Para conferir profundidade analítica a essa investigação, articulam-se de maneira complementar duas perspectivas teóricas: a Análise Crítica do Discurso (ACD), na linha de Norman Fairclough, e o Pensamento Decolonial, ancorado em autores como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo.

A primeira oferece as ferramentas necessárias para discutir como o poder se inscreve e se reproduz nas escolhas linguísticas e nas estruturas textuais dos documentos institucionais. A segunda, por sua vez, fornece o enquadramento histórico e político para questionar as hierarquias de saber e poder que sustentam tais discursos, revelando sua vinculação a estruturas de colonialidade. A combinação dessas abordagens, possibilita uma leitura que

ultrapassa o conteúdo aparente dos textos, buscando identificar silenciamentos, assimetrias e a naturalização de certos modelos de internacionalização.

A operacionalização da pesquisa pautou-se por um rigoroso protocolo de constituição, organização e análise do *corpus* documental, abarcando o período de 2010 a 2025. Foram selecionados documentos de diversas naturezas (normativos, estratégicos, programáticos e informativos), provenientes tanto das duas universidades em foco quanto de órgãos centrais, aplicando-se critérios de pertinência temática, acessibilidade e contraste interinstitucional. A sistematização em um banco de dados detalhado conferiu transparência e robustez ao processo, criando as bases para a análise crítica, que se desenvolve nesta seção e que serve de alicerce para a discussão comparativa aprofundada no capítulo subsequente.

4.1.1 Opção pela Análise Documental: justificativa e procedimentos

A presente pesquisa é qualitativa, materializada por meio de análise documental. Enquanto a abordagem quantitativa nas ciências sociais se concentra na dimensão mensurável dos fenômenos - aquilo que é visível, contável e pode ser traduzido em dados estatísticos -, a pesquisa qualitativa busca compreender o universo dos significados, motivações e valores que orientam as ações e relações humanas, aspectos estes que escapam à captação por meio de fórmulas e métricas numéricas (Minayo, 2002).

Dentro desse universo metodológico, a análise documental se configura como uma técnica fundamental, indo além de uma mera sistematização de documentos e informações para assumir o papel de uma prática interpretativa. De acordo com Cellard (2008, p. 295), “a análise documental não é simplesmente uma maneira entre outras de coletar dados: é, ao contrário, um verdadeiro procedimento de exploração e de interpretação”.

Esse procedimento exige do pesquisador uma postura crítica, pois, como alertam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o documento, por si só, não é portador de uma verdade que precisa ser descortinada pelo pesquisador, cabendo a este realizar uma leitura crítica dos seus condicionantes históricos e sociais.

Dessa forma, a análise documental qualitativa transcende a aparência do texto para descortinar as condições de sua produção e ‘as intenções’ de seu autor, operando uma crítica interna do documento que visa a revelar seu significado profundo e suas relações com o contexto social que o produziu (Cellard, 2008).

A análise documental, como o método central desta investigação, é elegida por sua capacidade de proporcionar um exame sistemático e crítico dos trajetos discursivos e

normativos e que fundamentam as Políticas de Internacionalização no Ensino Superior. Trata-se de uma orientação metodológica, que se alinha plenamente ao objeto de estudo - a linguagem institucional para a internacionalização do ensino -, uma vez que este potencial é, em grande medida, materializado, estruturado e comunicado por meio de documentos oficiais.

Como assinala Cellard (2008, p. 295), a análise documental permite “explorar o universo de significados contidos nos documentos, compreendendo-os não como espelhos da realidade, mas como construções sociais” que revelam intenções, prioridades e visões de mundo de suas instituições produtoras.

A justificativa para a adoção deste método reside em sua aptidão para investigar de forma estruturada, como as estratégias de internacionalização são concebidas, formalizadas e representadas discursivamente nos arcabouços institucionais. Dada a natureza da pesquisa, que busca compreender “a consolidação da Internacionalização do Ensino Superior, sob a égide da linguagem institucional”, a partir da documentação formal, este método mostrou-se o mais adequado para acessar a “voz oficial” da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), descortinando seus objetivos declarados, suas prioridades estratégicas e os mecanismos que operacionalizam sua inserção global.

A análise crítica desses documentos, à luz das lentes teóricas da Decolonialidade (Quijano, 2000; Mignolo, 2011) e da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), permite clarificar não apenas o conteúdo explícito das políticas, mas também as hierarquias de poder, as assimetrias e os silenciamentos que podem estar intrincados em sua formulação, conformando o que é entendido como internacionalização legítima (Souza, 2021; Miranda; Stallivieri, 2017).

Os procedimentos de coleta e organização dos documentos, seguiram um protocolo sistemático e replicável, delimitando-se ao recorte temporal do período de 2010 a 2025. A identificação e o acesso ao *corpus* documental, foram realizados por meio de buscas exaustivas, entre fevereiro de 2024 e agosto de 2025, nos portais oficiais e transparência ativa das duas instituições (USP e UFMT), nos sites eletrônicos de órgãos governamentais centrais - como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) - e em repositórios de programas de cooperação internacional, a exemplo do Erasmus+.

O *corpus* foi categorizado conforme a natureza e a finalidade dos documentos, organizando-se em quatro grandes eixos:

- 1- Documentos Normativos: Leis, Decretos, Portarias e Resoluções Internas das IES que estabelecem o marco regulatório da internacionalização.

- 2- Documentos Estratégicos: Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Planos de Internacionalização e Relatórios de Gestão que explicitam as metas e prioridades de atuação global.
- 3- Documentos Programáticos: Editais (por exemplo, seleção de docentes; programas de mobilidade acadêmica, entre outros), acordos e convênios de cooperação internacional firmados pelas universidades e regulamentos de programas (por exemplo, a dupla diplomação).
- 4- Documentos Informativos: Relatórios de Internacionalização, páginas web de Pró-reitorias e Agências de Cooperação, e apresentações institucionais que divulgam ações e resultados.

Os critérios de seleção aplicados foram: a) pertinência temática, priorizando documentos que tratassem explicitamente de políticas, estratégias ou ações de internacionalização; b) acessibilidade, privilegiando documentos de domínio público ou obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei nº 12.527/2011); c) representatividade escalar, assegurando a inclusão de documentos das esferas nacional, institucional e programática; e d) contraste interinstitucional, selecionando documentos que permitissem a comparação sistemática entre o perfil da USP e o da UFMT.

Para garantir o rigor na organização e análise, todos os documentos selecionados foram catalogados em um banco de dados, construído em planilhas eletrônicas. Esta ferramenta, contém os seguintes campos: Instituição (USP/ UFMT), Tipo de Documento (conforme categorização acima), Título, Ano de Publicação, Link de Acesso/ Localização e Categorias de Análise Preliminares (por exemplo, “foco no Sul Global”, “orçamento”, “formação de redes”, “internacionalização do currículo”), as quais foram sendo refinadas à medida que o processo analítico avançava. Esta sistematização metódica não apenas conferiu transparência ao processo de pesquisa, mas também constituiu a base sólida sobre a qual se ergue a análise comparativa detalhada no quinto capítulo desta tese.

Esta articulação teórico-metodológica permite operacionalizar conceitos-chave, que são centrais na análise do capítulo referente aos Resultados e Discussão. A noção de materialidade do discurso, inspirada em Fairclough (2003), é mobilizada para analisar não apenas o conteúdo textual, mas também os suportes concretos das políticas - como orçamentos, estruturas administrativas e plataformas digitais -, entendendo-os como instâncias discursivas, que constituem relações de poder.

Paralelamente, os conceitos de colonialidade do poder (em Quijano) e agência (em Mignolo) fornecem as lentes para interpretar as assimetrias de recursos e as diferentes

capacidades de ação das instituições no cenário global, interrogando como a centralidade subalterna da USP e a posição periférica da UFMT são produzidas e negociadas discursivamente.

Dessa forma, a ACD fornece as ferramentas para a análise textual imanente, enquanto o pensamento decolonial oferece a profundidade histórica e política, para contextualizar essas análises, no quadro mais amplo da geopolítica do conhecimento, buscando identificar gestos de orientação decolonial ou de reforço à colonialidade, nos projetos de internacionalização analisados.

4.1.2 Articulação Teórico-Metodológica: ACD e (De)colonialidade

A investigação proposta nesta pesquisa, é sustentada por um arcabouço teórico-metodológico híbrido e crítico, que articula de forma complementar os aportes da Análise Crítica do Discurso (ACD) - notadamente na vertente de Norman Fairclough (2003) - e os pressupostos do Pensamento Decolonial - fundamentada nos trabalhos de Aníbal Quijano (2000) e Walter D. Mignolo (2011).

Essa articulação não é meramente aditiva, mas simbiótica: enquanto a ACD fornece as ferramentas analíticas precisas para revelar como o poder opera e se reproduz, pela vertente da linguagem e dos discursos institucionais; a perspectiva decolonial oferece a lente crítica indispensável para compreender a razão de certas hierarquias de saber e poder se perpetuarem, questionando suas raízes, em estruturas coloniais historicamente constituídas (Mignolo, 2011).

A ACD, ao compreender o discurso como uma forma de prática social, permite examinar minuciosamente os documentos oficiais das IES, indo além de seu conteúdo manifesto. Ela possibilita investigar, como as escolhas lexicais, as estruturas textuais e as representações presentes nesses documentos constroem, naturalizam e legitimam determinadas visões de mundo e relações de poder (Fairclough, 2003).

No contexto deste estudo, a ACD será empregada para desmontar a “caixa preta” do discurso oficial sobre internacionalização, interrogando, por exemplo, como termos aparentemente neutros como “excelência”, “qualidade” ou “competitividade global” são mobilizados. Fairclough (2001) adverte que, é pouco comum que termos como estes sejam inócuos; pelo contrário, eles carregam consigo projetos ideológicos específicos, que organizam e direcionam a ação institucional, frequentemente importando e internalizando critérios de valor hegemônicos.

É precisamente nesse ponto, que o pensamento decolonial se torna fundamental, fornecendo o quadro interpretativo para compreender a genealogia e os efeitos desses critérios. O conceito de colonialidade do saber, cunhado por Quijano (2000), refere-se à hierarquização global dos conhecimentos e das formas de produzi-los, que privilegia epistemologias eurocêntricas, em detrimento de saberes alternativos, particularmente aqueles originários do Sul Global.

Esta colonialidade, não é apenas um resquício do passado, mas uma estrutura de poder vigente, que se manifesta cotidianamente nas universidades, por exemplo, na valorização desproporcional de publicações em periódicos de alto fator de impacto (majoritariamente do Norte global e em inglês), em detrimento de veículos regionais ou em língua portuguesa. Analisar os documentos das IES, à luz deste conceito, permitirá interpretar tais preferências, não como escolhas técnicas neutras, mas como manifestações concretas de uma hierarquia epistêmica, que subalterniza outras formas de conhecimento e divulgação científica (Mignolo, 2011).

O poder discursivo, central na ACD, é assim relido pela chave decolonial. A análise pergunta, seguindo Fairclough (2003): Quem tem o poder de definir o que constitui “excelência internacional” nos documentos institucionais? Quais critérios são invocados (ex., posição em *rankings* internacionais, número de artigos em revistas de circulação global, parcerias com universidades do eixo Anglo-Euro-Americano)? Esta investigação revela como o discurso hegemônico sobre qualidade acadêmica exerce um poder normativo, moldando as prioridades e estratégias das instituições do Sul global e muitas vezes colocando-as em descompasso com suas missões sociais, realidades locais e necessidades endógenas (Souza, 2021).

A análise das hierarquias epistemológicas, será conduzida por meio do exame da (in)existência e do lugar que ocupam nos documentos temas como a cooperação Sul-Sul, a integração de saberes locais, indígenas e afrodiaspóricos no currículo, a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência nos programas de mobilidade, ou políticas específicas de atração e acolhimento de estudantes e pesquisadores do Sul global.

A ausência, a marginalidade ou a abordagem superficial desses tópicos, quando contrastados com a centralidade e a valorização explícita das parcerias com o Norte global, serão interpretados como a reprodução discursiva de uma hierarquia que posiciona certos conhecimentos, origens geográficas e línguas como intrinsecamente mais válidos e desejáveis que outros (Quijano, 2000). Dessa forma, a ACD operacionaliza a identificação dessas assimetrias no texto, enquanto a decolonialidade fornece a profundidade histórica e política

para sua crítica radical, almejando não apenas explicar o mundo discursivo da internacionalização, mas contribuir com a sua transformação, em direção a um paradigma mais plural e justo.

4.1.3 Operacionalização da ACD, Limitações e Estratégias de Rigor Analítico

Este subitem consolida a explicitação do percurso metodológico ao detalhar a operacionalização da Análise Crítica do Discurso (ACD), reconhecer as limitações inerentes ao desenho de pesquisa e apresentar as estratégias adotadas para garantir o rigor analítico.

Operacionalização da ACD: a centralidade do significado acional

O arcabouço teórico como prática de análise mobiliza nesta pesquisa as três dimensões do discurso propostas por Fairclough (2003), com ênfase especial na dimensão que confere ao discurso seu caráter performático: o significado acional. Esta dimensão é crucial para a análise de documentos institucionais, entendendo-os não como meros reflexos, mas como formas de ação no mundo que produzem efeitos concretos.

A operacionalização se dará pela análise integrada das seguintes dimensões:

1. **Significado Textual:** Análise imanente das escolhas lexicais (e.g., “excelência” vs. “cooperação solidária”), estruturas gramaticais e recursos retóricos.
2. **Significado Discursivo:** Foco nos processos de produção e intertextualidade, investigando como os gêneros textuais (PDIs, editais, relatórios) dialogam entre si e com outras vozes do campo.
3. **Significado Acional (Ação Social):** Pilar analítica que será explicitado com maior vigor. Investiga a força ilocucionária dos documentos - o que eles fazem ao serem enunciados (e.g., um edital seleciona e hierarquiza; um PDI delinea e institui prioridades). O objetivo é decifrar como os gêneros institucionais performativamente constroem a realidade da internacionalização, legitimando certos modelos e silenciando outros.

Exemplificação da Análise Integrada: Um Edital de Mobilidade que prioriza “proficiência em inglês (TOEFL/ IELTS)” e “parcerias com universidades de prestígio internacional” não é um texto neutro. Na dimensão acional, ele está ativamente construindo um modelo hegemônico de mobilidade, reproduzindo hierarquias linguísticas e geopolíticas. A exclusão de critérios como “relevância para problemas regionais” ou “domínio de línguas de

cooperação Sul-Sul” é, em si, uma ação de silenciamento. Esta análise, quando articulada à lente decolonial, revela os projetos políticos e epistêmicos que tais ações discursivas servem.

Reconhecimento de Limitações e a Resposta Metodológica

A análise documental aqui empreendida, embora robusta, apresenta limitações inerentes. A principal delas reside no viés dos documentos oficiais, que, por sua natureza, constituem a versão institucionalmente autorizada da realidade, privilegiando narrativas de sucesso e ofuscando contradições, resistências e o hiato entre a política formal e sua implementação prática.

Para enfrentar esses limites e capturar a complexidade do fenômeno, adotou-se uma abordagem de cristalização (Richardson, 2000; Denzin; Lincoln, 2013), que supera a triangulação tradicional ao reconhecer que os fenômenos sociais possuem “mais do que três lados”. A cristalização representa o “display simultâneo de múltiplas realidades refratadas” (Denzin; Lincoln, 2013, p. 6) e foi operacionalizada em duas frentes:

- **Cristalização por Fontes:** O corpus foi construído para permitir o contraste entre diferentes tipos de documentos (normativos, estratégicos, programáticos) e, sobretudo, a comparação interinstitucional sistemática entre USP e UFMT. Esta contraposição permite iluminar o objeto de estudo a partir de posicionamentos radicalmente diferentes no campo acadêmico.
- **Cristalização Teórica:** Os documentos foram analisados pelas lentes complementares e por vezes tensionadas da ACD e do Pensamento Decolonial. Esta abordagem múltipla enriqueceu a interpretação, evitando uma leitura unívoca e assemelhando-se ao trabalho do pesquisador como bricoleur (Denzin; Lincoln, 2013), que utiliza um conjunto diversificado de ferramentas teóricas para compor uma análise complexa.

Estratégias para o Rigor Analítico

Para assegurar a confiabilidade do processo interpretativo, foram adotadas as seguintes estratégias:

- **Reflexividade Crítica:** A manutenção de um diário de pesquisa permitiu a vigilância epistemológica constante, registrando decisões metodológicas e refletindo sobre como o posicionamento da pesquisadora influencia a análise.

- **Consulta *Ad-Hoc* a Especialistas:** O desenho metodológico e excertos analíticos foram submetidos ao escrutínio de pesquisadores especializados, incorporando feedbacks qualificados.
- **Confronto Permanente com a Literatura:** Os dados e interpretações foram constantemente dialogados com o corpus teórico e empírico revisado.
- **Espessamento Descritivo na Apresentação dos Resultados:** A análise no capítulo V será sustentada pela incorporação de extratos textuais significativos dos documentos, fornecendo a base empírica para as inferências e permitindo ao leitor acompanhar a cadeia de raciocínio.

Potencialidades do Desenho Metodológico

A despeito das limitações, o desenho adotado revela notáveis potencialidades. A análise documental crítica e decolonial, à luz da cristalização e com a lente fina do significado acional, permitiu um mapeamento amplo e detalhado do campo discursivo oficial. Esta base empírica sólida é o alicerce para a análise comparativa que se segue, capaz de revelar não apenas o que as instituições dizem sobre internacionalização, mas como seus discursos atuam no mundo, construindo, legitimando e, por vezes, contestando diferentes projetos para o ensino superior global.

4.2 CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES: USP E UFMT EM PERSPECTIVA COMPARADA

A compreensão das particularidades de cada instituição de Ensino Superior é fundamental para analisar criticamente como se materializam, em contextos distintos, as políticas e os discursos de internacionalização. Nesta seção, a apresentação das trajetórias da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) é concebida como uma análise de conjuntura, nos termos de Fairclough (2003). Isto é, busca-se examinar as condições sociais, políticas e econômicas que constituem o contexto de produção dos discursos institucionais que serão analisados nos capítulos subsequentes.

As duas instituições públicas, embora integrantes do mesmo sistema nacional, ocupam posições radicalmente diferentes no campo acadêmico brasileiro e internacional. A seleção destes dois casos não é aleatória, mas estratégica, buscando capturar a extensa diversidade e as profundas assimetrias que caracterizam o Ensino Superior público no país, as quais, de

acordo com a perspectiva crítica adotada, não são meros pano de fundo, mas elementos constitutivos das próprias práticas discursivas.

A USP emerge como a instituição mais tradicional e prestigiada, com uma história intrinsecamente ligada a um projeto de modernização científica e cultural de natureza elitizada e com projeção global desde a sua fundação. Localizada no Sudeste, centro econômico e industrial do país, a universidade paulista consolidou um modelo de excelência internacional, alinhado com parâmetros hegemônicos de qualidade. Essa posição de privilégio constitui uma condição de produção discursiva fundamental, que tende a gerar textos (planos, relatórios, políticas) que naturalizam sua liderança e alinhamento com o Norte global.

Em contraponto, a UFMT representa uma instituição com um perfil mais regionalizado, fundada durante a expansão do Ensino Superior nas décadas de 1960 e 1970 no Centro-Oeste do Brasil. A sua atuação está ancorada nas demandas específicas da região, que é marcada por importantes biomas e por significativas contradições socioeconômicas.

Sua trajetória de internacionalização, mais recente e menos formalizada, é largamente orientada por uma lógica de cooperação Sul-Sul e por agendas de relevância regional, enfrentando desafios estruturais de financiamento, capacitação e infraestrutura. Tais condições de produção, marcadas pela escassez e por uma posição periférica no campo acadêmico, criam um contexto distinto para a emergência de discursos que, como se verá, podem tensionar ou negociar com os modelos hegemônicos.

Esta seção está organizada em três partes. Inicialmente, detalha-se a trajetória e o perfil de internacionalização da USP, examinando seu percurso histórico, sua estratégia explícita de competição global e os paradoxos inerentes à sua posição de liderança. Em seguida, explora-se a trajetória e o perfil de internacionalização da UFMT, enfocando seu caráter regional, suas questões estruturais e seu potencial distinto para uma internacionalização alternativa.

Por fim, apresenta-se uma análise comparativa preliminar, que confronta sistematicamente as duas instituições em termos de recursos, estratégias, capilaridade internacional e perfil da comunidade acadêmica, elucidando como suas diferenças e convergências ilustram as tensões mais amplas, que permeiam a Internacionalização do Ensino Superior no Brasil.

Por este exercício comparativo, busca-se não apenas descrever duas realidades institucionais, mas principalmente criar o terreno analítico necessário para, no capítulo seguinte, investigar como a linguagem empregada nos documentos oficiais institucionais é,

ela própria, um produto e um produtor dessas conjunturas desiguais, construindo, naturalizando e, por vezes, contestando esses diferentes projetos de inserção global.

4.2.1 Universidade de São Paulo (USP): trajetória e perfil de internacionalização

A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, constitui-se como a mais antiga e prestigiada Instituição de Ensino Superior do Brasil, cuja gênese esteve intrinsecamente vinculada a um projeto nacional de desenvolvimento científico e cultural, de caráter elitizado e internacionalizado, desde sua origem. Sua criação, contou com a colaboração de missões estrangeiras, notadamente francesas e italianas, que auxiliaram na estruturação de unidades, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), marco inicial de um modelo universitário moderno e orientado para a pesquisa, no país (Souza, 2021).

Localizada em São Paulo, o estado mais abastado e industrializado do Brasil, a USP beneficiou-se historicamente de um contexto regional privilegiado, com acesso a recursos financeiros robustos, infraestrutura de ponta e uma densa rede de parcerias com o setor produtivo, fatores que foram determinantes, para consolidar sua liderança no cenário acadêmico nacional e impulsionar sua projeção internacional.

Os marcos institucionais da internacionalização da USP remontam às décadas de 1960 e 1970, com a intensificação da Pós-graduação e a consolidação de convênios com universidades estrangeiras de alto prestígio, especialmente europeias e norte-americanas. Contudo, foi a partir dos anos 2000 que a internacionalização se tornou uma prioridade estratégica explícita, formalizada em documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e em planos específicos de internacionalização.

A Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação e a Pró-reitoria de Pós-graduação assumiram papel central na condução dessas políticas, com destaque para a criação da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI) em 2011, órgão dedicado à gestão, fomento e articulação das atividades internacionais da universidade (USP, 2021).

A política de internacionalização da USP é orientada por um discurso de excelência e competitividade global, alinhado aos critérios hegemônicos de avaliação internacional, com forte ênfase na mobilidade discente e docente, na atração de estudantes estrangeiros e na participação em *rankings* universitários globais. Essa orientação estratégica pode ser interpretada, pela lente da ACD, como o reflexo de uma conjuntura de relativo privilégio

material e simbólico, que permite à instituição adotar uma postura proativa e competitiva no cenário global, internalizando e reproduzindo seus critérios de validação.

No que se refere aos programas de cooperação, a USP mantém uma vasta rede de mais de quase mil acordos internacionais ativos, com predominância de instituições do Norte global, especialmente da Europa e da América do Norte (AUCANI, 2023). Programas de Dupla Diplomação, Cotutelas de Tese e Mobilidade Acadêmica têm sido amplamente difundidos, não obstante as críticas quanto à sua focalização em áreas de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e à reprodução de fluxos assimétricos de conhecimento (Franklin; Zuin; Emmenendoerfer, 2017).

O perfil socioeconômico de seu corpo discente e docente reflete traços de elitização: embora possua programas de inclusão, a universidade ainda atrai boa parcela de estudantes de alta renda e com capital cultural internacionalizado, o que facilita sua inserção em programas de mobilidade acadêmica de saída.

A inserção internacional da USP é amplamente reconhecida e mensurada por sua performance em *rankings* globais. A instituição figura, consistentemente, entre as melhores universidades da América Latina, ocupando a primeira posição no *QS Latin American University Rankings* por anos consecutivos (QS, 2023). No *QS World University Rankings*, a USP situa-se entre as 150 melhores do mundo, com destaque para indicadores de reputação acadêmica e produção científica internacionalizada.

Entretanto, sua performance em indicadores de internacionalização ativa - como proporção de alunos e professores estrangeiros - ainda é modesta quando comparada às universidades de classe mundial, refletindo desafios históricos de atratividade e acolhimento (QS, 2023). Entre os desafios atuais, destaca-se a necessidade de superar a lógica predominantemente quantitativa e orientada por e para *rankings*, avançando em direção a uma internacionalização mais crítica, inclusiva e socialmente referenciada. Ainda persistem assimetrias regionais internas, com maior concentração de recursos e oportunidades de internacionalização nos campi da capital, em detrimento daqueles do interior de São Paulo.

Ademais, há uma tensão latente, entre o discurso de excelência global e a missão pública da universidade, devotada ao desenvolvimento nacional e regional. Como potencialidades, a USP possui capital simbólico, infraestrutura e expertise acumulada para liderar iniciativas de cooperação Sul-Sul, promover a integração de epistemologias não hegemônicas e desenvolver modelos alternativos de avaliação da qualidade acadêmica. Tais modelos poderiam se alinhar a uma perspectiva decolonial (Mignolo, 2011; Quijano, 2000) e ao princípio da justiça cognitiva, conceito (Santos, 2018).

4.2.2 Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): trajetória e perfil de internacionalização

Fundada em 1970, no contexto da expansão do Ensino Superior público, durante o regime militar, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) consolidou-se como instituição fundamental para o desenvolvimento regional do Centro-Oeste brasileiro, atuando em um estado caracterizado pela significativa presença de biomas estratégicos (Cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica) e por profundas contradições socioeconômicas.

Diferentemente de universidades centenárias do eixo Sul-Sudeste, a gênese e trajetória da UFMT estiveram intrinsecamente vinculadas a projetos de interiorização do conhecimento e de resposta a demandas locais imediatas, como a formação de professores para a educação básica, profissionais de saúde e engenheiros para o complexo agroindustrial (UFMT, 2023).

Esse enraizamento regional profundo, embora constitua sua principal força identitária, historicamente posicionou a internacionalização como agenda secundária, conduzida de forma fragmentada e reativa às políticas nacionais. A estruturação administrativa para a internacionalização na UFMT reflete esta posição periférica no cenário nacional.

Conforme informações do portal institucional, a gestão das Relações Internacionais é realizada atualmente pela Secretaria de Relações Internacionais, estrutura vinculada à Reitoria que opera com limitada autonomia orçamentária e de pessoal (UFMT, 2023). Esta configuração organizacional contrasta significativamente com as Pró-reitorias dedicadas à área, encontradas em universidades intensivas em pesquisa, indicando o caráter emergente da temática na agenda institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 reconhece a internacionalização como “eixo estratégico”, porém aponta a “necessidade de superação de desafios históricos de infraestrutura, financiamento e capacitação técnica” para sua efetiva implementação (UFMT, 2023, p. 82-87). Esta conjuntura de restrições materiais e administrativas constitui uma condição de produção discursiva distinta, que tende a gerar textos marcados por um tom mais reativo, dependente de editais externos, e que precisam negociar constantemente as tensões entre a retórica estratégica e as possibilidades efetivas de ação.

As ações de internacionalização da UFMT mostram-se largamente atreladas a programas nacionais, com destaque para a participação em editais da CAPES. Dados disponíveis no portal da instituição indicam que a mobilidade internacional está concentrada predominantemente na recepção de estudantes provenientes de países africanos de língua

portuguesa e nações sul-americanas, particularmente por meio de parcerias de cooperação bilateral e das redes de cooperação internacional nas quais figura como membro (UFMT, 2024).

A mobilidade discente de saída mantém-se relativamente pouco expressiva, face ao total de discentes ingressos da Instituição, situação atribuível a barreiras linguísticas, limitações orçamentárias e à ainda incipiente cultura de internacionalização entre o corpo discente. O perfil socioeconômico da comunidade acadêmica representa determinante crucial neste panorama. A UFMT cumpre função social vital ao atender vasta demanda de população com menor capital econômico e cultural, frequentemente oriunda da primeira geração com acesso ao Ensino Superior. Este perfil, embora essencial para a democratização do ensino, cria desafios adicionais para a internacionalização, dado o limitado domínio de idiomas estrangeiros e situações de vulnerabilidade financeira, presentes em parte significativa do corpo discente.

A internacionalização na UFMT demonstra equilibrar os caracteres destinatário (*incoming*) e remetente (*outgoing*), principalmente quanto às cooperações Sul-Sul, emergindo como via natural de atuação devido às proximidades geográficas e culturais. A inserção internacional da UFMT é marginalmente representada nos *rankings* universitários globais hegemônicos.

A instituição não figura entre as 100 melhores da América Latina no *ranking* QS (2023), reflexo de sua produção científica ainda orientada para periódicos nacionais e regionais em português, ou mesmo, da possível falta de consultoria para preenchimento de dados dos *rankings*, o que, caso desejável, requeria fomento para tal finalidade.

Contudo, esta métrica tradicional falha em capturar a relevância de sua atuação em redes regionais de cooperação, como a União de Universidades da América Latina e do Caribe (UDUAL), onde a partilha de desafios comuns com instituições do Sul global fortalece o capital acadêmico baseado na horizontalidade e pertinência temática regional. Os principais desafios identificados são: 1- estrutural, devido à ausência de unidade administrativa dedicada com autonomia decisória, incluindo questões de fomento em larga escala; 2- orçamentário, com vulnerabilidades e possível dependência de fontes externas voláteis de fomento; 3- linguístico-cultural, face ao perfil do corpo discente; e 4- de comunicação, para construção de narrativa de internacionalização que valorize a vocação regional e Sul-Sul.

Como potencialidades, a UFMT detém capital geopolítico ímpar, com potencial para tornar-se centro de referência em estudos do Pantanal, da agroecologia, de saúde em regiões tropicais e dos saberes culturais próprios, desde que consiga traduzir esta singularidade em

projetos de cooperação internacional solidários e em política institucional que enfrente suas limitações históricas.

4.2.3 Análise Comparativa Preliminar: convergências e divergências

A análise comparativa entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) revela um cenário marcado por fortes assimetrias, mas também por convergências surpreendentes, no que se refere às suas estratégias, recursos e concepções de internacionalização. Embora a USP pertença à esfera estadual e a UFMT à federal, ambas são instituições públicas brasileiras e, como tal, estão submetidas a diretrizes nacionais comuns, como aquelas emanadas pela CAPES e pelo Ministério da Educação e Cultura e Cultura (MEC).

As duas IES também reconhecem, em seus documentos institucionais, a internacionalização como um eixo estratégico relevante para o desenvolvimento acadêmico (USP, 2021; UFMT, 2023). No entanto, é nas disparidades que reside a riqueza analítica desta comparação, pois elas espelham as desigualdades estruturais do próprio sistema de Ensino Superior brasileiro e as diferentes posições que as instituições ocupam, no campo acadêmico global.

No que tange aos recursos e ao acesso a financiamento, a disparidade é flagrante e decisiva. A USP, localizada no estado mais rico da federação, conta com um orçamento robusto e diversificado, complementado por uma expressiva captação de recursos junto a agências de fomento nacionais e internacionais e à iniciativa privada. Isso lhe permite manter uma estrutura administrativa dedicada e especializada, a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI), com autonomia e corpo técnico próprio, para gerir sua diversificada gama de cooperações (AUCANI, 2023).

Em contrapartida, a UFMT opera com uma estrutura enxuta - uma Secretaria de Relações Internacionais vinculada à Reitoria - e depende significativamente dos escassos recursos institucionais próprios e, por vezes, de editais externos e voláteis, notadamente da CAPES e de outros Programas de Apoio à Internacionalização e Pesquisa, para fomentar suas ações de internacionalização (UFMT, 2023).

Esta diferença de capital econômico e administrativo, traduz-se diretamente na capacidade de execução: enquanto a USP pode planejar e executar uma agenda proativa, a UFMT frequentemente se vê na posição de responder reativamente a oportunidades de financiamento, limitando sua capacidade de construir uma estratégia de longo prazo.

As estratégias adotadas por cada instituição, refletem claramente seus contextos e capitais distintos. A orientação da USP é explicitamente voltada para a competição global e a inserção nos circuitos hegemônicos, de produção de conhecimento. Seu discurso institucional é permeado por termos como “excelência” e “*ranking* global”, e suas ações prioritárias incluem o incentivo ao intercâmbio científico com instituições de prestígio no Norte global e a celebração de parcerias com universidades igualmente presentes no topo de *rankings* mundiais (USP, 2021). É uma estratégia que, à luz dos conhecimentos da ACD (Fairclough, 2003), viabiliza a naturalização de um determinado modelo de universidade *world-class* como o único desejável.

Já a UFMT, ciente das barreiras orçamentárias e de sua projeção nas classificações internacionais, demonstra ter forte vínculo com instituições, em grande parte, do Sul global, embora se mostre aberta às possibilidades do Norte global. A IES se ancora em sua missão regional, apresentando uma atuação significativa com a cooperação Sul-Sul e, mais recentemente, tem experienciado oportunidades com países Asiáticos, principalmente com a China. Suas parcerias denotam fortes laços com países fronteiriços e africanos de língua portuguesa, com inclinação de cooperações específicas em temas vinculados à sua vocação geopolítica, como biodiversidade, agroecologia e saúde coletiva (UFMT, 2023).

Esta diferença de foco é sintomática do que Mignolo (2011) identifica como a colonialidade do poder e do saber: a USP tende a operar dentro do jogo hegemônico, buscando nele se destacar, enquanto a UFMT, ainda que não imune a essa lógica, é ‘forçada’ - ou encontra espaço - a explorar nichos de atuação alternativos. A capilaridade internacional é o indicador em que a diferença é mais quantitativamente evidente.

A USP possui uma rede de cerca de mil acordos internacionais ativos, com maior foco para a Europa e a América do Norte, e uma presença constante nos *rankings* internacionais, onde figura como a melhor Universidade do Brasil e, por vezes, da América Latina (QS, 2023). Sua internacionalização é intensiva e globalmente distribuída.

A UFMT, por outro lado, possui uma rede de cooperação mais modesta e geograficamente concentrada na América do Sul, Portugal (Sul global da Europa) e África, sendo sua presença em *rankings* internacionais praticamente inexistente (QS, 2023). No entanto, uma análise crítica sugere que, a métrica quantitativa dos *rankings* é insuficiente para capturar a relevância e a qualidade das parcerias.

A atuação da UFMT em redes como a UDUAL (União de Universidades da América Latina e do Caribe), por exemplo, pode gerar um capital acadêmico baseado na horizontalidade e na pertinência temática regional, que escapa à lógica dos indicadores

hegemônicos (De Wit, 2024). Finalmente, o perfil do corpo discente e docente é um fator crucial que condiciona, e também é condicionado pelas estratégias de internacionalização.

O público da USP, embora diversificado, inclui uma proporção significativa de estudantes com maior capital econômico e cultural, o que facilita sua participação em programas de mobilidade internacional, que exigem domínio de idiomas estrangeiros e recursos para custear parte dos gastos.

O perfil da UFMT é radicalmente diferente, cumprindo uma função social vital de inclusão, ao atender a uma população com menor capital econômico, não raro oriunda da primeira geração com acesso ao Ensino Superior e com domínio limitado de línguas estrangeiras (UFMT, 2023). Este contorno sociológico impõe barreiras adicionais à internacionalização tradicional e direciona instituições subalternizadas a focar em alternativas mais inclusivas.

A análise comparativa preliminar desta pesquisa não se limita a descrever diferenças contextuais, mas busca identificar o *habitus* institucional (Bourdieu, 2009)¹ que orienta sua trajetória. A USP, com seu capital simbólico, econômico e histórico, opera a partir de um *habitus* de excelência global e competitividade, que naturaliza a busca por *rankings* e parcerias de elite. A UFMT, com um *habitus* marcado pela missão regional e por restrições estruturais, desenvolve uma lógica de ação mais orientada para a cooperação solidária e a relevância local.

Esta análise de conjuntura, ao elucidar os *habitus* institucionais contrastantes, fornece a base material e social sem a qual a análise discursiva subsequente se tornaria abstrata. Ela permite compreender que os discursos das IES não emergem do vazio, mas são respostas estratégicas e, ao mesmo tempo, constitutivas dessas posições desiguais no campo acadêmico.

Em síntese, a análise preliminar confirma que a USP e a UFMT personificam dois pólos do espectro da internacionalização no Brasil. Essa contraposição inicial de *habitus* oferece um quadro interpretativo crucial para a análise discursiva posterior, pois permite antever como as escolhas linguísticas e estratégicas de cada instituição não são aleatórias, mas

¹ O conceito de *habitus*, cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, refere-se a um sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funcionam de modo estruturante, ou seja, como princípios que geram e organizam práticas e representações. Trata-se de um “sentido do jogo” socialmente incorporado que orienta as ações dos agentes de maneira prática, muitas vezes abaixo do nível da consciência e da linguagem discursiva. Ao transpor essa lógica para o nível organizacional, o *habitus* institucional pode ser entendido como a “personalidade” ou a “matriz geradora” de uma instituição. Ele consiste no conjunto de valores, crenças, percepções e categorias de julgamento compartilhados e duradouros, que são internalizados por seus membros por meio da socialização profissional e da história institucional. Esse *habitus* produz um estilo próprio, um modo de ser, pensar e agir característico da instituição, que orienta suas escolhas estratégicas, suas respostas a desafios e, consequentemente, suas trajetórias de forma coerente e previsível, mesmo na ausência de regras explícitas (Bourdieu, 2009).

expressões de suas posições sociais específicas no campo acadêmico nacional e internacional. A análise busca, portanto, investigar como a linguagem institucional constrói, naturaliza e, por vezes, tensiona esses *habitus* distintos.

O contraste entre elas não é meramente quantitativo, mas sobretudo qualitativo e político, oferecendo um terreno fértil para analisar, com as lentes da ACD e da decolonialidade, como a linguagem institucional opera na construção (e eventual desconstrução) desses diferentes projetos de internacionalização.

4.3 PERCURSO DA PESQUISA: COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste trecho do estudo é descrito o itinerário metodológico que orientou a execução desta investigação, explicitando as escolhas e os procedimentos adotados para a construção do *corpus*. O percurso foi meticulosamente estruturado em quatro etapas sequenciais e interdependentes, conduzidas entre agosto de 2023 e agosto de 2025.

Esta organização sistemática visou a assegurar o rigor e a transparência necessários para a realização de uma análise documental crítica de natureza qualitativa, alinhando-se às premissas de Cellard (2008) de que tal análise exige um protocolo ativo que ultrapasse a mera coleta de dados. A descrição pormenorizada deste processo se justifica como fundamento para a confiabilidade das interpretações que serão desenvolvidas.

Inicialmente, a fase de Identificação e Coleta dedicou-se à constituição de um *corpus* amplo e diversificado, a partir de uma busca exaustiva nos portais oficiais da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bem como em sítios de órgãos nacionais como CAPES e MEC. Documentos como Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), relatórios de gestão e acordos de cooperação foram catalogados e armazenados.

Na sequência, a fase de Organização e Leitura Flutuante permitiu uma imersão inicial no material, com a criação de códigos descritivos emergentes para familiarizar-se com o conteúdo e identificar temas recorrentes, um procedimento inspirado na abordagem de Minayo (2002) para a imersão em dados qualitativos.

O cerne analítico do estudo foi desenvolvido na terceira fase, de Categorização e Análise, na qual os códigos iniciais foram refinados e articulados com o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e do Pensamento Decolonial (Quadro 1). Categorias predefinidas, como “discurso de excelência”, “assimetria Norte-Sul”, “justiça

cognitiva”, “decolonialidade curricular”, “mercantilização” e “inclusão/ equidade”, guiaram uma leitura crítica de cada documento, permitindo examinar escolhas lexicais, estruturas argumentativas e silenciamentos.

Por fim, a fase de Interpretação e Redação consolidou o exercício analítico, sintetizando os dados categorizados e confrontando-os com o referencial teórico para identificar padrões discursivos e contradições, fundamentando a redação dos resultados e discussões que compõem o capítulo V desta tese.

QUADRO 1 - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Categoria (conceito-chave)	Descrição/ Operacionalização	Exemplo do que se busca no documento
Discurso de Excelência	Como a excelência é mensurada e perseguida.	Uso de métricas de <i>ranking</i> , citações a universidades estrangeiras de elite como modelo, foco em produtividade acadêmica internacional.
Assimetria Norte-Sul	Evidências de relações desiguais nas parcerias, fluxo ou na definição de agendas.	Orientação dos acordos (mais com o Norte global), foco em mobilidade de saída para o Norte, ausência de críticas a este modelo.
Justiça Cognitiva	Reconhecimento e valorização de saberes plurais e do Sul global.	Menção a epistemologias não-eurocêntricas, programas de cooperação Sul-Sul, políticas de inclusão de conhecimentos locais.
Decolonialidade Curricular	Esforços para desconstruir currículos eurocêntricos e integrar perspectivas diversas.	Existência de disciplinas, programas ou iniciativas que incorporem saberes indígenas africanos ou latino-americanos de forma crítica.
Mercantilização	Tratamento da educação internacional como <i>commodity</i> ou fonte de receita.	Linguagem de mercado, estratégias de captação de alunos estrangeiros (foco em ‘produtos educacionais’).
Inclusão/ (emergente) Equidade	Preocupação com o acesso democrático às oportunidades de internacionalização.	Políticas de apoio financeiro, programas de mobilidade virtual, ações afirmativas em editais.

Fonte: A autora (2025).

4.3.1 Etapas da Investigação: da seleção à análise documental

O processo investigativo que sustenta esta tese foi meticulosamente planejado e executado em quatro fases sequenciais e interdependentes, abrangendo o período de agosto de

2023 a agosto de 2025. Esta organização sistemática visou assegurar o rigor metodológico, a transparência do percurso e a confiabilidade na construção do corpus analítico, fundamental para uma análise documental crítica de caráter qualitativo.

O procedimento adotado alinha-se às recomendações de Cellard (2008), para quem a análise documental exige um “protocolo de exploração e interpretação” que ultrapasse a mera coleta, demandando uma postura ativa e crítica do pesquisador em todas as etapas, da identificação à interpretação final.

A Fase 1 - Identificação e Coleta (08/2023 - 03/2024) consistiu na estruturação inicial do *corpus* documental. Partiu-se de uma busca sistemática e exaustiva nos portais oficiais de transparência e nas páginas da *web* dedicadas às relações internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Foram também consultados os sítios eletrônicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), de modo a identificar documentos normativos nacionais que enquadram a ação das instituições. Utilizaram-se palavras-chave como “internacionalização”, “cooperação internacional”, “acordo”, “mobilidade”, “plano de desenvolvimento institucional” e “relatório de gestão”, sempre delimitando o recorte temporal de 2010 a 2025.

Cada documento identificado foi registrado em uma planilha eletrônica, com campos para instituição, tipo de documento, título, ano, URL de acesso e uma breve descrição do conteúdo. Os documentos foram subsequentemente baixados e armazenados em um repositório digital seguro, com *backup*, para garantir a preservação da fonte original e o acesso permanente durante toda a fase de análise.

Esta etapa resultou na compilação de um amplo e diversificado *corpus*, incluindo Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), planos específicos de internacionalização, editais de programas de mobilidade, relatórios de gestão, acordos de cooperação internacional e o conteúdo integral das páginas web das Pró-reitorias e agências responsáveis pela temática nas duas universidades.

Concluída a coleta, deu-se início à Fase 2 - Organização e Leitura Flutuante (04/2024 - 08/2024). Nesta etapa, realizou-se uma primeira leitura exploratória de todo o material compilado, com o objetivo de obter uma impressão geral do conteúdo, familiarizar-se com a linguagem institucional e identificar temas recorrentes e particularidades de cada IES.

Esta “leitura flutuante”, termo que remete à abordagem de Minayo (2002) sobre a imersão inicial nos dados qualitativos, permitiu uma primeira categorização descritiva e

emergente. Foram criados códigos iniciais, diretamente na planilha de catalogação, para classificar o conteúdo dos documentos.

Exemplos desses códigos descritivos incluem “mobilidade *out*” (para trechos sobre envio de alunos ao exterior), “acordo Europa” (para parcerias com instituições europeias), “currículo” (para menções à internacionalização do currículo), “orçamento” (para informações sobre alocação de recursos financeiros) e “Sul-Sul” (para ações de cooperação com países do hemisfério sul). Esta codificação preliminar, ainda de natureza descritiva, foi crucial para organizar o vasto material e preparar o terreno para a análise crítica mais profunda das fases subsequentes.

A Fase 3 - Categorização e Análise (09/2024 - 05/2025) representou o cerne do processo analítico. Nela, os códigos descritivos iniciais foram submetidos a um refinamento e foram articulados com o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003) e do Pensamento Decolonial (Quijano, 2000; Mignolo, 2011). As categorias predefinidas no capítulo V - como “discurso de excelência”, “assimetria Norte-Sul”, “justiça cognitiva” e “colonialidade do poder, do saber e da linguagem” - guiaram uma leitura aprofundada e crítica de cada documento.

A análise foi realizada manualmente: cada documento foi relido integralmente e trechos considerados relevantes para as categorias de análise foram marcados, destacados e anotados diretamente nas planilhas, em colunas específicas criadas para cada categoria. Este método permitiu um exame minucioso das escolhas lexicais, das estruturas argumentativas e dos silenciamentos presentes nos textos, interrogando como o poder e as hierarquias se inscrevem na linguagem institucional (Fairclough, 2003).

Por exemplo, a recorrência de termos como “*ranking*”, “excelência” e “*world-class*” em documentos da USP foi sistematicamente marcada e contrastada com a prevalência de vocábulos como “cooperação”, “regional” e “vocações locais” nos documentos da UFMT, sempre à luz dos conceitos decoloniais, que questionam a neutralidade desses significantes.

Por fim, a Fase 4 - Interpretação e Redação (06/2025 - 08/2025) dedicou-se à síntese e à interpretação dos dados categorizados. Nesta etapa, os extratos de texto marcados e organizados por categoria e por instituição foram confrontados com o referencial teórico e com a literatura especializada revisada. O objetivo foi identificar padrões discursivos dominantes, divergências significativas, contradições internas e nuances no modo como cada universidade concebe e opera sua internacionalização.

Este processo dialético, entre os dados empíricos e a teoria, permitiu extrapolar a mera descrição, avançando para uma interpretação crítica sobre como as trajetórias, recursos e

posicionamentos distintos da USP e da UFMT se refletem - e são construídos - por seus discursos institucionais. A redação dos resultados e discussões, que compõem o capítulo V, emerge diretamente deste exercício interpretativo, buscando desenredar não apenas o que os documentos dizem, mas o que suas escolhas linguísticas e suas omissões revelam sobre os projetos de internacionalização em curso e suas implicações para a justiça cognitiva no Ensino Superior brasileiro.

4.3.2 Categorias de Análise: construindo o quadro interpretativo

A análise crítica do *corpus* documental, demandou a construção de um quadro analítico robusto e coerente com o arcabouço teórico-metodológico híbrido que sustenta esta investigação. O sistema de categorias adotado é de natureza híbrida, conformado por categorias principais - derivadas diretamente dos conceitos centrais da Análise Crítica do Discurso (ACD); do Pensamento Decolonial; da Justiça Cognitiva - e categorias emergentes - que surgiram de forma indutiva, durante a fase de leitura flutuante dos documentos, revelando nuances e ênfases não totalmente antecipadas pela teoria, mas cruciais para compreender a especificidade dos casos estudados.

Esta abordagem dialética entre a teoria e os dados empíricos, é defendida por pesquisadores da análise qualitativa, como Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), para quem a flexibilidade na categorização permite captar a complexidade do objeto, sem perder o rigor conceitual inicial.

A primeira categoria, a priori, ‘Discurso de Excelência’, opera como uma lente central para interpretar como as instituições concebem e legitimam suas aspirações de classe mundial. Ancorada na crítica de Fairclough (2003) à naturalização de termos aparentemente neutros, esta categoria busca identificar e problematizar a mobilização de significantes como “excelência internacional”, “competitividade global” e “qualidade”, interrogando os critérios hegemônicos que os sustentam.

Na prática analítica, esta categoria orientou a busca por evidências textuais que vinculam a noção de sucesso à performance em *rankings* universitários internacionais (como QS), à contagem de publicações em periódicos de alto fator de impacto (predominantemente do Norte global) e à celebração de parcerias com universidades anglo-europeias consagradas, as quais são frequentemente apresentadas como modelos a serem emulados.

A operacionalização desta categoria permite questionar, seguindo Fairclough (2001), que projeto ideológico e que hierarquia de valores estão subjacentes a essa concepção

específica de excelência, muitas vezes divorciada de missões sociais e contextos locais. Em estreita conexão, a categoria Assimetria Norte-Sul fornece o enquadramento político e histórico, para ler as estratégias de internacionalização, para além de sua face aparentemente neutra e técnica.

Fundamentada no conceito de “colonialidade do poder” de Quijano (2000, p. 543), esta categoria serve para mapear e criticar a reprodução de relações desiguais nas parcerias e fluxos acadêmicos. A análise concentra-se em identificar a direcionalidade predominante dos acordos de cooperação (se majoritariamente com instituições do eixo Europa-América do Norte ou se há uma diversificação para o Sul global), a orientação dos fluxos de mobilidade discente (se prioritariamente de saída para o Norte ou se há um equilíbrio com a recepção) e a possível internalização acrítica de agendas de pesquisa definidas externamente.

A ausência de uma reflexão crítica sobre estas assimetrias nos documentos institucionais é, ela própria, um dado analítico significativo, indicativo de uma naturalização das geopolíticas do conhecimento. Para contrapor à lógica anterior, a categoria Justiça Cognitiva é mobilizada para investigar a presença - ou ausência - de iniciativas que buscam reconhecer e valorizar epistemologias pluralistas e saberes historicamente marginalizados.

Inspirada no trabalho de Santos (2018) e Mignolo (2011), esta categoria opera como um contraponto decolonial direto à colonialidade do saber. Na leitura dos documentos, busca-se evidências concretas de políticas ou programas que promovam ativamente a cooperação Sul-Sul, a integração de conhecimentos locais, indígenas e afrodiaspóricos nos processos de produção e divulgação científica, e o questionamento da hegemonia do inglês como língua franca única.

A existência de editais específicos, a criação de cátedras ou núcleos de estudos dedicados a estas temáticas, e a menção a redes acadêmicas alternativas são indicadores-chave para esta categoria. Desdobrando-se da justiça cognitiva, a categoria Decolonialidade Curricular foca especificamente no espaço formal de produção e reprodução do conhecimento: o currículo.

Esta categoria examina os esforços declarados das IES para desconstruir a matriz eurocêntrica que ainda organiza a maioria dos cursos, indo além da mera adição de “conteúdos diversificados”. A operacionalização desta categoria implica procurar, nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), nos relatórios e nos planos de ação, indícios de uma reestruturação profunda que incorpore perspectivas do Sul global de forma transversal e crítica, criando disciplinas, Programas de Pós-graduação ou linhas de pesquisa que articulem, em condições de diálogo, saberes científicos e tradicionais.

A análise pergunta se tais iniciativas são centrais ou periféricas na estrutura institucional. A categoria Mercantilização deriva da crítica ao paradigma neoliberal na educação superior, discutida no capítulo III desta tese. Esta categoria é instrumental para analisar a possível conversão da internacionalização em uma estratégia de mercado.

A análise do discurso institucional, à luz de Fairclough (2003), volta-se para a identificação de uma linguagem empresarial, que trata a educação como um “produto” e o aluno estrangeiro como um “cliente” a ser captado, enfatizando a marca institucional (*branding*) e a competitividade em um suposto “mercado educacional global”. A existência de estratégias neoliberais para a formalização de parcerias internacionais, em detrimento de programas de cooperação baseados em reciprocidade e solidariedade, é um forte indicador desta lógica.

Por fim, a categoria emergente Inclusão e Equidade surgiu da observação recorrente, durante a leitura flutuante, de que as instituições, em graus variados, precisam responder a pressões por maior democratização do acesso às oportunidades de internacionalização. Esta categoria captura as narrativas e ações que visam mitigar as barreiras econômicas, linguísticas, físicas, comunicacionais (com destaque para as barreiras específicas enfrentadas por estudantes com deficiência, como a falta de intérpretes de Libras proficientes em línguas estrangeiras ou materiais em formatos acessíveis) e sociais, que impedem a participação de amplos segmentos da comunidade acadêmica.

A análise busca identificar, nos editais de mobilidade, nos relatórios e nas páginas da *web*, a existência de políticas de apoio financeiro (bolsas complementares, auxílios), a oferta de programas de mobilidade virtual e híbrida (como COIL) para ampliar o acesso, e a adoção de ações afirmativas que considerem recortes de renda, raça e origem regional na seleção para programas internacionais.

A presença ou ausência desta categoria no discurso de cada instituição, revela seu grau de engajamento com uma internacionalização não apenas global, mas também socialmente referenciada. Este quadro categorial, portanto, não é um mero instrumento de catalogação, mas um verdadeiro mapa de leitura crítica. Ele permite dissecar a linguagem institucional, revelando como se articulam, nos documentos, projetos políticos muitas vezes antagônicos: de um lado, a adesão a modelos hegemônicos de excelência e competição global; de outro, sementes - ainda que incipientes - de uma internacionalização alternativa, pautada pela justiça cognitiva, pela equidade e pela relevância social.

O quadro categorial híbrido, foi organizado para capturar as dimensões centrais que estruturam a análise no capítulo V desta tese. As categorias dialogam diretamente com os eixos temáticos da discussão dos resultados:

1- Planejamento e Alocação de Recursos:

- **Discurso de Excelência vs. Vocação Regional:** Categoria que antecipa a análise dos PDIs e planos de internacionalização, contrastando a narrativa de competitividade global (USP) com a de ancoragem regional (UFMT).
- **Materialidade Orçamentária:** Derivada da análise que focaliza o orçamento como discurso não-verbal, crucial para entender o “ciclo virtuoso” da USP e a “fragilidade crônica” da UFMT.
- **Assimetria Norte-Sul (CAPES-Print como mecanismo):** A categoria será aplicada para análise crítica do programa de fomento CAPES-Print, como dispositivo que reforça hierarquias.

2- Operacionalização:

- **Governança como Agência:** Focada na análise das estruturas administrativas (AUCANI vs. SECRI) como expressão de capacidade de ação e priorização estratégica.
- **Construção do “Bom Professor”:** Categoria que analisa os editais de concurso, como dispositivos discursivos que definem ideais de qualidade acadêmica (internacionalizados vs. socialmente referenciados).
- **Narrativa Pública e Sistemas de Informação:** Examina portais e plataformas como espelhos das prioridades e da materialidade do discurso institucional.
- **Acesso e Inclusão:** Analisa a materialidade discursiva e operacional da inclusão ou não de estudantes deficientes na internacionalização das IES.

3- Línguas e Rankings:

- **Políticas Linguísticas (Imperialismo vs. Polifonia):** Analisa o lugar do inglês e de outras línguas nas estratégias de cada instituição.
- **Rankings como Dispositivos de Poder:** Categoria que examina a adesão estratégica ou a resistência discursiva aos *rankings* internacionais.

A operacionalização dessas categorias durante a análise (Fase 3) permitiu não apenas catalogar temas, mas interrogar as relações de poder, as hierarquias de saber e os projetos políticos subjacentes aos documentos, articulando-se diretamente com a estrutura do capítulo V.

4.3.3 Estratégias de Validação e Rigor Analítico

Em pesquisas qualitativas de cunho interpretativo, como a presente investigação, a garantia do rigor metodológico não reside na aplicação de critérios de validação próprios dos paradigmas positivistas, mas na adoção consciente e sistemática de estratégias que assegurem a confiabilidade do processo de construção do conhecimento e a credibilidade das interpretações propostas. Seguindo a premissa de que a validade em pesquisa qualitativa é um constructo negociado e contextual, este estudo foi orientado por uma lógica de cristalização e pela figura do pesquisador como *bricoleur*, conforme proposto por Denzin e Lincoln (2013).

A cristalização constitui-se como a principal estratégia para abordar a complexidade do objeto de estudo. Denzin e Lincoln (2013, p. 6) explicam que a imagem do cristal substitui a do triângulo, pois “os textos no momento pós-experimental têm mais do que três lados”. Eles argumentam que “o cristal combina simetria e substância com uma variedade infinita de formas, substâncias, transmutações”, representando assim “o display simultâneo de múltiplas realidades refratadas” (Denzin; Lincoln, 2013, p. 6). Esta estratégia foi operacionalizada em três dimensões complementares, descritas a seguir.

A cristalização por fontes foi concretizada por meio do cotejamento sistemático de diferentes tipologias documentais internas às instituições - como Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), relatórios de gestão, editais e páginas web -, bem como pela comparação interinstitucional constante entre a USP e a UFMT. Este procedimento permitiu capturar a multiplicidade de vozes discursivas presentes no campo documental, identificando consistências, contradições e nuances que enriqueceram a compreensão do objeto.

Paralelamente, a cristalização teórica foi efetivada mediante a aplicação das lentes analíticas concorrentes da Análise Crítica do Discurso (ACD) - que forneceu as ferramentas para elucidar as estruturas linguísticas de poder - e do Pensamento Decolonial - que ofereceu o arcabouço histórico e político para questionar as hierarquias de saber. A fricção produtiva entre estas perspectivas permitiu uma leitura multifacetada dos dados, evitando interpretações unívocas ou simplistas.

Esta abordagem múltipla assemelha-se ao trabalho do pesquisador como *bricoleur*, que, segundo Denzin e Lincoln (2013, p. 4), é “um ‘faz-tudo’, uma espécie de profissional do faça-você-mesmo” que utiliza “uma série de representações remendadas” e “implanta quaisquer estratégias, métodos e materiais empíricos que estejam à mão”. O produto desse trabalho é uma “bricolagem complexa, semelhante a uma colcha de retalhos, uma colagem reflexiva ou montagem” (Denzin; Lincoln, 2013, p. 6).

A prática da reflexividade foi cultivada por meio da manutenção rigorosa de um Diário de Pesquisa. Reconhecendo que a pesquisa é um ato interpretativo e situado, moldado pela história pessoal, biografia, gênero, classe social, raça e etnia do investigador (Denzin; Lincoln, 2013, p. 21), este diário serviu como um repositório para registrar todas as decisões metodológicas, intuições, dificuldades e a reflexão contínua sobre os próprios posicionamentos e vieses teóricos.

Para assegurar o diálogo com a comunidade epistêmica, adotou-se a estratégia da Consulta a Especialistas de Forma Pontual e Focada (*Ad-Hoc*), ancorada no princípio da “validação pelo consenso”. Este procedimento consistiu na submissão deliberada do desenho metodológico e de excertos interpretativos preliminares ao escrutínio crítico de pesquisadores com expertise consolidada nos campos da Internacionalização do Ensino Superior e da análise do discurso. O feedback qualificado obtido foi registrado e incorporado às reflexões subsequentes.

O Confronto Permanente com a Literatura Especializada foi um eixo transversal que permeou todas as etapas da investigação. Os dados emergentes e as interpretações em construção foram constantemente postos em diálogo com o corpus teórico e empírico revisado, permitindo situar as descobertas particulares no panorama mais amplo do Ensino Superior brasileiro e global.

Por fim, o princípio da Auditabilidade foi garantido na fase de redação através do Espessamento Descritivo. A apresentação dos resultados se encontra sustentada pela incorporação de extratos textuais significativos dos documentos analisados - citações diretas, descrições de passagens reveladoras e exemplos concretos das categorias em ação. Esta estratégia fornece a base empírica para sustentar as inferências interpretativas e oferece ao leitor evidências suficientes para acompanhar a cadeia de raciocínio analítico, permitindo-lhe compreender como se chegou a determinadas conclusões.

Dessa forma, este estudo alinha-se com a compreensão contemporânea de que a qualidade na pesquisa qualitativa é alcançada não pela busca de uma verdade única, mas pelo reconhecimento e exploração sistemática de suas múltiplas facetas e complexidades inerentes.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA USP E NA UFMT

Este capítulo materializa o percurso investigativo detalhado no Capítulo IV, operacionalizando o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), do

pensamento decolonial e da justiça cognitiva. Conforme delineado na seção 4.1, a análise será conduzida por meio das três dimensões do discurso de Fairclough (2001) - representacional, identificacional e acional -, que nos permitirão desvendar não apenas o conteúdo dos textos, mas as práticas sociais e relações de poder que eles constituem. Além disso, as categorias analíticas híbridas construídas, como ‘discurso de excelência’, ‘assimetria Norte-Sul’ e ‘inclusão e equidade’, guiarão a interpretação comparativa dos documentos das IES, sempre tensionadas pela perspectiva decolonial.

Para além da identificação dos temas e modelos, este capítulo busca operacionalizar o quadro teórico da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001) por meio da investigação de três dimensões interligadas do discurso: o significado representacional, que analisa como os textos constroem versões específicas da realidade (ex., o que é ‘excelência’ ou ‘internacionalização’); o significado identificacional, que examina como os discursos constroem identidades e posições para as instituições e seus atores (ex., ‘universidade de classe mundial’ vs. ‘universidade regional’); e o significado acional, que investiga como os textos, enquanto gêneros discursivos (como editais e planos), performam ações sociais e moldam práticas (ex., como um edital não apenas comunica regras, mas institui critérios de valor e orienta comportamentos). Esta tríade analítica permitirá desvendar não apenas o que é dito, mas como o discurso constrói sentidos, identidades e práticas no campo da internacionalização universitária.

Partindo do pressuposto de que, o discurso não é um mero reflexo da realidade, mas uma prática social que a constitui, se buscou investigar, como os textos oficiais - planos, orçamentos, editais e portais - materializam visões de mundo específicas e revelam as relações de poder que estruturam o campo acadêmico global.

A análise está organizada em quatro eixos principais, que correspondem aos macroprocessos da internacionalização. O primeiro eixo examina os os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e de Internacionalização, contrastando o modelo formalizado e regionalmente integrado da UFMT, com a estratégia globalista e fragmentada da USP. Paralelamente, analisa a previsão orçamentária de ambas, revelando como o abismo de recursos entre elas constitui a expressão mais concreta da colonialidade do poder no sistema universitário brasileiro, um mecanismo frequentemente reforçado por políticas de fomento, como o programa CAPES-Print.

O segundo eixo, avança da esfera estratégica para a prática institucional. Investiga a “engrenagem” administrativa - os modelos de governança da internacionalização - e o “fazer acadêmico” - materializado nos critérios de seleção docente e na comunicação institucional. O

contraste entre a estrutura profissionalizada da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI) e o modelo centralizado e enxuto da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) da UFMT demonstra como a materialidade da gestão define a capacidade de agência de cada instituição.

Por fim, o terceiro eixo, dedica-se a delucidar as disputas políticas e epistemológicas subjacentes às escolhas linguísticas e ao posicionamento frente aos *rankings* internacionais. Analisa-se a primazia do inglês como ferramenta de projeção global na USP e a polifonia linguística, orientada pela cooperação Sul-Sul na UFMT, bem como a adesão estratégica da primeira, à lógica dos *rankings* e a resistência prática da segunda, que busca validação em redes alternativas. Esta seção explicita o dilema fundamental entre a eficácia da conformidade aos critérios hegemônicos e os riscos de reforçar a colonialidade do saber.

Para além dos três eixos principais, a análise no capítulo V também é conduzida por um quarto fio condutor transversal: a crítica à frequente negligência da inclusão de estudantes com deficiência, nos discursos oficiais de internacionalização. A investigação demonstra como a invisibilidade dessa pauta nos planos, editais e portais institucionais constitui um poderoso discurso não-verbal de exclusão. Essa omissão aprofunda as assimetrias no campo acadêmico global e desafia os projetos de universidade aqui analisados a cumprirem, de fato, seus compromissos com a justiça social e cognitiva. Para garantir que esta dimensão fosse capturada pela investigação, ela foi incorporada ao quadro de categorias analíticas.

Para além dos três eixos principais e da crítica transversal à invisibilidade dos estudantes com deficiência, este capítulo busca aprofundar a dimensão da inclusão, ampliando a reflexão para além do campo epistêmico. Para tanto, a análise incorpora também as perspectivas relativas às diversidades sociais e às desigualdades de classe, raça, território e condições socioeconômicas que atravessam o acesso às oportunidades de internacionalização. Esta abordagem permite tensionar o discurso da inclusão e evidenciar como a internacionalização, mesmo quando bem-intencionada, pode reproduzir hierarquias sociais internas.

Como argumentam Bourdieu e Passeron (2014), os sistemas de ensino, longe de serem neutros, tendem a reproduzir e até a reforçar as desigualdades sociais iniciais, transformando heranças culturais em méritos escolares. Dessa forma, questionar quem são os sujeitos que conseguem participar da mobilidade internacional torna-se imperativo para uma avaliação cabal dos projetos de internacionalização aqui analisados.

Ao longo dos eixos analisados neste estudo, resta claro que, a linguagem institucional é um terreno de disputa, onde se definem os rumos da universidade pública. A tensão entre o

projeto de internacionalização rankeada e competitiva da USP e o projeto de internacionalização contextualizada e solidária da UFMT reflete, em última instância, a contínua negociação entre a colonialidade do poder e as buscas por emancipação epistemológica no Ensino Superior brasileiro.

5.1 PLANEJAMENTO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS: A MATERIALIDADE FINANCEIRA DO DISCURSO ESTRATÉGICO E A REPRODUÇÃO DE ASSIMETRIAS

A análise do planejamento estratégico e da alocação orçamentária, para a internacionalização na UFMT e na USP, revela uma clivagem profunda, que transcende a mera distinção entre dois modelos institucionais, expondo a materialidade concreta por trás dos discursos.

De um lado, a UFMT apresenta um modelo regionalmente integrado e formalmente planejado, com um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e um Plano Institucional de Internacionalização (PII), que articulam de forma coerente, uma vocação baseada no desenvolvimento sustentável de seus biomas. Seu discurso estratégico, no entanto, caracterizado por verbos qualitativos e aspirativos (“fortalecer”, “promover”), contrasta com a precária materialidade financeira, identificada na série orçamentária de 2013 a 2025, marcada por rubricas incipientes, esparsas e dependentes, que confinam a internacionalização a uma prática marginal.

Em contraste, a USP opera com um modelo globalmente orientado, porém fragmentado, sem um plano unificado de internacionalização, mas com um discurso explícito no PDI (2012-2017), voltado para a “classe mundial” e a competitividade em *rankings*. Essa orientação discursiva é lastreada por uma previsão orçamentária robusta e recorrente, gerida por uma estrutura especializada (AUCANI), que cria um ciclo virtuoso de investimento em mobilidade, infraestrutura e projeção internacional.

A disparidade orçamentária entre as instituições - onde se observa um abismo entre os milhões de reais alocados anualmente pela USP e os valores modestos e instáveis da UFMT - constitui a expressão mais palpável de suas distintas capacidades de agência, no cenário acadêmico global. Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001), o orçamento atua como um poderoso discurso não-verbal que naturaliza relações de poder.

Para a USP, a robustez financeira permite uma agência proativa, capacitando-a a conformar-se estrategicamente às métricas hegemônicas, atrair parcerias de elite e

consolidar-se em uma posição de “centralidade subalterna” (Mignolo, 2003) dentro do sistema global. Já para a UFMT, a escassez crônica de recursos impõe uma agência reativa e periférica, dificultando a superação de desafios básicos, como a proficiência em idiomas, e a projeção de sua identidade regional específica, aprofundando um ciclo de invisibilidade e dependência.

Essa assimetria, portanto, não é um mero reflexo de diferentes estágios de desenvolvimento, mas a materialização financeira da colonialidade do poder (Quijano, 2005) no campo acadêmico brasileiro. O programa CAPES-Print, um exemplo de fomento analisado criticamente, atua como um mecanismo de reforço dessas assimetrias, ao privilegiar em seus critérios de seleção justamente as instituições já consolidadas em *rankings* internacionais, que por sua vez são aquelas com maior base orçamentária. Dessa forma, em vez de democratizar o acesso ao cenário global, tal política pública termina por cristalizar um modelo de excelência academicista, reproduzindo internamente a lógica centro-periferia, que caracteriza o sistema mundial de ciência.

A materialidade do discurso estratégico é acentuadamente moldada pela alocação de recursos que definem não apenas o “como” e o “quanto” da internacionalização, mas, fundamentalmente, o “para quê” e “para quem” deste processo, reforçando ou, potencialmente, contestando as hierarquias constituídas pela geopolítica do conhecimento.

Em síntese, a análise desenvolvida neste capítulo buscou demonstrar que os projetos de internacionalização transcendem a esfera das intenções declaradas e ancoram-se em condições materiais concretas. A articulação entre dados documentais, discursivos e orçamentários permitiu iluminar, de forma clara e persuasiva, o contraste fundamental entre a UFMT e a USP.

De um lado, a UFMT apresenta uma narrativa estratégica coerente com sua vocação regional e socioambiental, porém sistematicamente fragilizada pela escassez de recursos, confinando sua agência internacional a uma posição reativa e periférica. De outro, a USP consolida um discurso voltado à competitividade global, que é plenamente respaldado por uma governança especializada (AUCANI) e um orçamento continuado na casa dos milhões, capacitando-a para uma atuação proativa e conformadora às métricas hegemônicas.

Dessa forma, este capítulo oferece uma contribuição significativa ao evidenciar que a materialidade financeira não é um pano de fundo, mas o próprio mecanismo central de reprodução das assimetrias estruturais que permeiam o campo acadêmico brasileiro, demonstrando como o orçamento atua como um discurso não-verbal que naturaliza relações de poder e a própria colonialidade do saber.

5.1.1 A Materialidade do Discurso Estratégico: planos formais e a fragmentação das práticas

A análise dos planos estratégicos da UFMT e da USP revela dois modelos distintos de conceber e operacionalizar a internacionalização no Ensino Superior. A UFMT estrutura sua abordagem em torno de um Plano Institucional de Internacionalização (PII) formal, integrado ao seu PDI, orientando-se por uma lógica de ancoragem regional. Seu discurso evita explicitamente terminologias associadas à competição global, como “*ranking*” ou “excelência internacional”, privilegiando, em vez disso, verbos de cunho qualitativo e processual, como “fortalecer”, “promover” e “constituir bases”.

A projeção da instituição no exterior é vinculada diretamente à sua missão de ser referência para o desenvolvimento sustentável na confluência dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, refletindo uma orientação estratégica de valorização de sua vocação socioambiental e de uma inserção internacional, pautada pela cooperação e pela relevância temática local.

Em contraste, a USP opera sem um plano de internacionalização unificado, embora seu PDI mais recente (2012-2017) publicado até a conclusão deste estudo - considerando que, não foram identificados outro(s) PDI(s) mais atual(is) nas páginas da USP -, já expressasse um discurso claramente orientado para a excelência global e a competitividade. Nele, estabelecem-se metas quantitativas ousadas - como aumento de 50% na mobilidade discente - e uma narrativa embasada em termos como “classe mundial” e “impacto internacional”.

Na prática, contudo, sua estratégia é implementada de forma descentralizada e fragmentada, por meio de editais, programas setoriais e iniciativas de unidades e pesquisadores. Essa fragmentação resulta em uma dualidade: de um lado, um forte impulso para a inserção em redes de prestígio global e a busca por indicadores de alto impacto; de outro, ações pontuais de cooperação Sul-Sul e extensão linguística, que carecem de integração estratégica e de crítica consistente ao modelo hegemônico que predomina.

Esta fragmentação estratégica é, ela própria, discursivamente produzida. A identidade institucional (significado identificacional) é tensionada entre o sujeito ‘universidade de classe mundial’, projetado pelo PDI e pela comunicação da AUCANI, e o sujeito ‘parceiro em cooperação Sul-Sul’, emergente de iniciativas descentralizadas. A USP não consegue (ou não prioriza) integrar essas identidades em um projeto discursivo coeso, resultando numa identidade híbrida e contraditória.

Esta fragmentação estratégica é, ela própria, discursivamente produzida. A identidade institucional (significado identificacional em Fairclough) é tensionada entre o sujeito ‘universidade de classe mundial’, projetado pelo PDI e pela comunicação da AUCANI, e o sujeito ‘parceiro em cooperação Sul-Sul’, emergente de iniciativas descentralizadas. A USP não consegue (ou não prioriza) integrar essas identidades em um projeto discursivo coeso, resultando numa identidade híbrida e contraditória. Esta crise de identificação é a materialização de uma ordem do discurso tensionada.

O significado representacional hegemônico, que associa excelência a *rankings* e parcerias de elite, é constantemente desafiado por representações alternativas que emergem de práticas de cooperação horizontal. Por fim, os gêneros discursivos (significado acional), como os editais da PRPI e as iniciativas da AUCANI, performam ações que, na ausência de um plano unificador, reforçam lógicas concorrentes. Sob a perspectiva decolonial, essa fragmentação pode ser lida como a disputa entre um projeto que opera sob a colonialidade do saber - ao internalizar critérios hegemônicos de excelência - e gestos pontuais de um projeto que, ainda que marginal, ensaia uma opção decolonial por meio de cooperações alternativas.

A comparação entre os dois casos, evidencia, portanto, uma clivagem fundamental entre um modelo regionalmente integrado e formalmente planejado - ainda que enfrentando desafios de operacionalização - e um modelo globalmente orientado, porém fragmentado e marcado por contradições internas.

Enquanto a UFMT busca construir sua projeção a partir de uma identidade territorial específica, a USP navega em duas águas: aspira ao topo dos *rankings* internacionais, com um pé no paradigma competitivo global; ao mesmo tempo em que desenvolve, de forma não sistêmica, iniciativas que dialogam com agendas alternativas ou regionais. Essa diferença na materialidade do discurso estratégico - um plasmado em documento formal, outro disperso em ações e narrativas paralelas - reflete não apenas distintos estágios de institucionalização, mas também projetos distintos de universidade e de internacionalização.

5.1.1.1 Excelência Global e Fragmentação Estratégica: a ausência de um plano unificado na USP

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) mais atual da USP disponível em sua página de internet, que consta como sendo do período 2012-2017, revela um discurso estratégico voltado para a consolidação da universidade como uma instituição de classe

mundial, alinhada a padrões globais de excelência e competitividade. A internacionalização é tratada como um eixo transversal e prioritário, articulado à missão de:

Fortalecer-se como universidade de classe mundial, com padrões internacionais de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, respondendo de maneira crescentemente qualificada e inovadora aos anseios da sociedade contemporânea (USP-PDI, 2012-2017, p. 15).

Metas quantitativas expressivas foram estabelecidas, como o “aumento em 50% no número de alunos em programas de intercâmbio” - passando de uma base de 1.190 para 3.500 estudantes de Graduação no exterior até 2017 -, além da “ampliação em 30% no número de convênios e intercâmbios de Pós-graduação” (USP-PDI, 2012, p. 31, 38).

A linguagem utilizada é marcada por termos como “excelência”, “*ranking*” e “impacto internacional”, reforçando uma narrativa de inserção global e busca por reconhecimento em avaliações internacionais. Entretanto, o PDI também explicita desafios estruturais que limitam a materialização desse discurso ambicioso.

Sob a lente do significado representacional de Fairclough, essa escolha lexical não é inocente. Ela constrói uma versão da realidade em que a qualidade universitária é naturalmente equiparada à competitividade em métricas globais, apresentando este modelo como único e desejável, enquanto marginaliza outras concepções de valor acadêmico, como as baseadas na relevância social ou no desenvolvimento regional.

São mencionados obstáculos como a “insuficiência sistemática na coleta de dados relativos à internacionalização”, a “falta de apoio adequado” e a “carência de informações sobre procedimentos de imigração” (USP-PDI, 2012, p. 30-31). Além disso, reconhece-se no documento que, a internacionalização é “heterogênea entre unidades e departamentos” e que há um “desequilíbrio” no fluxo bidirecional, com maior saída que entrada de estudantes estrangeiros.

Esse diagnóstico, sugere uma dissonância entre o plano discursivo - que projeta a USP no cenário global - e a realidade operacional, ainda dependente de maior infraestrutura administrativa e suporte linguístico. Existe um forte viés globalista e não há menção explícita a uma agenda de cooperação Sul-Sul ou a vocações regionais específicas, no capítulo dedicado à internacionalização.

As metas são predominantemente quantitativas e orientadas por indicadores de desempenho internacional, como posicionamento em *rankings* e volume de produção acadêmica indexada. A ênfase recai sobre a atração de pesquisadores estrangeiros, a oferta de disciplinas em inglês e a dupla diplomação, elementos típicos de um modelo de internacionalização competitivo e alinhado a parâmetros hegemônicos.

Por fim, o PDI explicita a intenção de institucionalizar a internacionalização, por meio da “criação de sistemas corporativos de informação, capacitação de funcionários e programas de acolhimento a estrangeiros” (USP-PDI, 2012, p. 31). Esse esforço de estruturação, indica uma tentativa de transitar de um discurso aspirativo - marcado por verbos como “ampliar”, “consolidar” e “fortalecer” - para uma prática mais sistêmica, ainda que dependente de superação de entraves burocráticos e de gestão. A internacionalização é, assim, construída discursivamente como um imperativo estratégico para a excelência, mas sua implementação exige avanços para além do plano retórico.

A Universidade de São Paulo (USP), diferentemente da UFMT, não possui um Plano de Internacionalização institucional formal e unificado, mas sua estratégia é disseminada através de múltiplas iniciativas coordenadas principalmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e pelo Escritório de Cooperação Internacional (ECInt), possivelmente relacionado à Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI).

A AUCANI é o Escritório Internacional responsável por centralizar, coordenar e fomentar as ações de cooperação nacional e internacional da USP, atuando como uma interface entre a Universidade e instituições parceiras no Brasil e no exterior (Portal AUCANI, “Sobre o Escritório”).

O discurso predominante é o de excelência global e competitividade internacional, alinhado à sua posição como a universidade mais bem colocada da América Latina em *rankings* internacionais. Conforme destacado em suas páginas institucionais, a internacionalização é definida como uma das “prioridades estratégicas” para consolidar sua liderança acadêmica e científica “nos âmbitos nacional e internacional” (USP, 2023).

Metas quantitativas são implicitamente estabelecidas por meio de programas de intercâmbio, como o edital de Mobilidade Internacional USP, que oferece vagas para Graduação e Pós-graduação em instituições parceiras, com destaque para países do Norte global, como nações europeias, Estados Unidos e Canadá (USP-Edital 1939/ ECInt, 2023). Além disso, a universidade mantém centenas de acordos internacionais ativos, abrangendo todas as regiões do mundo, com ênfase em parcerias com instituições de alto impacto e prestígio acadêmico (USP-ECInt, 2023).

Apesar do forte viés globalista, a USP também desenvolve iniciativas orientadas para a cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento regional, ainda que em menor escala comparativa. Exemplos incluem a participação em redes acadêmicas como a ANIME (Rede Acadêmica sobre Inclusão, Multilinguismo e Excelência), que promove colaboração com instituições da América Latina e África (USP-PRPI, 2023), e o programa ESPCA (Escola São Paulo de

Ciência Avançada), que recebe pesquisadores e estudantes de países em desenvolvimento para cursos e workshops de alto nível (USP-PRPI, 2023).

Ademais, ações como a Conferência sobre Estudos Afro-Latinos, em parceria com a Universidade de Harvard, indicam um interesse em temáticas regionais de relevância global (USP-ALARI, 2024). No entanto, tais ações não são centralizadas em um plano estratégico unificado, mas sim conduzidas de forma descentralizada por unidades e pesquisadores, refletindo uma abordagem mais orgânica e menos institucionalizada que a da UFMT.

A gestão da internacionalização na USP é marcada por uma dualidade discursiva: de um lado, o foco em métricas de excelência (publicações em periódicos de alto impacto, mobilidade para centros de prestígio, atração de pesquisadores estrangeiros); de outro, iniciativas pontuais de cooperação horizontal e inclusão linguística, como o Centro Intercultural, que oferece cursos de português para estrangeiros e promove eventos de integração cultural (USP-ECInt, 2023).

Editais como o de Apoio à Participação em Conferências Internacionais (Edital 2087/PRPI) e o Programa de Internacionalização de Departamentos (Edital 2103/PRPI) reforçam a prioridade dada à projeção global, com critérios de seleção baseados em excelência acadêmica e potencial de impacto internacional.

Estes editais funcionam como gêneros discursivos que performam ações institucionais específicas (significado acional). O Edital de Apoio à Participação em Conferências Internacionais, por exemplo, não apenas informa sobre uma oportunidade, mas age no mundo ao instituir a 'participação em conferências no exterior' como uma prática valorizada e ao estabelecer critérios de 'excelência acadêmica' e 'potencial de impacto internacional' como os únicos legítimos para o fomento. Dessa forma, o gênero 'edital' é um mecanismo poderoso através do qual a lógica globalista é materializada e reproduzida na prática cotidiana, aprofundando a fragmentação ao incentivar ações individuais e pontuais em detrimento de um projeto coletivo e integrado.

A ausência de um plano integrado, no entanto, resulta em uma estratégia fragmentada, onde as ações de cooperação Sul-Sul e desenvolvimento regional dependem muitas vezes de iniciativas individuais ou de unidades específicas. Em síntese, a USP opera com um modelo híbrido de internacionalização: enquanto mantém um discurso hegemônico de competitividade global e *rankings*, também abre espaço - ainda que não centralizado - para colaborações regionais e temáticas de relevância sul-americana.

Esta fragmentação estratégica na USP pode ser lida como a materialização de um profundo hibridismo interdiscursivo (Fairclough, 2006). A instituição opera uma

recontextualização ativa do que Fairclough (2006, p. 17), em *Language and Globalization*, identifica como o “globalismo” - a narrativa neoliberal que reduz a complexidade da globalização a termos puramente econômicos de competitividade. O discurso da ‘classe mundial’, centrado em *rankings* e métricas, é colonizador, importando uma lógica de mercado para o campo acadêmico.

No entanto, este discurso hegemoniza sem conseguir apagar completamente outras vozes. Ele coexiste, de forma tensa e não integrada, com um discurso de cooperação horizontal que emerge de iniciativas descentralizadas. Esta não é uma mera contradição administrativa, mas a expressão de uma ordem do discurso em disputa. Os gêneros discursivos - como os editais da PRPI que performam a ação de privilegiar a ‘excelência internacional’ - atuam como vetores dessa lógica globalista. No entanto, o próprio fato de a universidade não conseguir unificar esses discursos em um projeto coeso revela uma fissura, um espaço onde a colonialidade do saber (Quijano, 2005) é simultaneamente reproduzida e, potencialmente, contestada por gestos incipientes de uma opção decolonial (Mignolo, 2010).

5.1.1.2 A Vocação Regional como Eixo Estratégico: o plano formalizado da UFMT

No caso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 revela uma concepção estratégica de internacionalização vinculada ao contexto regional e orientada por valores de inclusão, sustentabilidade e desenvolvimento local. Como afirma explicitamente o PDI 2024-2028 da universidade no tópico “Políticas de Pesquisa”:

O objetivo principal das práticas de pesquisa realizadas na UFMT é o de projetar a instituição como protagonista nacional e internacional em ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação, lançando mão da excelência em ações integradas de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, de modo a responder de forma crítica às demandas sociais, buscando a redução das desigualdades e o desenvolvimento regional, por meio da geração de renda, da inclusão social, da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida, sendo, portanto, um instrumento de mudança social (UFMT, 2023, p. 67).

Diferentemente de instituições que priorizam competitividade global, a UFMT não emprega um discurso explícito de “excelência global”, “competitividade internacional” ou “*ranking*”. Em vez disso, a internacionalização é apresentada como um meio para “fortalecer a imagem e a inserção institucional no cenário mundial”, com ênfase na “excelência da pesquisa científica” e na “produção de conhecimento de impacto internacional” (UFMT-PDI, 2023, p. 33-38).

A abordagem é qualitativa e estruturante, focada na capacitação da comunidade acadêmica e na ampliação de parcerias, sem estabelecer metas quantitativas específicas, como número de acordos ou alunos mobilizados. O Plano Institucional de Internacionalização (PII/UFMT), referenciado no PDI, mas não detalhado integralmente nos excertos analisados, orienta-se por diretrizes que privilegiam a cooperação e a projeção baseada nas vocações locais.

Nele, prevê-se a “projeção da UFMT como referência para o desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul” (UFMT-PDI, 2023, p. 34, 36), aproveitando sua localização estratégica na confluência dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. Nota-se a ausência de um discurso explícito de “cooperação Sul-Sul”, mas há um alinhamento claro com agendas de desenvolvimento regional e sustentabilidade, refletindo um compromisso com a identidade e as demandas locais.

A UFMT almeja consolidar-se como uma universidade plural, democrática, socialmente referenciada, sustentável e inovadora, protagonista na produção de conhecimentos e formação de pessoas, com forte inserção na Pan-Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro (UFMT-PDI, 2024-2028, p. 19).

As metas associadas à internacionalização são predominantemente qualitativas e aspirativas, utilizando verbos como “promover”, “ampliar” e “fortalecer”. No eixo de Pesquisa e Inovação, identifica-se um raro indicador quantitativo: o percentual de “pesquisas realizadas em colaboração internacional”, com meta progressiva de 9,3% (2024) a 11,8% (2028) (UFMT-PDI, 2023, 25-26). No entanto, a maioria das ações é descrita em termos gerais, como “promover uma cultura de internacionalização” e “constituir as bases para o estabelecimento de uma cultura de internacionalização” (UFMT-PDI, 2023, p. 33-38), refletindo um caráter mais estruturante do que operacional.

A materialidade do discurso estratégico da UFMT, portanto, é marcada por uma orientação para o desenvolvimento regional. A internacionalização é contextualizada como parte de uma missão maior, de contribuir para o “desenvolvimento sustentável e o bem-estar social” (UFMT-PDI, 2023, p. 263), com forte ênfase em superar desafios internos, como a baixa proficiência em idiomas e a necessidade de infraestrutura. Essa abordagem, contrasta com modelos mais agressivos de inserção global, priorizando a consolidação de uma identidade institucional, alinhada às necessidades e potencialidades do seu entorno regional.

Quanto ao Plano Institucional de Internacionalização (PII) da UFMT para o período 2022-2026, este apresenta um discurso estratégico, profundamente ancorado na identidade regional e na missão institucional de promover o desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul. Diferentemente de uma abordagem centrada em *rankings* ou

competitividade global, a UFMT orienta sua internacionalização a partir de uma vocação local, destacando sua posição geográfica privilegiada na confluência dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal (UFMT-PII, 2022).

Seu objetivo é “tornar-se uma referência nacional e internacional” não pela competição acadêmica convencional, mas pela especialização temática, vinculada à sustentabilidade e aos recursos naturais (UFMT-PII, 2022, p. 5). Esse alinhamento é explicitado na visão de futuro da instituição, que busca consolidar-se como “marco de referência para o desenvolvimento sustentável” da região (UFMT-PII, 2022, p. 5), evidenciando um discurso que valoriza a cooperação Sul-Sul e a relevância regional.

A abordagem da internacionalização na UFMT é marcadamente qualitativa e processual, com ênfase na construção de uma cultura institucional e na capacitação de pessoas. O plano prioriza a formação linguística de servidores, a internacionalização do currículo e a integração de dimensões interculturais nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFMT-PII, 2022).

Metas quantitativas específicas são menos proeminentes; em vez disso, o documento enumera desafios a serem superados, como a baixa proficiência em idiomas estrangeiros, a necessidade de oferta de disciplinas em línguas estrangeiras e a expansão de parcerias com países não lusófonos e/ ou hispânicos (UFMT-PII, 2022).

O caráter aspirativo do plano é evidente em objetivos como “constituir as bases para uma cultura de internacionalização” e “projetar a UFMT no exterior” (UFMT-PII, 2022, p. 17), indicando um estágio inicial de estruturação da política internacional. A estratégia de internacionalização da UFMT, também é caracterizada por um forte viés de cooperação regional e interinstitucional, com participação ativa em redes como a Organização Universitária Interamericana (OUI) e a Associação de Universidades da Língua Portuguesa (AULP) (UFMT-PII, 2022).

O plano reconhece a importância de parcerias bilaterais - possuía “80 acordos com 33 países até 2021” -, mas a ênfase recai sobre a “consolidação de redes existentes e a ampliação de programas de mobilidade virtual e colaboração acadêmica orientada para problemas locais e globais” (UFMT-PII, 2022, p. 14, 23). Essa orientação estratégica, reflete uma concepção de internacionalização como ferramenta de desenvolvimento institucional e regional, e não como fim em si mesma.

O PII-UFMT explicita ainda, a intenção de utilizar a internacionalização como meio para elevar a qualidade acadêmica e a produção científica, com menções à importância de publicações em periódicos de alto impacto e à atração de pesquisadores estrangeiros

(UFMT-PII, 2022). No entanto, diferentemente de instituições orientadas por *rankings*, a UFMT vincula explicitamente sua projeção internacional à sua missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável (UFMT-PII, 2022, p. 3, 17).

O plano possui um caráter estruturante e de longo prazo, com ações distribuídas em três áreas - basilar, estrutural e topo -, indicando uma compreensão de que a internacionalização requer bases sólidas, como capacitação linguística, regulamentação adequada e processos eficientes, antes de alcançar resultados de maior visibilidade (UFMT-PII, 2022).

5.1.1.3 Discussão Crítica: Planos *versus* Práticas - divergências e convergências nos modelos de internacionalização

A análise de contraste entre a UFMT e a USP revela uma clivagem que transcende a mera distinção operacional. Ela expõe, na verdade, a luta pelo controle do discurso legitimador da universidade no século XXI, uma luta a ser analisada, como propõe Fairclough (2006), no quadro de uma ‘economia política cultural da globalização’.

O modelo da USP materializa com eficácia o que este autor identifica como ‘globalismo’: a recontextualização do discurso neoliberal no campo acadêmico, que representa a internacionalização de forma reduitiva, como um imperativo de competitividade em um mercado global. Este discurso, ao naturalizar métricas de excelência alinhadas ao Norte global, opera a ‘internalização’ de uma ‘matriz colonial de poder’ (Quijano, 2005). Trata-se de uma prática discursiva que, sob condições sociais favoráveis (seus recursos financeiros), “se transforma em outras coisas” (Fairclough, 2006, p. 18) - transforma-se em estruturas administrativas (AUCANI), critérios de avaliação docente e políticas linguísticas que reproduzem a colonialidade do saber.

Em oposição, o projeto da UFMT constitui um contradiscurso que ensaia uma ‘opção decolonial’ (Mignolo, 2010). Ao eleger a ‘vocalização regional’ como eixo, a UFMT pratica uma forma de ‘desobediência epistêmica’, desafiando a geopolítica do conhecimento ao propor que a relevância internacional pode ser construída a partir dos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal. O embate entre esses modelos é, em sua essência, uma disputa em torno da justiça cognitiva (Santos, 2007), colocando em questão se a internacionalização servirá para reforçar a monocultura do saber ou se poderá se abrir para uma ecologia de sabores.

Entretanto, a análise crítica deve ir além da oposição binária e examinar as limitações e contradições, inerentes a cada modelo. O plano formalizado e orientado para o regional da

UFMT, ainda que coerente, do ponto de vista discursivo, esbarra em desafios materiais de implementação. A escassez de metas quantitativas robustas e a natureza aspirativa de seus objetivos (“constituir bases”, “promover uma cultura”) podem, na prática, conforme alerta Knight (2004), resultar em um “discurso vazio” se não for acompanhado de orçamento adequado, capacitação efetiva e mecanismos concretos de avaliação.

A própria dependência de redes de cooperação Sul-Sul, embora politicamente alinhada a um ideal decolonial, pode limitar o acesso a recursos financeiros e redes de pesquisa de alto impacto, historicamente concentrados no eixo Norte-Sul, perpetuando uma certa marginalização periférica, mesmo dentro de uma estratégia alternativa. Por outro lado, o modelo fragmentado e globalista da USP, apesar de sua eficácia em gerar indicadores quantitativos impressionantes (número de acordos, mobilidade *outgoing* e outros), revela sua própria contradição.

A ausência de um plano unificado e a descentralização das ações criam o que Stier (2004) classificaria como uma “internacionalização *ad hoc*” na USP, onde iniciativas pontuais de cooperação Sul-Sul ou inclusão (como o Centro Intercultural) funcionam mais como gestos de mitigação de uma estratégia essencialmente orientada para a competição global do que como um projeto genuinamente integrado.

Curiosamente, apesar das divergências epistemológicas, ambos os modelos convergem em um ponto crucial: o reconhecimento da língua como barreira e vetor. Tanto a USP quanto a UFMT identificam a proficiência em idiomas estrangeiros - sobretudo inglês - como um desafio central a ser superado. Esta convergência explicita o que Bourdieu (1991) chamaria de “mercado linguístico global”, onde o inglês opera como capital cultural dominante.

A estratégia para lidar com isso, porém, diverge: a USP busca instrumentalizar sua comunidade para competir neste mercado (oferta de disciplinas em inglês; apoio à publicação internacional), enquanto a UFMT foca em capacitar para comunicar sua singularidade (cursos de português para estrangeiros).

Ambas, portanto, mesmo por vias diferentes, precisam negociar com a hegemonia linguística, um dos pilares da colonialidade do saber. Por fim, a discussão crítica evidencia que a materialidade do discurso estratégico - seja no plano formal da UFMT ou nas práticas fragmentadas da USP - está intrinsecamente ligada a relações de poder e a projetos de futuro distintos.

O modelo da USP reforça um ideal universitário alinhado com a globalização corporativa, onde o sucesso é medido pela capacidade de competir e ascender em *rankings* internacionais. Já o modelo da UFMT ensaia a possibilidade de um internacionalismo

subalterno ou contra-hegemônico, que busca construir relevância a partir de uma agenda temática e de valores que contestam a noção hegemônica de excelência.

Nenhum dos modelos é isento de contradições, e a eficácia de cada um dependerá não apenas de sua coerência interna, mas de sua capacidade de mobilizar recursos materiais e simbólicos, em um campo global profundamente assimétrico. A verdadeira medida de sucesso, talvez, residirá na capacidade de cada instituição de promover uma internacionalização que seja, nas palavras de Wit e Altbach (2021), não apenas para os *rankings*, mas para a sociedade - uma que genuinamente responda aos seus contextos e compromissos sociais específicos, sejam eles globais ou locais.

Para além dessa análise, a lente faircloughiana sobre a ideologia como prática social que constrói e naturaliza relações de poder (Fairclough, 2001) permite desvendar os mecanismos discursivos que legitimam cada projeto. O discurso meritocrático e competitivo da USP, centrado em “excelência global” e “classe mundial”, opera como um poderoso mecanismo ideológico. Ele não apenas descreve uma estratégia, mas naturaliza a hegemonia do Norte Global ao apresentar seus critérios - *rankings*, publicações em inglês, parcerias com instituições de elite - como universais, neutros e incontestáveis. Essa naturalização, em Fairclough (2001, p. 2), “contribui para sustentar relações de poder, dominação e exploração” ao obscurecer as hierarquias epistêmicas que subordinam saberes e instituições do Sul.

Se a colonialidade do saber (Quijano, 2000; Mignolo, 2003) opera na hierarquização de epistemologias, a colonialidade do poder, em Quijano (2000), manifesta-se também na seleção dos corpos que podem circular globalmente. Tanto o modelo globalista da USP quanto o regionalista da UFMT, se não forem submetidos a um crivo interseccional, podem falhar em promover uma inclusão substantiva.

O primeiro, ao priorizar métricas de elite, pode inadvertidamente excluir estudantes periféricos, negros e indígenas, para os quais a proficiência em inglês e a aquisição de visto são barreiras quase intransponíveis. O segundo, embora potencialmente mais acessível em termos de custos em mobilidades Sul-Sul, pode reproduzir dinâmicas regionais de exclusão. A justiça cognitiva (Santos, 2018) permanece intimamente ligada à justiça social; não basta valorizar saberes do Sul se os sujeitos portadores desses saberes continuarem à margem dos processos de internacionalização.

A análise à luz dos três significados de Fairclough evidencia que a fragmentação na USP não é um mero acidente administrativo. Ela é o resultado de uma disputa discursiva não resolvida. O significado representacional hegemônico, que associa excelência a *rankings* e parcerias de elite, é constantemente desafiado por representações alternativas que emergem de

práticas de cooperação horizontal. Isso gera uma crise de identificação (significado identificacional): a instituição oscila entre o ‘*player* global’ e o ‘parceiro solidário’. Por fim, os gêneros discursivos (significado acional), como os editais da PRPI e as iniciativas da AUCANI, performam ações que, na ausência de um plano unificador, reforçam lógicas concorrentes. A fragmentação, portanto, é a materialização de uma ordem discursiva tensionada, onde diferentes projetos de internacionalização disputam a alma da instituição.

5.1.2 Previsão Orçamentária e Disparidades de Recursos: a materialidade financeira do discurso estratégico

A análise do discurso institucional sobre a internacionalização revela sua dimensão aspirativa, mas é no exame do seu lastro financeiro que a materialidade do discurso estratégico, nos termos de Fairclough (2001), se expõe de forma mais contundente. O planejamento orçamentário constitui um proeminente discurso não-verbal que, longe de ser um detalhe técnico, é uma prática social que traduz retóricas em capacidade operacional real, naturalizando prioridades e hierarquias.

Este tópico investiga comparativamente a previsão de recursos na USP e na UFMT, partindo do pressuposto de que a alocação orçamentária é a expressão primária da agência discursiva de cada instituição. A comparação revela um abismo que transcende a dimensão quantitativa: de um lado, um ciclo virtuoso de investimento lastreado por uma governança especializada; de outro, uma trajetória de fragilidade crônica que confina a internacionalização à marginalidade.

Sob a ótica da colonialidade do poder (Quijano, 2005), essa disparidade é a materialização financeira das assimetrias centro-periferia no campo acadêmico. A análise, portanto, busca demonstrar como o orçamento atua como um mecanismo que, ao negar a justiça cognitiva (Santos, 2007), reproduz uma estrutura onde a capacidade de definir o ‘para quê’ e ‘para quem’ da internacionalização é determinada pela lógica excludente da colonialidade.

Este tópico dedica-se a investigar comparativamente a previsão de recursos financeiros específicos para ações de internacionalização na USP e na UFMT, partindo do pressuposto de que a alocação orçamentária não é um mero detalhe técnico, mas um poderoso discurso não-verbal, o qual revela o lugar efetivo que a agenda internacional ocupa, na hierarquia de valores de cada universidade.

A comparação revela, desde o primeiro momento, um abismo na natureza e no volume dos recursos destinados a esta finalidade. De um lado, observa-se um modelo caracterizado pela previsão robusta, recorrente e gerida por uma estrutura especializada, que sustenta um ciclo virtuoso de investimento, resultados e maior captação de recursos. De outro, identifica-se uma trajetória de fragilidade crônica, com rubricas incipientes, esparsas e dependentes de fontes voláteis, o que confina a internacionalização a uma prática marginal e de difícil sustentação.

Essa disparidade quantitativa inicial, é a expressão primária de distintos estágios de institucionalização e de comprometimento com a projeção internacional. Para além da dimensão quantitativa, contudo, a análise do orçamento permite, uma leitura crítica das geopolíticas do conhecimento, que estruturam o campo acadêmico global.

A capacidade de investimento contínuo e multidimensional não é neutra; ela confere agência e visibilidade, permitindo que uma instituição não apenas participe, mas também defina as regras do jogo internacional. A escassez de recursos, por sua vez, restringe a agência institucional, a uma atuação reativa e periférica. Dessa forma, as disparidades orçamentárias, são aqui analisadas, como a materialização financeira da colonialidade do poder, reproduzindo no plano interno, as assimetrias centro-periferia que caracterizam o sistema global de Ensino Superior.

5.1.2.1 A USP e o Ciclo Virtuoso da Internacionalização: robustez orçamentária como alavanca para projeção global

A análise do orçamento da USP, referente ao período de 2013 a 2025, demonstra uma previsão financeira consistente e substantiva para a internacionalização, materializando-a como uma política institucional estratégica. Conforme os documentos orçamentários, a universidade conta com rubricas específicas, como “Intercâmbio Científico Internacional” e “Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional”, gerenciadas com a autonomia da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI). Os valores anuais, mesmo com oscilações, mantêm-se na casa dos milhões de reais.

Por exemplo, em 2023, foram alocados R\$3.156.938 para cooperação acadêmica e R\$9.200.000 para bolsas de intercâmbio internacional, totalizando mais de R\$12,3 milhões (USP, 2023). Essa dotação específica e recorrente, majoritariamente oriunda dos recursos não vinculados do Tesouro do Estado de São Paulo, indica que a internacionalização é uma

prioridade discursiva, que se concretiza no planejamento financeiro, fornecendo uma base material estável para ações de médio e longo prazo.

A questão da adequação desses recursos à complexa gama de necessidades para uma internacionalização efetiva revela um ciclo virtuoso de retroalimentação. A robustez orçamentária, permite à USP investir simultaneamente em múltiplas frentes essenciais: custeio de inovadores programas de ensino de idiomas adicionais e de português para estudantes internacionais, como também da missões internacionais; organização de eventos de alto impacto; internacionalização do currículo e de suas plataformas online; manutenção de sistemas de informação com sofisticado cruzamento de dados; aquisição de consultorias para projeção internacional, e, crucialmente, no fomento à mobilidade discente e docente por meio de um programa de bolsas com dotação significativa, como os R\$9.200.000 reservados anualmente para este fim desde 2018 (USP, 2018).

Essa capacidade de alocação abrangente gera uma massa crítica de atividades e conexões internacionais, criando as condições necessárias para que a universidade não apenas participe, mas se destaque no cenário global. Como argumenta Knight (2012), a internacionalização tornou-se um componente central na competição entre as instituições de Ensino Superior, e a disponibilidade de recursos financeiros confere uma vantagem comparativa decisiva nesse processo.

Esse destaque é intensificado pela capacidade da USP de conformar-se estrategicamente às exigências dos *rankings* internacionais acadêmicos. A universidade dispõe de condições financeiras e de estrutura administrativa - por meio da própria AUCANI - para dedicar *expertise* à compreensão detalhada das métricas de agências como *Times Higher Education* (THE) e *Quacquarelli Symonds* (QS) e ao preenchimento otimizado de seus formulários de avaliação.

Essa “gestão da imagem” institucional quantitativa, somada aos resultados tangíveis provenientes dos investimentos, posiciona a USP em patamares de excelência reconhecidos globalmente. Consequentemente, ela se torna uma parceira mais desejável e competitiva, para cooperações estratégicas, com instituições de ponta no mundo científico, fechando um ciclo em que o investimento gera visibilidade, que, por sua vez, atrai novas oportunidades de colaboração.

Contudo, a robustez orçamentária e o ‘ciclo virtuoso’ da USP não garantem, por si só, uma internacionalização democrática e inclusiva. A análise deve perguntar para quem este ciclo é virtuoso. Os programas de bolsas de mobilidade, ainda que significativos em volume, frequentemente não cobrem integralmente os custos de vida em destinos do Norte Global,

criando uma barreira econômica intransponível para discentes de baixa renda. Esta dinâmica termina por privilegiar um perfil específico de estudante internacionalizado.

Altbach (2013) salienta que universidades bem financiadas localizadas no “centro” do sistema global de conhecimento, consolidam-se como polos de atração, definindo padrões e atraindo os melhores talentos. A vasta base de recursos financeiros, portanto, não apenas sustenta as operações de internacionalização, mas também atua como um ímã para oportunidades adicionais de fomento, tanto nacional quanto internacional.

Uma universidade com a solidez orçamentária da USP apresenta menor risco e maior capacidade de contrapartida, para propostas em editais de agências de fomento e para o estabelecimento de parcerias complexas. Isso atrai um capital intelectual de excelência, na forma de pesquisadores visitantes e estudantes de Pós-graduação talentosos, que são fundamentais para o fortalecimento qualitativo da pesquisa e do ensino.

Dessa forma, instituições como a USP são disputadas em cooperações internacionais, justamente por já apresentarem um destaque quantitativo prévio - expresso em números de publicações, patentes e projetos -, o que facilita e acelera sua evolução qualitativa, num movimento que aprofunda as assimetrias existentes no cenário acadêmico global. A análise da previsão orçamentária da USP evidencia que, a materialidade do discurso estratégico para a internacionalização é inegável.

A existência de uma dotação específica e significativa, gerenciada por um órgão central dedicado, demonstra um comprometimento que vai além do retórico. Esta capacidade de investimento contínuo e multidimensional coloca a universidade em uma posição privilegiada no competitivo campo do Ensino Superior global, onde os recursos financeiros são um dos principais combustíveis para a visibilidade, a atratividade e a consolidação de uma reputação internacional de excelência. Esse cenário contrasta marcadamente com a realidade de instituições com orçamentos mais modestos, ilustrando como a disparidade de recursos pode definir trajetórias radicalmente diferentes, no processo de internacionalização.

5.1.2.2 Previsão Orçamentária e Disparidades de Recursos: a internacionalização como rubrica incipiente e dependente na UFMT

A análise dos orçamentos anuais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), entre 2013 e 2025, revela uma trajetória de fragilidade orçamentária crônica no que se refere à internacionalização. Nos primeiros anos do recorte temporal - 2013, 2014 e 2015 -, sequer foram identificadas rubricas específicas, nomeadas como “Internacionalização” ou

equivalentes, indicando que “não houve um programa orçamentário específico para internacionalização com dotação própria identificável” (UFMT, 2013).

Caso houvesse gastos nessa área, estariam estes “embutidos em outras ações orçamentárias genéricas de custeio ou capital, sem destaque individualizado” (UFMT, 2013). Essa invisibilidade orçamentária inicial, materializa uma priorização marginal do tema no planejamento estratégico-financeiro da instituição naquele período, sugerindo que a internacionalização não constituía um eixo estruturador da política institucional.

A partir de 2016, identificam-se os primeiros recursos explicitamente vinculados a ações de internacionalização, porém com valores extremamente modestos e finalidade restrita. Em 2016, foram alocados R\$100.000,00 para “ações de cooperação internacional e participação em organismos internacionais” (UFMT, 2016), valor que se manteve praticamente inalterado em 2017 (R\$103.000,00). Tais recursos estavam majoritariamente destinados ao pagamento de anuidades a entidades como a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e o Grupo Coimbra, configurando-se mais como uma manutenção de membresia institucional, do que propriamente um investimento efetivo, em programas de mobilidade ou cooperação bilateral.

Apenas em 2018 e 2019, surgem descrições orçamentárias melhor detalhadas e recursos um pouco mais expressivos, atingindo aproximadamente R\$209.000,00 e R\$201.000,00 respectivamente, com a inclusão de ações como o “Idiomas sem Fronteiras” (UFMT, 2018; UFMT, 2019). Contudo, estes valores permanecem “modestos em relação ao orçamento total da UFMT”, o que “sugere que a internacionalização não era uma prioridade orçamentária expressiva” (UFMT, 2018), possivelmente pelo comprometimento financeiro institucional com outras rubricas compulsórias, como o pagamento de pessoal.

A inadequação desses recursos, torna-se evidente quando confrontada com a gama de necessidades básicas para uma internacionalização efetiva, que inclui custos com editais de mobilidade, bolsas para discentes e docentes, manutenção de escritórios internacionais, participação em feiras e eventos no exterior, além da oferta regular de cursos de idiomas e suporte administrativo especializado.

A análise dos documentos da referida IES, evidencia que a previsão orçamentária própria para a internacionalização é historicamente insuficiente, e, ao contrário do que se poderia supor, essa insuficiência não é compensada por uma significativa captação de recursos externos.

O fato de a UFMT não apresentar expressivo destaque em *rankings* internacionais, deve também considerar sua indisponibilidade de orçamento para investimento em

consultorias especializadas no preenchimento dessas métricas para *rankings* internacionais, consequentemente, ela se encontra em desvantagem competitiva, quanto ao acesso a editais de fomento. Conforme alertam Altbach e Knight (2007, p. 304), “as dinâmicas de internacionalização frequentemente reproduzem hierarquias acadêmicas preexistentes”, nas quais instituições com menor visibilidade e recursos, tornam-se menos desejáveis como parceiras para cooperações estratégicas.

Esse contexto explica a participação restrita da UFMT em programas como CAPES-Print e Erasmus+, aprofundando um ciclo de fragilidade: a falta de investimento interno dificulta a projeção internacional, e a baixa projeção internacional limita o acesso a fontes externas de financiamento. Dessa forma, a internacionalização na UFMT não se consolida como uma política institucional contínua, mas permanece como uma prática esporádica, condicionada, não por uma dependência de editais - dos quais participa de forma limitada -, mas pela crônica escassez de investimento interno direcionado.

A precariedade orçamentária, impacta diretamente a capacidade de estruturação da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI). Nota-se que nos anos 2023 e 2024 há uma menção mais explícita, quanto a recursos específicos alocados à unidade, como “Locomoção SECRI (passagens e diárias): R\$87.811,00” e “Bolsas para idiomas e mobilidade: R\$60.000,00” (UFMT, 2023-2024). Para 2025, a previsão mantém o valor de R\$87.811,00, integralmente destinado a “Bolsas de Internacionalização” via Tesouro Nacional, sem previsão de recursos próprios (UFMT, 2025).

A verba incipiente e vinculada a projetos específicos, sem uma dotação consolidada para custeio e investimento da SECRI, reflete uma materialidade discursiva que não prioriza a infraestrutura administrativa necessária para articular e gerir parcerias internacionais de longo prazo. Como salienta Knight (2012), a sustentabilidade dos processos de internacionalização está intrinsecamente ligada ao comprometimento financeiro da instituição, pois a dependência de fontes voláteis, fragiliza a consistência das ações.

As disparidades de recursos, colocam universidades como a UFMT em uma posição de desvantagem no cenário global de cooperação acadêmica. instituições com orçamentos diminutos para internacionalização, tendem a ter menor capacidade de atrair parceiros estratégicos e de se projetar internacionalmente, alimentando um ciclo vicioso de baixa visibilidade e menor atratividade. Altbach e Knight (2007) argumentam que a globalização e o mercado acadêmico internacional são marcados por assimetrias, em que instituições de países periféricos, muitas vezes com menos recursos, lutam para competir em igualdade de condições.

A UFMT, ao longo da série histórica analisada, demonstra um esforço crescente em nomear e destinar recursos à internacionalização, porém em patamares quantitativos que ainda a distanciam de uma atuação robusta e plenamente inserida no cenário educacional internacional, confirmando a tese de que a materialidade orçamentária é um discurso estratégico que define, em última instância, o lugar e a relevância de uma instituição no mapa global do Ensino Superior.

5.1.2.3 Disparidades Orçamentárias como Expressão da Colonialidade do Poder no Campo Acadêmico Global

A análise contrastiva, entre os orçamentos da UFMT e da USP, não revela apenas uma diferença quantitativa, mas a materialização de uma ordem discursiva e estrutural profundamente assimétrica no campo do Ensino Superior. Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001), o planejamento orçamentário pode ser compreendido como uma prática discursiva que constitui e é constituída por relações de poder.

Embora matricule aproximadamente quatro vezes o número total de discentes da UFMT (UFMT; USP, 2024), a previsão financeira robusta e recorrente da USP, centralizada na AUCANI - na faixa de milhões de reais de orçamento para internacionalização, produz e naturaliza um discurso de excelência e protagonismo internacional, que se legitima através da própria capacidade de investimento.

Por outro lado, a previsão incipiente e fragmentada de milhares de reais destinados à internacionalização da UFMT, ao longo da sequência histórica, constrói um discurso de marginalidade e dependência, em que a internacionalização permanece como uma prática discursiva secundária, sem a materialidade necessária para se consolidar como uma política efetiva. A disparidade, portanto, não é meramente numérica; é uma disparidade de agência discursiva (Fairclough, 2001), uma vez que a capacidade de agir sobre o mundo e de projetar uma identidade internacional é diretamente determinada pela capacidade financeira.

Essa assimetria pode ser lida pela lente da colonialidade do poder, conceito cunhado por Aníbal Quijano (2005), que entende a hierarquização global, como uma estrutura de poder contínua, herdada do colonialismo. A distribuição desigual de recursos para a internacionalização (ainda que se tratando de esferas públicas distintas), reproduz a lógica centro-periferia, na qual instituições como a USP, localizadas em regiões economicamente privilegiadas do país, assumem uma posição de “centralidade subalterna” (Mignolo, 2003), ainda que dentro da lógica de produtividade e visibilidade ditada pelos *rankings* globais -

instrumentos modernos de classificação, que perpetuam padrões epistemológicos do Norte global.

Enquanto isso, universidades como a UFMT, na periferia do sistema nacional, veem sua agência restringida pela “colonialidade do ser e do saber” (Mignolo, 2003). A colonialidade do ser se manifesta na desvalorização crônica de seus modos de existir, produzir conhecimento e se relacionar com o território, que são vistos como ‘inferiores’ ou ‘pouco científicos’ perante os padrões hegemônicos. Essa hierarquização impõe uma dificuldade intrínseca de inserir-se no circuito global em condições de igualdade, ficando frequentemente confinadas a um papel reativo e de mera adesão a agendas externas.

A colonialidade do poder se manifesta na capacidade diferencial de agência das instituições. A USP, com sua sólida base financeira, exerce uma agência proativa: ela define prioridades, investe estrategicamente para conformar-se aos critérios hegemônicos e atrai parcerias de modo a reforçar sua posição. Sua ação é de protagonismo no jogo acadêmico global.

Em contrapartida, a UFMT é levada a uma agência reativa: sua atuação internacional é condicionada pela escassez de recursos internos e também pela dificuldade de acesso a fontes externas de fomento, ficando sujeita a uma lógica de sobrevivência e a oportunidades esporádicas. Como argumentam Ball e Youdell (2008), em contextos de forte pressão por internacionalização, instituições com menos recursos são levadas a uma “privatização endógena”, onde a lógica da eficiência e da competitividade, mesmo na ausência de fundos, pode levar à adoção acrítica de modelos predefinidos, aprofundando a dependência.

Dessa forma, a materialidade orçamentária é o núcleo, a partir do qual se consolida ou se fragiliza o discurso institucional sobre a internacionalização. A análise evidencia que a simples retórica sobre a importância da internacionalização é insuficiente, se não for acompanhada por uma distribuição concreta de recursos que confira agência à instituição.

A disparidade aqui examinada não é um acidente, mas um sintoma da geopolítica do conhecimento que estrutura o campo acadêmico global, no qual o capital financeiro determina a capacidade de produzir visibilidade, atrair talentos e, em última instância, de definir as próprias regras do jogo da internacionalização, mantendo intactas as hierarquias constituídas pela colonialidade do poder.

Portanto, a análise evidencia que a materialidade orçamentária é o mecanismo central pelo qual se consolida ou se fragiliza a agência discursiva das instituições. A disparidade aqui examinada não é um acidente, mas um sintoma da colonialidade do poder que estrutura o campo acadêmico global. Sob a ótica da justiça cognitiva (Santos, 2007), o ciclo virtuoso da

USP e o ciclo vicioso da UFMT ilustram com crueza como a ‘linha abissal’ se materializa financeiramente: de um lado, a capacidade de definir as regras do jogo e de circular nos circuitos hegemônicos; de outro, a confinação a uma posição reativa e periférica.

Uma internacionalização verdadeiramente orientada pela justiça cognitiva demandaria, portanto, mais do que a retórica da inclusão; exigiria uma real redistribuição de recursos que permitisse à UFMT, e a instituições similares, não apenas ‘participar’ do jogo internacional, mas sim ‘redefinir seus termos’, transformando a cooperação em uma prática de ‘solidariedade ativa’ e de construção de uma ‘ecologia de saberes’. Sem esta transformação material, a justiça linguística e o diálogo de saberes permanecerão como aspirações discursivas, incapazes de superar a lógica excludente da colonialidade.

5.1.3 O CAPES-Print como Mecanismo de Reforço das Assimetrias: uma análise crítica do fomento à internacionalização

O edital CAPES-Print publicado inicialmente em 2018, embora se apresente como uma política de Estado voltada para a internacionalização do sistema de Pós-graduação brasileiro, opera, na prática, como um dispositivo que aprofunda as desigualdades pré-existentes, entre as Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

A análise dos critérios de seleção e dos resultados obtidos revela que o programa tende a beneficiar justamente aquelas universidades que já possuem expressiva vantagem competitiva em termos de infraestrutura, produção científica e inserção internacional, reproduzindo uma lógica excludente que ignora as disparidades geopolíticas e orçamentárias do território nacional.

Consta no item 9.2.2 e subitem 9.2.2.1 do edital CAPES-Print, cujas ações ainda repercutem atualmente:

9.2.2. Etapa II - Análise de Mérito e Ranqueamento das Propostas, realizada por um comitê de consultores sêniores nacionais e internacionais, especificamente designado para essa finalidade, consiste na análise comparativa das propostas entre si, com o objetivo de identificar aquelas de maior mérito científico e acadêmico e que melhor atendam às prioridades do Programa, resultando na atribuição de: 9.2.2.1 Notas de Mérito (notas 1 a 100), conforme os seguintes critérios e percentuais: a) O Diagnóstico Institucional demonstrando o **grau de excelência dos Programas de Pós-graduação**, inclusive o **percentual de PPGs com notas 5, 6 ou 7 na avaliação da Capes de 2017**, e das **instituições parceiras estrangeiras relacionadas na proposta** (15% da nota) (Edital CAPES-Print nº 41, 2017, p. 13).

Conforme evidenciado no documento analisado, 9 das 10 IES brasileiras no topo do *QS World University Rankings* (em ordem do referido *ranking*: Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade

Estadual Paulista; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal da Paraíba; Universidade de Brasília; Universidade Federal de São Carlos), foram contempladas pelo programa CAPES-Print (CAPES, 2017), o que não é um acaso, mas a materialização de critérios que valorizam indicadores alinhados a métricas globais hegemônicas.

Em um movimento recente, a CAPES parece reconhecer a necessidade de reorientar sua política de internacionalização. Lançado em 2024, o programa CAPES Global sinaliza uma tentativa de superar o modelo concentrador do Print ao instituir editais temáticos e incentivos a redes de pesquisa que incluam instituições de todas as regiões do país. Embora ainda dependente de indicadores de desempenho, o novo programa explicita em seu edital o objetivo de ‘reduzir assimetrias regionais’ e fomentar a ‘internacionalização bidirecional’, indicando uma guinada discursiva e estratégica rumo a um paradigma mais inclusivo, cujos resultados práticos, contudo, ainda não foram mensurados (CAPES, 2024).

Como argumenta Fairclough (2001), o discurso oficial, ainda que aparentemente técnico e imparcial, é uma prática social que constrói e naturaliza relações de poder. O edital CAPES-Print, ao adotar indicadores como número de Programas de Pós-graduação de excelência (conceitos 6 e 7), coautoria internacional e experiência prévia em cooperações internacionais, estabelece uma “ordem do discurso” que toma como referência um modelo específico de universidade internacionalizada - aquele já consolidado no eixo Sul-Norte.

Sob a ótica decolonial, tal modelo reforça o que Aníbal Quijano (2005) denominou colonialidade do poder: uma hierarquia global de conhecimento que privilegia instituições e epistemologias do Norte Global, em detrimento de saberes locais, regionais ou de vocação sociocomunitária.

O fato de as parcerias internacionais, previstas nos planos aprovados, concentrarem-se majoritariamente em Universidades da Europa e América do Norte - com pouca ênfase em cooperação Sul-Sul - é sintomático dessa lógica. Como alerta Mignolo (2003), a colonialidade não se resume a uma dominação política ou econômica, mas também epistêmica: neste caso, ela define quais conhecimentos são válidos e quais instituições são dignas de fomento.

Nesse sentido, o CAPES-Print funciona como um dispositivo de acumulação de vantagens (Merton, 1968), no qual as IES já bem posicionadas nos *rankings* recebem recursos adicionais para ampliar ainda mais sua projeção internacional, enquanto instituições do ‘Sul

global nacional' como a UFMT - cuja missão está voltada para o desenvolvimento regional e a valorização de biomas como o Pantanal e o Cerrado - ficam à margem do processo.

Altbach (2013) já destacava que a internacionalização tende a reproduzir hierarquias acadêmicas pré-existentes, e o caso brasileiro ilustra com clareza essa dinâmica: a “massa crítica”, exigida pelo edital, opera como um mecanismo de barreira de entrada, para IES com histórico de subfinanciamento e vocação regional.

Além disso, a exigência de contrapartida institucional e capacidade de gestão complexa - ainda que justificável do ponto de vista da eficiência - revela-se como excludente das IES que não dispõem de estruturas administrativas consolidadas e robustas, como uma agência de cooperação internacional dedicada (ex.: AUCANI, na USP).

Knight (2012) adverte que a internacionalização requer suporte financeiro e administrativo estável, sob o risco de se tornar fragmentada e insustentável. No caso da UFMT, a ausência de uma dotação orçamentária robusta e contínua para a SECRI, inviabiliza a construção dessa base mínima, aprofundando o ciclo de exclusão.

A quase superposição entre as IES selecionadas pelo CAPES-Print e as líderes do *ranking* QS não é, portanto, mera coincidência. É a expressão de um projeto de internacionalização direcionada para *rankings* que, mesmo sem citar explicitamente tais métricas, internaliza sua lógica excludente.

Como destacam os críticos da mercadorização do Ensino Superior (Ball, 2012; Santos, 2011), a adesão acrítica a *rankings* internacionais, pode levar à homogeneização das agendas de pesquisa e ao abandono de missões sociais e regionais. Assim, o CAPES-Print, em vez de funcionar como um instrumento de democratização do acesso ao cenário global, cristaliza um modelo de excelência academicista e desconectado das realidades periféricas, reforçando a divisão internacional do conhecimento e negligenciando a justiça cognitiva (Sousa Santos, 2007).

A análise evidencia que a materialidade do discurso estratégico - seja no plano formal da UFMT ou nas práticas fragmentadas da USP - está intrinsecamente ligada a relações de poder e a projetos de futuro distintos. O modelo da USP reforça um ideal universitário alinhado com a globalização corporativa, onde o sucesso é medido pela capacidade de competir e ascender em *rankings* internacionais. Já o modelo da UFMT ensaia a possibilidade de um internacionalismo subalterno ou contra-hegemônico, que busca construir relevância a partir de uma agenda temática e de valores que contestam a noção hegemônica de excelência.

Para além dessa análise, a lente faircloughiana sobre a ideologia como prática social que constrói e naturaliza relações de poder (Fairclough, 2001) permite desvendar os

mecanismos discursivos que legitimam cada projeto. O discurso meritocrático e competitivo da USP, centrado em “excelência global” e “classe mundial”, opera como um poderoso mecanismo ideológico. Ele não apenas descreve uma estratégia, mas naturaliza a hegemonia do Norte Global ao apresentar seus critérios - *rankings*, publicações em inglês, parcerias com instituições de elite - como universais, neutros e incontestáveis.

Essa naturalização, em Fairclough (2001, p. 2), “contribui para sustentar relações de poder, dominação e exploração” ao obscurecer as hierarquias epistêmicas que subordinam saberes e instituições do Sul. Se a colonialidade do saber (Quijano, 2000; Mignolo, 2003) opera na hierarquização de epistemologias, a colonialidade do poder, em Quijano (2000), manifesta-se também na seleção dos corpos que podem circular globalmente.

Tanto o modelo globalista da USP quanto o regionalista da UFMT, se não forem submetidos a um crivo interseccional, podem falhar em promover uma inclusão substantiva. O primeiro, ao priorizar métricas de elite, pode inadvertidamente excluir estudantes periféricos, negros e indígenas, para os quais a proficiência em inglês e a aquisição de visto são barreiras quase intransponíveis. O segundo, embora potencialmente mais acessível em termos de custos em mobilidades Sul-Sul, pode reproduzir dinâmicas regionais de exclusão. A justiça cognitiva (Santos, 2018) permanece intimamente ligada à justiça social; não basta valorizar saberes do Sul se os sujeitos portadores desses saberes continuarem à margem dos processos de internacionalização.

5.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO: CURRÍCULO, INFRAESTRUTURA E CORPO DOCENTE EM PERSPECTIVA COMPARADA

Este tópico avança da análise dos discursos estratégicos para investigar como estes se materializam concretamente na arquitetura institucional e nas práticas acadêmicas centrais da USP e da UFMT. O foco recai sobre a operacionalização da internacionalização, examinando de forma integrada como os modelos de governança, os critérios de seleção docente e os sistemas de comunicação - a “engrenagem” administrativa e discursiva - viabilizam ou limitam as ações voltadas para a internacionalização do currículo e do corpo docente - o “fazer acadêmico”.

A análise comparada revela como essa relação dialética, entre estrutura e prática não é neutra, mas sim portadora de projetos políticos distintos de universidade, refletindo e, ao mesmo tempo, reproduzindo as assimetrias do campo acadêmico global. Ao contrastar os

mecanismos operacionais das duas instituições, busca-se elucidar as contradições, as prioridades efetivas e os sentidos conflitantes de excelência e internacionalização que estão em jogo.

A investigação se desdobra em três eixos inter-relacionados. Primeiramente, a análise da arquitetura da gestão, contrasta a estrutura profissionalizada e multifacetada da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI), com o modelo centralizado e enxuto da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) da UFMT, demonstrando como a materialidade da governança (recursos, autonomia, capilaridade) é um fator determinante para a capacidade de agência de cada instituição.

Em seguida, o exame dos editais de concursos para docentes, evidencia a disputa discursiva pela definição do “bom professor” e do “bom currículo”, contrastando a valorização explícita de um capital acadêmico internacionalizado na USP, com a priorização de políticas de justiça social e ancoragem regional na UFMT.

Por fim, a narrativa pública veiculada pelos sistemas de informação e comunicação, é analisada como um espelho das prioridades, contrastando a projeção de uma imagem de competitividade global e eficiência sistêmica da USP, com a construção de uma identidade baseada na cooperação contextualizada e na integração comunitária pela UFMT.

Complementarmente a esses três eixos, um quarto eixo dedica-se a um aspecto crucial e frequentemente invisibilizado: a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência. Analisa-se como as barreiras específicas enfrentadas por esse público - desde a falta de intérpretes de Libras proficientes em línguas estrangeiras, até a incompatibilidade de softwares e a carência de materiais em formatos acessíveis - são ignoradas pela “engrenagem” administrativa, reproduzindo um modelo excludente de mobilidade e internacionalização.

Esta análise explicita as limitações de ambos os projetos institucionais em promover uma internacionalização genuinamente inclusiva e plural, revelando a omissão discursiva, como uma prática que naturaliza a exclusão e nega o potencial transformador de uma educação superior global, verdadeiramente para todos.

A comparação sistemática dessas dimensões, permite argumentar que a operacionalização da internacionalização, transcende a esfera técnica. Ela constitui um terreno de disputa, onde se definem os rumos da universidade pública brasileira. Dessa forma, a “engrenagem” não apenas sustenta o “fazer acadêmico”, mas também o conforma, revelando as profundas escolhas políticas e epistemológicas que orientam a inserção internacional da USP e da UFMT.

5.2.1 A Arquitetura da Gestão: modelos de governança e sua capacidade executiva

A operacionalização da internacionalização no Ensino Superior é profundamente influenciada pela arquitetura institucional desenhada para sua gestão. A governança dedicada a esse processo, não se resume a uma mera estrutura administrativa, mas configura-se como um elemento central, que define a capacidade de agência, a abrangência e o impacto das iniciativas empreendidas.

Neste trecho do estudo, examina-se como os modelos de gestão adotados pela USP e pela UFMT materializam diferentes graus de priorização estratégica, recursos disponíveis e, conseqüentemente, de eficácia executiva na consecução de seus objetivos de internacionalização.

A análise comparativa parte do pressuposto de que a materialidade da governança - expressa em recursos humanos, autonomia financeira, integração sistêmica e capilaridade institucional - é um fator determinante para transformar discursos em práticas sustentáveis. Enquanto algumas instituições, conseguem estabelecer ciclos virtuosos de planejamento e ação, outras veem suas aspirações, limitadas por uma atuação predominantemente reativa e focada em desafios operacionais imediatos.

Essa distinção é fundamental para compreender as trajetórias divergentes de internacionalização, no cenário universitário brasileiro. Desse modo, a discussão que se segue está organizada para contrastar dois modelos emblemáticos: de um lado, a estrutura profissionalizada e multifacetada da USP, que permite uma atuação estratégica e proativa; de outro, o arranjo centralizado e enxuto da UFMT, que, apesar de seus esforços, enfrenta significativos obstáculos para garantir a capilaridade e a efetividade de suas ações. Ao final, uma reflexão crítica articula essas diferenças estruturais com as assimetrias mais amplas que permeiam o campo acadêmico global.

5.2.1.1 A USP e a Gestão Profissionalizada da Internacionalização: a AUCANI como estrutura central e sua capilaridade institucional

Na Universidade de São Paulo (USP), a internacionalização é gerida por uma estrutura especializada e centralizada: a Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI), também denominada *International Office*. Criada para articular e fomentar as relações internacionais da universidade, a AUCANI atua como um órgão de

assessoramento direto à Reitoria, possuindo autonomia administrativa e técnica para implementar políticas de internacionalização de forma estratégica e integrada.

Conforme descrito em seu portal institucional, a AUCANI é responsável por “coordenar, propor e acompanhar programas, projetos e atividades de cooperação acadêmica nacional e internacional” (USP, 2023), operando por meio de uma equipe técnica qualificada e setores especializados em mobilidade, convênios, apoio a estudantes estrangeiros e comunicação internacional.

Essa estrutura permite não apenas a gestão de um portfólio extenso - com centenas de acordos internacionais ativos -, mas também a articulação com as Pró-reitorias (como a PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação) e as unidades de ensino e pesquisa, garantindo capilaridade e adesão institucional às diretrizes de internacionalização.

A profissionalização da AUCANI reflete-se em sua capacidade de executar programas de larga escala e alto impacto, como os editais de mobilidade internacional, programas de dupla diplomação e iniciativas de internacionalização do currículo. A agência dispõe de sistemas de informação integrados - como a plataforma *Mundus* -, que otimizam processos de inscrição, seleção e monitoramento de atividades internacionais, além de oferecer suporte linguístico e intercultural, por meio do Centro Intercultural, que promove cursos de português para estrangeiros e eventos de integração (USP-ECINT, 2023).

O Centro Intercultural (CIn) da AUCANI promove a diversidade cultural e o apoio linguístico por meio de cursos de português para estrangeiros e de cursos de idiomas adicionais para a comunidade USP, preparando-a para um mundo globalizado (USP-Portal AUCANI, “Centro Intercultural”).

Essa infraestrutura permite uma atuação proativa e estratégica, na medida em que a AUCANI não se limita a gerir fluxos existentes, mas também identifica oportunidades, elabora editais customizados e estabelece parcerias com instituições de prestígio global. Como resultado, a USP consegue alinhar sua atuação internacional a metas quantitativas ousadas - como o aumento de 50% na mobilidade discente - e a indicadores de *rankings* internacionais, consolidando um ciclo virtuoso de investimento, resultando em maior captação de recursos.

Além da AUCANI, a internacionalização na USP conta com o envolvimento de diversas Pró-reitorias, departamentos e núcleos de pesquisa, que atuam de forma descentralizada, porém articulada. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), por exemplo, gerencia programas como a Escola São Paulo de Ciência Avançada (ESPCA) e a Rede ANIME, que promovem colaboração com pesquisadores da América Latina e África (PRPI, 2023).

Já as unidades acadêmicas - como Faculdades e Institutos - possuem comissões próprias de relações internacionais, responsáveis por adaptar as diretrizes centrais às especificidades de cada área do conhecimento. Essa capilaridade organizacional assegura que, a internacionalização não seja uma agenda restrita a um escritório central, mas permeie a cultura acadêmica da universidade, envolvendo docentes, discentes e técnicos administrativos, em múltiplas frentes. Essa estrutura robusta e multifacetada, evidencia o alto grau de prioridade conferido ao tema na USP, permitindo-lhe exercer uma agência proativa no cenário global e materializar seu discurso estratégico de excelência internacional.

5.2.1.2 A Gestão Centralizada e Enxuta da Internacionalização: a SECRI como estrutura operacional e seus desafios de capilaridade na UFMT

Na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a gestão da internacionalização é centralizada na Secretaria de Relações Internacionais (SECRI), órgão vinculado diretamente à Reitoria. Diferentemente da estrutura multifacetada e com departamentos especializados da AUCANI na USP, a SECRI opera com uma equipe técnica reduzida e uma estrutura organizacional enxuta, dirigida por um(a) Secretário(a) de Relações Internacionais à frente da pasta. Conforme descrito em sua página institucional:

A SECRI tem por finalidade coordenar, propor, articular, acompanhar e assessorar a Reitoria nas atividades de relações internacionais, bem como na formalização de acordos, convênios e protocolos de intenções (UFMT-Portal SECRI/UFMT, “Apresentação”).

A equipe é organizada em setores como Comunicação; a Assessoria de Parcerias Internacionais; UFMT *International* - responsável pelo acolhimento de estudantes estrangeiros e de oportunidades de mobilidade *outgoing* - e o Centro de Língua Chinesa e de Desenvolvimento de Ciência e de Tecnologia Agrícola, este último fruto de parceria específica com a China (UFMT, 2024).

Até março de 2024, a UFMT mantinha aproximadamente cem acordos ativos com instituições de mais de trinta países, com destaque para nações da América Latina e Europa, além de participação em redes como a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e a Organização Universitária Interamericana (OUI) (UFMT, 2024).

Essa estrutura centralizada, porém limitada em recursos humanos e financeiros, resulta em uma gestão predominantemente operacional e reativa, apesar dos esforços para a expansão

das cooperações. A SECRI atua conjuntamente com a Reitoria e demais departamentos da IES promovendo a internacionalização, como também se concentra na execução de processos burocráticos - como emissão de documentos, gestão de editais de mobilidade acadêmica internacionais e manutenção de acordos -, com significativamente menor margem para atuação estratégica ou prospecção de novas parcerias de forma sistemática que a USP, como elucidado.

Os limites financeiros, a ausência de uma equipe dedicada exclusivamente à internacionalização nas unidades acadêmicas e a carência de comissões setoriais de relações internacionais, dificultam a capilaridade das ações, fazendo com que a agenda internacional não seja efetivamente incorporada ao cotidiano dos cursos e departamentos da instituição.

Conforme evidenciado no *dashboard* de mobilidade da UFMT (UFMT, 2024), embora haja esforços para monitorar a movimentação de estudantes, a baixa integração com sistemas acadêmicos centrais e a dependência de planilhas externas (como a lista de editais vigentes) refletem a fragilidade da infraestrutura de apoio (UFMT, 2024). Além disso, a gestão de idiomas adicionais é um exemplo emblemático dessa limitação: o ensino presencial de outras línguas, como espanhol e francês, fica a cargo do Instituto de Linguagens (IL), sem integração orgânica com a política de internacionalização (UFMT, 2024).

Essa desconexão reforça a priorização do inglês como ferramenta pragmática, em detrimento de uma política linguística mais abrangente e alinhada à vocação regional de cooperação Sul-Sul. As especificidades da internacionalização na UFMT - marcada pela ênfase na cooperação regional e na sustentabilidade - demandariam uma estrutura de governança mais flexível e descentralizada.

No entanto, a concentração de competências essencialmente na SECRI, somada à escassez de recursos, com baixa autonomia financeira, condiciona a capacidade executiva da instituição. Iniciativas como o Programa “Tcheга Más!” de apadrinhamento em mobilidades *incoming* (UFMT, 2024) e o Centro Chinês mostram potencial, mas carecem de integração estratégica com as Pró-reitorias e unidades acadêmicas. Dessa forma, a internacionalização na UFMT permanece como uma prática mais aspirativa do que efetivamente estruturante, refletindo as assimetrias materiais e discursivas já identificadas no planejamento orçamentário e na concepção estratégica.

5.2.1.3 Discussão Crítica: estrutura de governança como expressão de agência e assimetria no campo acadêmico global

A análise comparativa das estruturas de governança da internacionalização na USP e na UFMT revela que, a capacidade de implementação de políticas complexas, está intrinsecamente vinculada à materialidade organizacional e financeira de cada instituição. A robustez da AUCANI na USP, constitui uma condição *sine qua non* para a execução de programas ambiciosos de mobilidade, dupla diplomação e projeção global. Essa estrutura especializada, dotada de autonomia técnica e recursos integrados, permite não apenas a gestão eficiente de fluxos, mas também uma atuação proativa na conformação às métricas hegemônicas de excelência.

Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001), a AUCANI opera como um dispositivo discursivo materializado, que naturaliza e reproduz uma ordem competitiva alinhada aos padrões globais, reforçando o lugar da USP como ator de “centralidade subalterna” (Mignolo, 2003) no sistema acadêmico internacional.

Em contrapartida, a estrutura enxuta e centralizada da SECRI na UFMT, reflete e reproduz uma agência limitada perante as demandas da internacionalização. A escassez de recursos humanos e financeiros, condiciona a atuação da Secretaria a funções majoritariamente operacionais e reativas, com pouca margem para prospecção estratégica ou capilarização institucional.

Essa fragilidade estrutural, está em consonância com o que Quijano (2005) identifica como colonialidade do poder: a perpetuação de assimetrias que confinam instituições periféricas a uma posição de dependência e invisibilidade. Enquanto a USP investe na conformação aos *rankings* internacionais, a UFMT lida com desafios basilares, como a integração de sistemas e a oferta de suporte linguístico, evidenciando como a colonialidade se manifesta também na arquitetura administrativa.

Por fim, a disparidade entre os dois modelos não é meramente técnica, mas epistêmica e política. A AUCANI viabiliza uma internacionalização orientada pela lógica da competitividade global, alinhada ao que Santos (2018) critica como “globalização hegemônica”.

Já a SECRI, ainda que aspirante a uma internacionalização baseada na cooperação Sul-Sul e na relevância regional, carece da infraestrutura necessária para transformar seu discurso em prática consistente. Essa diferença ilustra como a materialidade da governança - ou a falta dela - atua como mecanismo de inclusão ou exclusão no campo acadêmico global, reforçando hierarquias geopolíticas que privilegiam instituições já consolidadas em circuitos de poder e financiamento.

5.2.2 A Construção do “Bom Professor” e do “Bom Currículo”: critérios acadêmicos entre a excelência global e a justiça cognitiva

Os processos seletivos para o corpo docente representam um mecanismo fundamental na conformação da identidade e das prioridades de uma universidade. Os editais de concurso, longe de serem meros instrumentos burocráticos, atuam como dispositivos discursivos cruciais, que materializam visões de mundo e projetos institucionais específicos. Eles não apenas regulamentam o ingresso na carreira, mas instituem e naturalizam um ideal de qualidade acadêmica, definindo, em última instância, os contornos do que é considerado um “bom professor” e um “bom currículo”, no contexto universitário contemporâneo.

Neste ponto da pesquisa, debruça-se sobre uma análise comparativa dos modelos de seleção docente adotados pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A investigação revela um contraste marcante que vai além de meras diferenças operacionais, expondo uma disputa profunda acerca dos valores que devem orientar a excelência no Ensino Superior.

De um lado, observa-se uma estratégia deliberada de internacionalização rankeada, que associa qualidade à inserção em redes globais de conhecimento; de outro, prioriza-se uma missão institucional ancorada na justiça social e no desenvolvimento regional. A tensão entre esses dois paradigmas - a busca por uma excelência métrica globalmente reconhecida e o compromisso com uma justiça cognitiva e social de caráter local - configura o cerne da discussão.

A análise demonstra como os critérios de avaliação presentes nos editais, tornam-se arenas onde se travam batalhas decisivas sobre o futuro da universidade, colocando em jogo conceitos como colonialidade do saber, epistemicídio e a própria função social da instituição acadêmica no Brasil.

5.2.2.1 Os Editais de Concurso como Dispositivos de um Projeto Globalista: a construção do “bom professor” internacionalizado na USP

Com base na análise dos últimos editais de concurso para docente da USP em curso no ano de 2025, é possível identificar elementos concretos que materializam o discurso estratégico de internacionalização, orientado pela excelência global. Estes documentos, não apenas regulamentam o ingresso na carreira docente, mas atuam como dispositivos

discursivos que naturalizam um modelo específico de “bom professor” e “bom currículo”, alinhado a padrões hegemônicos de produtividade e visibilidade internacional.

A publicação sistemática de versão em inglês dos editais - como se observa nos casos da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), do Museu de Arte Contemporânea (MAC), do Instituto de Física (IF), da Faculdade de Educação (FE), entre outros Institutos e Faculdades - não é um mero detalhe formal, mas um indicativo claro da intencionalidade de atrair candidatos estrangeiros e de sinalizar à comunidade acadêmica global que a USP opera em um registro linguístico e competitivo transnacional.

Essa prática, que ganhou força a partir de 2023, reflete uma estratégia consciente de projeção internacional, na qual a língua inglesa funciona como capital simbólico e condição de acesso a redes de conhecimento globalizadas. A análise dos perfis desejados e dos critérios de avaliação nos editais, revela uma valorização explícita de capital acadêmico internacionalizado.

No edital da Faculdade de Saúde Pública (FSP), por exemplo, exige-se “experiência didática e de participação em projetos de pesquisa nacionais e internacionais”. Já no Instituto de Física, busca-se um candidato com “potencial destacado para estabelecer um programa de pesquisa independente” e “compromisso com o ensino em português após dois anos da nomeação”, pressupondo uma trajetória prévia em ambientes externos ao Brasil.

A primazia concedida à publicação em periódicos de alto impacto, à experiência pós-doutoral no exterior e à capacidade de captação de recursos de agências internacionais - ainda que implícita na exigência de “projeto de pesquisa viável” - reforça a adesão a métricas de produtividade, típicas da tendência acadêmica global dominante.

Esse conjunto de exigências, constrói um ideal de docente como agente de internacionalização, cujo valor é medido pela sua capacidade de se vincular e produzir nos circuitos de prestígio internacional. No entanto, essa orientação para a excelência global gera tensões e contradições no que tange à justiça cognitiva e à relevância local.

Embora alguns editais, como o do MAC, incluam temáticas decoloniais (“a questão decolonial na arte e as novas tecnologias”) e o da FE aborde políticas educacionais para jovens e adultos em contextos de vulnerabilidade, a lógica subjacente de avaliação por méritos internacionalizantes pode marginalizar saberes e experiências ancorados em realidades regionais ou em epistemologias não hegemônicas. A preferência frequente por candidatos estrangeiros - ainda que não objetivamente explicitada - sugere uma hierarquização tácita que associa qualidade acadêmica à formação no exterior, reproduzindo o que Boaventura de Sousa Santos chama de “epistemicídio”.

Essa dinâmica particularmente ficou evidente, nas chamadas de áreas como Física e Medicina Veterinária, onde os referenciais teóricos e metodológicos são fortemente alinhados com padrões globais, deixando pouco espaço para a incorporação crítica de agendas de pesquisa locais ou para uma internacionalização de base cooperativa e solidária.

A materialidade desses editais, evidencia a dissonância entre o modelo de internacionalização rankeada da USP e o projeto ensaiado pela UFMT. A USP opera por meio de uma “engrenagem” descentralizada, mas orientada por critérios globalistas. Assim, os editais da USP funcionam como microcosmos do seu projeto maior de universidade: competitivo, orientado para a excelência métrica e inserido em redes globais, mas também potencialmente reprodutor de assimetrias cognitivas e desconectado de uma agenda de internacionalização cultural e linguisticamente pluralista.

5.2.2.2 A UFMT: burocracia centralizada, justiça social e a ausência de exigências internacionalizantes nos critérios docentes

Em contraste marcante com a USP, a análise dos editais mais recentes para a seleção de docentes da UFMT - o Edital nº 02/PROGEP/UFMT/2024 e o Edital nº 01/PROGEP/UFMT/2025 - revela um modelo de seleção docente profundamente ancorado em lógicas administrativas centralizadas e em políticas de justiça social, com ausência quase total de exigências voltadas à internacionalização.

Ambos os concursos são conduzidos de forma unificada pela Supervisão de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), resultando em documentos genéricos aplicáveis a todas as áreas do conhecimento. Essa padronização burocrática, por um lado, garante isonomia e transparência processual, mas, por outro, apaga as especificidades disciplinares e não incorpora critérios que valorizem explicitamente, a inserção internacional dos candidatos.

A linguagem dos editais é estritamente em português, sem qualquer menção à atração de candidatos estrangeiros ou à necessidade de proficiência em outros idiomas, sinalizando uma operação voltada primordialmente para o contexto nacional e regional. Os critérios de avaliação para as provas escrita e didática, detalhados nos anexos de ambos os editais, focam essencialmente no domínio de conteúdos específicos da área, na clareza expositiva e na capacidade didática em língua portuguesa.

A Prova Didática requer uma aula teórica em nível de Graduação, sem qualquer exigência de que o candidato demonstre familiaridade com debates, bibliografias ou métodos

de ensino internacionalizados. A avaliação de títulos, por sua vez, prioriza titulação formal, experiência profissional no magistério superior e produções científicas avaliadas quantitativamente, sem distinção entre veículos nacionais e internacionais.

Não há pontuação adicional para publicações em periódicos estrangeiros, participação em projetos de cooperação internacional, estágios no exterior ou experiência docente em outros países. A ênfase mais significativa dos editais, tanto em 2024 quanto em 2025, recai sobre as políticas de ações afirmativas, que ocupam seções extensas e detalhadas.

O edital de 2025 amplia ainda mais esse compromisso, reservando 30% das vagas para candidatos autodeclarados pretos ou pardos, indígenas e quilombolas - com a realização obrigatória de comissões de heteroidentificação ou verificação documental - e mantendo 5% para pessoas com deficiência, com avaliação por equipe multiprofissional. Essa orientação opera uma justiça social no recrutamento, colocando no centro do processo seletivo a representatividade e a inclusão, valores diametralmente opostos à meritocracia internacionalizante e à busca por “excelência global” observada na USP.

Dessa forma, a materialidade dos editais da UFMT explicita um projeto de universidade distinto: centralizado na gestão, orientado pela justiça social e com uma internacionalização, quando presente, provavelmente incidental e não estruturada como critério de valor acadêmico.

A “engrenagem” burocrática da PROGEP sustenta um “fazer acadêmico” que prioriza a consolidação de um quadro docente estável e socialmente representativo, em detrimento de uma projeção competitiva no cenário global. Esta orientação, revela as contradições inerentes aos distintos projetos de internacionalização: se a USP busca a inserção rankeada, a UFMT, por meio de seus critérios de seleção, reforça uma missão focada na inclusão e no desenvolvimento regional, deixando a dimensão internacional como uma camada externa e não integrante dos fundamentos que definem a qualidade docente e curricular em sua comunidade acadêmica.

5.2.2.3 A Disputa Discursiva pela Qualidade Acadêmica: colonialidade do saber *versus* justiça cognitiva na seleção docente

A análise comparativa dos editais da USP e da UFMT revela mais do que modelos operacionais distintos; evidencia uma disputa discursiva profunda sobre os próprios fundamentos que definem a qualidade acadêmica. Para decifrar essa disputa, este item articula a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001; 2003) com o pensamento decolonial

(Quijano, 2005; Mignolo, 2010), interpretando os critérios de seleção docente como “dispositivos” que naturalizam ordens sociais e epistemológicas específicas.

A hipótese central é que, a estratégia da USP, embora eficaz nos *rankings* internacionais, opera uma reprodução da colonialidade do saber, enquanto a abordagem da UFMT configura um gesto decolonial que, ao priorizar a justiça social e a relevância regional, questiona os padrões hegemônicos, ainda que enfrente o risco de marginalização no cenário acadêmico global.

Sob a lente da ACD, os editais não são textos neutros; são práticas discursivas inseridas em práticas sociais mais amplas (Fairclough, 2001). Eles funcionam como dispositivos de governança que, ao estabelecer critérios de avaliação, constroem, legitimam e naturalizam identidades sociais específicas - neste caso, a do “bom professor”.

O discurso estratégico de internacionalização da USP materializa-se nos editais através de pressuposições e intertextualidades que vinculam a excelência a um repertório transnacional. A exigência de “potencial para estabelecer um programa de pesquisa independente” (Instituto de Física) ou de “participação em projetos internacionais” (Faculdade de Saúde Pública), pressupõe um candidato já inserido em redes globais, cujo capital acadêmico é mensurado por métricas hegemônicas.

A própria publicação de versões em inglês é um ato discursivo poderoso: ele interpela um público global, sinalizando que a comunidade legítima de pares está além das fronteiras nacionais. Esse dispositivo discursivo é eficaz na produção de um *habitus* acadêmico alinhado com a competição global, constituindo um sujeito docente cujo valor é atrelado à sua capacidade de circular nos circuitos de prestígio do Norte Global.

É precisamente nessa eficácia que se instala a colonialidade do saber (Quijano, 2005). O modelo de internacionalização rankeada adotado pela USP, ao alinhar-se inquestionavelmente a padrões hegemônicos de produtividade e visibilidade, reforça a hierarquia global que situa os conhecimentos e trajetórias do Norte Global como universais e superiores.

A valorização explícita de publicações em periódicos de alto impacto, experiência no exterior e a implícita preferência por candidatos estrangeiros reproduzem o que Mignolo (2010) denomina “lógica da colonialidade”: uma estrutura de poder que perpetua a subalternização de epistemologias, linguagens e experiências que não se enquadram nesse modelo.

A contradição interna - como a inclusão de temáticas decoloniais no edital do MAC - é absorvida pela lógica avaliativa mais ampla, que permanece ancorada em uma matriz de

poder colonial. Dessa forma, a busca pela excelência global pode, paradoxalmente, resultar em um epistemicídio (Santos, 2010), silenciando saberes locais e marginalizando agendas de pesquisa ancoradas nas realidades e necessidades brasileiras. A universidade obtém visibilidade e reconhecimento internacional, mas potencialmente à custa de uma desconexão de sua vocação pública e local.

Em contrapartida, a materialidade discursiva dos editais da UFMT, representa um desprendimento consciente dessa matriz colonial. A centralização burocrática na PROGEF, que produz documentos genéricos e unificados, é um dispositivo que, mesmo não intencionalmente, resiste à lógica da colonialidade.

A ausência de critérios internacionalizantes, a linguagem estritamente em português e a ênfase deslocada para as políticas de ações afirmativas constroem um “bom professor” radicalmente diferente: aquele cuja excelência é definida pelo domínio de conteúdo na língua nacional, pela capacidade didática e, sobretudo, pelo compromisso com a representatividade e a justiça social.

Esta orientação pode ser lida como um caminho decolonial alternativo, pois questiona a própria definição hegemônica de qualidade acadêmica. Ao priorizar a justiça social no recrutamento - com reservas robustas para grupos historicamente excluídos -, a UFMT opera uma virada epistêmica (Mignolo, 2010) em direção à justiça cognitiva (Santos, 2010), reconhecendo que a diversidade de saberes começa pela diversidade de corpos e trajetórias em sua comunidade docente.

O projeto de universidade que emerge é aquele que fortalece sua identidade regional e cumpre uma função social inclusiva, colocando-se como um contraponto ao projeto globalista. Contudo, ambas as abordagens estão marcadas por contradições inerentes.

O caminho da USP, ao buscar a inserção rankeada, obtém visibilidade e recursos, mas enfrenta o risco de negligenciar sua dimensão pública e de reproduzir assimetrias cognitivas, tornando-se uma “ilha de excelência” globalizada em um “mar” de demandas locais não atendidas.

Já o caminho da UFMT, ao fortalecer sua identidade regional e promover a justiça social, enfrenta o risco concreto de marginalização no cenário acadêmico internacional tradicional, o que pode limitar o acesso a redes de cooperação, financiamento e circulação de ideias em um mundo ainda profundamente moldado pelas hierarquias coloniais. Portanto, a análise demonstra que os editais são arenas onde se travam batalhas decisivas sobre o futuro da universidade.

A estratégia da USP, analisada pela ótica da ACD, revela-se como um dispositivo de poder que naturaliza a colonialidade do saber em nome da eficiência e da competitividade. A estratégia da UFMT, por outro lado, mesmo com seus limites, apresenta-se como um experimento prático de descolonização, ao subordinar a métrica internacional aos imperativos da justiça social e cognitiva. A tensão entre esses dois modelos explicita o dilema central da internacionalização no Sul Global: como engajar-se criticamente com o mundo sem reproduzir as lógicas de poder que historicamente têm subalternizado seus saberes e suas instituições.

Esta naturalização é o cerne do funcionamento ideológico do discurso, tal como teorizado por Fairclough (2001). Os editais da USP, ao exigirem “potencial para pesquisa independente” e “experiência internacional” sem uma crítica contextual, não estão apenas selecionando candidatos; estão reproduzindo uma ideologia academicista que associa qualidade inquestionavelmente à trajetória em circuitos hegemônicos. Este é um mecanismo de poder sutil, mas eficaz: a excelência é definida pelos parâmetros do centro, e a adesão a eles é tratada como mérito individual, mascarando as assimetrias estruturais que facilitam tal trajetória para alguns e a dificultam para outros.

O discurso da UFMT, ao contrapor-se a essa lógica, performa uma ação contra-hegemônica. Ao priorizar a “justiça social” e a “representatividade” em seus critérios unificados, a universidade explicita que a definição de “bom professor” é uma escolha política. Ela não nega a qualidade, mas disputa seus fundamentos, deslocando a autoridade epistêmica dos *rankings* globais para o compromisso com o desenvolvimento regional e a inclusão, desafiando a ideologia meritocrática que sustenta a colonialidade do saber.

5.2.3 A Narrativa Pública da Internacionalização: Sistemas de Informação e Comunicação como espelho das prioridades

A análise dos canais oficiais de comunicação - portais institucionais, plataformas de gestão e sistemas de informação - revela-se fundamental, para compreender como a USP e a UFMT constroem publicamente, a narrativa sobre o que significa “ser internacional”.

Esses artefatos digitais transcendem sua função utilitária de prestar serviços, atuando como espelhos privilegiados que refletem, materializam e performam as prioridades estratégicas, os recursos disponíveis e os projetos de universidade de cada instituição.

O modo como a informação é organizada, atualizada e linguisticamente apresentada, constitui um discurso em si, elucidando as hierarquias de valor conferidas à agenda

internacional. Neste sentido, a infraestrutura de comunicação opera como uma interface discursiva, que medeia a relação entre a estratégia institucional e a comunidade universitária, tornando visíveis os distintos modelos de inserção global em jogo.

A comparação entre os casos em tela, evidencia um contraste marcante, que será explorado em dois movimentos analíticos subsequentes. De um lado, observa-se um modelo de internacionalização caracterizado pela sofisticação tecnológica, gestão centralizada e uma narrativa de competitividade global, no qual a comunicação visa projetar uma imagem de excelência e integração sistêmica. De outro, identifica-se uma abordagem que, condicionada por assimetrias de recursos, constrói uma narrativa de cooperação contextualizada, onde a internacionalização é articulada a partir de eixos geopolíticos alternativos e de uma vocação comunitária e integradora.

Este contraste não é meramente técnico ou quantitativo, mas simbólico e político, apontando para diferentes compreensões do papel da universidade pública, no cenário global contemporâneo. Para aprofundar essa análise, este ponto da pesquisa desdobra-se em três eixos específicos. O primeiro, examina a narrativa da USP, detalhando como sua infraestrutura de comunicação, notadamente a plataforma *Mundus* e o portal da AUCANI, constrói uma imagem de universidade global e competitiva.

O segundo, investiga a narrativa da UFMT, analisando como a sua Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) articula um projeto de internacionalização ancorado principalmente na integração regional e em parcerias sul-globais. O terceiro eixo, promove uma análise crítica integrada, utilizando as lentes da Análise Crítica do Discurso e dos estudos decoloniais para interpretar estas materialidades comunicacionais, como expressão de relações de poder e da colonialidade do saber no campo universitário global, fechando assim o ciclo analítico proposto neste capítulo.

5.2.3.1 A Narrativa da Excelência Global: a comunicação da USP como espelho de sua competitividade internacional

A análise do portal da Agência USP de Cooperação Nacional e Internacional (AUCANI) e de sistemas correlatos, como a plataforma *Mundus*, que “é o Sistema de Gestão da Mobilidade Internacional da Universidade de São Paulo. Por meio dele, é possível acessar editais, buscar instituições parceiras e realizar o cálculo de médias para programas de mobilidade” (Portal Mundus/USP), revela uma narrativa pública sofisticada e coerente, que

posiciona a internacionalização não como um fim periférico, mas como um componente central da identidade e do projeto de excelência da universidade.

A completude e a atualização frequente dos portais - evidenciadas pela agenda de eventos, notícias recentes sobre parcerias e editais vigentes - funcionam como um primeiro indicador da prioridade estratégica conferida ao tema. A linguagem adotada é marcadamente profissional, próxima do discurso corporativo de *benchmarking* global, destacando conquistas, a participação em *rankings* internacionais e a vinculação com instituições de elite mundial (programas de parceria estratégica). Esta construção discursiva não apenas informa, mas performa a imagem de uma universidade já consolidada no cenário global, para a qual a internacionalização é um processo de mão dupla, porém com claro foco na projeção externa de sua competitividade e na atração de talentos e cooperações de alto nível.

A materialidade dessa prioridade é mais palpável na existência e no funcionamento da plataforma *Mundus*, um sistema integrado que centraliza desde a busca de convênios e a inscrição em editais até o cálculo de médias para mobilidade. A sua própria existência, inexistente numa universidade como a UFMT, pelo alto custo de desenvolvimento e manutenção, é um poderoso ato discursivo materializado sobre o lugar da internacionalização, na hierarquia de investimentos institucionais.

A plataforma opera em um regime linguístico bilíngue (português-inglês), refletindo a adesão deliberada ao inglês como língua franca, necessária para se comunicar com o mundo acadêmico global. No entanto, essa opção também cria uma barreira de acesso, pressupondo um certo capital linguístico do usuário (seja o estudante estrangeiro, seja o docente da USP), o que reforça o caráter seletivo do processo.

A *Mundus* funciona como a “engrenagem” digital que viabiliza o “fazer acadêmico” internacionalizado, encapsulando a lógica da eficiência, da mensurabilidade e da integração sistêmica que caracteriza o modelo USP. A curadoria do conteúdo no portal da AUCANI vai além da mera prestação de serviços, construindo ativamente uma narrativa sobre o que significa “ser internacional” na USP.

Itens como o “USP Academy” (oferecendo cursos de curta duração para alunos internacionais), a promoção de testes de proficiência (TOEFL ITP) e as notícias sobre *English as a Medium of Instruction* (EMI) sinalizam uma preocupação em se alinhar com tendências globais do mercado do Ensino Superior e em instrumentalizar a comunidade para a competitividade internacional.

A divulgação de eventos como as “Semanas Franco-USPianas” ou as “*Conversation Rounds*” com universidades irlandesas demonstra um esforço de criar uma cultura

internacionalizada no campus, indo além da mobilidade física. A estrutura organizacional detalhada - com escritórios locais, carta de serviços e organograma claro - transmite uma imagem de profissionalismo e capacidade de gestão, crucial para inspirar confiança em parceiros externos.

A comunicação, portanto, atua como um indicador transparente da estratégia: a internacionalização é gerida de forma centralizada, profissionalizada e orientada por métricas de excelência e visibilidade. Contudo, esta narrativa de fluidez global e integração, mediada pela tecnologia, pode esconder tensões.

A profusão de informações e a complexidade dos sistemas podem, paradoxalmente, dificultar o acesso para parte da comunidade universitária, criando uma distância entre a retórica da inclusão na internacionalização e a prática, que demanda considerável autonomia digital e informacional para navegar pelos portais e editais. A ênfase nas parcerias com instituições de elite e nos programas de intercâmbio tradicionais, reforça um modelo específico e, por vezes hierárquico, de cooperação internacional.

Dessa forma, a narrativa pública da USP, extremamente eficaz na projeção de uma imagem global e competitiva, é também reveladora de suas opções prioritárias: investir na consolidação de seu status entre as universidades de pesquisa de ponta mundiais, por meio de uma infraestrutura de gestão e comunicação que espelha e opera esse projeto.

5.2.3.2 A Narrativa da Cooperação Contextualizada: a comunicação da UFMT entre a fronteira e o mundo

Em nítido contraste com a sofisticação da USP, a análise do portal da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) da UFMT revela uma narrativa pública de internacionalização que, embora ancorada em sua missão institucional, também parece refletir as assimetrias do sistema global de Ensino Superior.

A possível estratégia de inserção regional e fronteiriça, não se apresenta necessariamente como uma escolha livre entre caminhos equivalentes, mas possivelmente como uma adaptação pragmática a um cenário onde as parcerias com instituições de elite global são condicionadas por uma lógica de *benchmarking* e prestígio.

Nessa perspectiva, a busca por uma posição de igualdade em circuitos academicamente hegemônicos esbarra em limitações materiais e simbólicas, canalizando os esforços da UFMT para eixos de cooperação - como a integração sul-americana e os laços

com potências emergentes - onde sua relevância regional e temáticas de pesquisa específicas podem ser mais facilmente capitalizadas como trunfos relacionais.

Esta condição estrutural materializa-se na própria infraestrutura de comunicação: o portal, integrado ao site central da universidade com navegação menos autônoma e estética informativa, sinaliza um lugar periférico na hierarquia de investimentos. A completude das informações é irregular, dependendo de ferramentas externas e não integradas - como manuais em formato de *flipbook* (*Heyzine*), listas de convênios em planilhas online (*Google Sheets*) e visualizações de dados em plataformas de *business intelligence* (*Power BI*) -, o que fragmenta a experiência do usuário e espelha um modelo de gestão com menos recursos dedicados, em que a internacionalização compete com outras prioridades e depende da criatividade e de soluções pontuais da equipe.

A materialidade dessa inserção diferenciada no cenário global fica evidente na ausência de uma plataforma integrada equivalente à *Mundus* da USP. O processo é mediado por uma colcha de retalhos digital - planilhas públicas; manuais em *flipbook*; painéis de visualização - que, embora denote um pragmático “fazer com o que se tem”, constrói uma narrativa de descentralização e acesso menos imediato. Esta solução técnica é um indicador claro das assimetrias de recursos, as quais separam as duas instituições e que, por sua vez, reproduzem as hierarquias do campo acadêmico internacional.

A questão linguística é igualmente emblemática desta posição: a comunicação da SECRI/ UFMT é majoritariamente em português, com exceções pontuais. Mais do que uma simples limitação, esta opção comunica um foco estratégico no público interno e em parcerias que não operam prioritariamente no eixo anglófono, reforçando o alinhamento com uma estratégia de cooperação Sul-Sul, que busca contornar a barreira linguística, como um filtro de acesso aos circuitos hegemônicos.

Contudo, a curadoria do conteúdo, desvela um projeto positivo e estratégico de internacionalização, que converte limitações potenciais, em trunfos relacionais. A ênfase em programas como “Tchêga Más!” (que remete ao acolhimento local/ regional) e a existência de um “Centro Chinês” ilustram uma orientação consciente para eixos geopolíticos alternativos, onde a UFMT pode negociar de forma mais simétrica e em termos ‘gloais’.

O Programa de Acolhimento ‘Tchêga Más!’ tem como objetivo integrar o estudante internacional à comunidade acadêmica e local, proporcionando uma experiência cultural e acadêmica enriquecedora por meio de atividades de socialização e de um padrinho/madrinha voluntário(a) (UFMT-Portal SECRI, “Programa Tchêga Más!”).

Iniciativas como a divulgação de eventos de acolhimento, constroem uma narrativa que valoriza a dimensão intercultural e a solidariedade, propondo uma ideia de “ser

internacional” ligada à integração humana e comunitária, em contraste com a competitividade métrica.

A linguagem acessível e menos corporativa aproxima-se de um tom de serviço interno, reforçando a imagem de uma universidade com vocação comunitária e integradora. Por fim, a comunicação da UFMT espelha com fidelidade, as tensões de uma universidade pública localizada no Centro-Oeste brasileiro. Há uma aspiração legítima por uma presença internacional, visível nos esforços de mapeamento e oferta de programas, mas esta ambição é moldada pelas restrições materiais e pela busca de um espaço próprio, em um sistema global hierárquico.

Dessa forma, a narrativa que emerge não é a de uma universidade global competitiva, mas a de uma instituição que pratica uma internacionalização seletiva e contextualizada, onde a cooperação solidária, a fronteira e os eixos sul-americanos e sul-globais são centrais. Este projeto se materializa concretamente em práticas de desobediência epistêmica: a priorização do português e do espanhol como línguas de trabalho; a curadoria de parcerias com o Sul Global (como a China, via Centro Chinês, e países latino-americanos); e a adoção de ferramentas de comunicação acessíveis e de baixo custo (como planilhas online e manuais em *flipbook*) que, embora reflexo de assimetrias, constroem uma estética e uma lógica operacional distantes do padrão corporativo hegemônico.

O espelho das prioridades refletido no portal da SECRI mostra, portanto, um projeto de universidade onde a internacionalização funciona menos como um fim para a projeção em *rankings* e mais como um meio para fortalecer sua inserção acadêmico-institucional ‘glocal’, revelando um modelo distinto de engajamento com o mundo, legitimado por suas próprias premissas geopolíticas e comunitárias, e performado por escolhas materiais e discursivas concretas.

5.2.3.3 A Materialidade do Discurso e a Colonialidade do Saber: uma análise crítica dos Sistemas de Informação na internacionalização da USP e da UFMT

A Análise Crítica do Discurso (ACD), na esteira de Fairclough (2001), compreende a linguagem como uma prática social imbricada em relações de poder. Ao aplicar esse quadro teórico à materialidade dos sistemas de informação, é possível analisar os portais da USP e da UFMT como textos privilegiados da prática discursiva institucional, os quais regulam o acesso e a circulação do “discurso da internacionalização”.

A assimetria observada entre a plataforma integrada da USP e a infraestrutura fragmentada da UFMT não é meramente técnica; é, antes, um dado discursivo que materializa hierarquias de poder e recursos. A eficiência e a completude do portal da AUCANI constroem uma imagem de neutralidade técnica que naturaliza um projeto específico, enquanto a fragmentação da SECRI explicita seu lugar periférico na geopolítica do conhecimento, um ponto central da crítica decolonial (Mignolo, 2003).

Sob a ótica decolonial, a hierarquia global que estrutura as narrativas dominantes é explicada pelo conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2005). Desse modo, a orientação estratégica da UFMT para a inserção regional e parcerias sul-globais configura-se não como uma mera alternativa, mas como uma forma de resistência ativa às estruturas de um sistema que condiciona as cooperações de 'alto nível' a critérios de prestígio alinhados a padrões hegemônicos.

A internacionalização, tal como praticada pela USP, com sua ênfase em *rankings*, no inglês como língua franca e em parcerias com o Norte global, opera frequentemente sob a colonialidade do saber, reproduzindo um padrão de poder que classifica e hierarquiza instituições e epistemologias (Mignolo, 2003). O bilinguismo da plataforma *Mundus* e a curadoria de conteúdo da USP não são, portanto, atos neutros, mas a performatização dessa lógica.

Nesse contexto, os sistemas de informação revelam-se tecnologias de governança que podem tanto reforçar quanto, potencialmente, contestar a colonialidade. A plataforma da USP, com sua lógica de eficiência e mensurabilidade, é um instrumento para a reprodução de um modelo de internacionalização competitivo.

Por outro lado, a infraestrutura comunicacional da UFMT, ao não aderir integralmente a esse padrão, expõe as fissuras do sistema. Essa resistência não é apenas retórica; ela se efetiva nas materialidades já descritas. A ênfase em programas como o Centro de Língua Chinesa e em cooperações sul-globais, operacionalizadas por meio de ferramentas digitais alternativas e uma política linguística centrada no português e no espanhol, pode ser interpretada como um gesto de desobediência epistêmica (Mignolo, 2010), construindo uma identidade internacional pautada pela solidariedade e contextualização, o que desafia a noção única de excelência global.

O contraste entre os casos encontra eco nas discussões de estudiosos da Internacionalização do Ensino Superior. Autores como Knight (2004) e De Wit (2002) alertam para os riscos de uma internacionalização excessivamente comercial e orientada por *rankings*, advogando por abordagens mais éticas e qualitativas. Conceitos como

“Internacionalização em Casa” (IaH) e “Internacionalização do Currículo” (IoC), que enfatizam a integração de dimensões interculturais para todos os estudantes, oferecem uma lente pertinente (Beelen; Jones, 2015).

Enquanto a USP investe num modelo tradicional de mobilidade física e projeção, as iniciativas da UFMT, como o “Tchêga Más”, assemelham-se a uma estratégia de IaH, focada no acolhimento e na integração. Isso sugere que a efetividade de um modelo não deve ser julgada apenas pela sofisticação tecnológica, mas por sua capacidade de promover uma transformação curricular inclusiva e intercultural (Leask, 2015).

Em síntese, a análise conjunta pela lente da ACD e da Decolonialidade permite concluir que os sistemas de informação são artefatos políticos e culturais que materializam, na microesfera das interfaces digitais, as macroestruturas de poder do campo universitário global.

A distinção entre a USP e a UFMT transcende a esfera técnica, revelando-se profundamente ideológica e geopoliticamente situada. A narrativa de excelência global da USP e a de cooperação contextualizada da UFMT são, portanto, projetos políticos distintos de universidade, que respondem a diferentes posições na teia global do poder e do saber. Dessa forma, a comunicação institucional constitui o próprio terreno de disputa pelo significado de “ser internacional” no Ensino Superior brasileiro, revelando a persistência da colonialidade, mas também as sementes de resistência e de reexistência decolonial.

5.2.4 Acesso e Inclusão: a internacionalização e os estudantes com deficiência

Para além das disputas por modelos de excelência e justiça cognitiva, a análise da operacionalização da internacionalização não se completa, sem examinar um aspecto frequentemente negligenciado: a inclusão de estudantes com deficiência. A literatura especializada aponta que a participação efetiva desses estudantes em experiências de mobilidade internacional, esbarra em barreiras multifacetadas, exigindo uma revisão das políticas e práticas institucionais (Mendes; Lemos, 2021).

Conforme evidenciado por Teixeira *et al.* (2020), os obstáculos são específicos e variados: estudantes cegos ou com baixa visão, deparam-se com a falta de materiais em formatos acessíveis e a incompatibilidade de softwares leitores de tela; já estudantes surdos, enfrentam a barreira linguística agravada pela escassez crítica de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), com proficiência em Línguas de Sinais estrangeiras ou mesmo de intérpretes de Língua Portuguesa, para situações acadêmicas no exterior.

Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), a invisibilidade dessas barreiras nos editais, portais e planos de internacionalização, constitui um poderoso discurso não-verbal. Esta omissão textual não é neutra; é uma prática social que, ao silenciar a acessibilidade, contribui ativamente para a (re)produção de uma ordem do discurso excludente. Ele naturaliza a ideia de que o “estudante internacional padrão” é um indivíduo sem deficiência, legitimando tacitamente quem é considerado “capaz” de usufruir dos processos de internacionalização e, conseqüentemente, reforçando práticas sociais que excluem uma parcela da comunidade acadêmica.

Essa exclusão materializa o que Quijano (2005) identifica como lógicas de classificação e hierarquização social, que aqui se manifestam na definição de quem é considerado “capaz” de usufruir dos processos de internacionalização. A perspectiva decolonial, por sua vez, permite interpretar a inclusão como um imperativo de justiça cognitiva e cidadania global.

Como defendem Shang e Sörensen (2019), a inclusão de estudantes com deficiência não é um ato de caridade, mas uma condição essencial para uma educação global verdadeiramente diversa e para a formação de cidadãos, que atuarão em um mundo multicultural e acessível. A adoção do “desenho universal”, representa uma potencial ruptura discursiva que visa recontextualizar o conceito de “internacionalização” para incorporar a acessibilidade como um princípio fundante, e não um adendo. Essa concepção de programas de intercâmbio, tende a antecipar e eliminar barreiras desde o seu planejamento, como um gesto decolonial que desafia padrões hegemônicos de organização acadêmica que perpetuam a exclusão.

Nesse contexto, iniciativas de internacionalização “em casa” ganham relevância, especialmente para estudantes surdos. Tais iniciativas podem ser vistas como recontextualizações do discurso da internacionalização, deslocando o foco da mobilidade física para o engajamento intercultural.

Estratégias como a oferta de disciplinas em inglês com mediação de intérpretes de Libras-Português-Inglês e a promoção de eventos sobre culturas surdas estrangeiras, são essenciais para superar as barreiras da mobilidade física e fomentar uma internacionalização mais equitativa (Pereira; Martins, 2022).

Ao contrastar a USP e a UFMT, é possível inferir que a robustez orçamentária e a estrutura profissionalizada da AUCANI, em tese, confeririam à USP maior capacidade para implementar políticas de acessibilidade complexas e custosas. No entanto, a análise dos portais e editais de ambas as instituições, não revela menções explícitas ou estruturantes

relacionadas a essas políticas, o que sugere que a agenda da inclusão, quando presente, ainda é marginal e não integrada ao cerne dos projetos de internacionalização de ambas as universidades, mantendo-se subordinada à ordem do discurso dominante.

A análise evidencia que a superação desse ciclo de invisibilidade depende não apenas de políticas afirmativas, mas de uma ruptura na própria maneira como o discurso da internacionalização é produzido, exigindo que os textos institucionais passem de vetores de exclusão a instrumentos de transformação, para que se realize o potencial de uma internacionalização genuinamente inclusiva e plural.

5.3 LÍNGUAS, *RANKINGS* E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES

A Internacionalização do Ensino Superior não é um fenômeno neutro, mas um processo profundamente marcado por relações de poder, que se manifestam tanto nas escolhas linguísticas quanto nas métricas de avaliação global. Este tópico dedica-se a analisar, como a linguagem institucional da USP e da UFMT revela distintas adesões ou resistências a modelos hegemônicos, situando-as no contexto mais amplo da geopolítica do conhecimento.

A análise demonstra que o uso de idiomas adicionais e a relação com os *rankings* internacionais funcionam como indicadores privilegiados de projetos políticos e epistemológicos em disputa, nos quais se joga o futuro da universidade pública brasileira. No eixo das políticas linguísticas, a investigação evidencia um espectro que vai da estratégia de adesão pragmática à lógica anglófona, observada em uma das instituições, até a construção de uma polifonia orientada por cooperações alternativas, característica da outra.

Esta clivagem não é meramente operacional; ela reflete diferentes compreensões sobre o papel da universidade no cenário global: de um lado, a busca pela competitividade em circuitos internacionalizados; de outro, a valorização de uma inserção baseada em solidariedade e relevância regional.

Tais possibilidades, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas à capacidade de agência de cada instituição frente às assimetrias do sistema mundial de ciência. Paralelamente, o exame do posicionamento frente aos *rankings* universitários internacionais revela como esses instrumentos atuam como dispositivos de poder, que naturalizam certos parâmetros de excelência.

Enquanto uma das universidades incorpora explicitamente essa lógica como eixo estratégico, instrumentalizando sua visibilidade para atrair recursos e parcerias, a outra a marginaliza em seu discurso oficial, privilegiando formas de validação ancoradas em redes do Sul Global. Essa divergência ilustra o dilema, entre a eficácia imediata garantida pela conformidade aos critérios hegemônicos e os riscos de reforçar a colonialidade do saber.

Ao final, a discussão crítica sintetiza essas tensões à luz da Análise Crítica do Discurso e da perspectiva decolonial, interpretando-as como expressões da contínua negociação entre a colonialidade do poder e as buscas por emancipação epistemológica. O conjunto da análise aponta que a linguagem institucional não apenas descreve, mas também constrói realidades, podendo tanto reproduzir hierarquias consolidadas, quanto abrir espaços para projetos universitários alternativos. A tensão fundamental, portanto, reside em equilibrar a necessária inserção global com o compromisso com a justiça cognitiva, desafio que define os rumos da internacionalização no Sul Global.

5.3.1 O Papel dos Idiomas Adicionais e a Questão Norte-Sul

A análise das políticas linguísticas explícitas ou implícitas, nas Instituições de Ensino Superior, configura um eixo fundamental para a compreensão dos projetos de internacionalização por elas adotados. A escolha e a promoção de idiomas adicionais, transcendem a mera esfera operacional, revelando opções estratégicas profundas, sobre os eixos de inserção global, os parceiros privilegiados e os próprios critérios de valorização do conhecimento.

Nesse sentido, compreender a própria terminologia é crucial. Como definem Frye, Fonte e Moraes (2024, p. 14), a Língua Adicional (LA) é a “terminologia que diz respeito a qualquer língua aprendida/ adquirida depois da L1, formal ou informalmente, de caráter abrangente, pressupondo a adjunção daquelas ao repertório linguístico do indivíduo e prescindindo de especificação de contextos e propósitos”. Esta definição abrangente e não hierarquizante contrasta com a primazia quase exclusiva concedida ao inglês nos modelos hegemônicos de internacionalização, iluminando as escolhas políticas subjacentes às práticas linguísticas institucionais. O exame do papel do inglês e de outras línguas nos documentos e portais da USP e da UFMT permite, portanto, iluminar como as relações de poder e as hierarquias da geopolítica do conhecimento se materializam nas práticas discursivas e institucionais.

Os itens que se seguem, realizam uma análise comparativa detalhada dessas políticas linguísticas. O primeiro item, trata do caso da USP, evidenciando a primazia estratégica do inglês, como ferramenta de projeção global e competitividade acadêmica, perpassando também, suas iniciativas de multilinguismo.

Em contraponto, o segundo item, examina o caso da UFMT, onde se observa uma polifonia linguística, condicionada por assimetrias estruturais, orientada por uma lógica de cooperação Sul-Sul e ancoragem regional. A justaposição desses dois modelos evidencia a clivagem entre uma internacionalização rankeada e hegemônica e uma internacionalização contextualizada e solidária.

Por fim, o terceiro item, promove a discussão crítica, que sintetiza e interpreta os resultados à luz da Análise Crítica do Discurso (em Fairclough) e da perspectiva decolonial (em Quijano e Mignolo). Este momento analítico central, articula as evidências empíricas, para discutir como as hierarquias linguísticas naturalizam a colonialidade do saber, colocando em relevo o dilema enfrentado pelas universidades do Sul Global: a adesão pragmática aos padrões hegemônicos, que garante visibilidade, ou a construção de alternativas epistemológicas, que, embora potencialmente emancipatórias, enfrentam o risco da marginalização no cenário acadêmico internacional.

5.3.1.1 A Primazia do Inglês e as Iniciativas de Multilinguismo na USP

Na Universidade de São Paulo (USP), a política linguística implícita em seus documentos e portais institucionais reflete uma clara seleção do inglês como ferramenta central para a internacionalização, alinhada a um modelo de projeção global e competitividade acadêmica.

A predominância do inglês manifesta-se em múltiplas dimensões: desde a oferta de disciplinas em inglês - organizadamente disponibilizadas na plataforma *Mundus* para mobilidade de estudantes estrangeiros - até a exigência de proficiência comprovada por meio de exames como o TOEFL ITP para programas de intercâmbio (USP, 2023). Esse direcionamento não é casual; ele materializa o que Phillipson (1992, p. 47) denominou de “imperialismo linguístico”, no qual o inglês opera como língua franca científica, reproduzindo hierarquias cognitivas e geopolíticas.

A USP, ao adotar sistematicamente o inglês em suas comunicações institucionais, editais de seleção docente - como os exemplos anexos de Física, Saúde Pública, Veterinária, Arte Contemporânea e Educação - e em iniciativas como a USP *Academy* (USP, 2023), posiciona-se estrategicamente no mercado global do Ensino Superior, onde, como alerta Altbach (2007, p. 297), “a língua inglesa tornou-se um capital cultural indispensável”.

No entanto, é importante reconhecer que a USP também desenvolve iniciativas pontuais de multilinguismo, ainda que em escala menor comparada ao protagonismo do inglês. Projetos como os “Corners” de países diversos - incluindo ofertas de francês, espanhol e italiano por meio do Programa Idiomas sem Fronteiras (USP, 2023) - e eventos como as “Semanas Franco-USPianas” (USP, 2025), indicam um esforço para diversificar o repertório cultural e linguístico da comunidade acadêmica.

Essas ações, contudo, parecem operar em um paradigma essencialmente aditivo, no qual línguas são tratadas como sistemas estanques a serem acrescentados ao repertório individual, sem necessariamente desafiar a hierarquia que posiciona o inglês no topo. Para avançar na discussão, é produtivo contrastar essa oferta com o conceito de *translanguaging* ou translanguagem. Araújo dos Santos, Beltrão e Moraes (2025) defendem que a translanguagem transcende a alternância de códigos linguísticos, configurando-se como uma perspectiva que questiona as fronteiras entre línguas e modos semióticos, promovendo uma comunicação mais fluida e inclusiva, em oposição aos modelos monolíngues e estruturalistas.

Concebido como um repertório linguístico único e integrado que os falantes mobilizam de forma dinâmica e criativa, a translanguagem contrapõe-se à visão de línguas como códigos separados (García; Wei, 2014). Essa perspectiva, que também se reflete no conceito de práticas translingues de Canagarajah (2013), defende que a comunicação em contextos de superdiversidade ocorre pela negociação e pelo trânsito entre recursos linguísticos diversos, e não pela adesão a um padrão único.

No contexto brasileiro, tal perspectiva é discutida como uma ferramenta de insurgência contra normas monolíngues e a favor de uma ecologia linguística mais democrática (Monte Mór; Morgan, 2021). Nessa ótica, a comunicação intercultural bem-sucedida, em alusão a Mignolo (2010), não surge da submissão a uma língua franca, nem da simples justaposição de idiomas, mas de um ambiente que valoriza e integra ativamente todos os repertórios disponíveis, constituindo-se como um gesto decolonial.

As iniciativas apontadas podem ser interpretadas, portanto, como tentativas de mitigar a homogeneização imposta pela agenda neoliberal, que privilegia o uso massivo do inglês como única via de comunicação legítima no cenário acadêmico global. Contudo, permanecem

marginalizadas frente à hegemonia discursiva e material do inglês na estrutura central da internacionalização universitária.

Como argumenta Mignolo (2010, p. 294), a “hibridização linguística” pode constituir um gesto decolonial, na medida em que valoriza saberes e intercâmbios não centrados no eixo anglófono. Contudo, na USP, tais iniciativas parecem funcionar mais como complementos a uma estratégia principal anglófona, do que como um questionamento efetivo da hierarquia linguística global.

O significativo orçamento da USP, permite que ela atue com ampla liberdade, na promoção de infraestruturas sofisticadas de apoio linguístico. A universidade, não apenas oferece cursos de línguas adicionais (com ênfase em inglês) e português para estrangeiros por meio do Centro Intercultural (USP, 2023), mas também “patrocina” o preparo de seus discentes e docentes para exames de proficiência, podendo até mesmo arcar com alguns custos de testes em inglês, espanhol, francês, italiano, alemão, japonês e chinês (USP, 2023).

Essa capacidade financeira, sustenta um ciclo virtuoso: a instrumentalização da comunidade para a comunicação internacional, facilita a atração de pesquisadores estrangeiros - boa parte oriunda do Norte Global, recrutados via editais bilíngues - e fortalece a participação em redes, de seletos grupos de prestígio.

Essa prática evidencia, o que Bourdieu (1991, p. 57) chamaria de “mercado linguístico”, onde a USP acumula capital simbólico, ao dominar as regras de circulação global. A materialidade desse compromisso com o inglês é, ainda mais visível, na publicação de editais de concurso docente em língua inglesa, prática que ganhou força a partir de 2023.

Documentos como os da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; do Instituto de Física; do Museu de Arte Contemporânea; da Faculdade de Educação e outros (USP, 2025), não apenas buscam atrair candidatos estrangeiros, mas também sinalizam à comunidade acadêmica internacional, que a USP opera em um registro transnacional.

A publicação de editais em inglês é um ato discursivo que performa uma ação específica (significado acional): ela interpela e constitui um público-alvo global, ao mesmo tempo que sinaliza para a comunidade interna a adesão a um mercado acadêmico transnacional. O significado identificacional aqui é claro: o ‘bom professor’ é aquele que possui um capital acadêmico internacionalizado e é capaz de circular nesse circuito. Os critérios de seleção, portanto, não são neutros; eles agem no mundo para moldar o perfil do corpo docente, reproduzindo um significado representacional de que a qualidade docente é intrinsecamente ligada à trajetória e visibilidade internacionais.

Essa estratégia, somada à vasta oferta de disciplinas em inglês na plataforma *Mundus* - onde, em conjunto com outras ações da AUCANI, são organizadas desde disciplinas de Graduação e de Programas de Pós-graduação para mobilidades, a experiência de Cotutela e Dupla Diplomação -, consolida um ambiente acadêmico onde o inglês é norma.

Tal cenário, reforça a crítica de Santos (2018, p. 112) de que a internacionalização rankeada tende a privilegiar uma “epistemologia do Norte”, da qual a língua inglesa é veículo principal. Em síntese, a política linguística da USP é marcada pela tensão entre a adesão pragmática ao inglês, como ferramenta de inserção global, e gestos incipientes de multilinguismo.

Se, por um lado, a universidade reconhece a importância de diversificar linguisticamente suas cooperações - como nas parcerias com instituições francófonas ou nas redes sul-americanas -, por outro, a materialidade de seus investimentos e a estrutura de incentivos perpetuam a primazia do inglês.

Essa orientação, ainda que eficaz para a competitividade em *rankings*, tende em última instância, a aprofundar a colonialidade do saber, ao naturalizar a superioridade de um idioma e, por extensão, de um modelo específico de produção de conhecimento. O desafio que se coloca, portanto, é como equilibrar a eficácia comunicativa global, com um compromisso genuíno com a diversidade epistêmica e linguística.

5.3.1.2 A UFMT e a Polifonia Linguística na Periferia do Sistema Global: entre a recepção solidária e a barreira estrutural

No âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a política linguística implícita em seus documentos e portais institucionais não estabelece a primazia de um idioma único, como o inglês, mas reflete uma realidade multifacetada e condicionada por assimetrias estruturais.

Diferentemente da USP, não há uma estratégia centralizada de oferta de disciplinas em língua estrangeira; ocorrem, sim, iniciativas pontuais e descentralizadas, geralmente vinculadas a Programas de Pós-graduação (PPGs) que, por livre iniciativa, ministram disciplinas em inglês ou espanhol conforme a origem do professor visitante, ou promovem eventos bilíngues ou trilingues (UFMT, 2024).

A ausência de um sistema integrado de gestão da internacionalização - como a plataforma *Mundus* da USP - e a crônica escassez orçamentária dificultam a consolidação e a

visibilidade dessas ações, impactando diretamente a capacidade da instituição de preencher indicadores exigidos pelos *rankings* internacionais, para os quais, inclusive, não há verba destinada a consultorias especializadas (UFMT, 2024).

Essa fragilidade material constrói uma dinâmica majoritariamente reativa, na qual a UFMT recebe contatos de instituições da América Latina, África e, em certa escala, da Ásia (com destaque para a China), consolidando uma rede de cooperação que privilegia eixos Sul-globais (UFMT, 2024). O discurso do inglês como língua franca, portanto, não é central ou naturalizado; é antes uma ferramenta ocasional, cuja adoção sistemática esbarra em limitações financeiras, culturais e na própria missão institucional de ancoragem regional.

A gestão da internacionalização na UFMT, centralizada na Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) com uma estrutura enxuta, opera com um pragmatismo que, prioriza a cooperação viável dentro de suas restrições. Os editais de seleção docente são unificados para todas as áreas e publicados exclusivamente em português (UFMT, 2024), sinalizando um recrutamento voltado para o contexto nacional e uma valorização tácita da língua materna como base do trabalho acadêmico.

Essa vertente contrasta com a lógica de atração de capital internacionalizado e reflete o que Mignolo (2010, p. 294) identifica como uma potencial “opção decolonial”: a resistência à adoção acrítica de um idioma hegemônico como condição de validade científica. No entanto, essa resistência tem um custo. A pressão diplomática e acadêmica de potenciais parceiros, especialmente do Norte global, que frequentemente exigem a oferta de atividades em inglês, coloca a UFMT em desvantagem competitiva.

A instituição ‘perde’ oportunidades de cooperação e fomento por não dispor de uma infraestrutura linguística e administrativa que atenda a esses padrões, aprofundando seu lugar periférico no cenário internacional (Altbach; Knight, 2007). As iniciativas de multilinguismo na UFMT são, em grande medida, fruto de esforços criativos e de parcerias específicas, ao invés de uma política institucional abrangente.

Programas como o “Tchêga Más!” de compartilhamento e de apadrinhamento, focam no acolhimento e na integração intercultural, construindo uma narrativa de internacionalização baseada na solidariedade e na hospitalidade, inclusive a linguística (UFMT, 2024). Essas ações podem ser interpretadas à luz do conceito de “internacionalização em casa” (Beelen; Jones, 2015), privilegiando a dimensão intercultural para a comunidade acadêmica.

No entanto, a barreira orçamentária impede a consolidação de um programa linguístico robusto e a sistematização dessas informações, que ficam dispersas em planilhas

online (*Google Sheets*), manuais em *flipbook* e painéis de *Power BI* (UFMT, 2024l; 2024m), espelhando a fragmentação e a precariedade material que caracterizam a operacionalização da internacionalização na instituição.

A geopolítica do conhecimento impacta diretamente o perfil das cooperações e dos pesquisadores que se interessam pela UFMT. A instituição atrai, predominantemente, parceiros e acadêmicos do Sul global, ou pesquisadores do Norte global, cujo interesse é despertado pela alta relevância temática de suas pesquisas - majoritariamente nas áreas vinculadas à produção animal e agrícola, doenças tropicais e aos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, como também à biodiversidade (UFMT, 2024). Nesses casos, a língua de comunicação nem sempre é o inglês; o espanhol ganha relevância nas parcerias latino-americanas, e o português se fortalece como língua de recepção e, em alguns casos, de cooperação horizontal.

Contudo, o espaço para o português como língua de produção e circulação científica ativa, e não apenas de recepção, ainda é limitado pela hegemonia do inglês nos circuitos de prestígio acadêmico. Como argumenta Santos (2018, p. 112), a “ecologia de saberes” pressupõe a valoração de diferentes linguagens, mas o sistema global de ciência opera numa lógica de monocultura linguística que subalterniza instituições como a UFMT, que não têm condições materiais de aderir plenamente a ela.

A política linguística da UFMT é sintomática de sua posição na colonialidade do poder (Quijano, 2005). A instituição ensaia uma via alternativa de internacionalização, menos orientada por *rankings* e mais ancorada em cooperações sul-globais e na relevância regional. Essa via valoriza uma polifonia linguística de fato, ainda que não totalmente planejada, onde português, espanhol e, pontualmente, inglês e mandarim (este último via Centro de Cultura Chinesa) coexistem (UFMT, 2024).

No entanto, a atuação da universidade é confinada a uma postura reativa pela escassez de recursos, dificultando a construção de uma estratégia linguística decolonial consistente. Essa limitação é agravada pela própria ausência de um perfil internacionalizado no corpo docente — um problema que extrapola a mera hegemonia do inglês e toca em questões de formação e capital acadêmico global. Navegando nessa dupla constrição, a UFMT vê-se impedida de superar a barreira imposta pelo paradigma monolíngue, o que a leva a reproduzir, assim, sua condição periférica no sistema acadêmico internacional.

5.3.1.3 Discussão Crítica: hierarquias linguísticas e colonialidade do saber na internacionalização do Ensino Superior

Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001), as políticas linguísticas das instituições analisadas constituem práticas discursivas que materializam projetos políticos e epistemológicos distintos. A primazia do inglês na USP, naturalizada por meio de editais e plataformas integradas bilíngues, opera como um dispositivo de poder que reforça a adesão a um modelo hegemônico de internacionalização.

Esse alinhamento discursivo, ao valorizar a circulação em circuitos acadêmicos globais anglofônicos, reproduz o que Phillipson (1992) identifica como imperialismo linguístico. No entanto, para uma crítica mais profunda, é necessário avançar para a colonialidade da linguagem, que opera como um dos pilares mais sutis da matriz de poder moderno/ colonial.

Conforme Veronelli (2015), a imposição de línguas europeias constitui um ‘epistemicídio linguístico’, que “produz a negação da humanidade do outro através da desautorização de sua linguagem e, com ela, de seu pensamento e de sua cosmovisão” (Veronelli, 2015, p. 98).

A estratégia da USP não é, portanto, mero pragmatismo; é a operacionalização de um discurso que naturaliza esta hierarquia. Como argumenta Garcés (2007), trata-se de uma ‘*colonialidad lingüística y epistémica*’, uma ‘*imposición de matrices lingüísticas que excluyen y deslegitiman otras formas de construir y transmitir conocimiento*’ (Garcés, 2007, p. 225). Esta imposição é um ato de ‘*desposesión*’ (Espinosa Miñoso, 2019), que desqualifica formas outras de nomear o mundo e reforça a ‘linha abissal’ (Santos, 2007) que separa os conhecimentos considerados universalmente válidos.

Em contrapartida, a polifonia linguística observada na UFMT - ainda que fragmentada e condicionada por restrições materiais - pode ser interpretada como um gesto de ‘desobediência epistêmica’ (Mignolo, 2010) que inclui uma ‘desobediência linguística’. A resistência à adoção sistemática do inglês como norma, a valorização tácita do português como língua de trabalho acadêmico e a abertura a cooperações Sul-globais configuram uma tentativa de construir uma internacionalização ancorada em eixos geopolíticos alternativos.

No entanto, como alertam Altbach e Knight (2007), a não adesão aos padrões hegemônicos impõe um custo: a marginalização em circuitos de fomento e prestígio, o que confina a instituição a uma posição periférica. A tensão entre esses modelos explicita o dilema central enfrentado pelas universidades do Sul Global.

A estratégia da USP, ainda que eficaz para a competitividade em *rankings*, tende a reforçar a colonialidade do saber, ao privilegiar uma “epistemologia do Norte” (Santos, 2018, p. 112) da qual o inglês é veículo principal. Já a abordagem da UFMT, ao priorizar a relevância regional, ensaia uma alternativa decolonial, mas esbarra na falta de recursos para consolidar uma política linguística efetiva. Para que este gesto se consolide em um projeto de justiça cognitiva, é necessário que transcenda a reação às limitações materiais e se torne uma política deliberada de plurilinguismo, honrando o princípio de que “não há justiça cognitiva sem justiça linguística” (Santos, 2007, p. 75).

Se a primazia do inglês como língua franca científica constitui uma barreira para a pluralidade epistêmica, é crucial reconhecer que as políticas linguísticas da internacionalização são ainda mais excludentes quando se consideram os estudantes surdos. Para estes, a barreira não se restringe ao domínio do inglês, mas envolve um complexo sistema de tradução entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Língua Portuguesa e as línguas de sinais estrangeiras (Teixeira *et al.*, 2020).

A quase absoluta invisibilidade desta questão nos planos de internacionalização das IES brasileiras, incluindo USP e UFMT, evidencia o quanto a geopolítica do conhecimento hegemônica é também audiocêntrica, ignorando a existência e os direitos linguísticos das comunidades surdas.

O desafio que se coloca, à luz da justiça cognitiva (Santos, 2018), é como equilibrar a necessária comunicação global com o respeito à diversidade epistêmica e linguística, de modo a evitar que a internacionalização se torne mais um mecanismo de reprodução das desigualdades historicamente constituídas pela colonialidade do poder.

5.3.2 A Presença nos *Rankings* Internacionais: entre a adesão e a resistência

O exame da relação das instituições com os *rankings* universitários internacionais revela-se um eixo analítico crucial para deslindar os projetos políticos, que orientam suas estratégias de internacionalização. Longe de serem meros instrumentos de mensuração, esses indicadores atuam como artefatos discursivos que carregam consigo uma carga específica de valores, hierarquias e concepções de excelência, conformando um campo de forças no qual as universidades precisam se posicionar.

Esta seção dedica-se a investigar, de forma comparativa, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) negociam a pressão por

visibilidade global mediada por essas métricas, oscilando entre a adesão estratégica e a busca por alternativas de validação.

O primeiro caso em análise (USP), demonstra uma incorporação explícita da lógica dos *rankings* como motor central da internacionalização. A instituição em questão, não apenas monitora e celebra publicamente suas colocações, mas também orienta políticas internas - da oferta linguística aos critérios de seleção docente - para otimizar seu desempenho nestes indicadores.

Esta postura reflete uma opção pela competição no cenário global, na qual a linguagem da “excelência” e da “classe mundial” é mobilizada para afirmar uma posição de liderança regional. Contudo, esta trajetória não é isenta de tensões, pois a busca por estes parâmetros hegemônicos, pode implicar a subordinação a agendas de conhecimento e a dinâmicas de circulação científica que perpetuam assimetrias geopolíticas.

Em contrapartida, o segundo caso ilustra um caminho distinto, marcado por uma resistência prática à centralidade dos *rankings*. A documentação institucional analisada, silencia ou marginaliza tais métricas, privilegiando um discurso ancorado na cooperação solidária, na integração regional e no desenvolvimento local.

A validação internacional é buscada por meio de redes alternativas e de uma geopolítica do conhecimento que valoriza o Sul Global, propondo uma concepção de relevância, dissociada dos critérios de competitividade global. Esta opção, contudo, também enfrenta seus próprios dilemas, navegando entre a construção de uma identidade diferenciada e os riscos de marginalização em um sistema acadêmico, ainda profundamente estruturado por essas mesmas hierarquias.

Por fim, a análise crítica sintetiza e aprofunda esta contraposição, interpretando-a à luz de quadros teóricos, que revelam os *rankings* como dispositivos de poder. A divergência entre os dois modelos é entendida, não como uma mera diferença de estágio ou recursos, mas como expressão de projetos universitários antagônicos em relação à colonialidade do saber.

Enquanto uma estratégia pode ser lida como uma internalização de uma ordem discursiva hegemônica, a outra configura um gesto de resistência que ensaia a construção de parâmetros próprios. A tensão fundamental, portanto, reside na negociação constante entre a necessidade de inserção em um campo global assimétrico e a possibilidade de descolonizar as práticas de internacionalização, tensionamento que define os rumos da universidade pública no século XXI.

5.3.2.1 A USP e a Centralidade dos *Rankings* Internacionais: estratégias de adesão e visibilidade global

A Universidade de São Paulo (USP) consolida sua estratégia de internacionalização, por meio de uma adesão explícita e estratégica à lógica dos *rankings* universitários internacionais, como o *QS World University Rankings* e o *Times Higher Education* (THE). A centralidade desses indicadores, como métrica de sucesso e qualidade é incontornável na comunicação institucional, que frequentemente celebra e divulga as colocações da universidade. Esta posição de destaque é instrumentalizada, para projetar uma imagem de excelência e competitividade global, servindo como um ativo fundamental para atrair parcerias estratégicas, corpo discente internacional e investimentos.

A manutenção do topo dos *rankings* internacionais, com uma posição destacada na América Latina, é não apenas um reflexo de resultados, mas um objetivo institucional explícito, alinhando a USP aos parâmetros de avaliação hegemônicos, que definem a universidade “de classe mundial”.

Esta adoção posiciona a universidade no cenário global, mas também a insere num campo de tensões, onde a busca por estes indicadores pode sobrepor-se a projetos alternativos de internacionalização e produção de conhecimento. No contexto latino-americano, a USP ostenta consistentemente a liderança entre as instituições da região, embora sua posição relativa no panorama global evidencie assimetrias geopolíticas profundas.

Por exemplo, enquanto a USP se mantém entre as top 100-150 no *QS World University Rankings* e por vezes como a melhor da América Latina (*QS Rankings*, 2012-2025), sua distância para as universidades do “Norte Global” que dominam o topo da tabela (como MIT, Harvard, Oxford e Cambridge) permanece significativa, refletindo a histórica divisão internacional do conhecimento.

Esta disparidade é um indicador material da geopolítica do conhecimento, na qual instituições de regiões periféricas, mesmo as mais destacadas, enfrentam desafios estruturais para competir em igualdade de condições. A própria dependência de critérios, como a proporção de alunos e professores internacionais, a publicação em periódicos de alto impacto (majoritariamente em inglês) e a reputação acadêmica internacional, reforça um modelo específico de excelência.

Como argumentam Santos e Tavares (2017, p. 4), o processo de internacionalização hegemônico, frequentemente, implica o engajamento dessas instituições em redes transnacionais de pesquisa que, embora agreguem uma pluralidade de países, operam em um

fluxo predominantemente unidirecional, do Sul para o Norte global. Esse dinamismo, longe de promover a equidade, tende a reforçar as assimetrias pré-existentes na geopolítica do conhecimento.

A análise da comunicação oficial da USP, particularmente através do seu Escritório Internacional (*International Office*), revela a utilização estratégica da boa performance nos *rankings* como ferramenta de *marketing* institucional. A celebração pública destas posições, visa não apenas prestigiar a instituição perante a sociedade, mas também sinalizar para potenciais parceiros internacionais, a sua legitimidade e competitividade.

A adesão a este sistema é ainda corroborada por iniciativas internas que visam diretamente, melhorar os indicadores mensurados, como a oferta de cursos de proficiência em inglês (TOEFL ITP) e em idiomas de países relevantes sob a perspectiva global, assim como, a promoção de eventos com especialistas internacionais em “*English as a Medium of Instruction*” (EMI), práticas que visam aumentar a visibilidade e o impacto global da produção científica da universidade.

A existência de programas como a “USP Academy” e a busca por “Parcerias Estratégicas” com instituições igualmente bem classificadas em *rankings* internacionais, indicam uma internalização dos critérios de competitividade global. Contudo, esta adesão não é isenta de contradições.

Paralelamente, a USP desenvolve ações de política linguística, como o PDPoLínguas-USP (2025), que visam a “elaborar e implementar políticas institucionais integradas e permanentes, que possibilitem atender às necessidades linguístico-discursivas e culturais”, um movimento que tensiona o monolinguismo frequentemente associado à internacionalização hegemônica.

É possível interpretar que, a relação da USP com os *rankings* internacionais, caracteriza-se por uma adesão estratégica que comporta elementos tanto de conformidade quanto de resistência. Por um lado, a universidade mobiliza os códigos de validação global, para afirmar-se e garantir recursos num campo acadêmico profundamente desigual, com uma atitude que poderia ser caracterizada como uma forma de “subversão estratégica” dentro do sistema.

Por outro lado, a busca por estes indicadores pode acabar por reforçar a própria estrutura que produz as assimetrias, priorizando agendas de pesquisa e formas de comunicação científica alinhadas com os interesses do “Norte Global”. A tensão fundamental reside em, equilibrar a necessária inserção competitiva no cenário internacional, com a promoção de uma agenda crítica de internacionalização que valorize o plurilinguismo, as

epistemologias do Sul e a integração regional solidária, como preconizam teóricos da decolonialidade.

Neste sentido, a trajetória da USP, ilustra o dilema mais amplo enfrentado pelas instituições de elite do Sul Global: como navegar na geopolítica do conhecimento, sem ser totalmente cooptada por ela, usando os instrumentos hegemônicos para, potencialmente, criar espaços de resistência e alternativas.

5.3.2.2 A UFMT e uma Lógica Distinta de Inserção Internacional: internacionalização solidária e inserção regional

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) apresenta uma abordagem distinta em relação aos *rankings* internacionais, caracterizada por uma ênfase marginal, ou mesmo pela ausência desses indicadores, como objetivo explícito em sua documentação oficial analisada.

Diferentemente da USP, que instrumentaliza sua posição nos *rankings*, a comunicação da Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) da UFMT não celebra ou estabelece como meta a ascensão nesses *rankings* hegemônicos. Essa opção, parece refletir um reconhecimento tácito da inatingibilidade dessas métricas, dadas as assimetrias geopolíticas e um posicionamento estratégico consciente, que privilegia outras formas de validação e inserção internacional.

A internacionalização na UFMT é construída discursivamente, menos como um projeto de competitividade global e mais como uma ferramenta de cooperação horizontal e desenvolvimento regional, alinhando-se a uma perspectiva que questiona os parâmetros universais de excelência.

A análise dos documentos da SECRI revela que a UFMT se posiciona por meio de métricas alternativas e redes de cooperação do Sul Global, sinalizando uma resistência prática à lógica dos *rankings*. A instituição enfatiza sua participação, em redes como a União de Universidades da América Latina e do Caribe (UDUAL) e em programas acadêmicos internacionais, como o PAEC-OEA (Programa de Alianças para a Educação e Capacitação da Organização dos Estados Americanos).

Essas plataformas são apresentadas como centrais para a sua estratégia, valorizando a integração latino-americana e a cooperação Sul-sul. Como argumentam Mónica Salomón e Carmen Caamaño (2012, p. 112), para muitas universidades periféricas, a participação em redes regionais constitui uma forma de resistência à marginalização, criando espaços de

circulação de conhecimento e de reconhecimento que não passam necessariamente pela validação do Norte Global.

A UFMT exemplifica essa estratégia, construindo sua visibilidade internacional a partir de uma geopolítica do conhecimento distinta. Paralelamente a essa inserção regional, a UFMT desenvolve iniciativas que, embora possam contribuir para indicadores de internacionalização típicos (como o aumento de alunos estrangeiros), são justificadas por uma lógica de solidariedade e reciprocidade.

O programa de acolhimento e partilha “Tchêga Más!” é emblemático. Ele não é divulgado, como meio para melhorar a pontuação em *rankings*, mas como parte de uma missão institucional de extensão e cooperação internacional. Essa abordagem, ressoa com a crítica de Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 45) de que, a universidade deve engajar-se em uma “ecologia de saberes”, promovendo a justiça cognitiva global, ao reconhecer e valorizar conhecimentos marginalizados.

Neste sentido, a relação da UFMT com os parâmetros de internacionalização hegemônicos pode ser interpretada como uma forma de resistência pragmática. A instituição, não ignora completamente a importância da visibilidade global - a existência de um “Centro Chinês” e a participação em editais específicos, indicam um engajamento com atores globais - mas subordina essa observância a uma agenda própria, centrada em sua identidade regional e em suas capacidades institucionais.

Conforme aponta Altbach (2013), as universidades do mundo inteiro são pressionadas a seguir um modelo único de excelência, mas as respostas a essa pressão variam significativamente. A UFMT ilustra uma resposta que, sem confrontar diretamente o sistema, busca alternativas de validação, que estejam mais alinhadas com seu projeto educativo e com seu contexto geopolítico.

A tensão, portanto, manifesta-se na navegação entre as demandas externas por competitividade e uma vocação interna para uma internacionalização cooperativa e socialmente referenciada, evidenciando os dilemas de uma instituição que opera na periferia do sistema global de Ensino Superior.

5.3.2.3 *Rankings* Internacionais como Dispositivos de Poder: uma análise crítica das estratégias da USP e da UFMT

A análise contrastiva dos casos da USP e da UFMT, revela como os *rankings* internacionais operam como dispositivos discursivos de poder que, ao mesmo tempo em que

impõem uma gramática universal de valoração, são ressignificados de maneiras radicalmente distintas pelas instituições, a depender de sua posição no campo acadêmico global.

A adesão estratégica da USP, que celebra e busca ativamente uma posição de destaque nesses indicadores, pode ser lida, pela lente da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001), como a internalização e a reprodução de uma ordem discursiva hegemônica.

A linguagem utilizada em seus comunicados - repleta de termos como “excelência”, “competitividade global” e “classe mundial” - não é neutra; ela naturaliza um conjunto específico de critérios (anglocêntricos e orientados por métricas de produtividade científica) como sinônimos de qualidade universal. Esse discurso, por sua vez, orienta práticas institucionais concretas (como a promoção do EMI e a busca por parcerias com universidades do topo do *ranking*), reforçando um ciclo de legitimação e perpetuação do modelo hegemônico.

Este ciclo, no entanto, tem impactos concretos sobre os sujeitos que compõem a universidade: a pressão por publicação em periódicos de alto fator de impacto pode reconfigurar agendas de pesquisa de docentes, privilegiando temas de apelo global em detrimento de questões locais relevantes; da mesma forma, a priorização do Inglês como Meio de Instrução (EMI) pode criar barreiras de acesso e afetar a identidade linguística de estudantes e o repertório pedagógico de docentes.

A UFMT, por outro lado, ao silenciar ou marginalizar a relevância dos *rankings* em sua documentação oficial, enseja uma forma de resistência discursiva. Ao privilegiar um léxico baseado em “cooperação solidária”, “integração regional” e “reciprocidade”, a instituição constrói um contra-discurso que desafia a primazia dos parâmetros globais, propondo uma concepção alternativa de valor e prestígio no cenário internacional.

Esta opção estratégica também se reflete em efeitos institucionais e subjetivos distintos: ao valorizar a “cooperação solidária” e a “integração regional”, a UFMT potencialmente fomenta programas acadêmicos e linhas de pesquisa mais sintonizadas com o contexto sul-americano, o que pode impactar positivamente a formação de estudantes e a atuação de docentes em e com suas comunidades. Nesse sentido, a resistência aos *rankings* pode abrir espaço para a valorização de um perfil de profissional e intelectual mais engajado com as especificidades do seu entorno.

Essa divergência discursiva e prática entre as duas instituições é profundamente informada pela geopolítica do conhecimento e pela colonialidade do poder (Quijano, 2005). A estratégia da USP ilustra o dilema das elites do Sul Global: para sobreviver e obter recursos

em um sistema profundamente assimétrico, é necessário jogar pelas regras do jogo estabelecidas pelo Norte Global.

No entanto, como alerta Mignolo (2003, p. 99), essa adesão, ainda que estratégica, corre o risco de reforçar a “matriz colonial de poder”, na qual as instituições periféricas são valorizadas na medida em que se assemelham aos ideais metropolitanos. A busca pela “visibilidade global” pode, paradoxalmente, invisibilizar saberes, línguas e formas de produção de conhecimento locais e regionais.

A abordagem da UFMT, centrada em redes como a UDUAL e o PAEC-OEA, pode ser interpretada como uma tentativa de fomentar uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento distintas (Mignolo, 2003), que privilegiam a horizontalidade e a solidariedade entre pares do Sul Global. Este posicionamento, reflete um esforço para desvincular o processo de internacionalização da lógica da colonialidade, buscando criar circuitos de reconhecimento que não passem necessariamente pela mediação e validação das agências do Norte.

A tensão entre adesão e resistência aos *rankings* não deve ser vista como uma oposição binária, mas como um contínuo de negociação, no qual as IES navegam suas contradições. A própria USP demonstra fissuras nessa adesão, com iniciativas como o PDPoLínguas, que tensionam o monolinguismo imposto pelo modelo hegemônico.

Da mesma forma, a UFMT, ao manter um “Centro Chinês”, mostra-se pragmaticamente consciente da necessidade de se engajar com atores globais influentes. Ambos os casos evidenciam que a internacionalização no Sul Global é um campo de lutas pela definição do que conta como conhecimento válido.

A análise demonstra que a adesão estratégica da USP e a resistência prática da UFMT aos *rankings* transcendem opções administrativas, configurando-se como projetos ideológicos antagônicos no campo do Ensino Superior. Esses projetos, por sua vez, produzem efeitos materiais e subjetivos profundos, moldando as trajetórias de programas acadêmicos, a identidade profissional de docentes e as experiências de formação discente. A escolha de uma IES, por aderir ou resistir a eles é, em última instância, uma escolha política sobre que projeto de universidade e de sociedade se deseja construir: uma que busca se incluir nos termos de um sistema desigual, ou uma que se empenha em descolonizar as relações internacionais do conhecimento, construindo alternativas, a partir de suas próprias epistemes e contextos.

A análise demonstra que a adesão estratégica da USP e a resistência prática da UFMT aos *rankings* transcendem opções administrativas, configurando-se como projetos ideológicos

antagônicos no campo do Ensino Superior. Conforme Fairclough (2001, p. 126), a ideologia funciona pela “naturalização de representações” que servem a relações de poder estabelecidas.

O discurso da USP, ao naturalizar os critérios dos rankings, opera assim como um mecanismo ideológico que legitima a hegemonia do Norte Global. Esses projetos, por sua vez, produzem efeitos materiais e subjetivos profundos, moldando as trajetórias de programas acadêmicos, a identidade profissional de docentes e as experiências de formação discente. A escolha de uma IES, por aderir ou resistir a eles é, em última instância, uma escolha política sobre que projeto de universidade e de sociedade se deseja construir: uma que busca se incluir nos termos de um sistema desigual, ou uma que se empenha em descolonizar as relações internacionais do conhecimento, construindo alternativas, a partir de suas próprias epistemes e contextos.

Em oposição, o silêncio da UFMT e sua ênfase em redes como a UDUAL e o PAEC-OEA constituem uma prática discursiva contra-hegemônica. Esta prática busca desnaturalizar a autoridade dos *rankings*, criando um contra-discurso que valoriza a cooperação horizontal, a reciprocidade e a validação por pares do Sul Global. Se a hegemonia, nos termos de Fairclough (2001), é a dominação pelo consentimento fabricado através do discurso, a estratégia da UFMT é um esforço para retirar seu consentimento dessa ordem, propondo uma reconfiguração das próprias relações de poder que estruturam o cenário internacional.

A conclusão crítica que se pondera é que os *rankings*, mais do que meros medidores de performance, são artefatos da colonialidade que exercem poder material e simbólico sobre as trajetórias institucionais. A escolha de uma IES, por aderir ou resistir a eles é, em última instância, uma escolha política sobre que projeto de universidade e de sociedade, se deseja construir: uma que busca se incluir nos termos de um sistema desigual, ou uma que se empenha em descolonizar as relações internacionais do conhecimento, construindo alternativas, a partir de suas próprias epistemes e contextos.

6. À GUIA DE CONCLUSÃO: A LINGUAGEM COMO CAMPO DE BATALHA E A BUSCA PELA JUSTIÇA COGNITIVA

Esta tese teve como objetivo central, analisar comparativamente de que maneira a linguagem institucional da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) constrói, naturaliza ou contesta projetos distintos de Internacionalização do Ensino Superior. A pergunta orientadora buscou explicitar como os

discursos oficiais - materializados em planos, orçamentos, editais e portais - revelam não apenas estratégias operacionais, mas também visões de mundo e hierarquias de poder profundamente enraizadas no campo acadêmico.

A análise desenvolvida demonstrou que a internacionalização é um fenômeno discursivamente construído, cuja materialidade se expressa por meio de escolhas orçamentárias, estruturas de governança, critérios de seleção docente e sistemas de comunicação. Ao longo desta investigação, foi-se tornando cada vez mais claro para mim, enquanto pesquisadora situada no contexto das universidades públicas brasileiras, que desvelar essas construções discursivas não é um exercício puramente técnico, mas um ato de interpretação carregado de um compromisso ético e político com a educação pública.

Este lugar de fala, forjado na experiência de observar duas realidades tão distintas, constitui a lente pela qual a análise crítica que se segue foi conduzida. Para além desses eixos principais, a investigação também revelou, de forma transversal, como a frequente negligência da inclusão de estudantes com deficiência nos planos, editais e portais constitui um poderoso discurso não-verbal de exclusão, desafiando ambos os projetos universitários a cumprirem seus compromissos declarados com a justiça social e cognitiva.

Na USP, identificou-se um modelo orientado pela competitividade global, no qual a linguagem da “excelência” e dos *rankings*, sustenta uma estratégia de inserção em redes hegemônicas de conhecimento. Já na UFMT, prevalece um projeto ancorado na cooperação Sul-Sul e na relevância regional, articulado em torno de valores como justiça social e desenvolvimento sustentável.

A disparidade orçamentária entre as instituições revelou-se fundamental para compreender suas capacidades de agência. Enquanto a USP conta com previsão financeira robusta e estrutura especializada (AUCANI), a UFMT opera com recursos escassos e dependentes, o que condiciona sua atuação a uma lógica reativa e fragmentada. Essa assimetria não é meramente quantitativa; é a expressão concreta da colonialidade do poder no sistema universitário brasileiro.

No que diz respeito à governança, a profissionalização da AUCANI permite à USP uma atuação proativa e alinhada às métricas internacionais. Em contrapartida, a estrutura enxuta e centralizada da SECRI/ UFMT reflete uma internacionalização ainda aspirativa, com limitada capilaridade institucional. Essa diferença na arquitetura administrativa, evidencia como a materialidade da gestão pode influenciar nos rumos e na efetividade das políticas de internacionalização.

Os editais de concurso docente constituíram outro terreno privilegiado de análise. Na USP, a valorização explícita de currículos internacionalizados - com publicação em periódicos de alto impacto e experiência no exterior - reforça um ideal de “excelência” alinhado aos padrões hegemônicos. Na UFMT, a ausência de critérios internacionalizantes e a ênfase em políticas de ação afirmativa, constroem um perfil docente voltado para a justiça social e a identidade regional.

A comunicação institucional mostrou-se espelho das prioridades estratégicas. O portal da AUCANI, com sua plataforma integrada (*Mundus*) e conteúdo bilíngue, projeta uma imagem de universidade global e competitiva. Já o site da SECRI/ UFMT, com informações fragmentadas e linguagem majoritariamente em português, constrói uma narrativa de internacionalização contextualizada e solidária, ainda que enfrentando limitações de visibilidade e recursos.

O aporte teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), articulado com o pensamento decolonial e a justiça cognitiva, mostrou-se indispensável para desvelar as relações de poder subjacentes a essas práticas discursivas. A ACD permitiu desnaturalizar termos como “excelência” e “competitividade”, revelando como eles ocultam assimetrias e reproduzem ordens sociais. Já a lente decolonial, iluminou as hierarquias epistemológicas e linguísticas, que privilegiam saberes e idiomas do Norte Global, marginalizando alternativas baseadas no Sul.

Confesso que este percurso analítico também operou uma desnaturalização em minha própria forma de olhar para o campo acadêmico. A articulação entre a ACD e o pensamento decolonial mostrou-se, assim, mais do que um arcabouço metodológico; foi uma ferramenta de desaprendizagem e reaprendizagem. Ela me desafiou a constantemente interrogar meus próprios pressupostos sobre o que constitui uma universidade “de qualidade” e a perceber como, muitas vezes, estamos todos imersos em uma gramática colonial que precisa ser continuamente contestada.

A tensão entre os modelos da USP e da UFMT reflete o dilema mais amplo enfrentado pelas Universidades do Sul Global: como conciliar a inserção internacional com a defesa de projetos epistemologicamente pluralistas e socialmente referenciados. Enquanto a USP opta por uma estratégia de forte adesão aos padrões hegemônicos, a UFMT ensaia uma via alternativa, centrada na cooperação horizontal e na valorização de saberes locais.

A análise empírica desenvolvida evidencia que o modelo de internacionalização rankeada e competitiva adotado pela USP, embora eficaz para sua projeção em indicadores globais, distancia-se significativamente dos ideais de uma internacionalização mais justa.

A primazia do inglês, a adesão estratégica aos *rankings* e a valorização de um capital acadêmico alinhado aos padrões hegemônicos do Norte Global constituem, sob a lente decolonial, a reprodução da colonialidade do saber. Esta orientação, ainda que confira visibilidade e recursos, tende a marginalizar epistemologias locais e a aprofundar assimetrias cognitivas, contradizendo o princípio fundamental da justiça cognitiva.

Em contrapartida, o projeto de internacionalização ensaiado pela UFMT apresenta afinidades com a proposta normativa de uma cooperação academicamente mais solidária. Sua ênfase na cooperação Sul-Sul, na integração regional e na construção de uma identidade baseada nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal configura um gesto decolonial embrionário. Ao privilegiar uma polifonia linguística e agendas de pesquisa contextualizadas, a UFMT busca deslocar o eixo da internacionalização, propondo uma relevância baseada na reciprocidade e no desenvolvimento endógeno.

No entanto, a experiência da UFMT também explicita os limites estruturais para a consolidação de alternativas viáveis no cenário atual. A crônica escassez de recursos, a dependência de fontes voláteis de financiamento e a frágil estrutura de governança da SECRI confinam sua internacionalização a uma prática aspirativa e reativa. Esta precariedade material ilustra a armadilha da colonialidade do poder: a falta de uma política de Estado estável e redistributiva, impede que iniciativas promissoras de justiça cognitiva transcendam a marginalidade e se tornem paradigmas institucionais consolidados.

Reconhecer esta armadilha a partir da análise documental foi um dos limites e, ao mesmo tempo, uma das aprendizagens mais potentes deste estudo. A pesquisa, por se ater aos discursos oficiais, capta a intenção estratégica e a materialidade planejada, mas não pode, por si só, narrar a totalidade das resistências e adaptações que ocorrem no cotidiano acadêmico. Esta constatação não enfraquece os achados, mas antes os contextualiza e aponta para a necessidade urgente de futuras pesquisas que capturem as vozes dos agentes que vivem essas políticas no dia a dia.

O caso da USP, por sua vez, demonstra os paradoxos inerentes a uma estratégia aderente aos mecanismos hegemônicos. A universidade utiliza o capital simbólico e financeiro, obtido parcialmente também em virtude de sua posição em *rankings*, para fomentar pontualmente iniciativas de cooperação Sul-Sul e inclusão linguística. Contudo, tais ações permanecem fragmentadas e subordinadas à lógica competitiva global, sem capacidade de reorientar substantivamente o projeto institucional. A excelência rankeada, portanto, mostra-se um modelo com limitada permeabilidade a uma verdadeira virada decolonial.

A disparidade de agência entre as duas instituições é a expressão mais concreta da injustiça cognitiva materializada no sistema. Enquanto a USP tem capacidade de escolha dentro de um campo hierárquico, a UFMT vê sua agência restringida pela falta de opções viáveis. Essa assimetria revela que a superação do modelo atual depende, não apenas de vontade institucional, mas de uma profunda reforma nas políticas nacionais de fomento, que corrijam distorções regionais e epistemológicas.

Ambos os casos destacam a premência de se redefinir os critérios de avaliação do sucesso acadêmico. A ditadura dos *rankings*, internalizada pela USP, e a busca por validação em redes alternativas, ensaiada pela UFMT, representam polos opostos de um mesmo dilema: a falta de métricas legitimadas que valorizem o impacto social, a reciprocidade e a contribuição para o desenvolvimento contextualizado. Sem essa redefinição, qualquer tentativa de internacionalização alternativa permanecerá invisibilizada.

A análise transversal da inclusão de estudantes com deficiência, corrobora e aprofunda a crítica à colonialidade do saber inerente a ambos os modelos. A invisibilidade dessa pauta nos discursos oficiais de internacionalização da USP e da UFMT - seja no modelo competitivo e globalista, seja no projeto contextualizado e solidário - evidencia uma limitação comum e estrutural.

A omissão em enfrentar barreiras específicas, como a falta de intérpretes de Libras proficientes em línguas estrangeiras, ou a incompatibilidade de softwares de acessibilidade, naturaliza um 'estudante internacional padrão' sem deficiência, reproduzindo um modelo excludente, de mobilidade e cooperação acadêmica. Esta exclusão, analisada à luz da Análise Crítica do Discurso e da perspectiva decolonial, materializa a 'colonialidade do ser e do saber', hierarquizando quem é considerado 'capaz' de usufruir plenamente da internacionalização.

Dessa forma, a construção de uma internacionalização verdadeiramente justa e plural exige que a dimensão da acessibilidade, seja incorporada como um eixo central e não como uma agenda marginal, desafiando as instituições a traduzirem seus discursos de equidade, em práticas de inclusão materialmente sustentadas.

A tensão observada entre os modelos da USP e da UFMT reflete, em microescala, a disputa geopolítica mais ampla, pelo sentido da internacionalização universitária. A primeira IES opera a partir de uma “razão incorporada” ao sistema-mundo, buscando maximizar seus ganhos dentro das regras existentes. A segunda IES ensaia uma “opção decolonial”, ao tentar construir relevância a partir de suas especificidades. Ambas as estratégias, porém, estão condicionadas por uma ordem global que pune severamente o descolamento completo de seus parâmetros hegemônicos.

Dessa forma, a análise conjunta demonstra que a virada decolonial na prática, esbarra em um duplo desafio: de um lado, a dificuldade de instituições já consolidadas em circuitos de excelência global, como a USP, em romper com a lógica que lhes confere prestígio e recursos; de outro, a impossibilidade prática de universidades com menos capital, como a UFMT, de construírem alternativas robustas sem um apoio estrutural e sistêmico.

A justiça cognitiva, portanto, exige não apenas mudanças discursivas, mas transformações materiais profundas na arquitetura do sistema de Ensino Superior brasileiro e global. Fica evidente que, a construção de uma internacionalização verdadeiramente justa no Brasil exigirá a articulação de um projeto político deliberado, que una a crítica decolonial a instrumentos concretos de redistribuição de poder e recursos. Tal projeto deve fomentar, simultaneamente, a autorreflexão crítica nas universidades de elite, sobre seu papel na reprodução das assimetrias e o fortalecimento material das instituições periféricas, para que estas possam transformar suas experiências embrionárias em alternativas viáveis e legitimadas.

A análise empreendida não permite ignorar que, subjacente aos modelos contrastantes, persistem dilemas estruturais profundos. Um dos mais prementes reside na tensão irreduzível entre a busca por visibilidade global - frequentemente traduzida pela adesão à lógica dos *rankings* - e a urgência de uma internacionalização contextualizada e socialmente referenciada.

O caso da USP ilustra os ganhos materiais e simbólicos de se operar dentro dos parâmetros hegemônicos, mas também expõe o risco de uma subordinação acrítica a agendas de conhecimento, que podem alienar a instituição de suas responsabilidades locais. Em oposição, a UFMT, ao eleger a relevância regional e a cooperação Sul-Sul, enfrenta o ônus da invisibilidade, nos circuitos tradicionais de prestígio.

Nesse cenário, o papel do Estado e das agências de fomento revela-se ambíguo. Programas como o CAPES-Print, em vez de atuar como vetor de equalização, pode inadvertidamente, reforçar as assimetrias preexistentes. Ao estabelecer critérios de seleção alinhados a indicadores de produtividade e inserção global típicos das instituições já consolidadas, tais políticas criam um ciclo de vantagem acumulada para as universidades do eixo Sul-Sudeste, aprofundando o abismo que as separa de instituições com vocações alternativas.

Logo, a própria arquitetura de fomento à internacionalização, cristaliza internamente a lógica centro-periferia que caracteriza o sistema acadêmico mundial. Acrescenta-se a isso, o

desafio monumental de conciliar escala, equidade e sustentabilidade financeira, em um contexto de crônicas restrições orçamentárias.

A robustez financeira da USP, demonstra como a estabilidade de recursos é condição *sine qua non* para uma atuação internacional proativa e multidimensional. No extremo oposto, a precariedade orçamentária da UFMT confina suas aspirações a um patamar de fragilidade operacional, onde iniciativas promissoras esbarram na impossibilidade de se tornarem políticas institucionais permanentes. Esta disparidade material, constitui a expressão mais concreta da colonialidade do poder no sistema universitário brasileiro.

O conflito entre eficiência sistêmica e justiça redistributiva, coloca um impasse para a formulação de políticas públicas. Por um lado, é inegável a eficácia de modelos que concentram recursos, em instituições com massa crítica para competir globalmente. Por outro, a perpetuação desse modelo aprofunda desigualdades regionais e epistemológicas, contradizendo o ideal de um sistema de Ensino Superior verdadeiramente democrático e plural.

Superar este impasse exigirá a concepção de mecanismos de fomento sensíveis às diferentes missões institucionais, que premiem não apenas a excelência métrica, mas também o impacto regional, a inovação em cooperação horizontal e a promoção da diversidade epistêmica.

A busca por uma internacionalização mais justa esbarra, portanto, em uma encruzilhada: como engajar-se criticamente com o cenário global sem reproduzir suas lógicas excludentes, e como fomentar alternativas viáveis sem condená-las à marginalidade financeira e simbólica? A experiência da UFMT sugere que caminhos alternativos são possíveis, mas sua sustentabilidade depende de um apoio estrutural que hoje está ausente. Já a trajetória da USP indica que, mesmo instituições com significativa agência encontram limites intrínsecos para promover uma virada decolonial substantiva, dentro do paradigma competitivo hegemônico. Neste sentido, a superação das contradições aqui analisadas demanda mais do que ajustes pontuais; exige uma reorientação profunda da política nacional de educação superior.

É premente a construção de uma política de Estado - e não de governo - para a internacionalização, que estabilize fontes de financiamento e estabeleça diretrizes de longo prazo. Essa política deve ser intencionalmente desenhada para corrigir assimetrias, privilegiando critérios de equidade e justiça cognitiva em seus editais, e fomentando ativamente a cooperação Sul-Sul como eixo estratégico. O desafio final, portanto, é transformar o reconhecimento teórico das tensões em ação política consequente.

A linguagem da justiça cognitiva e da internacionalização solidária precisa ser convertida em instrumentos concretos de governança, avaliação e financiamento. Isto implica criar sistemas de valoração acadêmica, que legitimem formas de relevância para além dos *rankings*, e investir massivamente no fortalecimento institucional das universidades localizadas em regiões menos desenvolvidas.

As dicotomias e contradições irresolutas, que permeiam a Internacionalização do Ensino Superior no Brasil não são falhas acidentais, mas sintomas de uma estrutura global e nacional profundamente assimétrica. A análise dos casos da USP e da UFMT deixa claro que, a construção de um modelo verdadeiramente justo e decolonial não será fruto de uma evolução espontânea, mas de um projeto político deliberado, capaz de articular a crítica epistemológica, com a redistribuição material de recursos e oportunidades. Assim, será possível transcender a retórica da equidade e edificar, na prática, um ecossistema de conhecimento plural e democraticamente orientado.

Esta investigação oferece contribuições significativas em múltiplas dimensões. Do ponto de vista teórico, a articulação entre a Análise Crítica do Discurso e a perspectiva decolonial mostrou-se relevante para desnaturalizar as narrativas hegemônicas da internacionalização, revelando como os discursos institucionais não apenas descrevem, mas constroem realidades e hierarquias de poder. Metodologicamente, a análise sistemática de documentos oficiais - planos, orçamentos, editais e portais - demonstrou ser um caminho fértil, para capturar a materialidade discursiva das políticas universitárias, oferecendo um modelo replicável para estudos comparativos.

No âmbito político, as evidências reunidas fornecem subsídios concretos, para a reformulação de editais de fomento e políticas públicas, apontando a necessidade de critérios que valorizem a equidade epistêmica e a justiça cognitiva. Reconhece-se, contudo, que o estudo apresenta limitações inerentes ao seu desenho. O recorte em duas universidades, ainda que emblemáticas, impede generalizações amplas sobre o sistema brasileiro.

Da mesma forma, a análise restrita a documentos e portais institucionais, embora rica em revelar as intenções estratégicas, não capta as percepções e experiências dos agentes diretamente envolvidos - docentes, discentes e técnicos -, cujas vozes poderiam enriquecer e complexificar a compreensão dos processos de internacionalização no cotidiano acadêmico.

Para superar essas limitações e avançar no campo de estudos, sugere-se a ampliação da análise para outras instituições brasileiras, especialmente as localizadas nas regiões Norte e Nordeste, permitindo um mapeamento mais representativo das assimetrias regionais. Pesquisas futuras poderiam incorporar métodos qualitativos, como entrevistas e grupos focais,

para capturar as experiências vividas pelos sujeitos, investigando como as políticas discursivas se traduzem - ou são contestadas - na prática. Ademais, torna-se urgente estudar as novas modalidades de internacionalização virtual e de Aprendizagem Colaborativa Internacional Online (COIL), analisando criticamente seu potencial inclusivo e os riscos de exacerbarem as desigualdades digitais já existentes.

As recomendações finais retomam e detalham as diretrizes esboçadas nos itens 4.1 e 4.2 desta tese. Para as agências de fomento, propõe-se a criação de editais específicos, com critérios diferenciados que, priorizem instituições com menor tradição internacional, valorizando o impacto regional, a cooperação Sul-Sul e a integração de saberes locais. É fundamental que, programas como o CAPES-Print sejam redesenhados para evitar a concentração de recursos e funcionar como vetores de democratização, e não de aprofundamento das disparidades.

No Plano Institucional, as universidades - especialmente as já consolidadas - sejam convidadas a reorientar suas estratégias. Isso implica adotar sistemas internos de avaliação, que prezem a reciprocidade nas parcerias, o impacto social das colaborações e a contribuição para o desenvolvimento endógeno, em detrimento da lógica dos *rankings*.

A descolonização curricular e a formação docente para a interculturalidade, devem sair do campo da retórica e se tornar ações estruturantes. De modo igualmente crucial, é imperativo que as políticas de internacionalização integrem, desde sua concepção, o desenho universal e a acessibilidade, garantindo que estudantes com deficiência, tenham acesso pleno e equitativo às experiências de mobilidade física e virtual, superando assim um dos mais graves silêncios discursivos e práticos identificados na pesquisa.

Neste contexto, as IES de excelência são desafiadas a redefinir seu papel. Mais do que buscar protagonismo em classificações internacionais, sua missão deveria incluir o compromisso ativo com o fortalecimento das suas irmãs institucionais menos favorecidas. Isso pode se materializar por meio de consórcios cooperativos, programas de mentoria, compartilhamento de infraestrutura e cocriação de projetos de pesquisa e ensino que contemplem agendas complementares.

A verdadeira excelência acadêmica, em uma perspectiva democrática e decolonial, não se mede pela distância que uma instituição consegue colocar entre si e as demais, mas pela sua capacidade de articular redes de conhecimento solidárias, que elevem o sistema como um todo. A internacionalização plural que se almeja, é aquela que transforma a conexão global em um instrumento de redução de assimetrias, e não de sua ampliação.

A análise transversal da inclusão de estudantes com deficiência corrobora e aprofunda a crítica à colonialidade do saber inerente a ambos os modelos. Impactou-me particularmente, constatar essa omissão transversal. A descoberta desse “poderoso discurso não-verbal de exclusão”, como o defini anteriormente, emergiu dos dados, mas ecoa com força a partir da minha atuação prática na internacionalização. Foi uma dessas conexões entre a pesquisa e a realidade concreta que mais marcaram este percurso, revelando como a justiça cognitiva permanece um ideal distante se não for inseparável da justiça social e da acessibilidade material. A invisibilidade dessa pauta nos discursos oficiais de internacionalização da USP e da UFMT - seja no modelo competitivo e globalista, seja no projeto contextualizado e solidário - evidencia uma limitação comum e estrutural.

A omissão em enfrentar barreiras específicas, como a falta de intérpretes de Libras proficientes em línguas estrangeiras, ou a incompatibilidade de softwares de acessibilidade, naturaliza um ‘estudante internacional padrão’ sem deficiência, reproduzindo um modelo excludente, de mobilidade e cooperação acadêmica. Esta exclusão, analisada à luz da Análise Crítica do Discurso e da perspectiva decolonial, materializa a ‘colonialidade do ser e do saber’, hierarquizando quem é considerado ‘capaz’ de usufruir plenamente da internacionalização.

Diante disso, a construção de uma internacionalização verdadeiramente justa e plural exige que a dimensão da acessibilidade, seja incorporada como um eixo central e não como uma agenda marginal, desafiando as instituições a traduzirem seus discursos de equidade, em práticas de inclusão materialmente sustentadas. Ao desvelar as assimetrias e os silenciamentos presentes nesses discursos, esta pesquisa não somente alcança seus objetivos imediatos, como também abre caminho e estabelece um ponto de partida fundamental para futuras investigações que possam se debruçar sobre a implementação concreta, a recepção por docentes e discentes, e os efeitos materiais dessas políticas no chão da universidade.

Como consideração final, e partindo da experiência concreta na Secretaria de Relações Internacionais da UFMT, esta tese reafirma que a linguagem é um campo de disputa fundamental, onde se decide o futuro da universidade pública. Chego ao final deste trabalho com o sentimento de que pesquisar a internacionalização sob esta égide crítica foi um processo profundamente transformador. Se, por um lado, a análise confirmou a força estruturante das assimetrias, por outro, ela também me fortaleceu na percepção de que a mudança é possível e necessária. Esta tese é, portanto, não apenas uma análise sobre a linguagem como campo de batalha, mas também o registro de minha própria travessia por

esse campo, saindo dela com um mapa mais claro de suas fissuras e, sobretudo, com um compromisso renovado em contribuir para a construção de alternativas.

A construção de uma internacionalização verdadeiramente justa exigirá, não apenas novos discursos, mas novas práticas materiais que os sustentem. Nesse contexto, mesmo diante das limitações orçamentárias impostas pela colonialidade do poder, é possível vislumbrar gestos de micro-resistência e aprimoramento contínuo no âmbito da UFMT. Nossa experiência em trabalho com a SECRI sugere que a consolidação do projeto alternativo passa por uma gestão inteligente e uma diplomacia acadêmica estratégica. Isso implica:

1. **Otimizar a estrutura existente** por meio da criação de redes internas de colaboração, incentivando que cada Programa de Pós-graduação e departamento assuma uma corresponsabilidade ativa na internacionalização, descentralizando e dando capilaridade às ações mesmo em um modelo centralizado.
2. **Fortalecer a comunicação institucional** como eixo de baixo custo e alto impacto. A curadoria de conteúdos que destaquem os resultados das cooperações Sul-Sul já existentes, a tradução estratégica para o espanhol e inglês de materiais emblemáticos sobre os biomas e saberes regionais e a atualização de materiais institucionais audiovisuais, sob a articulação de uma narrativa visual coerente, podem projetar a identidade internacional da UFMT com mais vigor, superando a fragmentação informativa.
3. **Priorizar e institucionalizar parcerias seletivas** que gerem reciprocidade efetiva, focando em modalidades de cooperação de menor custo, como a internacionalização em casa, a mobilidade virtual (COIL) e a cocriação de Programas de Dupla Diplomação com instituições congêneres do Sul Global, que compartilhem desafios e vocações similares.
4. **Incorporar a acessibilidade como princípio fundante** de toda nova ação. O desenvolvimento de protocolos mínimos de acessibilidade para editais de mobilidade e eventos internacionais, ainda que de forma gradual, é um passo tangível para transformar o discurso da equidade em prática institucional.

O caminho apontado é o da coragem política para contestar os cânones hegemônicos e o da criatividade institucional para construir alternativas viáveis, ancoradas na firme convicção de que um conhecimento plural é condição indispensável para uma sociedade mais democrática. A verdadeira excelência acadêmica, em uma perspectiva democrática e decolonial, não se mede pela distância que uma instituição consegue colocar entre si e as demais, mas pela sua capacidade de articular redes de conhecimento solidárias, que elevem o

sistema como um todo. A internacionalização plural que se almeja é aquela que transforma a conexão global em um instrumento de redução de assimetrias, e não de sua ampliação.

REFERÊNCIAS

- AGENCE UNIVERSITAIRE DE LA FRANCOPHONIE (AUF). Rapport d'activité 2022. AUF, Paris, 2022. 60 p. Disponível em: <<https://www.calameo.com/auf/read/0061183915a958b562075>>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- ALARI. **Third Continental Conference on Afro-Latin American Studies 2024**. Harvard University, 2024. Disponível em: <https://alari.fas.harvard.edu/third-continental-conference-on-afro-latin-american-studies-2024/>. Acesso em: 23 maio 2024.
- ALTBACH, P. G. Global Perspectives on Higher Education. **Johns Hopkins University Press**, Baltimore, 2016. Disponível em: <<https://www.press.jhu.edu/books/title/11002/global-perspectives-higher-education>>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ALTBACH, P. G. The international imperative in higher education. Rotterdam: **Sense Publishers**, 2013.
- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: Motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.
- ANDIFES. **Relatório de Internacionalização das Universidades Federais**. Brasília-DF, 2022, 2023.
- ARAÚJO DOS SANTOS, J.; BELTRÃO, M. E.; MORAES, A. H. C. Translingual perspectives in focus: (de)coloniality in English teaching. **Revista Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 24, n. 1, AG7, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhlaa.v24i1.56463>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- ARIZONA STATE UNIVERSITY. Global Classroom Initiative. 2023.
- ASSIS, C. S.; MORAES, A. H. C. “Am I American, Too?” A Critical Analysis of Brazilian EFL Teachers’ Discourse. **Revista Linguagem em Foco, Fortaleza**, v. 14, n. 1, p. 12-32, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8293>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMAZ). Reunião entre os Países Membros da OTCA sobre a reativação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). **OTCA**, Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://otca.org/pt/reuniao-entre-os-paises-membros-da-otca-sobre-a-reativacao-da-associacao-de-Universidades-amazonicas-una-maz/>>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- AUCANI. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional. **Relatório de Atividades 2022**. São Paulo: USP, 2023. Disponível em: <https://www.aucani.usp.br/>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- BALL, S. J.; YOUDELL, D. Hidden Privatisation in Public Education. Brussels: **International Education**, 2008.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, maio/ ago. 2013.

BEELEN, J.; JONES, E. Redefining Internationalization at Home. *In: The European Higher Education Area: Between Critical Reflections and Future Policies*. Springer, 2015. p. 59-72.

BÍBLIA DE JERUSALÉM: a Bíblia do Peregrino. Tradução da Comissão de Tradutores da CNBB. 1. ed. São Paulo: **Paulus**, 1999.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CANAGARAJAH, S. **Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations**. New York: Routledge, 2013.

CARVALHO, C. H. A.; BORGES, M. C. Democratização do Acesso à Pós-Graduação e Internacionalização: tensões e desafios nas universidades do interior do Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 17, n. 38, p. 1-25, 2020.

CELLARD, A. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CIPRIANI, A.; HEINZLE, M. R. S. Internacionalização da educação superior em contextos emergentes: a produção recente em teses e dissertações no Brasil. **Interações**, Campo Grande-MS, v. 24, n. 2, p. 591-605, abr./jun. 2023. DOI: 10.20435/interv.2412.3895.

CLASS CENTRAL. **MOOC Language Distribution Report**. 2022, 2023. Disponível em: <<https://www.classcentral.com/report/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). **Informe de Actividades 2021**. Buenos Aires, 2022. 184 p. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/04/Informe_actividades_clacso_2021.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE)**. Brasília-DF, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-Programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório de Gestão**. Brasília-DF, 2017, 2021, 2022, 2023, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG)**. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Brasil participa de reunião da Universidade dos BRICS**. Brasília-DF, 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-participa-de-reuniao-sobre-Universidade-do-brics#:~:text=Nesta%20quarta%2Dfeira%2C%205%2C%20a%20CAPES%20participou%20da,R%C3%BAssia%2C%20%C3%8Dndia%2C20China%20e%20%C3%81frica%20do%20Sul>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Edital CAPES Global nº 1, de 26 de março de 2024**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 2024.

CORTÉS, L. S. M.; DIETZ, G. Interculturalidad y educación superior en México. **UNAM**, México, 2016.

COSTA, M. C.; DOMINGUES, A. A. Dinâmica política internacional e a cooperação internacional em C&T no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2014, p. 546-559.

CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches**. 4th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **The landscape of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2013. p. 1-41.

DE WIT, H. 'Everything That Quacks is Internationalization' - Critical Reflections on the Evolution of Higher Education Internationalization. **Journal of Studies in International Education**, v. 28, n. 1, 2024, p. 3-14. DOI: 10.1177/10283153231221655. Acesso em: 19 fev. 2025.

DE WIT, H.; ALTBACH, P. G. Internationalization in higher education: global trends and recommendations for its future. **Policy Reviews in Higher Education**, v. 5, n. 1, p. 28-46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23322969.2020.1820898>. Acesso em: 23 maio 2024.

DE WIT, H. Internationalization of Higher Education in the United States of America and Europe: A Historical, Comparative, and Conceptual Analysis. **Greenwood Press**, Westport, 2002.

DE WIT, H. et al. Higher education in Latin America: the international dimension. **World Bank**, Washington-DC, 2015. p. 34-37.

ECINT. **Centro Intercultural**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/centro-intercultural/>. Acesso em: 23 maio 2024.

ECINT. **Escritório de Cooperação Internacional**. Universidade de São Paulo, 2023a. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/cooperacoes/>. Acesso em: 23 maio 2024.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.

ESPINOSA MIÑOSO, Y. De la razón colonial a la razón (de)colonial: una lectura en clave other-wise. In: ESPINOSA MIÑOSO, Y.; GÓMEZ, D.; OCHOA, K. (Orgs.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Universidad del Cauca, 2019. p. 45-58.

ESPINOSA MIÑOSO, Y. **De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad**. Akademie der Bildenden Künste Wien, 2019.

EUROPEAN ASSOCIATION FOR INTERNATIONAL EDUCATION (EAIE). *Internationalisation at home: past, present and future*. EAIE. 2020. Disponível em: <<https://www.eaie.org/resource/internationalisation-home-past-present-future.html>>. Acesso em: 13 ago. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. Erasmus+ Annual Report. **Publications Office of the European Union**, Luxemburgo, 2021, 2022, 2023. Disponível em: <<https://erasmus-plus.ec.europa.eu/resources-and-tools/statistics-and-factsheets>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. Marie Skłodowska-Curie Actions: Annual Report. **Publications Office of the European Union**, Luxembourg, 2022, 2023. Disponível em: <<https://marie-skłodowska-curie-actions.ec.europa.eu>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

EUROPEAN PARLIAMENT. Directorate-General for Parliamentary Research Services (EPRS). **The Internationalisation of Higher Education**. Brussels: European Union, 28 p, 2021. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/home>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

EUROPEAN UNION. European Commission. Erasmus+ Annual Report 2022. **Publications Office of the European Union**, Luxembourg, 2023. 156 p. Disponível em: http://sepie.es/doc/comunicacion/publicaciones/2023/erasmus+_annual_report_2022-NCAR23101ENN.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. **International Collaboration in Higher Education: A Survey of European Universities**. Brussels-EUA, 2020. 72 p.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. 2. ed. London: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Globalization**. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. 2. ed. London: Longman, 2001.

FORMIGA, M. Educação superior brasileira: cenários reais e possibilidades de cooperação Brasil/ Goa/ Índia. In: GOROVITZ, S.; UNTERNBÄUMEN, E. H. (Org.). **Políticas e tendências de Internacionalização do Ensino Superior no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2021, p. 53-70.

FRANKLIN, L. A.; ZUIN, D. C.; EMMENDOERFER, M. Processo de Internacionalização do Ensino Superior e mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 130-151, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650831>. Acesso em: 08 jul. 2025.

FRYE, S.; FONTE, R. F. L.; MORAES, A. H. C. Noções teóricas e conceitos subjacentes à aquisição da língua inglesa em contexto bilíngue. **Rev. EntreLínguas, Araraquara**, v. 10, n. 00, e024002, 2024. E-ISSN: 2447-3529. DOI: <https://doi.org/10.29051/el.v10i00.16809>. Disponível em: <http://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinhas/article/view/16809>. Acesso em: 18 nov 2025.

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana; Universidad Central; Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 217-242.

GARCÍA, O. **Bilingual Education in the 21st Century: A Global Perspective**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.

GARCÍA, O; WEI, L. **Translanguaging: Language, Bilingualism and Education**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GROSFOGUEL, R. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 4, p. 17-46, jan./ jun. 2006.

GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (GCUB). **Programa de Bolsas Brasil (PAEC OEA-GCUB)**. 2024. Disponível em: <<https://www.gcub.org.br/Programas/Programa-bolsas-brasil-paec-oea-gcub/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GRUPO COIMBRA DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (GCUB). **Relatório Anual 2022**. Brasília: Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, 2022. Disponível em: <http://www.gcub.org.br/publicacoes>. Acesso em: 07 mar. 2024.

HACKETT, S. et al. Defining Collaborative Online International Learning (COIL) and Distinguishing it from Virtual Exchange. **TechTrends**, v. 68, p. 1078-1094, 2024. DOI: 10.1007/s11528-024-01000-w.

HAZELKORN, E. Rankings and the Reshaping of Higher Education: The Battle for World-Class Excellence. **Palgrave Macmillan**, London, 2011.

HENRY, M. *et al.* The OECD, Globalization and Education Policy. **Pergamon Press**, Oxford, 2001.

HUDZIK, J. K. (2011). Comprehensive Internationalization: From Concept to Action. **NAFSA**, 2011.

HUDZIK, J. K. Comprehensive internationalization: Institutional pathways to success. **Routledge**, 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2022: Indicadores de Internacionalização**. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 ago. 2025.

KEHM, B. Global University Rankings - Impacts and Unintended Side Effects. **European Journal of Education**, v. 49, n. 1, p. 102-112, 2014.

KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. P. Higher education and the market. In: The World Bank and education: critiques and alternatives. **Sense Publishers**, Rotterdam, 2012, p. 101-118. DOI: 10.1007/978-94-6091-903-9.

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. In: DEARDORFF, D. K.; de WIT, H.; HEYL, J. D.; ADAMS, T. (Eds.). **The SAGE Handbook of International Higher Education**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Higher education in turmoil: the changing world of internationalization. **Sense Publishers**, Rotterdam, 2008.

KNIGHT, J. Internationalization of Higher Education: Three Generations of Cross-Border Higher Education. **University of Toronto Press**, Toronto, 2012. 48 p. ISBN 978-1-4426-1459-6.

KNIGHT, J. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, 2004, p. 5-31. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>. Acesso em: 23 maio 2024.

KNIGHT, J. Internationalization: Three generations of crossborder higher education. New Delhi: **India International Centre**, 2012.

KNIGHT, J. Updated Definition of Internationalization. *International Higher Education*, n. 33, 2003, p. 2-3. DOI: 10.6017/ihe.2003.33.7391.

LEASK, B. Internationalizing the curriculum. **Routledge**, London, 2015.

LEUNG, M. Academic Mobility and the Global South: Critical Perspectives. **Palgrave Macmillan**, London, 2019.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. Períodos e motivações da internacionalização da educação superior brasileira. **5ème colloque de l'IFBAE**, Grenoble, 2009, p. 1-17. Disponível em: <<https://www.ifbae.com/wp-content/uploads/2024/07/Periodos-e-Motivacoes-da-Internacionalizacao-da-Educacao-Superior-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic Inquiry**. Newbury Park: SAGE Publications, 1985.

LILLIS, T.; CURRY, M. J. Academic writing in a global context: The politics and practices of publishing in English. **J Bus Tech Commun**, v. 22, 2011, p. 179-198.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. Beyond national states, markets, and systems of higher education. **Higher Education**, v. 43, 2002, p. 281-309.

MARGINSON, S. The Worldwide Trend to High Participation Higher Education. **Higher Education**, v. 71, n. 3, 2016, p. 413-434.

MARGINSON, S.; VAN DER WENDE, M. Globalisation and Higher Education. **OECD Education Working Papers**, n. 8, 2007. DOI: 10.1787/173831738240.

MAXWELL, J. A. **A Realist Approach for Qualitative Research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012.

MENDES, A. L. C.; LEMOS, S. M. B. Internacionalização Inclusiva: um olhar sobre as políticas de acessibilidade no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 1-18, 2021.

MIGNOLO, W. D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, n. 48, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 26 set. 2025.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 39, p. 287-324, 2010. Disponível em:

https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

MIGNOLO, W. **Historias locais/ diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. On decoloniality: Concepts, analytics, praxis. **Duke University Press**, Durham, 2018.

MIGNOLO, W. D. The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options. **Duke University Press**, Durham, 2011.

MIGNOLO, W. D. The politics of decolonial investigations. **Duke University Press**, Durham, 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 21 ed., 2002, 80 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Rede de Universidades do Brics inclui 20 Instituições brasileiras. Brasília-DF, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/rede-de-Universidades-do-brics-inclui-20-instituicoes-brasileiras>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MIRANDA, J. A. A.; STALLIVIERI, L. Para uma política pública de internacionalização para o Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 589-613, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/FfQJt8nwQntkkGjDYFz4xbv/?lang=pt>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MONTE MÓR, W.; MORGAN, B. O conceito de "Translinguagem" como ferramenta de insurgência e reexistência. In: FERRAZ, Daniel de Mello; KAWACHI-FURLAN, C. J. (org.). **Multilinguismo e Translinguagem nos Estudos de Linguagem Aplicada**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 21-48.

MORSHIDI, S. Globalisation and Internationalisation of Higher Education in Malaysia. **Journal of Higher Education Policy and Management**, v. 30, n. 2, p. 161-174, 2008.

NEVES, C. E. B.; BARBOSA, M. L. de O. Internationalization of higher education in Brazil: advances, obstacles, and challenges. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 144-175, maio-ago. 2020. DOI: 10.1590/15174522-99656.

O'DOWD, R. Virtual exchange: moving forward into the next decade. **Computer Assisted Language Learning**, 2021, p. 209-224. DOI: 10.1080/09588221.2021.1902201.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **AHELO: Assessment of Higher Education Learning Outcomes**. Paris: OECD, 2012.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **AHELO: Feasibility Study Report: Volume 2 - Data Analysis and National Experiences**. Paris: OECD, 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2021: OECD Indicators**, Paris: OECD Publishing, 2021. DOI: 10.1787/b35a14e5-en.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2022: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2022. DOI: 10.1787/3197152b-en.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2023**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2023. DOI: 10.1787/e13bef63-en.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Science, Technology and Innovation Outlook 2021**. Paris: OECD Publishing, 2021. DOI: 10.1787/75f79015-en.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). **Panorama de la Educación Superior en Iberoamérica 2023**. Madrid: OEI, 2023. 210 p. Disponível em: <<https://www.oei.es/educacion-superior/panorama-2023>>. ISBN: 978-84-7666-287-5. Acesso em: 23 jul. 2024.

PEREIRA, M. C.; MARTINS, D. R. **Internacionalização em casa para estudantes surdos: estratégias de inclusão no ensino superior**. Revista Espaço, n. 57, p. 1-20, 2022.

PHILLIPSON, R. **Linguistic Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PLATER, W. M. **Global Learning in the Twenty-First Century**. Stylus Publishing, 2016.

PIETSCH, T. **Empire of scholars: Universities, networks and the British academic world, 1850-1939**. Manchester University Press, Manchester, 2013.

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (PRPG/ USP). **Programas de Cooperação Internacional**. USP, São Paulo, 2020-2025. Disponível em: <<https://prpg.usp.br/pt-br/>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS. **QS Latin American University Rankings 2023**. Londres: QS Quacquarelli Symonds, 2023. Disponível em: <<https://www.topuniversities.com>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, A. Coloniality of power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/56/article/23906>. Acesso em: 23 maio 2024.

RICHARDSON, L. Writing: A method of inquiry. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 923-948.

ROBERTSON, S. L. *et al.* **Globalização e Educação Superior**: O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS). Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

RUBIN, J.; GUTH, S. The Guide to COIL Virtual Exchange. [S.l.]: **SUNY COIL Center**, 2022. Disponível em: <<https://coil.suny.edu>>. Acesso em: 15 out. 2023.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de, GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SAID, E. W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALMI, J. Constructing knowledge societies: New challenges for tertiary education. **World Bank**, Washington-DC. Retrieved July 1, 2003. 2002.

SALOMÓN, M.; CAAMAÑO, C. La internacionalización de la educación superior en América Latina: entre la cooperación y el comercio. In: **Educación Superior y Sociedad**

- (ESS), v. 16, n. 1, p. 101-129, 2012. Disponível em: <http://ess.iesalc.unesco.org>. Acesso em: 23 out. 2023.
- SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. 120 p. ISBN: 978-972-40-8496-1.
- SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Autêntica, 2019.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 78, p. 71-94, jul. 2007.
- SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3-46, out. 2007.
- SANTOS, B. S. **Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul**. Porto: Afrontamento, 2010.
- SANTOS, B. S. **Para una pedagogía del conflicto**. Quito: Abya-Yala, 2010.
- SANTOS, B. S. **The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South**. Durham: Duke University Press, 2018. DOI: 10.1215/9781478002000.
- SANTOS, E.; TAVARES, M. Internacionalização e geopolítica do conhecimento na América Latina: concepções, contextos e aplicações. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 3, p. 3-7, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5527/552756523002/html/>. Acesso em: 26 set. 2025.
- SCHRIEWER, J. "World System and Interrelationship Networks: The Internationalization of Education". In: Educational Knowledge: Changing Relationships between the State, Civil Society, and the Educational Community. **SUNY Press**, Albany, p. 101-140, 2004.
- SCIMAGO LAB. **SJR Scientific Indicators Report**. Madrid: SCImago, 2022, 2023. Disponível em: <https://www.scimagojr.com>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- SECRETARÍA GENERAL DEL CONVENIO ANDRÉS BELLO. Memoria Anual 2022: Movilidad Académica. **CAB**, Bogotá, 2022. Disponível em: <https://convenioandresbello.org>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- SHANG, X.; SÖRENSEN, M. D. Disability, Diversity, and Global Citizenship: Rethinking Internationalization in Higher Education. In: BUCKNER, E.; SHANG, X. (Org.). The Globalization of Internationalization. New York: **Routledge**, 2019. p. 145-156.
- SOUZA, H. G. de. A internalização das Universidades brasileiras. In: GOROVITZ, S.; UNTERNBÄUMEN, E. H. (Org.). **Políticas e tendências de Internacionalização do Ensino Superior no Brasil**. Editora UnB, Brasília-DF, 2021, p. 15-30.
- STALLIVIERI, L. Internacionalização da educação superior em contextos (des)favoráveis. In: JORNADAS BINACIONAIS DE EDUCAÇÃO, p. 1-22, 2019, **Rivera**. Anais. Disponível em: <https://shorturl.at/yYHt8>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- STEIN, S. Internationalization in an Age of Global Inequality: Higher Education's Paradoxical Commitments. **Comparative Education Review**, v. 61, n. 1, 2017, p. 93-113.
- STÉPHAN, M. Les défis de l'évaluation transnationale: le cas AHELO. **Éducation Comparée**, n.12, 2015, p. 89-107.
- STIER, J. Internationalization, Ethnic Diversity and the Acquisition of Intercultural Competence. **Journal of Studies in International Education**, v. 14, n. 1, 2010, p. 83-105.

STIER, J. Taking a critical stance toward internationalization ideologies in higher education: idealism, instrumentalism and educationalism. **Globalisation, Societies and Education**, v. 2, n. 1, p. 1-28, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1476772042000177069>. Acesso em: 23 maio 2024.

TEIXEIRA, J. M. *et al.* Barreiras à mobilidade internacional de estudantes com deficiência: uma análise a partir de relatos de experiência. **Interações**, v. 16, n. 55, p. 120-139, 2020.

TRILOKEKAR, R. D. International Education as Commodity: Global Inequalities in the “Knowledge Economy”. *In: International Higher Education*, n. 89, 2017, p. 112-115.

UNESCO-IESALC. La educación superior en América Latina y el Caribe: avances y retos; documentos de apoyo para la CRES+5. [S.l.]: **UNESCO-IESALC**, 2025. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000392578.locale=en>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). Parcerias Internacionais: FAEPEX/UNICAMP. **Convênios Internacionais**. 2020-2025. Disponível em: <<https://www.funcamp.unicamp.br/portal/Home/Faepex>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Acordo de Cooperação USP-Sorbonne Université 2020-2025**. USP, São Paulo, 2020. 12p. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/mundus/#>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Centro Intercultural**. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2023d. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/centro-intercultural/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Concursos de Pessoal - Docente**. São Paulo, 2023-2025. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>. Acesso em: 30 ago 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Conversation Rounds com instituições irlandesas**. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2025b. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/cii-irlanda-conversation-rounds/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Cooperação Internacional**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www5.usp.br/institucional/cooperacao-internacional/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Editais de Intercâmbio**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/mundus/editalintercambiopublicores>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Idiomas**. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2023c. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/idiomas/#leusp>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **International Office - AUCANI**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **PDPoLínguas-USP**. Grupo de Trabalho Interunidades em Políticas Linguísticas para a USP. Disponível em: <https://sites.usp.br/polinguas/pdpolinguas-usp/>. Acesso em: 26 set. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<https://www6.usp.br/wp-content/uploads/PDI-VIIEncontro.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Planos Orçamentários Anuais da USP (2013-2025)**. USP, 2013-2025. Disponível em: <https://sites.usp.br/codage/gestao-orcamentaria/prestacao-de-contas/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Portal de Transparência**. São Paulo, 2010-2024. Disponível em: <<https://transparencia.usp.br/>>. Acesso em: 22 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Semanas Franco-USPianas 2025**. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2025a. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/semanas-franco-uspianas-2025/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **TOEFL ITP**. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2023a. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/new/toefl-ity/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **USP Academy**. Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2023b. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/uspacademy/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) - PRPI. **ESPCA - Escola São Paulo de Ciência Avançada**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://prip.usp.br/projetos/espca-en/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) - PRPI. **USP recebe a 14ª Assembleia Plenária da ANIME**. Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://prip.usp.br/noticias/usp-recebe-a-14a-assembleia-plenaria-da-anime-rede-academica-sobre-inclusao-multilinguismo-e-excelencia/>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Acordos de Cooperação Internacional**. Cuiabá: UFMT, 2024d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODNkMDQ1MGItYTtk1OC00M2RiLWFiOTQtNjQ2MTk1OWQ0Mjc5IiwidCI6ImE5NWQwZDIyLTQwMmYtNGNjNy1iNTIwLTUzMjk1OWRjOGYzMCI9>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Apresentação da SECRI**. Cuiabá: UFMT, 2024b. Disponível em: https://ufmt.br/secretaria/secri/pagina/apresentacao/702#top_page. Acesso em: 23 maio 2024.

UFMT: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Concursos de Pessoal - Docente**. Cuiabá, 2024-2025. Disponível em: <https://www.concursos.ufmt.br/Portal/>. Acesso em: 15 ago 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Dashboard de Mobilidade Internacional**. Cuiabá: UFMT, 2024e. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODNkMDQ1MGItYTtk1OC00M2RiLWFiOTQtNjQ2MTk1OWQ0Mjc5IiwidCI6ImE5NWQwZDIyLTQwMmYtNGNjNy1iNTIwLTUzMjk1OWRjOGYzMCI9>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Editais de Mobilidade Acadêmica Internacional**. Cuiabá: UFMT, 2024f. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1gWcKkagQf806RVPfuYX5wVV9FKnU0IDK/edit?gid=256542625#gid=256542625>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Estrutura Organizacional da SECRI**. Cuiabá: UFMT, 2024c. Disponível em: https://ufmt.br/secretaria/secri/pagina/apresentacao/707#top_page. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Orçamentos Anuais da UFMT (2013-2025)**. Disponível em: https://ufmt.br/pro-reitoria/proplan/pagina/orcamento/923?_gl=1*6saw74*_gaNDEwNDYwOTEuMTc1NjQ4MDc3MQ.._ga_1BSMJJE6838*czE3NTg2MzcwMTYkbzckZzEkdDE3NTg2MzcwMjAkajU2JGwwJGgw#top_page. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Painel de Dados de Internacionalização**. Power BI. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojODNkMDQ1MGltYTk1OC00M2RiLWFiOTQtNjQ2MTk1OWQ0Mjc5IiwidCI6ImE5NWQwZDIyLTQwMmYtNGNjNy1iNTIwLTUzZmJk1OWRjOGYzMCI9>. Acesso em: 23 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs-UFMT)**. Cuiabá: UFMT, 2005-2028. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/pdi>. Acesso em: 24 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Plano de Internacionalização da UFMT (PII-UFMT)**. Heyzine, 2023. Disponível em: <https://heyzine.com/flip-book/6f91f9b81a.html>. Acesso em: 23 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Programa Tchêga Más!**. Cuiabá: UFMT, 2024h. Disponível em: <https://ufmt.br/secretaria/secri/pagina/programa-tchega-mas/2616>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Secretaria de Relações Internacionais - SECRI**. Cuiabá: UFMT, 2024a. Disponível em: <https://ufmt.br/secretaria/secri>. Acesso em: 23 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **UFMT Connection - Cursos de Idiomas**. Cuiabá: UFMT, 2024g. Disponível em: https://ufmt.br/secretaria/secri/pagina/ufmt-connection/12146#top_page. Acesso em: 23 maio 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Education in a post-COVID world: Nine ideas for public action**. UNESCO, Paris, 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/education-post-covid-world-nine-ideas-public-action>. Acesso em: 11 jul. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education**. UNESCO, Paris, 2019. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/global-convention-recognition-qualifications-concerning-higher-education>. Acesso em: 11 jul 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global Education Monitoring Report 2022: Non-state actors in education: Who chooses? Who loses?** UNESCO, Paris, 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/gem-report/en/publication/2022-non-state-actors-education-who-chooses-who-loses>. Acesso em: 05 mai. 2025.

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO (UNAM). **Programa de Apoyos para la Superación del Personal Académico de la UNAM (PASPA) 2023**. UNAM, México, 2022. 12 p. Disponível em: <https://www.becas.unam.mx/2022/11/>

28/Programa-de-apoyos-para-la-superacion-del-personal-academico-de-la-unam-paspa-2023/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VERGER, J. **As Universidades na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1990.

VERONELLI, G. The Coloniality of Language: Race, Expressivity, and the Dark Side of Modernity. **Wagadu: A Journal of Transnational Women's and Gender Studies**, v. 13, p. 96-120, 2015.

VERTOVEC, S. Superdiversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007. DOI: 10.1080/01419870701599465.

WALSH, C. Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: **Universidad Andina Simón Bolívar/ Abya-Yala**, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: diferencia y nación de otro modo. *In*: WALSH, C. (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009. p. 137-155.

WILDAVSKY, B. The Great Brain Race. **Princeton University Press**, Princeton, 2010.

WORLD BANK. **Changing Patterns of High-Tech Exports and Scientific Collaboration**. World Bank, Washington-DC, 2021. Disponível em: <<https://documents.worldbank.org>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

WORLD BANK. **Constructing Knowledge Societies: New Challenges for Tertiary Education**. World Bank, Washington-DC, 2002.

WORLD BANK. **World Development Report 2023: Migrants, Refugees, and Societies**. World Bank, Washington-DC, 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2023>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ZIMMERMANN, A. Adventures in the skin trade: German anthropology and colonial corporeality. *In*: **Worldly Provincialism: German Anthropology in the Age of Empire**. University of Michigan Press, Ann Arbor, 2010, p. 98-120.